

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**Cecilia Tayse Muniz Teixeira**

**AS ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO  
ALICERÇADAS NO SABER LOCAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO  
TERRITÓRIO SERTÃO DO ARARIPE - PE.**

Santa Maria, RS  
2020

**Cecilia Tayse Muniz Teixeira**

**AS ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO ALICERÇADAS NO SABER  
LOCAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO SERTÃO DO ARARIPE - PE.**

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação Profissional em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Doutora em Extensão Rural.**

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires

Santa Maria, RS  
2020

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

TEIXEIRA, Cecília Tayse Muniz  
AS ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO  
ALICERÇADA NO SABER LOCAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO  
TERRITÓRIO SERTÃO DO ARARIPE - PE / Cecília Tayse Muniz  
TEIXEIRA. - 2020.  
264 p. ; 30 cm

Orientador: Marco Antônio Verardi FIALHO  
Coorientadora: Maria Luiza Lins e Silva PIRES  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2020

1. Convivência com Semiárido 2. Formação social e  
identitário do Sertão 3. O saber popular sertanejo 4.  
Historiografia das secas nos sertões I. FIALHO, Marco  
Antônio Verardi II. PIRES, Maria Luiza Lins e Silva III.  
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFPA. Dados fornecidos pelo autor(s). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1724.


Declaro, CECÍLIA TAYSE MUNIZ TEIXEIRA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Cecilia Tayse Muniz Teixeira

**AS ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO ALICERÇADAS NO  
SABER LOCAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO SERTÃO DO  
ARARIPE - PE.**

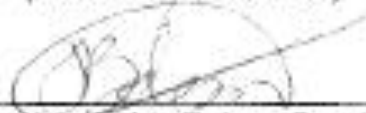
Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação Profissional em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de Doutora em Extensão Rural.

Aprovada em 29 de Janeiro de 2020:



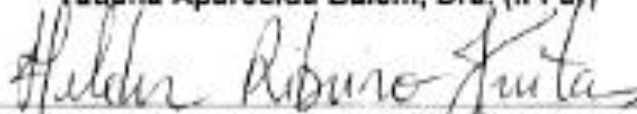
---

Marco Antônio Verardi Fialho, Dr. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)



---

Tatiana Aparecida Balem, Dra. (IFFar)



---

Helder Ribeiro Freitas, Dr. (UNIVASF) - Videoconferência



---

Vinicius Piccin Dalbianco Dr. (UNIPAMPA)



---

Everton Lazzaretti Picoletto, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS  
2020

## DEDICATÓRIA

*As famílias sertanejas do Araripe pernambucano que me ensinaram seus aprendizados na forma de olhar e lê o Sertão.*

## AGRADECIMENTOS

Andei pelo sertão em tempos de chuvas, senti o verde da caatinga rebrotar, andei pelo sertão em tempo de seca, senti o calor cinzento da caatinga resistir. A caminhada no sertão permitiu beber do poço da fé sertaneja; e em cada esbranquiçar da flor que o mandacaru brotava, o sonho da chegada da chuva se alimentava.

Considero que esta pesquisa é fruto da construção de várias mãos, mãos que se ajudam, uma construção coletiva, que envolveu diversas pessoas na caminhada e me colocou em situações bastante especiais, bem como, reflete uma gama de mudanças vivenciadas por mim ao longo destes quatro anos entre Rio Grande do Sul e o Sertão Pernambucano. Portanto, a tese não é um triunfo individual.

Estou imensamente feliz por escrever os agradecimentos, pois nesse momento coloco minha gratidão e toda força recebida do universo, das Deusas e dos Deuses, e aos grandes amigos e amigas que juntos no período de pesquisa me aguentaram, me escutando falar sobre meu trabalho.

Em especial a minha companheira de vida Nirvana Nayra que me acompanhou durante toda a estrada da escrita desta tese, de Sul a Nordeste, nas entrevistas, nas fotos, nas idas ao sertão do Araripe, em todo processo com paciência e afeto, esteve sempre ao meu lado, muito gratidão! A toda minha família, tias e tios, primas e primos, avós e em especial; Suélida (mãe), Valdi (pai), Cristina (irmã), João Sobrinho (irmão), Ingride, Clara e Ícaro (sobrinhos), pelas orações, pelos sonhos e também por acreditarmos juntos, a meu irmão Valdir Junior e cunhada Valéria Tavares, que na reta final da escrita dividiram momentos de lazer e descanso me ouvindo falar sobre a tese!

A meu orientador Marco Antônio Fialho, que acreditou no meu projeto, não desamparou, me deixou voar, mas sempre esteve por perto mesmo quando eu estava no Sertão e ele no Sul.

Assim, estendo meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES - Código de financiamento 001), pela oferta da bolsa de doutorado, imprescindível para realização da pesquisa. Ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, PPGEXR da UFSM. O acolhimento dos(as) professores(as), as aulas, o chimarrão em dias frios ajudaram a reafirmar minha decisão de permanecer no Programa, somado a troca de

conhecimento com os colegas durante o período das disciplinas, compartilhamos abraços, cafés e poesia. Em especial a Amábile Tolio com quem estive fora da Universidade fortalecendo o laço de amizade, indispensável para a permanência num lugar distante da minha terra natal. A Karina Holanda, que durante três anos, trocamos muitas figurinhas doutoranda, passamos juntas pela mesma fase.

A minha grande amiga Maria Clara que, no final da escrita, quando as forças já se esgotavam, foi-me fazer companhia no Sertão com café, carinho, e dias alegres juntamente com Genilma Cordeiro, nossas trilhas na Chapada do Araripe renovaram as forças. As minhas amigas de caminhada: Lorena Moraes, Laeticia Jalil, Michelly Aragão e Eveline Augusto, que mesmo de longe sempre emanaram a força feminina na pesquisa.

Ao amigo João Amorim, que no retorno em Santa Maria – RS, me acolheu de portas abertas na sua casa.

A Burguivol Alves pela tranquilidade de sempre em me ajudar e colaborar no trabalho, me escutando e debatendo questões, e indagações, juntos fizemos reflexões importantes no decorrer da pesquisa, foi quem primeiro abraçou o projeto.

Agradeço as primeiras colegas que me receberam em Santa Maria e fizem do Sul, local de morada: Iolanda Araújo, Fraciele Coghetto, Carla Dornelles, Janaína Beto, Andreia Vasconcellos e o colega Ewerton Torres.

Aos nordestinos que se somaram a vida acadêmica na Extensão Rural, Thacya Clédina e Daniel Ferreira, esse amor é antigo. Aos amigos latinos americanos que o PPGEXR me apresentou: Yosán Morales, Andrés Leonardo, e Alida Corey, pelos bons vinhos que dividimos nas noites frias de Santa Maria.

Institucionalmente, quero deixar minha gratidão à Associação Cristã de Base (ACB), a Caatinga, Centro Sabiá, Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA) e Diaconia onde tive a oportunidade de trabalhar, aprendi os primeiros passos da Convivência com o Semiárido e da Agroecologia, em especial a ONG Chapada na pessoa de Flávio Paiva e Flávio Alemida que contribuíram na pesquisa de campo, juntamente com os alunos do curso de Agronomia da FACIAGRA Gabriela Pereira e Rodrigo, o reforço de todos vocês foi indispensável. A meus primos Josembergue (Beguinha) e Milany Muniz, com entusiasmo, me acolheu em sua casa durante a pesquisa de campo.

E, por fim, agradeço ao sertão e aos sertanejos que me acolheram com seu calor e amor.

## RESUMO

### AS ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO ALICERÇADA NO SABER LOCAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO SERTÃO DO ARARIPE - PE.

AUTORA: Cecilia Tayse Muniz Teixeira  
ORIENTADOR: Marco Antônio Verardi Fialho  
Coorientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires

O presente trabalho objetiva analisar, através das memórias e estratégias vivenciadas pelas famílias agricultoras frente aos anos de grandes secas, evidenciando como essas famílias agricultoras constroem, a partir das experiências de vida acumuladas, os saberes locais, em direção à Convivência com o Semiárido no Território do Sertão do Araripe - PE. Pretende-se, basicamente, conhecer e compreender o processo de construção do conhecimento das famílias agricultoras, capaz de possibilitar a Convivência com o Semiárido, identificando, as formas de aprendizagem que estas famílias utilizam na produção do saber local para permanência, em anos de secas, bem como analisar como o conhecimento local, se expressa na reprodução social das famílias agricultoras sertanejas a partir do seu modo de vida, constituindo uma cultura de convívio com o Semiárido construída e aprendida há gerações. A metodologia da pesquisa objetivou alcançar traços subjetivos por meio de uma visão mais holística dos fatos e fenômenos, para isto utilizamos como instrumentos metodológicos: a) análise do discurso de famílias agricultoras; b) interpretação dos sentidos apreendidos; c) observação participante. A análise e construção dos sentidos para o documento tese guiou-se por a Teoria das representações sociais. Assim, apresentamos o contexto do Semiárido brasileiro, destacando em especial o Sertão, a historiografia das secas no Sertão e seu impacto na formação social, a construção identitária dos Sertões, os caminhos para a Convivência com o Semiárido, também apresentamos o histórico de formação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), e entrelaçamos com os significados, memórias de estratégias de Convivência com o Semiárido construída pelas famílias agricultoras. O que nos permite perceber que, as famílias agricultoras do Sertão do Araripe, em particular, possuem seu próprio sistema de monitoramento e interpretação do clima Semiárido, os saberes adquiridos através das gerações passadas e pela observação da natureza os ajudam na tomada de decisão, constitui o modo de vida e preveni de alguma maneira quando uma seca se acentua, somado a infraestrutura hídrica, novas técnicas de manejo, estratégia de estoque, trabalhadas também a partir da ação extensionista das ONGs locais, este conjunto de estratégias foram responsável por uma mudança da condição de sobrevivência para uma Convivência. As famílias do Araripe demonstram através do uso de vários métodos de observação da natureza como elemento parte da construção do conhecimento para as estratégias de Convivência com o Semiárido. A revelação desses saberes permitiu compreender que a produção de conhecimentos é diversificada, constitui e reforça a identidade dos grupos sociais, são responsáveis por reconstituir o pensamento e influenciam nas práticas sociais e no modo de vidas das famílias. Identificamos que a construção do conhecimento para Convivência com o Semiárido não está definitiva. É um processo em formação e encontra-se com um grande desafio. Constatamos que as estratégias de Convivência com o Semiárido alicerçada no saber tradicional, com base na experiência empírica, pode ser um complemento importante para implementação de políticas públicas no Semiárido, além de contribuírem também nas previsões meteorológicas que hoje trabalham apenas com base probabilística, pelos institutos de pesquisa meteorológica.

**Palavras-chave:** Convivência com Semiárido. Saber tradicional. Reprodução Social.



## SUMMARY

### STRATEGIES OF LIVING WITH THE SEMI-ARID BASED ON LOCAL KNOWLEDGE: AN ANALYSIS FROM THE TERRITORY OF SERTÃO DO ARARIPE - PE

AUTHOR: Cecilia Tayse Muniz Teixeira

ADVISOR: Marco Antônio Verardi Fialho

Co- Supervisor: Profa. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires

The present work aims to analyze, through the memories and strategies lived by the farming families in the face of the years of great droughts, showing how these farming families build, based on the accumulated life experiences, the local knowledge, towards the Coexistence with the Semi-Arid region Territory of “Sertão do Araripe – PE”. It is intended to know and understand the process of construction of the knowledge of the farming families, capable of enabling the Coexistence with the Semi-Arid, identifying, the forms of learning that these families use in the production of the local knowledge for permanence, in years of droughts , as well as to analyze how local knowledge is expressed in the social reproduction of rural farming families from their way of life, constituting a culture of living with the Semi-Arid that was built and learned for generations. The research methodology aimed to achieve subjective traits through a more holistic view of the facts and phenomena, for this we used as methodological instruments: a) analysis of the discourse of farming families; b) interpretation of the apprehended senses; c) participant observation. The analysis and construction of meanings for the thesis document was guided by the Theory of social representations. Thus, we present the context of the Brazilian Semi-Arid, highlighting in particular “Sertão”, the historiography of droughts in “Sertão” and its impact on social formation, the identity construction of “Sertões”, the paths to living with the Semi-Arid, we also present the history of formation of the Brazilian Semi-Arid Articulation (ASA), and we intertwine with the meanings, memories of strategies of Coexistence with the Semi-Arid built by farming families. What allows us to realize that, the farming families of “Sertão do Araripe”, in particular, have their own system for monitoring and interpreting the Semi-Arid climate, the sabers acquired through past generations and by observing nature it help them in decision making, constitutes the way of life and prevented it in some way when a drought worsens, added to the water infrastructure, new management techniques, stock strategy, also worked with the extension action of the local NGOs, this set of strategies was responsible for a change in the survival condition for a Coexistence. Araripe’s families demonstrate through the use of various methods of observing nature as part of the construction of knowledge for strategies of living with the semiarid region. The disclosure of this knowledge allowed us to understand that the production of knowledge is diversified, constitutes and reinforces the identity of social groups, is responsible for reconstructing thinking and influences social practices and the way of life of families. We identified that the construction of knowledge for living with the semiarid region is not definitive. It is a process in the making and is facing a great challenge. We found that strategies for living with the semiarid based on traditional knowledge, based on empirical experience, can be an important complement for the implementation of public policies in the semiarid, in addition to contributing to the meteorological forecasts that today only work on a probabilistic basis, by the institutes meteorological research.

**Key-words:** Coexistence with the Semiarid. Traditional Knowledge. Social Reproduction.

## LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Sertão do Araripe, Santa Cruz – PE.....	39
Foto 02 - Fase exploratória ... ..	55
Foto 03 - Pesquisa de Campo – Sítio Campinas Araripina - PE/Set de 2017.....	58
Foto 04 - Paisagem da Caatinga – 2019. ....	96
Foto 05 - Altar da casa do agricultor Palma.....	119
Foto 06 - Água armazenada em cisterna e calçadão para consumo.....	186
Foto 07 - Agricultores do Araripe-PE .....	192
Foto 08 - Sementes dos Agricultores do Araripe-PE .....	204
Foto 09 - Entrada do sitio do agricultor Juazeiro. ....	213

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do Território do Sertão do Araripe em relação aos demais Territórios do Estado de Pernambuco, Ceará e Piauí .....	40
Figura 02 - Passos metodológicos da pesquisa .....	52
Figura 03- Secas ocorridas no Nordeste entre 1559 – 2017... ..	90
Figura 04 - Número de animais/municípios – Território Sertão do Araripe ... ..	92
Figura 05 - Índice pluviométrico do Território do Sertão do Araripe – 2017.....	93

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Tipos dos agroecossistemas do Sertão do Araripe .....	47
Quadro 02 - Categorias de Análises ... ..	65
Quadro 03 - Secas do século XVIII.....	75
Quadro 04 - Anos de grandes secas. ....	78
Quadro 05 - Categorias de observação da natureza. ....	222
Gráfico 01 - Índice pluviométrico de Araripina-PE de 2016.....	228

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP1MC	Associação Programa 1 Milhão de Cisterna
APAC	Agência Pernambucana de Água e Clima
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologia Alternativa
ATER	Articulação do Semiárido Brasileiro
BNB	Banco do Nordeste
CAATINGA	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas
CCE	Comissão das Comunidades Europeias
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CHAPADA	Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPO3	Conferência das Partes da Convenção de Combate à Diversificação e à Seca
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DED	Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Deutscher Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit)
DENOCs	Departamento de Obras Contra as Secas
ECOARARIPE	Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCONASA	Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FOTEAR	Fórum Territorial do Araripe
FUPEF	Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IOCS	Inspetoria de Obras Contra a Seca
IPA	Instituto Agronômico de Pernambuco
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOC	Movimento de Organização Comunitária
ONG	Organização Não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica
P1+2	Programa 1 Terra Duas Águas
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
PAM	Produção Agrícola Municipal
PATAC	Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas
PDHC	Projeto Dom Helder Camara
PDRIs	Planos Integrados de Desenvolvimento Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
SAB	Semiárido Brasileiro
SARA	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco
STR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TRS	Teoria das Representações Sociais
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: É NO SEMIÁRIDO QUE A VIDA PULSA, É NO SEMIÁRIDO QUE O POVO RESISTE .....	21
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA .....	30
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA .....	31
1.4 OBJETIVOS. ....	32
1.4.1 Objetivo geral .....	32
1.4.2 Objetivos específicos.....	33
<b>2 MÉTODO DA PESQUISA</b> .....	<b>34</b>
2.1 O PONTO DE PARTIDA E A ESCOLHA DO TEMA. ....	34
2.2 DESCRIÇÃO DO CONTEXTO ESTUDADO: “O SERTÃO ESTÁ DENTRO DE NÓS” – O SERTÃO DO ARARIPE – LÓCUS DE INVESTIGAÇÃO.....	38
2.3 TIPO DE PESQUISA.....	49
2.4 PASSOS METODOLÓGICOS.....	51
2.5 CATEGORIAS E ANÁLISES.....	65
<b>3 AS SECAS NOS SERTÕES: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA</b> .....	<b>68</b>
3.1 AS SECAS NOS SÉCULOS XVI E XVII.....	70
3.2. A HISTÓRIA DAS SECAS DO SÉCULO XVIII.....	74
3.3 A HISTÓRIA DAS SECAS DURANTE O SÉCULO XIX: O SÉCULO DA GRANDE SECA. ....	76
3.4 A HISTÓRIA DAS SECAS DO SÉCULO XX.....	79
3.5 A ÚLTIMA SECA DESTE SÉCULO (XXI). ....	88
<b>4 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO SER SERTANEJO</b> .....	<b>98</b>
4.1 OS(AS) SERTANEJOS(AS) E SEUS MODO DE VIDA.....	108
4.2 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM ESTIGMATIZADA DO MATUTO(A) SERTANEJO(A) PELA SOCIEDADE EXTERNA. ....	123
4.3 TRADIÇÃO, HÁBITOS E COSTUMES DAS TERRAS SECAS SERTANEJAS.....	127
<b>5 A FORMAÇÃO SOCIAL DOS SERTÕES</b> .....	<b>135</b>
5.1 O LUGAR SERTÃO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	135
5.2 A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS SERTÕES A PARTIR DAS SECAS.....	152

<b>6 CAMINHOS PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE SABERES.....</b>	<b>164</b>
6.1 A EXPERIÊNCIA DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA).....	166
6.2 ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E O SABER LOCAL.....	178
<b>7 ANÁLISES DOS SIGNIFICADOS, MEMÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO A PARTIR DO ARARIPE.....</b>	<b>192</b>
7.1 ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA ALICERÇADAS NO SABER TRADICIONAL.....	197
7.2 A CRIAÇÃO ANIMAL: A POUPANÇA VIVA NO SERTÃO.....	199
7.3 AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS NO RASTRO DA CHUVA E AS SEMENTES CRIOULAS.....	201
7.4 ÁGUA É VIDA: O ESTOQUE HÍDRICO COMO ESTRATÉGIA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.....	207
7.5 NOS RASTROS DA TRADIÇÃO SERTANEJA: A CONSTRUÇÃO DOS SABERES – ANTES E O HOJE.....	212
7.6 APRENDENDO COM A NATUREZA: PREVENDO AS CHUVAS.....	216
<b>8 COSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>232</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>239</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>261</b>
<b>ANEXO A - CARTA DE PRINCÍPIOS, ASA.....</b>	<b>263</b>



## APRESENTAÇÃO

O ingresso no universo dos estudos da Extensão Rural nasce junto com a experiência vivenciada no âmbito profissional. A trajetória acadêmica e profissional se entrelaça no olhar da extensionista que pesquisa e da pesquisadora de extensão rural. A tese é parte desse processo histórico de construção do conhecimento pessoal e profissional. Por esta razão, antes de apresentar as partes que compõe esta pesquisa, exporei um pequeno contexto da minha caminhada, pois considero que o(a) pesquisador(a) não necessariamente seja totalmente desconexo ao problema de pesquisa. Compreendo que, nossas vivências, valores, crenças e imersões nas relações sociais, constituem a sua forma de pensar e olhar para o mundo. Dessa forma, a construção do conhecimento não é um produto isolado, tendo em vista que, nele tem parte da identidade e historicidade de quem a pesquisa e principalmente das relações traçadas pelo(a) pesquisador(a).

Sou fruto de uma família sertaneja de Exu-PE, pai músico, compositor de forró pé de serra, sempre retratando nas suas letras raízes do sertão, e uma mãe cultivadora de plantas, flores e pessoas, uma mulher que constantemente contempla o nosso torrão. Meu contato com as manifestações da seca vem dos meus antepassados, avós que foram embora do sertão para o Sudeste, minha mãe e tios que trabalharam nas frentes de emergência na seca de 1983, e hoje, eu, meus irmão e sobrinhos, convivemos com esse fenômeno, porém de modos distintos.

Minha entrada nos estudos voltados para agricultura se iniciaram quando cursei o Técnico em Agropecuária na antiga Escola Agrotécnica Federal de Crato – CE (EAFC), após esse período ingressei no ramo profissional como extensionista rural na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Ceará, paralelo a esse serviço dei entrada no curso de graduação em Engenharia Agrônômica na Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina (FACIAGRA), durante a graduação tive a oportunidade da passagem por outras instituições Não Governamentais como a Associação Cristã de Base, sendo extensionista do Projeto de Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) na região do cariri cearense, além da passagem pelo Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas (CAATINGA), em parceria com o Projeto Dom Helder Camara. Nestas duas ocasiões a experiência de ATER entrecruzou com

anos de secas. Posteriormente, ingressei no mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local na Universidade Federal Rural de Pernambuco (URPE), onde pesquisei sobre a relação entre a produção agroecológica, resiliência e reprodução social da agricultura familiar no Sertão do Araripe. Posteriormente, ingressei na equipe de ATER do Centro Agroecológico Sabiá, no Sertão do Pajeú, onde passei dois anos numa Chamada de ATER agroecológica, essas duas últimas experiências também perpassaram em tempos de seca.

Toda essa vivência abastece a intensão por desenvolver um trabalho desta natureza na qual se constitui num processo de amadurecimento pessoal e profissional. Ao longo da minha trajetória pessoal e profissional os aspectos relacionados à seca foram uma constante, embora com maior ou menor intensidade, estava sempre próxima de agricultores familiares.

Dessa forma, considero que não foi uma escolha difícil, manter-se investigando nesta vertente, toda caminhada pessoal e profissional contribuíram para permanência. Contudo, frente à diversidade de opções nas quais eu poderia aprofundar meus conhecimentos e a intenção de estudar um fenômeno que estivesse estreitamente relacionado às minhas origens, a proposta de trabalho deu corpo a esta pesquisa aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGEXR) da UFSM.

## 1 INTRODUÇÃO

Iniciamos esta pesquisa justamente em um período em que as famílias agricultoras do Semiárido enfrentaram uma das piores secas da história entre 2011 e 2018. As secas são fenômenos recorrentes no Semiárido. As estiagens que ocorrem anualmente entre os meses de maio a dezembro, em grande parte do Semiárido, são agravadas por secas mais intensas que ocorrem no ciclo de cinco a oito anos. Como efeito dessas secas cíclicas, a forte limitação hídrica, que já ocorre anualmente, torna-se ainda mais drástica, impactando sobremaneira na sustentabilidade dos agroecossistemas familiares, no modo de vida e na reprodução social. Nesse sentido, as famílias agricultoras sertanejas precisam estar permanentemente preparadas para resistir a seus efeitos. Assim, às famílias agricultoras e as instituições que executam um serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), tem como um desafio constante a preocupação e a necessidade de promover a resiliência<sup>1</sup> nesses sistemas produtivos, na busca por assegurar as populações sertanejas os meios necessários à convivência com as condições adversas ao clima semiárido, principalmente em tempos onde as secas se acentuam por longos períodos.

As famílias agricultoras nos sertões vêm ao longo de várias gerações manejando sistemas de troca de conhecimento e “disseminação” de informações e aprendizagens, que tem apresentado uma capacidade positiva no processo de solução prática e estratégias frente às secas no Semiárido Brasileiro (SAB), porém esse conhecimento vem se perdendo, em alguns momentos substituídos pelas novas formas de informações, seja técnica acadêmica, acessadas via internet, onde vem sendo hibridizadas, ao longo do tempo. As famílias agricultoras das regiões Semiáridas, principalmente no Sertão nordestino, apresentam particular intuição para as forças que o lugar exige, tanto no âmbito social e ambiental. Uma vez que, estas famílias, habitualmente observam os sinais longínquos das trovoadas, que anunciam chuvas, bem como, a chegada da estação das águas, chamada inverno, captam no olhar e no sentir o rebrotar da folhagem em todas as caatingas, vivenciam o retorno das águas correntes dos rios, ao ensejo das primeiras chuvas. Estes são alguns elementos que compõe o conhecimento das potencialidades

---

<sup>1</sup> Por resiliência entende-se; “a capacidade intrínseca de um sistema produtivo em manter sua integridade no decorrer do tempo, sobretudo em relação a pressões externas” (HOLLING, 1996 apud MARZAL, 2007).

produtivas de cada pequeno espaço dos Sertões nordestino.

Na busca da construção do conhecimento para estratégias de Convivência para o Semiárido, as organizações sociais, os serviços de ATER das ONG's, Institutos de pesquisas, e Universidades tem dado o *start* através do desenvolvimento de metodologias que buscam uma sinergia entre o *saber local* e *ciência* nos processos locais de inovação, este conjunto de saberes tem buscado dinamizar a produção de conhecimento necessário para que o modo de vida da agricultura sertaneja seja capaz de evoluir fundamentadas na otimização das potencialidades ecológicas locais e na Convivência com o Semiárido. Tendo em vista que, grande parte das famílias agricultoras do Semiárido vem ao longo do tempo, a partir de observações e experimentações, forjadas pela necessidade, de sobreviver nesse ambiente, desenvolvendo conhecimentos e diversas trocas de informações, que contribuíram para tornar o Semiárido brasileiro o mais populoso do planeta. Contribuíram ainda, para construção desse conhecimento e troca de informações entre populações indígenas e a “bagagem” que traziam os novos habitantes – africanos, árabes, ciganos e europeus.

A Convivência com o Semiárido que consideramos aqui se faz necessária ser plural, não é somente água, planta, não é só gado, mas é principalmente gente, gente na terra, que se move, se relaciona, se comunica. Por sua vez, consideramos também este lugar Semiárido, enquanto lugar de vida, lugar de relações sociais, lugar de cultura, que se distribui em diversas regiões com características diversas, ou seja, são vários Semiáridos.

Aqui nesta pesquisa, usaremos o termo Semiárido para se referir a regiões do Sertão nordestino, olhando em especial para o Território Sertão do Araripe - PE, lugar que estaremos aproximando nossas lentes, olhando aspectos culturais, sociais e de identidade, bem como a relação das famílias agricultoras com os tempos de secas e agricultura. É importante mencionar que este território é coberto majoritariamente pelo clima Semiárido, bem como carrega na sua história elementos enraizados da cultura do seu povo. Ao direcionarmos o olhar para o Sertão, corroboramos com esse pensamento. A expressão “Sertão” traz consigo uma identidade cultural para além do clima e do bioma. No entanto, atentamos para ambos os termos Sertão e Semiárido, pois:

Sertão – ou sertões, como Euclides da Cunha usou – não identifica

totalmente o Semiárido. Há também os sertões de Goiás e de Minas, além daquele do Nordeste, sinônimos tradicionais de lugares distantes, inacessíveis, espaços do atraso e das populações rústicas. Nem mesmo podemos usar mais, apropriadamente, a expressão “sertão nordestino” para identificar a região semiárida, pois o Semiárido vai além do Nordeste e inclui o Norte de Minas. Então, ora vamos nos referir ao Semiárido, ora ao sertão, sempre tendo como referência esse cenário maior (MALVEZZI, 2007, p. 09).

Por isso, ressaltamos que ao falarmos de Sertão neste estudo estamos nos referindo aos Sertões nordestinos, já no caso de Semiárido consideramos além dos estados nordestinos o norte de Minas Gerais como parte dessa região. Mesmo dentro do nordeste, consideramos que são vários Sertões, cada um com suas características próprias, bem como apresentam climas Semiáridos com variações distintas. Assim sendo, é preciso lembrar que tanto o Sertão quanto o Semiárido não são regiões homogêneas, ao contrário, contém no seu âmbito áreas com características e potenciais diversos, são vários Sertões, são vários Semiáridos.

Consideramos importante, também esclarecer o termo agricultura familiar utilizado aqui nesta pesquisa, por sua vez, a terminologia tem como base o conceito de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2011, p. 92), na qual afirma que, a agricultura familiar representa um marco significativo político deste sujeito social do mundo rural. Ora usaremos agricultora familiar, ora camponeses(as), tendo em vista que autores mais antigo se refere dessa maneira para falar do mesmo grupo social rural, já que o reconhecimento político da terminologia Agricultora familiar enquanto categoria, é mais recente. Contudo, ressalvamos que, este reconhecimento, não deve ser entendido como uma mera consideração formal da categoria, pautada em políticas públicas, mas como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais inferiorizadas excluídas historicamente e em luta por fazer-se reconhecer frente a outros atores e perante o Estado, é desse grupo social que estamos nos referindo (PICOLOTTO, 2014, p. 01).

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: É NO SEMIÁRIDO QUE A VIDA PULSA, É NO SEMIÁRIDO QUE O POVO RESISTE

A região do Semiárido brasileiro caracteriza-se por seus fenômenos naturais, como período prolongado de estiagem, elevada temperatura e, em grande parte, aridez sazonal. A primeira delimitação da região do Semiárido resulta de uma compreensão pragmática da existência de áreas onde incidem secas prolongadas, a

princípio apenas na região Nordeste. Inicialmente a região ficou definida como Polígono das Secas, área de atuação tanto para o Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), como também, posteriormente, para Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Para classificar as áreas inseridas no antigo Polígono foram estabelecidos os seguintes critérios: todas as regiões formadas pelo conjunto de lugares contíguos, caracterizados pelo balanço hídrico negativo, isto é, índices pluviométricos iguais ou inferiores a 800 mm/ano, eram considerados como regiões inseridas no Semiárido (GONDIM, *et al.*, 2017, p. 279).

Por sua vez, a atual delimitação do Semiárido, orientada por novos critérios deliberados no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial e validada pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, por meio da Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017, realizou esta última definição da área de abrangência geográfica do Semiárido brasileiro, que abarca 1262 municípios. Neste documento, determina-se que, os municípios que estão inseridos na região Semiárida, apresentam: a) a precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; b) um índice de aridez de Thornthwaite<sup>2</sup> até 0,5 no período de 1962 e 1990, calculado pelo balanço hídrico que relaciona precipitação e a evapotranspiração potencial; c) e o risco de seca maior que 60% no período entre 1970 e 1990, são considerados inseridos na região do SAB.

Admite-se que no mundo existem diversas regiões Semiáridas, áridas e hiperáridas. Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (CCE), no continente africano, dois terços da superfície total são de regiões áridas ou semiáridas e 34% da população africana vive em zonas áridas, contra quase 2% na Europa. (CCE, 2005, p.17).

As regiões Semiáridas no mundo perpassam em maior parte pelas regiões áridas, extrapolando as baixas latitudes Norte e Sul. É importante destacar que as áreas Semiáridas no mundo estão sujeitas à desertificação, principalmente na América do Norte, América do Sul, Austrália, Ásia e África.

O nosso continente, a América do Sul, apresenta grandes áreas Semiáridas, desde a região do Guajira, na Venezuela e na Colômbia, até a diagonal seca do

---

<sup>2</sup> O índice de aridez é utilizado para medir o grau de aridez, orientado pelo Sistema de Classificação Temática (SCC) de Thornthwaite (Thornthwaite, 1948), faz a classificação climática a partir do balanço hídrico, o qual utiliza como variáveis de entrada: precipitação, evapotranspiração e capacidade de água disponível no solo (CAD) – (MARCOS JUNIOR *et al.*, 2018).

Cone Sul, que envolve muitas nuances de aridez ao longo da Argentina, Chile e Equador. Dentre todas estas regiões de clima Semiárido na América do Sul, a grande região Semiárida brasileira, conhecida também como região seca dos Sertões nordestinos acrescida da região norte de Minas Gerais é, segundo Ab'Sáber (1999), a mais homogênea do ponto de vista fisiográfico, ecológico e social. Não é o único Semiárido do planeta, mas é o mais chuvoso e o mais populoso (MALVEZZI, 2016, p.14).

Ao longo dessas diversas regiões semiáridas, as características apresentam elementos semelhantes. No entanto, no SAB, destaca-se exclusivamente a vegetação da caatinga como predominante, além da existência de espécies arbóreas, herbáceas e arbustivas, sendo algumas endêmicas. O bioma da caatinga é bastante diverso, apresenta uma imensa diversidade, e até o momento foram registradas 932 espécies de plantas vasculares, das quais 380 são endêmicas e 20 gêneros pertencentes a 42 famílias. Além disso, registra-se a existência de 241 espécies de peixes com 57% de endemismo, 177 de répteis, 79 anfíbios, 591 de aves com 4,3% de endemismo e 178 espécies de mamíferos (BRASIL, 2016).

No âmbito do SAB destacam-se os Sertões como área geográfica típica. A paisagem dos Sertões, em geral, se manifesta durante o período de estiagem, destacam-se as caducifólias cinza e calcinada, em contrapartida essa paisagem cinzenta se reinventa no inverno, com uma cobertura exuberantemente verde nos tempos chuvosos, como também, com algumas intrusões de pleno xerofitismo, representado por diversas espécies ou comunidades de cactáceas: mandacarus (*Cereus jamacaru*), coroas-de-frade (*Melocactus zehntneri*), facheiros (*Pilosocereus pachycladus*), xique-xiques (*Pilosocereus polygonus*) e outros cardos alastrantes. Nos Sertões nordestinos, ao caírem às primeiras chuvas, o bioma da caatinga perde seu aspecto rude e torna-se verde e florida, inspirando o poeta sertanejo:

Chegando o tempo do inverno, Tudo é amoroso e terno, Sentindo o Pai Eterno Sua bondade sem fim. O nosso sertão amado, estrumicado e pelado, Fica logo transformado no mais bonito jardim. Neste quadro de beleza a gente vê com certeza que a musga da natureza tem riqueza de incantá. Do campo até na floresta as ave se manifesta compondo a sagrada orquesta desta festa naturá. Tudo é paz, tudo é carinho, na construção de seus ninho, Canta alegre os passarinho as mais sonora canção. E o camponês prazentero vai prantá feção ligero, pois é o que vinga premero Nas terras do meu sertão (ASSARÉ, 1978, p. 01).

As chuvas nos Sertões se caracterizam pela insuficiência e irregularidade na

sua distribuição, mas quando caem às primeiras gotas reaviva a esperança das famílias agricultoras, a natureza se renova, a vegetação se refaz, abandonando o tom cinza das matas para um verde viscoso, a temperatura e a taxa de evaporação elevadas modelam a paisagem da caatinga, que na língua indígena Tupi-Guarani quer dizer mata branca. Ainda abordando sobre o bioma da caatinga, Malvezzi (2007, p. 10), diz que ela abriga uma das maiores biodiversidades brasileira de insetos, com grande destaque para as abelhas, o que a torna muito favorável para a produção de mel. Entretanto, no período normal de estiagem, ela hiberna, fica seca, adquire uma aparência parda, mas não está morta:

Quando aparecem as primeiras chuvas, com a elevação do grau de umidade, temperatura mais amena, a vegetação xerófila mobiliza as reservas alimentícias, acumuladas nos “xilopódios” e nos caules, com a transmigração para os galhos, formação de folhas e de flores, verdadeira ressurreição operada no curto espaço de 8 dias, ficando o ambiente verde, bonito e sombreado. A flora desse clima irregular apresenta um aspecto cinzento e melancólico, nas secas, e outro vivo e verde, com as chuvas (DUQUE, 2004, p. 33).

Quando a chuva retorna, acontece esta espécie de ressurreição, o que parecia morto ressuscita; o que estava seco volta a ser verde, este é um mecanismo regulador da atividade fisiológica e da dormência da caatinga. Parece que a vida brota do nada. Em virtude disso, Malvezzi (2016), diz que o Semiárido tem apenas duas estações, a das chuvas e a sem chuvas. Silva R. (2006), afirma que a caatinga por se tratar de um bioma caracteristicamente brasileiro, consegue se destacar por sua elevada biodiversidade, em que se sobressai à formação vegetal tipicamente adaptada à seca, com folhas pequenas que reduzem a transpiração, os caules suculentos para armazenar água e as raízes espalhadas para capturar o máximo de água durante as chuvas.

As chuvas, por serem irregulares, nunca se sabe ao certo onde elas vão cair, nem a quantidade. As médias pluviométricas variam de ano a ano, entre anos bons de chuvas e anos secos. Segundo dados da Agência Pernambucana de Água e Clima (APAC), as médias pluviométricas nos sertões pernambucanos variam entre 268 e 800 mm anual, no caso do sertão do Araripe, lócus de investigação dessa pesquisa, a média é de 360 mm anual (APAC, 2014).

Os sertões também são marcados por grande incidência solar e ação dos ventos. Por esta razão, perdem rapidamente suas águas reservadas em superfícies



abertas e rasas. Esta é a alteração de ordem dos elementos naturais que o povo chama de “chover de baixo pra cima” significa dizer que, para cada milímetro que cai em solo, três evaporam por incidência do sol e dos ventos<sup>3</sup>.

Todas essas características dão forma ao cenário de um espaço geográfico, chamado de Sertão, Semiárido, terras secas, entre outros. Com efeito, Perez-Marin e Santos (2013), afirmam que no Brasil o termo Semiárido tem duas interpretações, uma que está relacionada diretamente com o clima, e uma segunda que remete a uma região, isto é, ao lugar. Com base nesses autores, é possível afirmar que há uma construção social que chega a confundir o “Semiárido-clima” com Semiárido região - seca, estiagem, bioma da caatinga, nordeste e desertificação, como se diz nos Sertões nordestinos: torna-se um balaio conceitual de sinonímia.

Dessa maneira, é possível abordar o SAB de forma mais restritiva, reduzindo-o à sua condição climática, mas também podemos olhá-lo de uma forma sistêmica, ou seja, holística. Pois, consideramos que, o semiárido não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social e, em cada lugar, ele abraça de maneira diversa seu povo e seu modo de fazer agricultura, plantar e colher. Em virtude disso, “Não se pode compreendê-lo de um ângulo só” (MALVEZZI, 2007, p. 09).

Os dados que o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) mostra que é possível destacar a ocorrência de quatro tipos diferentes de clima Semiárido. O primeiro, que apresenta seis meses sem ocorrência de chuvas (seis meses secos), este ocorre em todos os estados da região Nordeste, com maior incidência no Piauí e no Leste do Maranhão. Esse tipo de clima ocorre também nas regiões de transição entre o Semiárido e as zonas mais úmidas; um segundo clima Semiárido é o que se prolonga de sete a oito meses secos: predomina nos Sertões do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia, além de parte do Sertão alagoano e piauiense; o terceiro clima Semiárido que se prolonga de 9 a 10 meses secos: é encontrado nos Sertões da Paraíba, parte do Rio Grande do Norte, nos Sertões da Bahia e Pernambuco, este tipo de clima Semiárido é predominante no Sertão do Araripe pernambucano. O quarto e último clima Semiárido mais severo, com duração de 11 meses secos, este ocorre na Paraíba e no Sertão baiano.

Essa variação de tempo e espaço das chuvas dificulta a vida das famílias

---

<sup>3</sup> Os elevados índices de evapotranspiração normalmente superam os totais pluviométricos irregulares, configurando taxas negativas no balanço hídrico (ANA, 2020).

agricultoras, mas não impede a boa convivência com o ambiente, bem como, o desenvolvimento de alternativas e estratégias para conviver com esse ecossistema predominante no Sertão.

Uma segunda classificação da região que, devemos levar em consideração é a do escritor Dr. José Guimarães Duque (2004), que ao caracterizar as regiões naturais do Nordeste brasileiro, aponta para a existência de oito regiões Semiáridas distintas e mescladas entre si: caatinga, agreste, carrasco, seridó, cariris-velhos, curimataú, serras e Sertão. Baseando-se nessa divisão, veremos alguns aspectos próprios com mais detalhes do Sertão, foco de estudo da nossa pesquisa. Atualmente, além das dicotomias clássicas já citadas, a ideia de Sertão nos proporciona a possibilidade de entrar em contato com sistemas de pensamento mais sutis, desdobramentos das estratégias de Convivência com o Semiárido existente nas ações, nas falas, no comportamento e na prática das famílias agricultoras. Trazidas na bagagem de memórias do lugar, estas concepções participam da refundação simbólica da região.

Todos esses Semiáridos Brasileiros chegam a ocupar cerca 12% do território nacional, o que abrange cerca de 1.128.697 Km<sup>2</sup>, correspondendo a 80% da região Nordeste. Em cada estado, estende-se por dimensões variadas, sendo: 95,11% do estado do Ceará, 88,02% do território do Rio Grande do Norte, 87% da Paraíba, 66,49% de Pernambuco, 82,59% do Piauí, 66,67% do território da Bahia, 37,25% de Alagoas, 38,67% do Sergipe, além de 10,67% de Minas Gerais e 0,92% do estado do Maranhão (SUDENE, 2017).

Nessa imensa vastidão de áreas, o Semiárido traz consigo um povo formado de etnias distintas, desde negros oriundos da África, brancos oriundos da Europa, ciganos, árabes e povos indígenas que já habitavam no lugar. Dessa forma, constituíram os povos originários do Semiárido, partindo da miscigenação entre etnias e culturas, dando origem à identidade do ser “sertanejo(a)”.

Portanto, os povos dos Sertões se originam a partir de relações sociais assimétricas. Essas relações se formaram na sua maioria entre dominantes e dominados, processos estes muitas vezes marcado por violência, escravidão, dos donos das terras e de seus escravos, dos criadores de gado, espalhados nas fazendas nos vastos Sertões (SOUZA e MEDEIROS FILHO, 1983). Com efeito, todas essas memórias do lugar carregam marcas de combate com os indígenas, bem como de miscigenação de culturas entre os negros(a) escravos(a) e também

rebeldes dos quilombos, dos índios que mergulharam sempre mais Sertão adentro para fugir de seus alçozes no litoral e nas margens do rio São Francisco, que por suas boas condições hidrográficas, representou um lugar importante para as populações ribeirinhas e das populações que povoaram os Sertões (MALVEZZI, 2016, p. 15).

É partindo dessa formação social, que desenvolveram a identidade sertaneja, jogaram semente no ventre dos Sertões, fincaram raízes, com suas crenças, poesias, suas lendas, seu jeito peculiar de cultivar a terra, com suas maneiras improváveis e muitas vezes precárias de guardar a água, sua música cantada, que até hoje encanta as belezas e tristezas do lugar através da musicalidade.

Os povos dos Sertões criaram e mantiveram suas danças, festas religiosas e profanas. Toda esta formação histórica concebeu um povo com sua cultura de fé e de festa que, na maioria das vezes, está relacionado às secas do sertão. Esses povos semearam também da convivência com o lugar, a cultura do trabalho criativo na forma de habituar-se ao meio em que vivem.

Atualmente<sup>4</sup>, o SAB conta com uma população de 27.870.241 milhões de pessoas, isso corresponde a uma média de 13,5% da população brasileira (INSA, 2018). Importante lembrar que dela fazem parte 9,5 milhões de pessoas no espaço rural. Conforme dados da FAO/INCRA (2000), a região Nordeste é a que apresenta o maior número de agricultores familiares, representados por 2.055.157 estabelecimentos (88,3%), a região Sul - 907.635, Sudeste - 633.620, Norte - 380.895, Centro-Oeste - 162.062 estabelecimentos. No SAB a maior concentração de população rural é de camponeses, povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares, fazendeiros, comunidades tradicionais e ribeirinhas entre as quais quatro milhões de camponeses sem terra marcados por uma relação telúrica com a rusticidade física e ecológica dos sertões, sob uma estrutura agrária particularmente perversa (AB'SABER, 1999). Para este autor, é nos sertões onde habita a mais importante massa de camponeses residentes do Brasil:

Mais do que qualquer outro contingente demográfico do nosso interior, esta população forma um povo e uma cultura amarrados à rusticidade da vida econômica e social nas caatingas. É no sertão nordestino, que encontramos uma cultura popular centenária de raízes linguísticas, centradas em fundamentos ibéricos e aperfeiçoadas ao calor das forças telúricas e ameríndias, em um ambiente físico e humano que não reservou lugar para

---

<sup>4</sup> Conforme Resoluções nº 115, de 23 de novembro, e nº 107, 27 de julho de 2017 (SUDENE, 2017).

os fracos e acomodados (AB'SABER, 1999. p. 07).

Com a última delimitação do Semiárido, a população residente, conta com uma média 61,97% de seus habitantes residem no meio urbano e 38,03% no meio rural (SUDENE, 2017). É a região onde vive o povo da resistência, semelhante à ave Asa Branca, cantada na música de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. É um pássaro do Sertão que em anos de seca luta para sobreviver em meio as dificuldade de escassez. De todos os pássaros do Sertão, a Asa Branca é a última espécie a querer deixar o seu lugar de morada, ela fica sempre na esperança de que vai chover, e assim vive o sertanejo(a).

Durante os anos de 2011 a 2018, as famílias agricultoras do SAB enfrentaram uma das piores secas da história. Iniciamos esta pesquisa diante do cenário que pendurou por sete anos de seca prolongada.

As secas são fenômenos recorrentes no Semiárido. As estiagens que ocorrem anualmente entre os meses de maio a dezembro, em grande parte do Semiárido são agravadas por secas mais intensas que ocorrem no ciclo de cinco a oito anos. Em consequência dessas secas cíclicas a forte limitação hídrica que já ocorre anualmente, torna-se ainda mais drástica, impactando sobremaneira na vida das famílias agricultoras, seja no aspecto produtivo, social, econômico e/ou cultural.

Nesse sentido, as famílias agricultoras precisam estar permanentemente preparadas e adaptadas para conviver com os efeitos das secas. Neste trabalho, usamos o termo Convivência com o Semiárido, entendendo que, a “convivência com o clima Semiárido” é compreendida pelos movimentos sociais como a busca por valorizar e criar participativamente conhecimentos sobre como lidar com o clima tal qual ele é (GUYOT, 2018). Nesse sentido, Silva R. (2006) considera que a Convivência com Semiárido expressa uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza. Com base nestas colocações, consideramos também que essa convivência esta relacionada à melhoria da qualidade de vida das famílias sertanejas, por meio do incentivo às atividades econômicas apropriadas à sustentabilidade ambiental.

Assim, frente aos anos secos, sertanejas e sertanejos têm como um desafio constante a preocupação e a necessidade de promover a resiliência social e produtiva nos seus sistemas, ou seja, uma busca constante, pelo desenvolvimento

de uma agricultura com maior capacidade de acumular recursos para atravessar os períodos difíceis e se recuperar frente as crises geradas por fenômenos naturais ou socioeconômicos. Assim, para população do Sertão, a seca torna-se o principal fenômeno limitante, colocando como forte desafio a adaptação dos sistemas produtivos frente às características típicas da região, isto é, as estiagens prolongadas, sejam elas anuais ou plurianuais.

Segundo Buttel (1995), o conhecimento construído socialmente sobre os sistemas de produção é acumulado e transmitido de geração em geração, através do estabelecimento de procedimentos e critérios para ajustes por meio de experimentação e seleção. Dessa forma, as famílias agricultoras nos Sertões vêm ao longo de várias gerações manejando sistemas de troca de conhecimento e disseminação de informações e aprendizagens; que tem apresentado capacidades positivas no processo de solução prática, desenvolvendo estratégias para lidar com as estiagens anuais e secas prolongada. Porém esses conhecimentos vêm se perdendo e/ou sendo hibridizados com práticas da agricultura moderna ao longo do tempo. Ainda que não seja possível determinar o quanto esses aprendizados e estratégias são suficientes para conviver nesses períodos de secas, eles certamente apontam um caminho.

Pennesi e Souza C. (2012), ao se referirem aos profetas da chuva e em como as previsões são construídas dizem o seguinte:

Esse saber é construído ao longo dos anos através de sua interação com o meio ambiente, bem como por meio do desenvolvimento de experiências e rituais, passados de geração em geração, seja na família ou entre amigos. Os interessados nesse conhecimento, aqueles que têm um vínculo significativo com a terra aprendem através da convivência, do crescimento de um entendimento próprio e de um conjunto de sinais – as experiências – como construir suas próprias previsões, singularizando-as. Não existe somente um grupo de sinais, nem um ritual obrigatório que todos os profetas seguem (PENNESI e SOUZA C, 2012, p. 162).

O saber fazer sertanejo se constitui em um conjunto de conhecimento, onde o próprio processo de produção do conhecimento local está ligado aos tempos naturais do lugar e das pessoas, e perpassam um conjunto de regras e costumes aceitos socialmente. Dessa forma, o processo de construção de conhecimento está embebido nas relações sociais (COTRIM, 2013. p. 21).

As estiagens, quando prolongadas, ficaram conhecidas como as grandes secas nos Sertões, é uma presença constante na vida das famílias agricultoras do

lugar. Esse fenômeno deu origem a todo um saber popular, a construção do conhecimento sobre a convivência com o lugar e com a imprevisibilidade climática, que nasce da vivência e experiência concebida localmente. As secas, por ser uma afirmação constante na história dos Sertões, permitiu o desenvolvimento desses saberes através da observação da natureza e das histórias contadas dos mais velhos, perpassando gerações. Dessa forma, desenvolveram um conjunto de sinais capazes de promover a permanência e reprodução social das famílias agricultoras.

Segundo Cotrim (2013), a construção do conhecimento no espaço rural, especificamente na agricultura, ocorre por meio de processos de constituição social de variadas alternativas tecnológicas, as quais combinam fatores de um *saber fazer* conduzidos pelas gerações. Nesta pesquisa tratamos a construção do conhecimento como um processo de acúmulo de saberes edificado no tempo da vida dos Sertões, sejam estes durante os longos anos sem chuva ou os anos de bons invernos.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Com base nessa discussão, esta pesquisa formula o seguinte questionamento: quais são as estratégias, das famílias agricultoras, que garantem a permanência e Convivência com o Semiárido em anos de grandes secas? Este questionamento leva a um segundo: como a cultura da Convivência com o Semiárido é construída pelas famílias agricultoras?

Estas perguntas levam em consideração tanto o conhecimento popular das famílias agricultoras construído a partir da sua experiência vivenciada frente às secas, quanto a conhecimento gerado a partir da atuação da ATER no território, tendo em vista que parte deste segundo conhecimento está, em maior quantidade, atrelado a academia e é oriundo dos seus diversos cursos das Ciências Agrárias e Sociais. Segundo Pennesi e Souza (2012), ao passo que a educação formal adentra a vida bucólica, percebe-se um conflito entre a ciência e o conhecimento popular, quando parece que a primeira se sobrepõe ao segundo. Contudo, no âmbito da Convivência com Semiárido, o sentido é uma relação mais horizontalizada e de respeito entre diversas formas do conhecimento, seja este popular e/ou acadêmico.

Parte das organizações que prestam serviços de ATER, organizaram o conhecimento popular e experiências que produziam melhores resultados em relação às condições que o Sertão apresenta. Essa organização, através do senso

crítico-científico, permitiu identificar experiências para serem disseminadas através das ações da ATER das organizações locais do território. Dado o exposto, é de fundamental importância compreender, em que medida o conhecimento local garante, ou não, a permanência das famílias agricultoras em anos de grandes secas, refletir sobre o que de fato faz as famílias permanecerem em anos sem chuvas nas suas terras secas e rachadas, tendo em vista que maior parte da agricultura são sistemas de sequeiro.

O conhecimento popular nesta pesquisa está relacionado às técnicas de agricultura no Semiárido nordestino. No nosso caso, este contexto volta-se para os períodos de secas, em que a transformação dos saberes leva a uma mudança de valores, que, conseqüentemente, influenciará nos relacionamentos sociais, na forma como o sujeito se percebe no mundo e como exerga o outro. Por exemplo, o que era certo para a geração anterior, não necessariamente é para a geração atual.

Esse conhecimento se manifesta como face de uma cultura que abarca os modos de vida, maneiras de viver em conjunto, sistemas de valores, tradições e crenças. Levando em conta que grande parte das famílias agricultoras do Semiárido nordestino vem ao longo do tempo, a partir de observações e experimentações forjadas pela necessidade de sobreviver nesse ambiente, desenvolvendo conhecimentos e diversas trocas de informações que contribuíram para tornar o SAB o mais populoso do planeta.

Contribuíram ainda, para construção desse conhecimento e troca de informações entre populações indígenas e a “bagagem” que traziam os novos habitantes – africanos, árabes, ciganos e europeus. Dessa forma, consideramos a seca enquanto parte de um universo simbólico e não somente como um fenômeno natural. Para nós, isto significa compreender uma forma particular de conhecimento, expresso pelos saberes das famílias agricultoras que demonstram como se constitui a interação com a pertença da seca em sua vida cotidiana.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Várias foram as razões que motivaram a escolha dessa problemática. Em primeiro lugar a conterraneidade sertaneja. Como filha de Exu - PE, sou sensível às questões que afligem a minha região. Em segundo lugar, pela experiência de trabalho como extensionista com comunidades e assentamentos rurais em regiões

semiáridas – Região do Cariri, Região do Sertão Central, Sertão dos Ihamuns (Ceará); Sertão do Araripe e Sertão do Pajeú (Pernambuco), Região da Serra da Capivara (Piauí), Região do Cariri (Paraíba), Região do Alto Sertão Alagoano (Alagoas), Região do Alto Sertão Sergipano (Sergipe) e Região do Apodi (Rio Grande Norte). Em todos os casos, estive assessorando grupos da agricultura familiar na perspectiva da construção do conhecimento e na Convivência com o Semiárido.

No transcorrer dessa vivência, um aspecto me despertou particular curiosidade de como alguns agricultores e agricultoras conseguem resistir, conviver e se reproduzirem socialmente enquanto famílias agricultoras, considerando que em sua maior parte trabalham com agricultura de sequeiro frente a anos que chovem 3 meses, frente a anos que não chovem consecutivamente.

Em uma segunda linha, a justificativa da relevância deste estudo volta-se para as perguntas que emergem como problemática da pesquisa. Assim, considerando a construção do conhecimento sertanejo, um complexo sistêmico informacional local sem um método sistematizado, a proposta deste presente trabalho é a de refletir sobre o aprendizado que a sociedade sertaneja acumulou na sua relação com os anos de seca, fundamentadas na otimização das potencialidades ecológicas locais e na Convivência com o Semiárido. Esse debate ganha particular importância num momento em que o semiárido nordestino vivenciou, recentemente, período este considerado uma das secas mais críticas, em termos totais de chuvas, dos últimos 100 anos (MARTINS e MAGALHÃES, 2015; MARTINS, MAGALHÃES e FONTENELE, 2017).

## 1.4 OBJETIVOS

### 1.4.1 Objetivo geral

Analisar, por meio de memórias e estratégias vivenciadas pelas famílias agricultoras, frente aos anos de grandes secas, evidenciando como essas (famílias agricultoras) constroem, a partir das experiências de vida acumuladas, os saberes locais, em direção à Convivência com o Semiárido – Território do Sertão do Araripe - PE.



### 1.4.2 Objetivos Específicos

- Descrever o contexto historiográfico das secas nos Sertões nordestino;
- Refletir sobre a formação social e identitária dos(as) sertanejos(as) e seus impactos na construção da Convivência com o Semiárido;
- Conhecer e compreender o processo de construção do conhecimento, das famílias agricultoras, que possibilita a Convivência com o Semiárido;
- Identificar as formas de aprendizagem que as famílias agricultoras utilizam na produção do saber local para permanência dessas (famílias agricultoras), em anos de secas prolongadas, no semiárido pernambucano;
- Analisar como o conhecimento, o saber local, se expressam na reprodução social das famílias agricultoras sertanejas a partir do seu modo de vida, constituindo uma cultura de convívio com o semiárido construída e aprendida há gerações.

## 2 MÉTODO DA PESQUISA

Partimos da compreensão que, do ponto de vista metodológico, a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador(a) colocar-se no papel do(a) outro(a), vendo o mundo pela visão dos(as) pesquisados(as) (GODOY, 1993).

### 2.1 O PONTO DE PARTIDA E A ESCOLHA DO TEMA

O meu interesse em estudar os Sertões, iniciou em meados de 2011. Ainda um pouco antes deste período, surgiu o primeiro despertar em estudar as diversas formas de estratégias de Convivência com Semiárido, entender como as famílias agricultoras sertanejas conseguem se reproduzir socialmente, bem como, conseguem desenvolver suas capacidades de resiliência, tendo em vista que, nesse ano acentuava-se uma estiagem prolongada com muita perda da produção agrícola, comercialização dos animais a preços baixos, entrada de ações emergenciais do governo, entre outras questões que afligiam o Sertão do Araripe e todo o SAB.

Ainda em 2008, ao ingressar na graduação em Agronomia na cidade de Araripina - PE, e posteriormente em 2011 com a inserção no serviço prestado como extensionista rural na Organização Não Governamental (ONG) - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores de Instituições Não Governamentais (CAATINGA), em parceria com o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC<sup>5</sup>), ambos no Território do Araripe, pude perceber que ser agricultor e agricultora no Sertão é um grande desafio.

Como tema de pesquisa, a mim sempre instigou estudar os Sertões, os sertanejos(as), bem como, suas formas de resistência, permanência, as práticas de agricultura, o modo de vida em especial da agricultura familiar perante as grandes secas. Interesse-me em particular pelas estratégias de convivência desenvolvidas pelas famílias agricultoras edificadas no tempo, construídas e aprendidas de

---

<sup>5</sup> O Projeto Dom Helder Camara é uma experiência piloto do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura, das Nações Unidas, realizada no Semiárido do Nordeste brasileiro. Seu propósito maior é gerar e difundir referências que orientem as ações de políticas públicas de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável. É um programa de ações complementares de fortalecimento à Reforma Agrária e Agricultura familiar na região do Semiárido. Foi implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

geração em geração, as formas de construção do conhecimento, em como lidar com o lugar. Pela vivência, percebi que as práticas e metodologias transmitidas dentro da tradição sertaneja, desenvolvidas por estas famílias, foram capazes de tornar o Sertão um lugar de vida. Com isto, venho ao longo desses anos investigando dentro dessa temática.

Os estudos do mestrado se iniciaram em 2013/2014, antes disso, ainda durante os anos de 2011 e 2012, exercendo a função de extensionista andava de moto por estradas com a viseira do capacete aberto, sentia no rosto uma impressão ressequida de calor áspero, percorri o Sertão do Araripe por dois anos de seca e via a monotonia cinzenta da paisagem esbranquiçar com o passar dos meses, de léguas em léguas<sup>6</sup> só algum juazeiro alegrava o verde no lugar.

As estradas, que em outros tempos aliviava o trabalho com sombras, se tornavam uma confusão desolada de galhos e folhas secas que estralavam feito papel queimando, cuja agressividade se acentuava pelas ossadas de animais mortos, principalmente bovinos. Recordo-me, em meados do mês de setembro de 2012, um céu limpo azulado sem nuvens, vibrava ardentemente na poeira do sol, indo da cidade de Ouricuri à comunidade Santa Fé, município de Santa Filomena, num percurso de 42 km, encontrei 22 vacas mortas esturricadas em vultos brancos doloroso.

Toda esta vivência me levou a inquietação de como as famílias continuavam vivendo ali, quais seus modos de (re)produção, e nessa ocasião o interesse em particular voltou-se para os sistemas de base agroecológica. Busquei entender como estes sistemas se sustentavam, de que maneira eram mantidos e reproduzidos no âmbito de suas práticas de manejo e socialmente, resultando na escrita da dissertação de mestrado: *Análise da produção agroecológica familiar, frente à situação de estiagem prolongada no território do Sertão do Araripe*. Destaquei na minha pesquisa as diversas estratégias dos sistemas agroecológicos desenvolvidas como forma de produção, práticas, manejo, técnicas que caracterizavam o modo de produção familiar de base agroecológica sertaneja.

Durante manhãs, tardes, dias inteiros de conversas, de idas para o campo, de café na beira do fogão a lenha, facilitando oficinas de agroecologia e construções de

---

<sup>6</sup> Era a denominação de várias unidades de medidas de itinerários (de comprimentos longos) utilizadas em Portugal, no Brasil e em outros países, até a introdução do sistema métrico. No sertão do Araripe, uma légua corresponde a 6 km.

cisternas para captação de água, fui vivenciando entendendo e sistematizando memórias expressas na oralidade que me diziam decodificações significativas para compreender melhor os sistemas produtivos de base agroecológica do sertão diante das grandes secas.

Um forte exemplo vivenciado ainda na pesquisa de dissertação volta-se para o agricultor Rodrigues<sup>7</sup>, de 86 anos, que me contava estar vivenciando a pior seca (2011-2014), mencionava sobre os aspectos ambientais, pois falava da falta de água, de forragem para os animais, de sementes para o plantio, da terra seca rachada, do açude com fundo rapado, do sol que ardia na moleira. No entanto, dizia ele ter passado por outras muito piores. E eu me perguntava o que faz ser pior que quatro anos sem chuva? O que diferencia uma grande seca da outra? A perda da safra? A falta de água? A escassez de alimento?

Nenhuma destas indagações, Seu Rodrigues relatava da seca de 1933, quando ainda criança com cinco anos, de fato, sua família não tinha, terra, não tinha água, andavam 18 km para buscar água para beber, pouco se tinha alimento para uma única refeição durante o dia, mas o que fez essa seca ser pior foi a acusação de roubo de uma criação (cabra) de um fazendeiro vizinho das terras onde moravam de posseiros.

Assim, fui entendendo que a seca não se caracteriza apenas por aspectos físicos, estruturais e objetivos. Pois, emana de um conjunto de representações que vão do real ao simbólico, os sentidos produzidos com as relações configuram-se na definição plural de vozes que apontam vários sentidos agregados à seca, criando assim, um conjunto simbólico polissêmico. Mesmo esta última seca sendo considerada a pior, no tocante aos aspectos ambientais e físicos, o que representou outras grandes secas foram também elementos subjetivos, que marcaram na caderneta da memória de famílias agricultoras a passagem rude e dolorosa de sentimentos jamais esquecidos.

Nos meus estudos agora de tese de doutorado, voltei novamente para as famílias do Sertão do Araripe, ao conteúdo de suas memórias e história de vida, através delas busquei estudar e entender como se dá a construção das estratégias de Convivência com o Semiárido com base no saber local. Identificar os modos de aprendizagem dos saberes locais, entender como esses saberes contribuem para

---

<sup>7</sup> Nome fictício.

permanência das famílias agricultoras em anos de secas prolongadas. Também busco compreender a trajetória da construção da cultura da Convivência com o Semiárido a partir do conhecimento das famílias agricultoras, bem como analisar como se dá a reprodução social das famílias agricultoras sertanejas a partir do seu modo de vida.

Para alcançar os objetivos proposto, realizamos combinações de técnicas de investigação, desde pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo: observação e visitas junto às famílias agricultoras, para escutar suas histórias sobre a vivência no sertão, sobre os anos de seca, sobre os desafios, além de falas vibrantes sobre a chegada dos tempos de inverno. Por sua vez, estas ferramentas metodológicas serão apresentadas com mais detalhes no item 2.4.

Com efeito, Paula (2009) diz que ao propormos ouvir o outro e a outra, pretendemos estabelecer uma interação entre os sujeitos portadores de histórias e de objetivos diferentes que podem, através da história de vida, narrar às tradições de gerações, as histórias dos eixos centrais da comunidade e a história de cada um e cada uma, promovendo assim um diálogo do passado e do presente repleto de cenas, cenários, sabores, sentimentos, vivências, conhecimentos e práticas da natureza, do vivido, do imaginado, do representado e das visões do mundo que habitamos.

Tal ênfase se dá pelo fato de chegarmos até 2018 no sétimo ano consecutivo de estiagem. Ressalvo aqui que, ainda, na dissertação do mestrado o foco esteve voltado mais para técnicas de manejo agroecológico, práticas realizadas pelas famílias e os modos de produção frutos da formação que as famílias beneficiárias da ATER de base agroecológica recebiam. Essa via de análise ficou numa única mão, deixando fresta abertas, possibilitando um estudo mais profundo sobre quais as estratégias, práticas e manejos que as famílias desenvolvem a partir do saber local aprendido com seus antepassados, já que, são experiências vividas ao longo de anos pelas famílias. Esta segunda parte é concretizada agora nesta pesquisa de tese, indo na outra via a fim de refletir sobre os saberes locais das famílias agricultoras na construção das estratégias fundamentadas na otimização das potencialidades ecológicas locais e na Convivência com o Semiárido.

## 2.2 DESCRIÇÃO DO CONTEXTO ESTUDADO: “O SERTÃO ESTÁ DENTRO DE NÓS” – O SERTÃO DO ARARIPE – LÓCUS DE INVESTIGAÇÃO

Na obra “Os Sertões”, Euclides da Cunha afirma que o sertanejo é antes de tudo um forte. Os sertanejos(as), vaqueiros(as), jagunços(as), cangaceiros(as), beatas(os), índios(as), ciganos(as), negros(as), caatingueiros(as) e tantos outros povos que ocupam essas terras longínquas, demonstram que o Sertão é um território de pluralidades de modos de vida tradicionais, de povos que aprenderam, a saber viver e conviver no Semiárido, assim o Araripe se formou.

O Sertão do Araripe, *lócus* de investigação, integra dez municípios: Araripina, Bodocó, Exu, Ouricuri, Ipubi, Trindade, Granito, Moreilândia, Santa Cruz, Santa Filomena e ainda é acrescentado do município de Parnamirim, que também é considerado inserido no território, uma vez que está totalmente envolvido na dinâmica social e política dos demais municípios. Em termos espaciais o Território do Sertão do Araripe está situado na divisa com Ceará e Piauí, localizado no extremo oeste do estado de Pernambuco, ocupando uma área de 12.020,30 Km<sup>2</sup> do SAB (FUPEF, 2007).

Segundo Garcia (2013), o Sertão do Araripe manifesta suas principais características naturais semelhantes às áreas do SAB, ambos marcados por um clima quente e seco, carregando entre os anos, a escassez e irregularidades de chuvas que, em maior parte são concentradas em poucos meses, aliadas a uma alta evapotranspiração e à existência de grandes períodos de seca.

Existem várias teorias e explicações para a origem da palavra “Sertão” e para “Araripe”. Segundo, Perez-Marin e Santos (2013), a palavra Sertão teve origem durante a colonização do Brasil pelos portugueses, que ao perceberem a diferença climática entre este e o litoral nordestino, chamaram o novo espaço de “desertão”. Logo, a palavra foi derivada para “de sertão”, ficando, por fim, apenas Sertão.

Foto 01 - Sertão do Araripe, Santa Cruz – PE



Fonte: Fotografado pela Autora (2015).

Corroborando com esta interpretação, Fadel Filho (2011) apresenta uma segunda hipótese, uma tanto semelhante, em que a construção do termo Sertão existe como significado de interioridade, ainda afirma que, a palavra ‘sertão’ (com c) pode ser também encontrada, conseqüente, Barroso (2004) diz que já no século XVI, o termo Sertão era designado às regiões do interior do próprio Portugal.

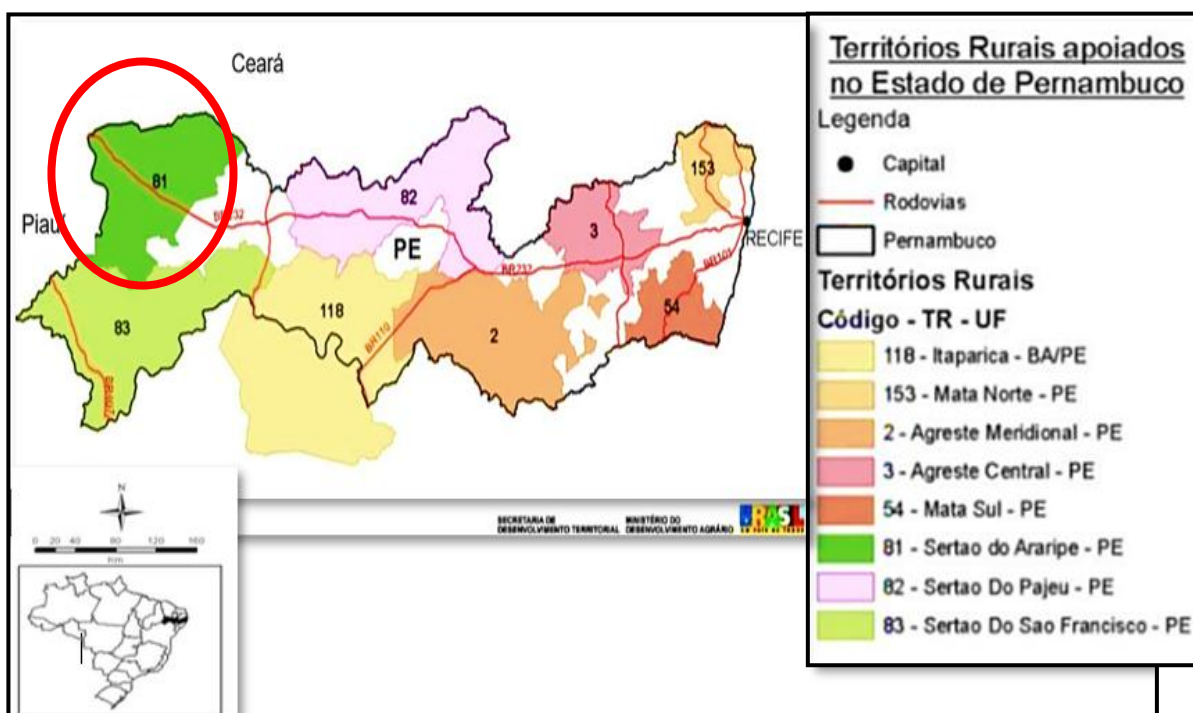
Da mesma forma, Santos T, (2015), ressalta que a palavra Sertão foi usada pelos portugueses e faziam alusão às terras estranhas, isto é, que estão além da beira do mar. Fazendo referência a terras distantes, imaginadas como férteis, ricas que se tornaram no imaginário social sinônimo de prosperidade. E foi a partir do século XIX que a palavra ganha uma nova conotação, por fazer referência também a costumes ditos não civilizados por aqueles que viviam em um litoral urbanizado (SENA e SUÁREZ, 2011).

Dado o exposto, olhando para o Sertão do Araripe, partindo do litoral pernambucano, há uma distância de em média 610 km, por esta linha de raciocínio é possível dizer que são terras distantes. O Araripe está localizado numa região mais ocidental do estado cercado, em boa parte, pelo sopé da Chapada do Araripe. O território tem limites ao Norte com o Território do Cariri (Ceará), ao Sul com o

município de Parnamirim e Território do Sertão do São Francisco (Pernambuco), a Leste Serrita (Pernambuco) e a Oeste com o Território Vale dos Guaribas (Piauí).

Conforme a opinião de Nunes (2014, p. 21): “Podemos dizer que o Sertão, de início, era considerado como uma área inexplorada, misteriosa, uma promissora região para pensamentos fantasiosos ou imaginativos a ser utilizada como palco para as mais variadas histórias da ficção romanesca [...]”. Foi esse imaginário inicial que se construiu o Sertão do Araripe e todos os outros sertões Brasil a fora. Na obra *A terra e o Homem no Nordeste* de Manoel Correia de Andrade, o Sertão aparece como um espaço geográfico, social e cultural definido. Neste sentido, o seu conceito de Sertão apresenta a qualidade de demarcar não só fisicamente um lugar, mas torná-lo palpável.

Figura 01 - Localização do Território do Sertão do Araripe em relação aos demais Territórios do Estado de Pernambuco, Ceará e Piauí



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Araripe (2011).

Todavia, o autor ainda ressalta que apesar de ser definido como distante, ou até mesmo o oposto do litoral, o Sertão não possui característica fixa, nem muito menos uma fórmula que permita demarcá-lo em uma cartografia, pois, no “imaginário nacional, o Sertão é móvel e fluído, ora coincidindo com algumas regiões ora com outras”. Já em relação à origem da palavra “Araripe”, existem várias



versões. Para alguns, pode ser decomposto em ara, ar (nascer, surgir) + y (água) + pe (posposição equivalente a “em” ou “na”); significando, portanto, “no nascer dos rios”, o mesmo que “serra das nascentes ou das cabeceiras”. Outra versão: Araripe, em guarani, vem de ara (céu, horizonte) + ari (sobre, em cima) + pe (em, a, para), significando “sobre o mundo”, “chapada de montanha”, “lugar de onde se avista o horizonte. Por último, e não menos importante, a versão que conta que o topônimo “Araripe” provém do tupi antigo, e significa no “rio das araras”, pela composição dos termos *arara*, ‘y (“rio”) e *pe* (“em”), Eduardo Navarro (2013), esta última é a mais utilizada.

De maneira, geral, a formação dos Sertões, abrange desde um limite com a caatinga e o Seridó, em alguns casos tem contato com o agreste, somente com a zona da mata que não se cruzam. Os diversos Sertões apresentam solos predominantemente amarelo ou vermelho, compacto e raso, parcialmente coberto de seixos rolados, no Sertão do Araripe não foge dessa regra. Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Araripe (PTDRS, 2011), os solos predominantes no Território são profundos e de baixa fertilidade natural com aptidão agrícola para lavouras. No geral são solos do tipo Latossolos, Planossolos, Argissolos, Luvisolos, Litólicos Neossolos flúvicos (SÁ, 2014).

A vegetação típica da região varia de acordo com as características dos solos, desde os aluviões de baixios aos altos secos, além da vegetação da chapada do Araripe, que ocupa uma área de 972 mil hectares. Desde 1997 os municípios do território fazem parte da Área de Proteção Ambiental da Chapada (APA), bem como os estados vizinhos, Ceará e Piauí (MDA, FOTEAR, IADH, 2011).

No Sertão do Araripe há um forte predomínio de agricultora de sequeiro voltado para o autoconsumo das famílias agricultoras e o excedente destina-se, em sua maioria, para as feiras livres locais, troca entre vizinhos e doações entre familiares. Com 28.143 estabelecimentos rurais, dos quais aproximadamente 98% são da agricultura familiar<sup>8</sup>, produzindo alimentos, onde se destaca a criação de caprinos, ovinos, gado bovino de leite/corte, criação de galinhas de capoeira, plantio de mandioca, milho e feijão, amendoim, a além de mel de abelha. (FAO/INCRA – O novo retrato da agricultura familiar).

---

<sup>8</sup> Consideramos a agricultura familiar como aquela em que a família, ao passo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no sistema produtivo, enfatizando que essa combinação utilizada entre o trabalho e propriedade adquire uma heterogeneidade de formas sociais (Wanderley, 2001).

Ainda sobre as atividades produtivas do Araripe, Garcia (2013), acrescenta, há também as principais cadeias produtivas que se destacam: apicultura, mandiocultura, bovinocultura e caprinovinocultura. É importante destacar que a produção de mel é uma importante atividade na região do Semiárido, e o Araripe é o território com a maior produção deste em Pernambuco.

A vegetação típica do território apresenta-se bastante heterogênea, encontram-se árvores e arbustos como: Oiticica (*Litania rígida*), carnaúba (*Copernicia prunifera*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), canafistula (*Senna spectabilis*), angico de caroço (*Anadenanthera colubrina*), pinhão manso (*Jatropha curcas*), jurema preta (*Mimosa tenuiflora*), mata-pasto (*Senna obtusifolia*), pereiro (*Aspidosperma pirifolium*), entre outras. Soma-se a estas algumas cactáceas e forrageiras anuais e plantas efêmeras, além de plantas herbáceas de ciclo vegetal muito curto, que em geral coincide com a duração da estação chuvosa.

Com efeito, essa diversa vegetação da caatinga, sofre impactos ambientais de desmatamento e queimadas, em razão da produção de gesso, onde se utiliza da vegetação nativa como fonte de biomassa para geração de energia. Como afirma a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF) no relatório: *Apoio técnico e institucional para o desenvolvimento do Programa Florestal da Chapada do Araripe em Pernambuco*, citado por Garcia (2013):

Como combustível para a produção, utiliza-se lenha feita da vegetação nativa, sendo consumido, anualmente, em torno de 1,1 milhões de m<sup>3</sup> deste material. Entre 1989 e 2004 a vegetação de caatinga da região sofreu uma redução de 17%, o que a FUPEF, em seu relatório acerca de um *Programa Florestal da Chapada do Araripe*, deve à produção de gesso. Além disto, esta lenha é obtida, na maior parte das vezes, de forma ilegal, o que faz com que sua extração seja feita sem que se tomem as medidas necessárias para manutenção da qualidade ambiental (FUPEF, 2007, apud GARCIA, 2013, p. 65).

Em contrapartida, o polo gesseiro do Araripe é o maior responsável pela fonte de renda da região. Concentrado principalmente nos municípios de Araripina, Trindade e Ipubi, estes dois últimos municípios apresentam menor percentual de população rural do Araripe, talvez em função de, onde há produção do gesso, aglomera-se maior parte da mão de obra local nas fábricas. No Polo Gesseiro do Araripe são gerados 13,9 mil empregos diretos e 69 mil indiretos, resultantes da atuação de 42 minas de gipsita, 174 indústrias de calcinação e cerca de 750 indústrias de pré-moldados, que geram um faturamento na ordem de R\$ 1,4

bilhões/ano (SINDUSGESSO, 2014). Todas essas pequenas, médias e grandes empresas envolvidas na cadeia do gesso, tornam o Sertão do Araripe o responsável por 95% da produção nacional de gesso.

A matriz energética da indústria do gesso do Araripe é diversificada, no entanto, maior parte provém da lenha, pois conta com aproximadamente 3% de energia elétrica, 5% de óleo diesel, 8% de óleo BPF (baixo poder de fusão), 10% de coque e 73% de lenha (BRASIL, 2016). Entretanto, as indústrias de pequeno porte usam exclusivamente a lenha como fonte energética. Segundo Campello (2011), um diagnóstico realizado pelas empresas calcinadoras de gipsita do Araripe constatou que a lenha utilizada por essas empresas tinha as seguintes origens: 11,75% provêm de áreas sob o regime de manejo florestal sustentado, 0,1% vem de reflorestamentos energéticos, 23,49% são exóticas ou de podas de frutíferas e 52,94% é originada de áreas exploradas sem licenciamento ambiental.

Esses dados nos mostram que, há um enorme desmatamento da vegetação nativa da caatinga de maneira que as terras ficam nuas, somado a forte insolação, evapotranspiração, os solos rasos e atividade da pecuária leiteira concentrada em alguns municípios, tornam essas características naturais agravadas, de tal forma que vêm colocando a região como uma área suscetível a fortes riscos e processos de desertificação indiretamente. Segundo dados da FAO (2002), o desmatamento e degradação do solo pelas atividades humanas são as principais causas de processos de degradação em regiões Semiáridas do planeta.

A vegetação xerófila, conhecida como caatinga, vem sofrendo essa grande pressão antrópica – hoje restam menos de 50% da mata original na região, e destes, mais da metade já sofreu algum tipo de intervenção humana. Esses são alguns fatores que vêm sendo colocados em cheque no território. No Araripe, em especial, torna-se um desafio para os sistemas produtivos se manterem, pois frente a natural irregularidade de chuvas, a baixa precipitação pluviométrica e uma alta evapotranspiração que gira entorno dos 2500 mm/ano, os meses se mantêm secos em sua maior parte do ano. O fator mais negativo das precipitações está na sua distribuição anual, pois 71% das precipitações ocorrem entre os meses de janeiro e abril.

Quase metade da população do Território vive em áreas rurais, são pequenos agricultores, fazendeiros, assentados, posseiros, sem terras, entre outros. Segundo dados do IBGE (2010), a população é da ordem de 316.734 habitantes com

aproximadamente 51%, isto corresponde a 163.187 habitantes, vivendo na zona rural. O IDH médio desses municípios é 0,611 enquanto o do estado é de 0,705. Cerca de 68% da população vive abaixo da linha de pobreza, isto é, a renda *per capita* não ultrapassa os R\$ 70,00 por pessoa/mês<sup>9</sup>.

Historicamente, o espaço agrário do Território do Araripe iniciou suas primeiras formações partindo de um regime de ocupação colonial. Nessa época, as distribuições de terras foram promovidas via concessão donatária de sesmarias às autoridades da época, os nobres, militares e navegantes, onde todos estes se apropriaram das terras do Território, principalmente as áreas com águas de rios e nascentes. Nessa ocasião, a obrigatoriedade dos sesmeiros era de cultivarem as áreas recebidas para permanecerem como proprietários. Por sua vez, estes proprietários dependeram da força de trabalho de agregados, vaqueiros e moradores, o que levou à ocupação sem titulação de propriedade da terra por meeiros e posseiros. Segundo Jalil, *et al.* (2017), esse processo histórico engendrou formas de subordinação da agricultura camponesa aos regimes de trabalho, uso da terra e dos recursos.

É importante ressaltar que as elites agrárias que ocuparam o Semiárido de forma geral foram se instalando em terras mais favoráveis, como mencionado na introdução desta pesquisa. O Semiárido pode variar em oito distintas regiões naturais, entre estas, as serras úmidas formam um microclima, são áreas privilegiadas, nas quais recebem o apelido de floresta úmida ou brejão. Assim AB'SABER, destaca:

Os fazendeiros residentes em *serras úmidas* e possuidores de terras de pecuária nos sertões secos costumam referir-se a estas últimas, numa acepção topográfica: “Amanhã eu vou descer para o sertão”. É real. A partir do ambiente de uma serra úmida sempre se desce para atingir o ambiente quente, seco e abafado dos sertões (AB'SABER, 1999, p. 07).

O Sertão do Araripe se enquadra nessa divisão, as terras no sopé da Chapada do Araripe, são terras mais úmidas, banhadas pelas águas que brotam da serra, onde forma o Rio Brígida, afluente do Rio São Francisco. São áreas ocupadas, em sua maioria, por famílias com alto poder aquisitivo, algumas adquiridas historicamente por apropriação e posteriormente por heranças, outras por

---

<sup>9</sup> O Governo Federal adota como medida de extrema pobreza familiar rendimentos mensais abaixo de R\$ 70,00 por pessoa (BRASIL - MDS, 2012).

compras, pois são terras de alto valor comercial por estarem em áreas mais favoráveis para a produção agrícola e pecuária.

Para o povo, agregados(as), sem terras e posseiros(as) só existia o lugar ocupado pelo o vaqueiro, era ali nas terras secas, onde mantinha sua rocinha para alimentar a família, mas ele nunca poderia ser dono daquele pedaço de chão, já que, essas terras planas do Sertão eram (são) ocupadas, em sua maioria, pela criação extensiva de gado. Assim, é possível afirma que essa é a história da origem da agricultura familiar do Sertão (SCHISTEK, 2013).

Contudo, há poucos registros na história escrita sobre os Sertões quando se trata dos povos nativos e das tribos indígenas que ali habitavam. Segundo Medeiros (1983), existe uma grande lacuna por uma escassez de fontes, devido ao fato que, em maior parte, essas populações foram exterminadas sem que houvesse registros escritos. No entanto os poucos estudos que abordam sobre os primeiros povos do Sertão deixam de fora um número incalculável da população indígena que mantinha uma lógica própria e capacidade de pensar e agir, diante a realidade de semiaridez.

Nesse sentido, com a chegada da população europeia colonizadora se deram várias mudanças de processos, em sua maior parte com ações baseadas no desconhecimento da complexidade existente do lugar, com condições do clima Semiárido, conduziu-se ao longo da história, a introdução de práticas agropecuárias inadequadas, provocando ou agravando desequilíbrios ambientais, sociais e políticos. Dessa forma, a atividade agropecuária que mais se destacou no Sertão foi a criação extensiva de bovinos. Nesse contexto, o território do Sertão do Araripe é marcado por essas divisões e ocupações (MEDEIROS, 1983, p. 23).

Segundo Silva R. (2006), à medida que ia se consolidando a atividade pecuária e expansão do sertão demográfico, bem como os projetos hídricos de construção de grandes obras de armazenamento, e projeto de irrigação, as ocorrências de estiagens prolongadas produziam maior calamidade, a pobreza e a miséria iam aumentando. Destaca-se sobre tudo isso, a extraordinária área de irrigação de Petrolina (Pernambuco) e Juazeiro (Bahia), no médio vale inferior do São Francisco (AB'SABER, 1999). Este fato gerou a criação de políticas governamentais, que passaram coordenar ações em uma perspectiva de "Combate à Seca" de forma que as aplicações eram realizadas com investimentos bem centralizados.

Dado o exposto, Galindo (2008) ressalta que este modelo de projeto, por meio

da estratégia pautada no “Combate à Seca”, é considerado o principal fator na formação do subdesenvolvimento da região Semiárida.

Diferentemente deste molde de intervenção, segundo Jalil *et al.*, (2017), o Sertão do Araripe vem construindo estratégias como forma de atenuar os efeitos da seca e permitir de uma melhor Convivência com o Semiárido. Para isto, vem desenvolvendo um Território agroecológico desde a década de 1980, com a criação do Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri (CTA), atualmente nomeado de Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Governamentais Alternativas (CAATINGA) e posteriormente com a criação do Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe (CHAPADA). De forma geral, no Sertão do Araripe, especificamente, existe uma rede de atores, a grande maioria representante da sociedade civil, composta por sindicatos, ONGs, associações, fóruns, dentre outro que trabalham sob a perspectiva da Convivência com o Semiárido.

Assim, uma série de metodologias, técnicas e manejos de base agroecológica, foram e vem sendo desenvolvidas na região, garantindo, em muitos casos, o sucesso dessas experiências. De acordo com o relatório da ONU (2011), investir na produção orientada pelos princípios da agroecologia pode aumentar a produtividade no nível de campo, e que os modos agroecológicos são mais equipados para suportar fenômenos como a seca. Nesse contexto, o Território é composto por uma diversidade de modos de fazer agriculturas, desde sistemas orientados pela agroecologia, bem como fazendas extensas de criação de gado e camponeses mais tradicionais, todos enfrentam os desafios de semiaridez.

Para compreender as diferentes expressões da agricultura familiar do sertão do Araripe, faz-se necessário olhar para todas as tipologias de sistemas produtivos que ali existem. Segundo Jalil *et al* (2017), é possível caracterizar o território em cinco tipos diferentes; sem-sem, agricultura camponesa tradicional, agricultura familiar que “tende à especialização” (leiteira, pecuária verduras/legumes, irrigados), agricultura familiar em transição agroecológica e os fazendeiros, grandes proprietários de terra, políticos, coronéis.

Quadro 01 – Tipos dos agroecossistemas do sertão do Araripe

(continua)

TIPOS	CARACTERÍSTICAS
Sem-sem	Sem organização/participação política e social sem terra/pouca terra; Sistema de trabalho como meeiro, posseiro, arrendatário (relações de dominação e subordinação); Não tem acesso a Ater Acesso a políticas públicas assistenciais (Brasil Sem Miséria) – insegurança alimentar e nutricional; Famílias periurbanas; Mulheres e jovens sem poder e sem participação
Agricultura Tradicional Camponesa	Tem pouca terra; Práticas “antigas” ou ancestrais no manejo, produção e criação; Produz milho, feijão; Raças tradicionais, sementes crioulas etc.; Não tem acesso a Ater; Pouca ou nenhuma participação política e social; Participa do mercado (feiras, comunidades);
Agricultura Tradicional Camponesa	Parte do público do Brasil Sem Miséria – insegurança alimentar; Tem acesso a recurso hídrico ou está próximo; Há uma abertura para a agroecologia, mas também está sujeito a influências de inovações com possibilidade de inserção em uma rota mais especializada.
Agricultura familiar que “tende à especialização” (leiteira, verduras/legumes, irrigados) pecuária	Pouca terra, mas com documento de posse; Baixo nível de participação política e social – sindicato, associações, movimentos sociais; Acesso a políticas públicas - Pronaf, crédito; Agricultura tradicional mesclada com algum nível de especialização (mandiocultura, bovinocultura leiteira, caprino-ovinocultura, cultivo de hortaliças em áreas irrigadas); Acesso a maquinário; Uso de insumos químicos, adubos e agrotóxicos; Poucas tecnologias sociais na propriedade (cisternas, quintais produtivos etc.); Acesso ao mercado (feiras), sujeito à relação com atravessador; Acesso a recurso hídrico ou está próximo; Famílias assentadas, removidas; Mulheres e jovens sem poder e sem participação; Tem abertura/sensibilidade para agroecologia, mas a lógica especializada impede essa transição

(conclusão)

TIPOS	CARACTERÍSTICAS
Agricultura familiar em transição agroecológica	Agricultura familiar pequena e com pouca terra; Bom nível de participação social e política; Acesso às políticas públicas e programas; Tem diversas tecnologias sociais no seu sistema; Mulheres e jovens com participação (interna e externa); Diversificação produtiva (cultivo de quintais, agroflorestas, hortas, viveiros etc.); Integração na produção animal e vegetal; Acesso diversificado aos mercados (institucionais, feiras agroecológicas, venda na comunidade); Participação em formações, capacitação, intercâmbios; Integração na produção animal e vegetal; Acesso diversificado aos mercados (institucionais, feiras agroecológicas, venda na comunidade); Participação em formações, capacitação, intercâmbios; É o público do Programa Brasil Sem Miséria; Melhoria na alimentação e qualidade de vida; Maior grau de independência do mercado; Maior parte dos insumos é da propriedade.
Fazendeiros, grandes proprietários de terra, políticos, coronéis.	Este tipo foi identificado, mas não caracterizado.

Fonte: Elaborado com base nos dados de Jalil *et al* (2017).

Deste modo, para melhor compreender a construção das estratégias de Convivência com o Semiárido, iremos priorizar nesta pesquisa duas tipologias: a agricultura tradicional camponesa e agricultura familiar em transição agroecológica camponesa no Território do Araripe pernambucano, tendo em vista que estas duas tipologias apresenta uma maior aproximação com as práticas de Convivências com o Semiárido. É importante ressaltar que todas as tipologias são atingidas pelas secas prolongadas, todavia, os sem-sem, a agricultura tradicional camponesa, e a agricultura familiar em transição agroecológica, em primeira instância, sofrem mais com as secas, em seguida vem a agricultura familiar especializada e, em menor intensidade, os fazendeiros, grandes proprietários, políticos e coronéis que, apesar de serem atingidos, encontram nos créditos bancários a longo prazo meios razoáveis para se recuperar, ao menos em partes, pelos prejuízos acarretados pela



falta de chuva e suas consequências (MEDEIROS, 1983).

Por essa razão, escolhemos as duas tipologias acima citada, tendo em vista que ambos tendem a buscar estratégias endógenas para convivências com as secas no Sertão. No decorrer da pesquisa, utilizaremos ora o termo agricultura familiar ora camponesa, mas sempre se referindo ao público oriundo da diversidade étnica, a classe mais excluída do processo social, econômico e cultural.

### 2.3 TIPO DE PESQUISA

Partimos da compreensão de que a pesquisa investiga o mundo em que as pessoas vivem e as próprias pessoas. Para essa atividade, o(a) investigador(a) recorre à observação e a reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta. A experiência passada e atual das pessoas é utilizada na solução dos problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados a sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequando-o a sua vida (CHIZZOTTI, 2005).

A fim de atender aos objetivos proposto, esta pesquisa balizou-se a partir de uma abordagem metodológica qualitativa. Segundo Paula (2009), o que marca esse tipo de pesquisa é o saber do outro, significando uma possibilidade de interação entre os sujeitos que pesquisam e os sujeitos que são possuidores de histórias que possam ser desveladas, narradas, contadas como um saber, como uma história ou uma estória, um acontecimento, uma lenda, um mito, e que descrevem, entre o vivido e o pensado, os modos de vida e de trabalho das pessoas nos diversos espaços, tempos e lugares que são criados e recriados pelo exercício de uma cultura peculiar através dos seus sujeitos sociais. Neste aspecto, a pesquisa prestou-se ao estudo das memórias das famílias agricultoras no sentido da construção das estratégias de Convivência com Semiárido.

Portanto, segundo Beaud e Weber (2007), é importante destacar as três principais condições postas na pesquisa qualitativa: a) a de conter a clara definição de um tema expresso na formulação do problema de pesquisa, b) a delimitação de um espaço de análise, c) a determinação do contexto social, que é a análise de como o(a) pesquisador(a) é visto(a) no campo.

Como elemento essencial, fizemos essa escolha metodológica pela opção do viés da análise qualitativa, buscando na capacidade e na sensibilidade do olhar enquanto pesquisadora, resultados outros, levando sempre em consideração o

ponto de vista das famílias agricultoras estudadas. Além disso, tomamos como base o objetivo metodológico do lugar de pesquisa em alcançar traços subjetivos por meio de uma visão mais holística dos fatos e fenômenos, ou como argumenta Mauss (2003), do fato social.

Entre o conjunto de técnicas e métodos existentes na pesquisa qualitativa, aqui foram considerados instrumentos possíveis ao contexto proposto: a análise do discurso, interpretação dos sentidos e observação participante. Dessa forma, usamos dos três métodos para dar suporte empírico a nossa dimensão temática e conceitual, buscamos dados na análise do discurso de agricultores e agricultoras, a partir do Território do Sertão do Araripe, que vivenciaram a última estiagem entre 2011 há 2018.

Como observa Ferreira (2012), é no discurso o lugar privilegiado da observação das relações entre os atores, como é também um ambiente de intersecção, de imbricação entre teoria e análise, permitindo a visualização do funcionamento dos mecanismos de produção de sentidos. Consideramos o discurso como uma prática social que reflete os contextos sociais onde as famílias estão inseridas.

O nosso segundo método de análise volta-se para a interpretação dos sentidos. Esse método aborda uma perspectiva das correntes compreensivas das Ciências Sociais que analisam palavras, ações, conjunto de inter-relações, grupos, instituições, e até mesmo conjunturas dentre outros corpos analíticos, pois, segundo Gomes (2016), é como um caminho para chegarmos aos sentidos. Tendo em vista que as abordagens interpretativas abordam a ciência não como um precipitado social opaco, mas como uma ação social provida de sentido (GEERTZ, 2001, p.141). Assim, buscamos por meio da interpretação dos sentidos, acessar tanto os sentidos da vida social, como da cultura sertaneja, ou seja, suas formas simbólicas.

Por último, e não menos importante, trabalhamos com a observação participante, pois essa técnica de investigação é considerada parte essencial do trabalho na pesquisa qualitativa (MINAYO, 2016). Uma vez que ela permite ao pesquisador(a) a compreensão da realidade, bem como, proporciona uma condição livre de julgamentos, já que não o torna prisioneiro de um instrumento rígido de coleta de dados.

Na mesma linha desta perspectiva, diversos autores têm salientado a necessidade de triangulação de diferentes tipos de metodologias de recolha e de

tratamento de dados (OLIVEIRA, 2008), uma vez que cada uma apresenta potencialidades e limites específicos. Por este motivo trabalhamos com os três métodos apresentados. Essa escolha metodológica também permite a capacidade de descrever a complexidade dos vários aspectos da vida social e valoriza a exploração indutiva do campo de observação, abrindo-se para o inusitado do mundo empírico.

Dessa forma, este estudo é, portanto, um percorrer por ideias, compreensões e análises que partem da pesquisa social interpretativa. Por sua vez, esse tipo de pesquisa apresenta características capazes de estudar a realidade social a partir do próprio objeto estudado, bem como, por meio da compreensão cultural e histórica, pois os estudos no campo social se voltam para o mundo desde sempre interpretado pelos indivíduos que nele vivem (ROSENTHAL, 2014).

Por isso, estabeleci então uma tentativa de pesquisa da realidade social das famílias agricultoras, a partir do Território do Sertão do Araripe, procedendo de um contexto sociocultural, sem, contudo, deixar de levar em consideração os processos de construção e reconstrução do lugar e dos modos de vida dessas populações do Araripe.

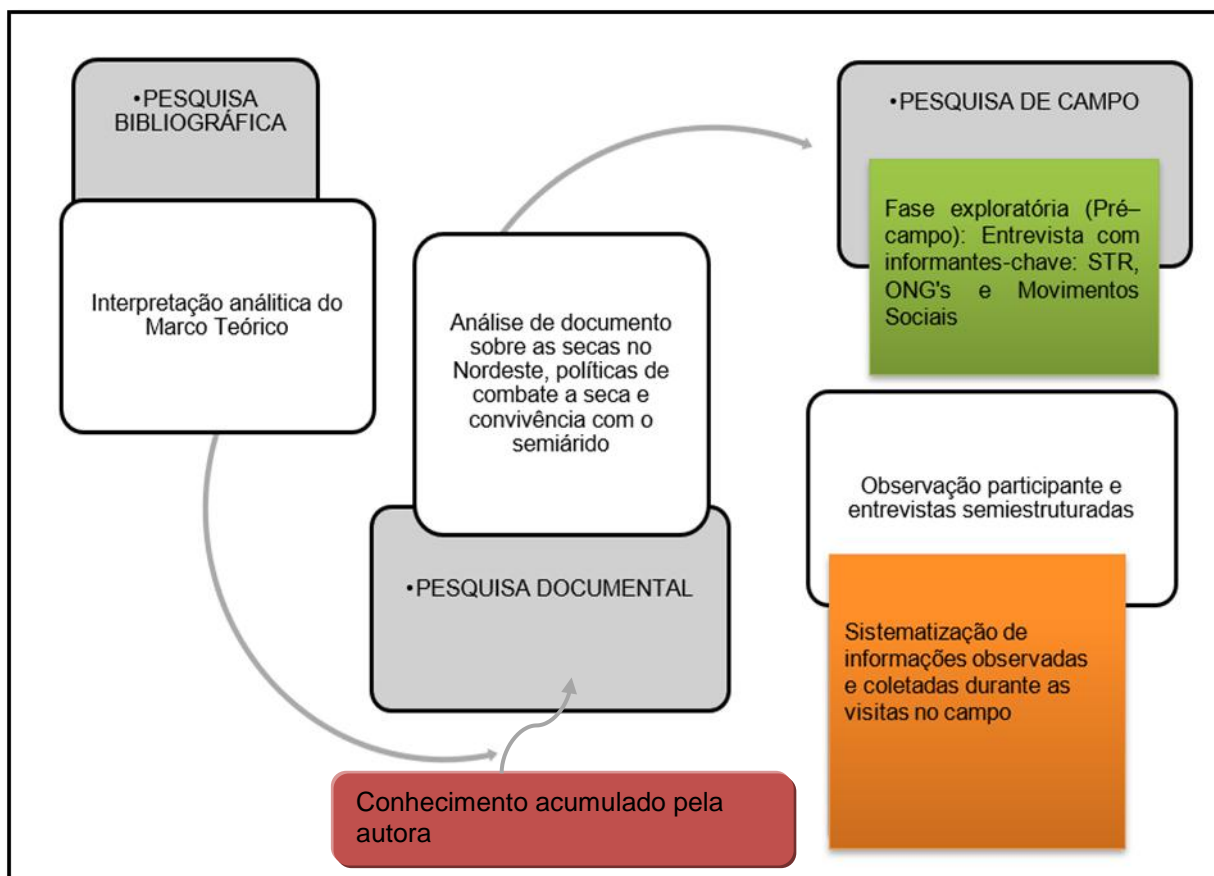
## 2.4 PASSOS METODOLÓGICOS

Ressaltamos aqui as etapas de um método de pesquisa que envolve quatro polos: a) epistemológico, neste a dimensão crítica avalia se uma produção é ou não científica; b) teórico, aqui se aborda os conceitos e princípios que orientam a interpretação; c) morfológico, diz respeito às regras de estruturação do objeto investigado; d) técnico, trata do controle da coleta de dados e confronta os dados com a teoria que os suscitou (GOMES, 2016).

Para realização desta pesquisa, consideramos um conjunto de etapas complementares, tomamos como referência a abordagem teórica sob a perspectiva da construção das estratégias de Convivência com o Semiárido com base no saber local, bem como seus modos de vida e suas maneiras de fazer agricultura aliados a permanência das famílias. Esta abordagem norteou a escolha metodológica do tema. Seguimos três etapas, conforme pode ser observado no gráfico esquematizado abaixo. A escolha desses passos metodológicos buscou possibilitar a compressão da construção das estratégias de convivências com o semiárido com

base no saber local, um olhar a partir do Território do Sertão do Araripe.

Figura 02. Passos metodológicos da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

**Pesquisa bibliográfica:** a pesquisa bibliográfica torna-se imprescindível para o entendimento teórico a respeito da temática proposta. Essa etapa segue as orientações de Gil (1996), o autor ressalta a importância fundamental de observar as contribuições já existentes dos diversos autores sobre um determinado assunto, de acordo com os objetivos da pesquisa. Assim, com base nos referenciais constituídos de livros, artigos de periódicos científicos, compôs para cada conteúdo uma sequência de principais autores(as): estratégias de Convivência com o Semiárido: Galindo (2008 e 2013), Malvezzi (2007), Silva R, (2006), Barbosa (2010) e Schistek (2013); a construção do conhecimento com base no saber local: Pertesen (2012), Cotrim (2013) , Silva (2016), a historiografia das secas no Nordeste brasileiro: Souza e Medeiros Filho (1983), Neves (2012), De Nys, Engle, Magalhães, (2016) e Campos (2014); formação social do Sertão: Albuquerque Jr. (1995), Maia (2015), Gilberto Freyre (1933), Buriti e Aguiar (2008); a construção da representação social

a partir das secas: Serge Moscovici, (2001; 2003 e 2012), Souza Filho e Spink (1995), Jodelet (2001), Sá (1998), Jovchelovitch (2008), Neves (2012), Maia (2015), Amado (1995) e Aziz Ab' Saber (1999); Formação étnica e identitária: Hall (1997 e 2000), Geertz (2004) e Marques (1994), Djacir Menezes (1970).

**Pesquisa documental:** a análise documental pode ser de suma importância em uma pesquisa, principalmente por se tratar de um método de coleta de dados capaz de reduzir qualquer tipo de influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador(a) sobre o seu objeto de estudo (KELLY (s.d. *apud* CELLARD, 2010). Condizente com os programas e políticas públicas, em específico, voltados para o Combate à Seca, bem como estratégias de Convivência com o Semiárido para agricultura familiar sertaneja, de modo a permitir resgatar referências históricas que sustentaram a tentativa de interferência na região frente aos anos de secas a fim de melhorar as condições de vida das famílias. Portanto, utilizamos de documentos: Carta da ASA Brasil, Carta final do Seminário de Avaliação da Seca 2010-2016 no Semiárido brasileiro, relatórios técnicos e sistematizações.

**Pesquisa de campo:** partindo dos objetivos e do referencial teórico estabelecido para construção deste trabalho, escolhemos então fazer entrevistas semiestruturada com agricultores(as), a partir de suas trajetórias e histórias de vida, resgatar o momento de vivências com as secas prolongadas, compreendendo o significado disso para esses agricultores(as). O motivo de usar as entrevista como método de pesquisa, justifica-se também pelo ponto de vista ético e político, pois a entrevista do tipo qualitativa torna-se necessária, uma vez que, ela abre a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos sujeitos sociais (POPART, *et al.*, 2012).

Para isso, levamos em consideração o ponto norteador baseado na teoria apresentada, bem como os aspectos operacionais. Por esta razão, dizemos que, a ida a campo traz consigo o aporte construído ao longo do período da pesquisa em si. Para a caminhada da pesquisa levamos também em consideração a subjetividade da minha (autora) experiência do trabalho de campo para o entendimento da vivência, dos modos de vida e das relações sociais das famílias agricultoras do Sertão do Araripe. Além, da minha experiência de trabalho como extesionista no Porjeto Dom Helder Camara em Parceria com a ONG Caatinga, pois a vivência deste trabalho também me permitiu refletir sobre a temática desta pesquisa.

Nessa fase, suscitamos nossas preocupações científicas que, nos conduziram até a escolha dos fatos, lugares, agricultores e agricultoras a serem observados e compreendidos, a fim de coletar os dados de maneira interacional, onde mantivemos o esforço de estabelecer uma relação através do diálogo entre pesquisadora e os(as) pesquisados(as). Segundo Minayo (2016), um dos instrumentos bastante revelador nessa fase da pesquisa de campo, é a fala dos observados(as), pois ela é capaz de revelar condições de vida, expressões dos sistemas de valores e crenças de cada agricultora e agricultor sertanejo, ao mesmo tempo, no âmbito da fala encontra-se embutida a magia de transmitir o que os pesquisados pensam dentro de sua própria condição histórica, socioeconômica e cultural. Foram por esses trilhos que buscamos captar as singularidades do ambiente pesquisado.

Salientamos que todos os momentos para construção do conhecimento relacionada ao objeto da pesquisa ocorreram de modo progressivo e paulatino, isto é, na medida em que as informações foram colhidas pelo aprofundamento da compreensão das relações, práticas e conhecimento dos sujeitos sociais. Para compreender melhor como se dava a construção das estratégias de Convivência com Semiárido no campo a partir dos saberes populares das famílias agricultoras, aproximamos as lentes em duas fases. Importante mencionar que, todas as formas foram distintas, onde se configurou nesses dois momentos: a) fase exploratória, a fim de construir mais familiaridade com o problema de pesquisa, b) a fase de entrevistas e observação participante, diretamente em campo.

*1. Fase exploratória:* ao final do primeiro semestre de 2017, entre os meses de maio, junho e julho, percorri várias regiões da zona rural do Sertão do Araripe. Visitei famílias as quais já tinha assessorado em anos passados e novas famílias que fui conhecendo, com intuito de investigar informalmente de maneira livre, mas sempre pontuando a seca como centralidade do diálogo, pois já se tinham se passado sete anos de estiagem, o assunto era recorrente. Nessas andanças passamos em comunidades e assentamentos rurais do município de Santa Cruz, Santa Filomena, Araripina, Ouricuri, Exu, Trindade e Bodocó, o que se avistava eram resquícios da seca, restavam poucos animais nos roçados, e/ou muitas das áreas que visitei nem tinham mais animais de criação, alguns foram vendidos a preços muito baixos, outros morreram pela escassez de pasto e ração; as falas do(as) agricultores(as) se resumiam a “essa seca pegou pesado”, “para o ano que

vem (se referindo a 2018) dizem que as previsões não são boas”, momento que sentíamos o desânimo no olhar.

Ainda nesta fase, visitamos três feiras agroecológicas dos municípios de Araripina, Exu e Ouricuri, um número bem reduzido de famílias comercializando, pois maior parte das famílias quando se reduz a capacidade hídrica para produção, mantém sua produção apenas para o consumo. No distrito de Nascente, município de Araripina, um elemento importante a se observar foram os produtos derivados da mandioca e macaxeira, sempre se via nas barracas: tapioca, beijus, bolo de puba, farinha, bolachinhas de goma, goma seca e fresca, e a própria macaxeira *in natura*. Este fato nos fez pensar que, parte daqueles(as) agricultores(as) são do sertão, mas consorciam com plantio de macaxeira e mandioca na parte de cima da chapada, onde se vê muitas casas de farinha. Abaixo segue a foto da visita exploratória na cidade de Araripina – PE:

Foto 02 – Fase exploratória



Fonte: Fotografado por Nirvanna Machado (2017).

Nessa primeira fase não foram selecionadas famílias, apenas houve a sondagem sobre como haviam passado nesses últimos anos. Conversei sobre as tentativas de plantio, as safras frustrantes sem colheitas, as previsões de chuvas que se comentavam para o ano seguinte, os programas emergenciais que chegaram para socorrer as famílias com água, os benefícios sociais que contribuíram também para suas permanências, entre outros assuntos. Após esta primeira fase da pesquisa perpassou-se pelas seguintes ações:

- I. *Entrevistas e observação participante, diretamente em campo*: essa fase foi dividida em três momentos:
- II. Entrevistas com informantes-chave;
- III. Entrevistas em campo;
- IV. Entrevistas no VI Encontro de Agricultores(as) Experimentadores(as) da Rede Araripe.

*I. Entrevistas com informantes-chave*: Ao final do segundo semestre de 2018, entre os meses de setembro, outubro e novembro, antes de ir direito às comunidades, como havia feito na primeira aproximação com o campo, citada anteriormente, visitei, no município de Ouricuri, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), O Caatinga e a Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe – (ECOARARIPE), esta última se caracteriza quanto um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Na cidade de Araripina visitei a ONG Chapada, em Exu conversei com representantes do STR, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e da Secretaria Municipal de Agricultura, além de um diálogo realizado com o articulador territorial do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL), um programa de fomento, vinculado à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco (SARA), que tem como objetivo estimular o desenvolvimento sustentável no meio rural no Estado de Pernambuco. Realizamos nove entrevistas entre sociedade civil organizada e poder público – estado e municípios.

Dessa maneira, estas conversas com informantes-chave contribuíram para nos apoiar na seleção de famílias que apresentassem os seguintes critérios: seja natural do Sertão do Araripe, tenha vivenciado períodos de grandes secas, tenha permanecido na propriedade e/ou área de assentamento durante esta última estiagem de 2011-2018 e que adote técnicas, práticas, crenças e valores aprendidos



com seus antepassados na forma de fazer agricultura e no seu modo de vida. É importante mencionar que esse tipo de agricultor ou agricultora que usa de crenças e observações da natureza é conhecido como agricultor(a) “Profetas da chuva”. Segundo Pennesi e Souza (2012), estes carregam um conhecimento particular a respeito da manifestação da natureza sobre os sinais de chuva e de seca no Nordeste brasileiro. Estes também são conhecidos como agricultores e agricultoras experimentadores, como afirma Antônio Barbosa (2011), Coordenador do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) da ASA, em entrevista de avaliação do II Encontro de Agricultores e Agricultoras experimentadores:

Experimentadores vivenciam as trocas das experiências nas suas comunidades, municípios e territórios, a experiência significa, necessariamente, a transmissão do conhecimento entre estes, onde se expressam entre intercâmbios ou em sistematizações, a ASA diz que isso só não é um método, mas são, sobretudo, formas de expressar as experiências de Convivência com o Semiárido (BARBOSA, 2011, p. 01).

Para o desenvolvimento da pesquisa, também priorizamos escolher um espaço empírico onde existe a experiência dos agricultores(as) como sujeitos da ação. Dessa forma, dos municípios visitados considerou-se agricultores e agricultoras de Araripina, Exu, Santa Cruz, Santa Filomena e Ouricuri. Nestes municípios foram onde mais encontramos contadores de histórias, profetas e experimentadores que se encaixavam dentro dos critérios estabelecidos na pesquisa. Para a escolha das comunidades e famílias, além da nossa percepção foram importantes os depoimentos, no meio rural, dos(as) agricultores(as) lideranças, ainda na fase exploratória, e na cidade, dos técnicos das ONGs, Secretaria de Agricultura, STR e conselhos.

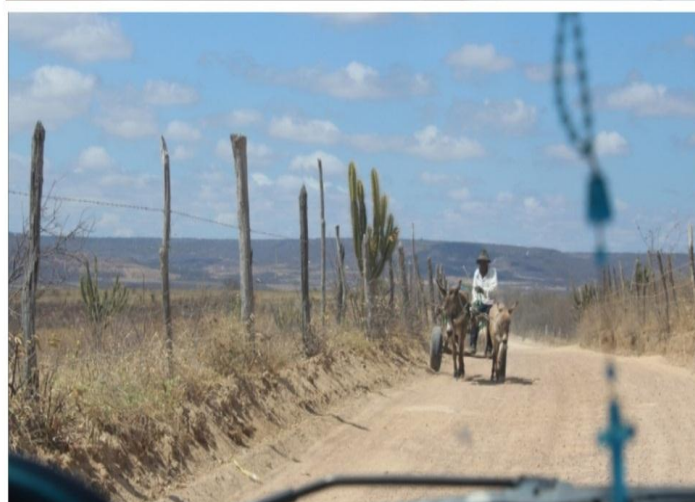
*II. Entrevista em campo - Das terras onde passei andando pelo sertão*<sup>10</sup>: Para realização das entrevistas, percorremos o Território do Araripe em dois momentos distintos. Um primeiro durante o mês de março de 2019, quando visitamos os(as) agricultores(as) já selecionados(as) nos municípios de Santa Cruz, Santa Filomena, Ouricuri, Araripina e Exu. Nesta fase, trabalhamos com indicações das ONGs Chapada, Caatinga e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Iniciamos por Araripina, durante 5 (cinco) dias, visitamos os(as) agricultores(as): **Palma**<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Música A vida do viajante – Composição Hervé Cordivil e Luiza Gonzaga. Disponível em: <<http://www.luizgonzaga.mus.br/>>.

<sup>11</sup> Nome fictício –

(casal), no Sítio Lagoa do Olho D'água, **Mandacaru** (casal), no Sítio Caldeirão, **Umbuzeiro** (casal), no Sítio Campinas, **Cacto** (casal) no sítio alho, **Angico** (casal) no Sítio Bonito, e por último, não menos importante, visitamos **Jitirana** (homen), no Sítio Flamengo. No sexto dia, fomos até o agricultor **Imburana** (homem), no Sítio São Paulo, município de Exu. Destacamos que, os nomes dos(as) interlocutores(as) são fictícios, inspirados em árvores nativas da caatinga, como forma de representar a perenidade, a persistência e a adaptabilidade do(a) sertanejo(a) ao ambiente em que vive – resistência. Buscamos em todos os casos entrevistar o casal, homens e mulheres, no entanto em alguns casos não foi possível, por esta razão destacamos cada entrevista. Abaixo segue a foto do percuro até o sítio Campinas para realização da entrevista com o casal Cacto.

Foto 03 - Pesquisa de Campo – Sítio Campinas Araripina - PE/Set de 2017



Fonte: Fotografado por Nirvana Machado (2017).

Todos os agricultores(as) visitados tinham em comum o acesso a tecnologias sociais, as cisternas de captação de água, que serão detalhadas mais adiante. Nesses locais foram entrevistados(as) agricultores(as) responsáveis por suas propriedades, nas quatro primeiras entrevistas esteve presente tanto o homem quanto a mulher, ambos responderam o roteiro de entrevista semiestruturado, apenas no penúltimo e o último somente o homem participou isoladamente. Em todos os casos, os(as) entrevistados(as) versaram sobre suas trajetória de construção da cultura da Convivência com o Semiárido, contaram histórias sobre os modos de aprendizagens desse conhecimento com foco no saber local, na observação da natureza, na oralidade de seus antepassados.

Um momento marcante que chamou atenção foi o percurso durante as entrevistas da zona rural da cidade de Araripina. Pois, até chegarmos aos sítios, seguimos da sede urbana por uma estrada de asfalto com muitas curvas, altos e baixo, até nos aproximarmos para encontramos terras mais planas.

Após o final do asfalto até o distrito de Nascente, andamos por estradas vicinais, seguimos estradas sertão adentro, onde se avistava uma vasta caatinga e ao longe o sopé da chapada do Araripe, víamos os picos de morros empoeirados pelo pó da gipsita, pois no caminho havia várias fábricas de gesso, desde grandes empresas até os pré-moldados nos terreiros das casas. Dá impressão que todo mundo na região trabalha no gesso, na beira das estradas, poucas roças de agricultura, aqui e acolá uns currais de gado, aprisco de caprinos e muitas cactáceas espalhadas esverdeando a paisagem na companhia de juazeiros e muitas algarobas.

A maioria das casas era de alvenaria, mas ainda víamos muitas casas de reboco. Da beira da estrada, avistávamos as moradias com calhas nas telhas para captação de água da chuva em cisternas de 16.000 L. É importante ressaltar que essa tecnologia social faz parte do Programa - Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) que, segundo Gomes e Heller (2016), caracteriza-se como um dos maiores programas mundiais de aproveitamento de água de chuva para consumo humano.

Nessa caminhada, passamos em dois distritos, Gergelim e Nascente, povoados por famílias agricultoras, aposentados, comerciantes e sitiantes das redondezas. No geral são famílias que mantém uma relação Rural-Urbano-Rural, são oriundas na sua maioria do espaço rural e que por motivos de estudo dos filhos,

trabalho no comércio, prefeitura, e/ou outras funções acabaram levando a uma segunda residência nos povoados, porém mantém sua relação com a terra, durante o período chuvoso plantam roças de milho, feijão, mandioca, fava entre outros, como também criam animais bovinos, caprinos, ovinos e galinha, e assim desenvolvem suas atividades em ambos os espaços.

Essa ocupação no âmbito do território configura-se no que Abramovay (2001) chama de “complexo social”. Nesse sentido, esse fator é muito frequente, principalmente no período de secas, onde obriga muitas vezes as famílias agricultoras a dependerem de outras ocupações ou mesmo de outros mecanismos de garantia de renda, que vão desde seguros, a exemplo do *Seguro Safra*, até trabalhos informais como venda de cosméticos, pedreiros, domésticas, salão de beleza etc.

No caso do Seguro Safra, este recurso só é acessado em anos de secas, quando formalizada e documentada via município, estado e federação. Esta é uma das ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que visa garantir uma renda por tempo determinado aos agricultores familiares do Semiárido, quando estes se encontram em situações que tenham perdido a safra em decorrência da seca. É um tipo de seguro destinado somente às famílias agricultoras que enfrentam e convivem sistematicamente com o fenômeno da seca. Visto que, quando ocorre a irregularidade climática, os sistemas produtivos se apresentam desestruturados (BRASIL, 2004, p. 03). O seguro garante o repasse de R\$ 850,00 divididos em cinco parcelas de R\$ 170,00 (SILVA, e SOUZA, 2008).

Dessa forma, para que o município possa disponibilizar este seguro, há a necessidade da confirmação de perda da safra superior a 50% em no mínimo, dois dos quatro indicadores que seguem: a) informações dos laudos amostrais, b) penalização hídrica calculada pelo Inmet, c) Índice de Suprimento de Água para o Crescimento Vegetal (ISACV/Cemaden); d) Perda calculada com informação do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) e da Produção Agrícola Municipal (PAM), esses dois últimos, são dados disponibilizados pelo IBGE. Segundo a coordenadora do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) Territorial, este ano de 2019, Araripina se enquadrou nos critérios acima mencionado, cadastrando 5.292 pessoas. Das seis famílias entrevistadas, cinco são beneficiárias do Programa. Em Ouricuri, 7.300 famílias foram beneficiadas, Exu com 4.000, Santa Cruz e Santa Filomena também foram contemplados.

Nessas visitas, iniciamos por Agricultor Palma. Chegando a sua casa, encontramos logo a Agricultora Palma, sorriso de canto a canto, recebeu-nos de braços abertos. Ela já sabia quem eu era, pois tinha deixado um recado com seu filho que estaria indo naquela data para entrevista, mas para não perder oportunidade ela brincou – Perguntei se ali era a casa do agricultor Palma, respondeu: não num conheço esse homem não. Fiquei na dúvida, mas em seguida veio outro abraço, mandando entrar e dando as boas-vidas.

Sem muita conversa já nos indicou que Palma tinha ido ao roçado deixar o almoço dos trabalhadores, e que até ele chegar iríamos ficar com ela, contava que: de assunto de roça ela não sabia falar muito, mas dos arredores de casa era ela que tomava conta. Ao entrar na sala, avistei na parede vários artigos religiosos, estavam lá Nossa Senhora Aparecida, Frei Damião, Padre Cícero e por incrível que pareça a foto do Ex-Presidente Inácio Lula da Silva, centralizado. Esse fato me chamou atenção, fiquei parada ali olhando, e ela me perguntou em seguida: *você acha certo Lula está preso?* E antes que eu pensasse na resposta ela já me adiantou, aquele homem é um santo, não era pra estar na cadeia não. Fiquei mais encucada ainda, deixei seguir: *Nossa vida no sertão mudou muito quando Lula era presidente, só crescemos pra melhor, deixamos de passar fome, tanta coisa boa ele fez pelo Nordeste, como pode estar preso?*

Aproveitei ensejo, e iniciei a conversa, perguntando como era a vida antes por ali, ela resistiu e disse logo para esperar seu esposo chegar, pois ele era bom para contar histórias. Seguimo-la, passando pela cozinha, um fogão a lenha com cheiro marcante dos temperos sertanejo, de longe senti que ali cozinhava feijão de corda (*Vigna unguiculata*) com pimenta de cheiro (*Capsicum chinense*) e coentro (*Coriandrum sativum*), enfeitava o aroma do lugar, adiante fomos em direção ao quintal, conhecer suas plantas medicinais, canteiros com hortas, a divisão de alguns cercados, fui seguindo, ouvindo com atenção, observando o lugar de fala.

É comum escutarmos o ditado que assunto de mulher é da cozinha para dentro, isso mostra uma reprodução do discurso, que provoca a invisibilidade da fala da mulher agricultora, bem como das atividades desenvolvidas por estas. Por esta razão, buscamos esforços nessa pesquisa de escutar homens e mulheres agricultoras de forma equitativa, mas sobretudo respeitando o lugar de fala de cada um no seu contexto. Com efeito, Michelle Perrot (2005), destaca que, há um projeto social, político e cultural de silenciar a história das mulheres, um recurso para

esconder e invisibilizar suas ações, suas falas, ocultando-as e/ou excluindo do texto histórico destes sujeitos, acreditando ser o texto histórico a verdade absoluta e inquestionável dos fatos reais. Em atenção a este fato, buscamos romper com estes processos sociais desiguais.

Assim, buscamos através da sondagem do trabalho realizado no quintal produtivo, quebrar o gelo e criar um clima possivelmente descontraído. Nesta apresentação a agricultora, mexia no meu cabelo e elogiava, perguntando de que cidade eu vinha, quem eram meus pais, se eu conhecia o filho que terminou graduação em Direito, sobre o qual falava com muito orgulho nos olhos, e várias outras perguntas vieram ao diálogo. Dessa forma, por meio da simplicidade, fomos interagindo e criando este ambiente descontraído até o agricultor Palma chegar. Esta aproximação entre pesquisadora e entrevistados(as) foi intencional, levando sempre em conta toda cautela de manter-se no meu lugar de fala enquanto pesquisadora e o lugar de fala dos(as) entrevistados(as), pois Minayo (2016), chama atenção, que este cuidado é merecido, um vez que, pesquisadores no geral, nunca devem buscar ser reconhecidos num papel igual ao das pessoas entrevistadas, já que as pessoas entrevistadas, esperam destes uma diferenciação, ou seja, uma delimitação do seu espaço, sem pedantismo, segredos e mistérios.

Palma chegou! Do terreiro de casa, avistávamos um senhor baixo andando apressado, pois subtendi que ele deve ter visto o carro estranho de longe na frente da sua casa e deduziu que já havia visita. Aperto de mão acolhedor, voz mansa e serena, puxou um tamborete para sentarmos no alpendre da casa, muito curioso, foi logo perguntando o que era minha pesquisa e se disponibilizou a contribuir no que ele tivesse condição. A princípio, segui nesta e nas outras entrevistas os passos para interação empírica orientada por Minayo (2016), porém por uma sequência diferente, sendo: a) apresentação pessoal, b) apresentação institucional/acadêmica, c) menção do interesse da pesquisa, d) explicação dos motivos da pesquisa, e) justificativa da escolha do entrevistado(a), f) garantia do anonimato, e por fim a g) conversa inicial com base no questionário semiestruturado.

O Agricultor Palma apresentou-se muito à vontade para falar da sua vivência no sertão, sendo este um admirável observador da natureza, do comportamento dos animais, dos insetos, das floradas da caatinga. Logo nos disse: *o primeiro aprendizado para conviver e permanecer no sertão é guardar! Guardar alimentos é uma das saídas*. Assim, tivemos uma longa conversa pela manhã, em seguida ele

foi nos mostrar seu banco de sementes, vários estoques armazenados de anos, sementes crioulas adquiridas com seus antepassados, de viagens de intercâmbios, trocas com vizinhos entre outros. Após nos mostrar uma das suas formas de armazenamento, fomos para o segundo estoque: o armazenamento de água para produção, a uns 300m da sua casa, um espaço cercado com a cisterna de 52.000L, recebida pelo Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

Por sua vez, a existência deste Programa, vem desde 2007, destaca-se como uma continuidade do P1MC. O 1 significa “uma terra”, quebra do monopólio do acesso, já o +2, significa duas águas, um encaro ao desafio complementar da cisternas de beber e cozinhar, ou seja, o *P1+2 (Uma terra e duas águas)* surge para atender as necessidades de plantio e criação de animais (DUQUE, 2008). Neste segundo programa, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), buscou a ampliação do estoque de água, com objetivo de promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras, bem como, fomentar a geração de emprego e renda para as estas, por meio do estímulo a construção de processos participativos para o desenvolvimento rural do SAB. Destacamos este episódio, para exemplificar o contexto onde estávamos inseridos, além de, demonstrar que no campo ainda existe uma relação hierárquica de poder da fala entre homens e mulheres. Por mais que não seja uma pesquisa de gênero, consideramos importante escuta-los de maneira equitativa, valorizando o trabalho e os saberes de mulheres e homens.

*III. Entrevistas no VI Encontro da Rede de Agricultores(as) Experimentadores(as) do Araripe:* No terceiro momento entrevistamos mais agricultores e agricultoras durante o VI Encontro da Rede de Agricultores(as) Experimentadores(as) do Araripe, nos dias 25 e 26 de outubro de 2019. Este evento ocorreu na cidade de Caldeirão Grande do Piauí, e contou com a participação de três territórios, o Sertão do Araripe – PE, Cariri – CE, e o local de realização que compõe o território Vale do Guaribas - PI. Para nossa pesquisa, focamos o diálogo mais próximo com os(as) agricultores(as) apenas do primeiro território acima citado.

A decisão de participar desse evento, se deu pela característica e objetivo central do encontro, que se volta para valorização do conhecimento dos agricultores(as), o tema deste ano foi “A agricultura familiar no Semiárido: Conquista e Estratégia da Manutenção do Direito”. Nessa ocasião, entrevistamos o agricultor **Facheiro** (homem) do Sítio Pote e o agricultor **Mandacaru**, ambos do município de Santa Cruz, a agricultora **Aroeira** (mulher) do Sítio Santa Fé, da cidade de Santa

Filomena, e o agricultor **Caroá** da cidade de Ouricuri, de maneira individual, durante os dois dias do evento.

Com efeito, referente ao número de entrevistados(as), fechou-se num total de 11 agricultores(as), ao chegar nessa quantidade, definiu-se a não inclusão de novos entrevistados, pois os dados obtidos passaram a apresentar certa redundância (FONTANELLA, RICAS E TURATO, 2008). Essa escolha metodológica versa em primeiro lugar pelo princípio da saturação. Segundo Pires (2010), após chegar nesse momento à amostra cumpre sua função operacional e metodológica.

Em segundo lugar, o uso da ferramenta<sup>12</sup> de saturação, é possível ser aplicada quando, o pesquisador(a) através da confiança empírica, identifica que, a categoria está saturada. Para esta aplicação, é indispensável considerar as seguintes combinações de critérios: os limites empíricos dos dados, a integração de tais dados com a teoria e a sensibilidade teórica de quem analisa os dados (FONTANELLA, RICAS E TURATO, 2008). Dado o exposto, nesta pesquisa a saturação ocorreu como elemento de medida para o entendimento da pesquisadora sobre os temas estudados e não somente de repetição de falas dos agricultores(as) entrevistados(as).

Contudo, a fim de não se distanciar do objeto de pesquisa, bem como, promover um suporte técnico nos dados, transcreveu-se as entrevistas logo após sua realização, pela própria pesquisadora. Dessa forma, os dados produzidos foram analisados paulatinamente um por vez, onde primeiro deu-se atenção à audição das narrativas gravadas, em seguida a transcrição das entrevistas e por fim realizou-se uma leitura compreensiva do material, para garantir que de fato os dados fossem suficientes no âmbito dos temas previstos, além dos que surgiram no decorrer das narrativas. Buscamos através dessa leitura, uma visão de conjunto para apreender as particularidades de cada entrevista.

Na análise dos dados, centramos esforços em ir além das falas e dos fatos explícitos, para chegarmos até o implícito, como afirma Gomes (2016), do revelado para o velado, do texto para subtexto. Assim seguimos as seguintes etapas:

- I) Identificação e problematização das ideias explícitas e implícitas nas narrativas transcritas;
- II) Busca dos sentidos socioculturais atribuídos as ideias;

---

<sup>12</sup> Amostragem por saturação é uma ferramenta conceitual frequentemente empregada nos relatórios de investigações qualitativas (FONTANELLA, RICAS E TURATO, 2008).



- III) Diálogo entre ideias problematizadas, informações provenientes de outros estudos relacionados à Convivência com Semiárido com base no saber local, e o nosso referencial teórico.

Logo ao analisarmos os dados, centramos nossa atenção aos depoimentos e seu contexto, isto é, discorreremos sobre as vivências das famílias frente aos anos de grande secas, além de analisarmos os depoimentos somando-se a observação que registramos no trabalho de campo.

## 2.5 CATEGORIAS E ANÁLISES

Partindo da seguinte estrutura de análise construída, separamos por temas trechos das narrativas. Nestas identificamos as ideias diferentes entre as pessoas, pontos em comum entre os dados, bem como, contradições. Dessa forma, tínhamos também categorias de análise previstas, na qual a estrutura partiu da combinação de pressupostos, dos objetivos da pesquisa e do marco teórico. A definição das categorias de análises final, foi resultado da articulação entre fundamentação teórica, estudos relacionado ao tema, depoimentos dos(as) agricultores(as) e observação de campo:

Quadro 02 – Categorias de Análises

(continua)

CATEGORIAS DE ANÁLISE PREVISTAS	VERIFICAÇÃO
Identificação/Contexto	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Marco teórico;</li> <li>✓ Estudos relacionados ao tema;</li> <li>✓ Depoimentos e seus contextos;</li> <li>✓ Depoimentos e observação em campo.</li> </ul>
A convivência com os anos de seca	
Construção do conhecimento/ Conhecimento acumulado	
Rede e relações	

(conclusão)

CATEGORIAS DE ANÁLISE FINAL	VERIFICAÇÃO
Estratégias de convivência alicerçadas no saber tradicional	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Revisão do marco teórico;</li> <li>✓ Estudos relacionados ao tema;</li> <li>✓ Depoimentos dos(as) agricultores(as);</li> <li>✓ Observação de campo</li> </ul>
A criação animal: a poupança viva no sertão	
As práticas agrícolas no rastro da chuva e as sementes crioulas	
Água é vida: o estoque hídrico como estratégia de convivência com o semiárido	
Nos rastros da tradição sertaneja: a construção dos saberes – antes e o hoje	
Aprendendo com a natureza: prevendo as chuvas	

Fonte: Elaborado pela Autora (2017).

Por último, apresentamos brevemente a estrutura deste trabalho. Para analisar as estratégias de Convivência com Semiárido, acumuladas pelas famílias agricultoras a partir do saber local, bem como a sua forma de construção, considerando em particular os anos de secas prolongadas a partir da realidade vivenciada por famílias agricultoras do Território do Sertão do Araripe – PE.

Assim, estas etapas nos permitiram organizar o trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo, com base na bibliografia sobre o histórico das secas nos sertões nordestinos, fizemos um recorte por séculos, desde os séculos XVI, XVII, XVIII, XIX, XX até o século XXI, e tratamos de descrever uma compreensão historiográfica sobre a formação sociológica de ocupação dos sertões a partir das secas. Na sequência, no segundo capítulo, focamos em questões relacionadas à formação social, o lugar sertão, com base na Teoria das Representações Sociais. O terceiro capítulo descreve a formação étnica identitária, estigmas morais, culturais e simbólicos do matuto(a) sertanejo(a), bem como seu modo de vida. Na parte seguinte, dedicamo-nos à análise dos caminhos para Convivência com o Semiárido,

a forma que os saberes foram construídos e fazemos uma breve descrição sobre a experiência da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). No quarto e último capítulo, fizemos o exercício de analisar a vivência dos(as) agricultores(as) frente ao histórico das secas no Território do Sertão do Araripe, além de destacarmos os processos de aprendizagens destas, colaborando para o entendimento da construção das estratégias de Convivência com o Semiárido e a reprodução social dos(as) sertanejos(as). Por fim, analisamos os fatores que contribuem para as estratégias de Convivência com o Semiárido a partir do saber local, seus modos de aprendizagens que contribuem para permanência e reprodução social das famílias agricultoras em anos de secas prolongadas, tratando, precisamente, dos modos de vida, aspectos culturais e crenças decorrentes da observação da natureza. Por último, não menos importante, apresentamos conclusões e considerações resultantes das reflexões que este trabalho nos permitiu.

### 3 AS SECAS NOS SERTÕES: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

A fim de realizar uma leitura no tempo sobre a concepção da seca no Nordeste, em especial nos Sertões, buscamos analisar os impactos, as formações históricas e geográficas, olhando principalmente para as localidades de maior incidência no decorrer dos anos.

Assim, com base nas publicações sobre a historiografia das secas nos sertões nordestinos, tomamos como base alguns estudos: Secas no Brasil – Políticas e Gestão Proativa, Falas de Astúcias de Angústias: A Seca no Imaginário Nordestino de Problema a Solução (1877-1922), A Invenção do Nordeste, História das Secas (Séculos XIV a XIX), Exilados da fome: Seca e Migração do Ceará oitocentista, entre outros. Estes estudos nos mostram que as secas sempre fizeram parte periodicamente da realidade histórica dos sertões do nordeste brasileiro.

As secas são descritas como um fenômeno de caráter natural, acontecendo em todo Sertão nordestino de diversas maneiras, manifestando-se em diferentes conjunturas da estrutura social, marcada por aspectos particulares, somando-se a aspectos socioeconômicos e políticos que lhe tiram o caráter único de desastre natural.

Com efeito, sobre o tema “seca” é possível encontrar uma vasta literatura que aborda ora somente como fenômeno climático, onde se explica a origem de todos os problemas do espaço Sertão, ora como processo social, gerado pela escassez periódica de chuvas, na qual leva a implicações econômicas, políticas e sociais, agravando a estrutura socioeconômica de exploração e desigualdades sociais profundas. No entanto, toda essa literatura parte da constatação que a seca é um problema regional, sem atentar para o fato que nem sempre foi assim (ALBUQUERQUE JR, 1995). Na opinião de Souza e Medeiros Filho (1983), não é a ocorrência de secas que explica todo o atraso do Nordeste, ao contrário, essa é uma opinião ultrapassada e, sobretudo, falsa por esconder os problemas estruturais da região.

Interpretando a seca como uma manifestação física da natureza, Alves (2003), nos diz que, a seca apresenta-se como um fenômeno climático característico da região do Nordeste brasileiro, situada dentro do chamado Polígono das Secas. Segundo Souza e Medeiros Filho (1983), essa delimitação foi estabelecida durante o governo de Getúlio Vargas, pela Lei n. 175, de 7 de janeiro de 1936, onde

compreendia uma extensão de 936.993 km<sup>2</sup> de terras secas.

A área do polígono abrangia parte da região Leste e quase toda a região do Nordeste Ocidental. Posteriormente, por meio de um ato legislativo ampliou-se as áreas, incluindo neste, o litoral do Rio Grande do Norte e do Ceará, sendo estas últimas, zonas mais ou menos de baixa produtividade.

Por sua vez, ao interpretar a seca e seus significados, podemos compreendê-la a partir das suas características representativas, que vão desde a falta de precipitação, deficiência de umidade no solo agrícola, quebra de produção agropecuária, até impactos sociais e econômicos negativos em geral. “Logo, há identificação de áreas secas seguidas de causas e efeitos, com diversos níveis de abrangência se espalha de maneira não homogênea nas regiões” (VIEIRA; GONDIM FILHO, 2006).

Desse modo, Albuquerque Jr. (1988), acrescenta que, historicamente a convivência com anos de seca e seus efeitos naturais, faz parte da própria rotina do mundo sertanejo, a seca não tem tempo exato, no máximo ela é datada, para se diferenciar a mais intensa da menos intensa. No entanto, ela faz parte do tempo cíclico que perpassa na concepção das famílias agricultoras, pois, a seca passa, mas volta sempre, são ciclos, seguindo talvez até uma lógica temporal, de sucessão em décadas e em séculos.

Com base em informações no texto *A construção Social do Nordeste* de Antônio Barbosa (2013), é possível dizer que as secas seguem ciclos, agricultores(as) acreditam que, anos que terminam em sete não são bons de chuva, ou que, a cada oito anos se acentua uma estiagem prolongada. Barbosa (*op. cit.*) diz que as grandes secas têm ciclos de 30 anos [...]

Existem outras, que vou chamar de médias secas, mas que não são tão comuns, e tem as secas mais frequentes. Estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) dão conta, a partir de monitoramento e/ou de relatos de historiadores e pesquisadores que estudam o nordeste, sobretudo as secas, de quando os portugueses chegaram ao Brasil, no ano de 1500, até os dias atuais, da existência de 72 secas, um número considerável. Dessas, 40 foram anuais, ou seja, acontecem em um ano, e pelo menos 32 plurianuais, ou seja, acontecem, para além de um ano (BARBOSA, 2013, p. 17).

Diferentemente desse balizamento, Villar Filho (2019, p.01), apresenta dados de outra sequência para explicar a ocorrência das secas:

[...] Há evidência de dois tipos básicos de Secas no NE, além dos oito ou nove meses sem chover, normais, de cada ano: um período radical, isolado (ciclo de 13 anos), inserido num tempo relativamente chuvoso (1866, 1915, 1942 e, depois, 1993), e outro, um encadeamento de anos brabos - as, até então, chamadas Grandes Secas - em intervalos aproximados de 26 anos, onde dois são particularmente ruins e o número do pior grava na lembrança regional a dureza do conjunto. Os ciclos foram: 1873/78, com secas máximas em 1877 e 1878; o segundo em 1900/07, com as maiores em 1900 e 1907; um outro 1927/33, com o pico em 1931 e 1932 e o seguinte, 1951/58, com o pior em 1953 e 1958. O último, o imediatamente previsto pelo CTA, foi de 1979 a 1983, com as maiores secas em 1981 e 1983. Há poucos dias, incluindo os dados de 1978 até 2000 e afinando o tratamento matemático da nova série, demarcaram um novo período mínimo a partir de 2003.

Assim, observamos que existem várias teorias sobre a temporalidade das secas, essa é uma das razões que afirmamos a complexidade do tema, para dois agricultores entrevistados nessa pesquisa, Palma e Facheiro afirmam que guardam memórias dos mais velhos falarem que anos que terminam com três ou sete, não são bons de chuva.

Contudo, autores como Sena *et al* (2014), consideram a seca como um tipo de processo meteorológico definido por limites espaciais e temporais. Independente da temporalidade, os seus efeitos afetam grandes áreas do planeta, caracterizadas como Semiáridas ou que sofrem de desertificação, isto é, não é um fenômeno particular da realidade brasileira, tendo em vista que, em outros países, em outros continentes, também estão sujeitos a crises semelhantes e sofrem as suas consequências como o Nordeste brasileiro.

### 3.1 AS SECAS NOS SÉCULOS XVI E XVII

No caso do Brasil, a ocorrência de secas periódicas com grande intensidade, e impactos relevantes sobre sua população e os meios de vida, vêm sendo registrada desde o século XVI e debatida desde o século XIV (GONDIM *et al.*, 2017). Desde o período colonial até hoje, os relatos e imagens sobre os sertões, em sua maioria, enfatizam paisagens naturais desoladoras e o flagelo social da população sertaneja nos períodos de seca (SILVA R, 2006).

Os primeiros relatos das secas no Nordeste brasileiro partem dos viajantes e cronistas, escritos durante o século XVI até a metade do século XVIII. No princípio, estes viajantes fizeram registros referindo-se aos impactos de secas nas áreas

litorâneas, que eram cobertas pelas plantações das culturas de cana, mandioca, milho e pecuária de gado bovino. É importante ressaltar que a frequência de secas nas regiões litorâneas nordestinas é bem inferior às frequências das secas nos sertões (CAMPOS, 2014).

Corroborando com esta ideia, Ximenes (2013) afirma que esses primeiros relatos das secas que se têm notícias datam do século XVI, dos quais Felipe Guerra (GUERRA, 1981), credita ao Padre Serafim Leite (História da Companhia de Jesus) alusão às secas na Bahia e de Pernambuco, no século do descobrimento, por meio de crônicas nos anos de 1559, 1564 e 1592.

Outros historiadores como Alves (2003), Albuquerque Jr (1995), e Souza e Medeiros Filho (1983), consideram o primeiro registro de seca na história do Brasil referindo-se aos relatos escritos do padre jesuíta Fernão Cardim. Por sua vez, este chegou ao Brasil em 1583, em companhia do jesuíta visitante padre Cristóvão Gouvêa, entre 1583 a 1590, o padre Cardim realizou uma viagem pela costa brasileira de Pernambuco ao Rio de Janeiro e fez um relato epistolar que se constitui no primeiro documento a registrar uma seca no Nordeste (CARDIM, 1925, p. 333):

“No ano de 1583 houve tão grande secca e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostuada, porque é terra de continuas chuvas) que os engenhos d’agua não moeram muito tempo. As fazendas de cannaviais e mandioca, muitas se cessaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, soccorrendo-se aos braços quatro ou cinco mil índios. Porém passado aquelle trabalho da fome, os que puderam retornaram ao sertão, excepto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade” (CARDIM “Tratado da Terra e de Gente do Brasil”– 1925).

Este mesmo padre, também fez uma referência à situação do sertão pernambucano, onde relata que no ano de 1587, foi flagelo por uma seca: “Houve uma grande seca e a esterilidade na província e que desceram do Sertão, apertados pela fome socorrendo-se aos brancos quatro ou cinco mil índios” (SOUZA e MEDEIROS FILHO, 1983, p. 82).

Com base na literatura dos estudos sobre o Sertão, constatam-se várias datas distintas sobre os primeiros registros de seca, todavia todos partem de informações registradas após a chegada da colônia portuguesa, assim existem várias datas, mas, próximas uma da outra; 1534, 1559 e 1583. Albuquerque Jr (1995), afirma que no século XVI registram-se oito secas, no século XVIII foram nove secas e no século XIX até ser deflagrada em 1887. É importante ressaltar que,

o que culmina sobre as datas e memórias é o relato escrito pelo padre Fernão Cardim (CAMPOS, 2014).

Com base nessas informações, observamos que as secas fizeram parte da história do lugar Sertão, chegando a tonar-se muitas vezes sinônimos. Porém, esta história foi construída sob um viés negativo, com destaque ao surgimento da invasão do território sertanejo pelos colonizadores. Corroborando com esta afirmação, De Nys, Engle e Magalhães (2016), dizem que:

Antes do adensamento da ocupação humana no interior da região, que começou em meados do século XVI, não havia grandes problemas, porque o ecossistema predominante, a Caatinga, era adaptado ao clima e suas variações periódicas. Somente nos casos de secas extremas, as antigas e esparsas populações indígenas eram atingidas e migravam em direção ao litoral, conforme informam cronistas dos primeiros anos da colonização portuguesa. Contudo, depois que os colonizadores penetraram o sertão e começaram a modificar a paisagem, com o estabelecimento de fazendas e com desmatamentos para a criação de gado e para a produção de alimentos, aumentou muito a vulnerabilidade às secas (DE NYS; ENGLE; MAGALHÃES; 2016, p. 22).

Nesse sentido, as secas só passaram a entrar no relato histórico dos portugueses depois que os colonos embrenharam-se nas terras com a visão de criar gado. Todavia, esta exploração de terras Sertão adentro não foi algo espontâneo, pois conforme Souza e Medeiros Filho (*op. cit*), o adensamento é fruto de uma decisão estabelecida pela coroa portuguesa, após conflitos gerados pela disputa de terras na zona da mata, entre plantadores de cana de açúcar e criadores de gado. Por isso, define-se, por meio de uma Carta Régia de 1701, o lugar para cada produção, onde estabelece a divisão espacial, designando a zona da mata para plantação de cana e o Sertão para criação de gado.

Antes desse período não se tinha dados das secas nos Sertões e, sobretudo as informações do lugar são dispersas. Daí a escassez de documentação sobre as crises climáticas do século XVII (ALVES, 2003). Assim, podemos observar que as secas, enquanto problema ou condição de vulnerabilidade, começam a surgir com as mudanças da paisagem natural do bioma caatinga, a fixação dessas novas populações e a criação de fazendas; pois antes os índios que ali ocupavam eram nômades, em anos de secas migravam para áreas de microclimas, como vales, pés de serras e para o litoral como citado anteriormente (ALVES, 2003).

O autor ainda afirma que o(a) índio(a) carregava uma identidade com a aspereza do clima e com o nomadismo dos rebanhos, por seu conhecimento



endógeno, tinham facilidade na procura de pastagens e aguadas nos períodos secos. Não obstante, depois que os rebanhos de criação de bovinos cresceram e os núcleos da população branca aumentaram é que surgem as primeiras notícias mais circunstanciadas sobre as secas e suas consequências.

Ademais, Campos (2014), diz que o agravamento dos impactos foi aumentando na medida em que crescia as populações da região. Nesse contexto, com a formação de povoamentos surgem as calamidades nos anos de seca. Porém, Alves (2003) chama atenção para ausência de números precisos sobre as consequências, mas revela que não é possível avaliar a destruição causada pelas secas durante a primeira metade do referido século, frente à falta de dados estatísticos que esclareçam a extensão do acontecido. O que se aproxima são cálculos realizados com base nos prejuízos econômicos e produtivos, sabendo que se tinha em conta o grande número de fazendas existentes e que todas eram atingidas.

A ausência de números das consequências, principalmente sociais, explica-se pela visão produtivista exploradora da coroa portuguesa, já que os períodos de secas não impressionavam aos governantes coloniais pelos danos que causavam às populações, mas sim pelos prejuízos que traziam à coroa. Outro grande fator que contribuiu para vulnerabilidade da população, ainda na primeira metade do século XVII, explica-se pela ausência de construção de infraestrutura hidráulica e de estradas, tornando assim uma sociedade muito suscetível, que resultou mais na frente na tragédia da seca de 1877 a 1879 (CAMPOS, 2014).

O que se tem notícia sobre a sociedade sertaneja, são relatos que a última seca do século XVII ocasionou grandes prejuízos aos rebanhos e às populações interiores, tendo várias pessoas morrido de fome. Nas capitanias, ocorreu o mesmo com inúmeros escravos das ordens religiosas que não puderam adquirir víveres para sua manutenção, assim narraram as crônicas do tempo. As culturas alimentares, produzidas pela população sem terra, escravos, entre os mais empobrecidos eram consideradas trabalho pouco digno, visto que, somente a cultura da cana enobrecia o homem trabalhador. Isso contribuía para escassez da produção da farinha de mandioca, do milho e do feijão, elementos indispensáveis à alimentação do sertanejo (ALVES, 2003).

Existem números citados por Souza e Medeiros Filho (*op. cit*), que apontam secas nos anos de 1603, 1609, 1614, 1652 e 1692, destaque para esta última que

se acentuou mais no Sertão de Pernambuco.

Já o historiador Durval Albuquerque Jr. (1995), afirma que entre o período colonial e a grande seca de 1877-1879 (século XIX) houve um total de 31 ocorrências de secas nos Sertões nordestinos, mas até o momento esse não era um problema visualizado pelo poder público da região.

### 3.2 A HISTÓRIA DAS SECAS DURANTE O SÉCULO XVIII

As secas do século XVIII tiveram maior repercussão nas Capitanias da Bahia e Pernambuco, sendo estas as mais habitadas e mais aglomeradas de ricas propriedades particulares. Chegando a este tempo, os índios iniciaram um processo de pacificação com os brancos, o que antes foi marcado por conflitos, isto permitiu segundo Souza e Medeiros (*op. cit*) um maior povoamento do sertão durante todo século XVIII, esta aproximação não se caracteriza por relação horizontalizada, mas sim imposta.

Os autores ainda afirmam que há também registros oficiais referentes à primeira metade do século XVIII, que contém relatos do período de secas entre os anos de 1723 a 1729. No documento *História das Secas Séculos XVII a XIX*, Alves (2003) diz que os textos desses registros oficiais foram transcrito por Irineu Ferreira Pinto, que registra informações sobre a seca e pede ajuda ao Rei:

Os Oficiais da Câmara representam o El-Rei declarando que desde o ano de 1723 até aquele presente momento (1729) tem sofrido esta Capitania grande esterilidade de seca e ao mesmo tempo pedem a El-Rei que os mande acudir com escravos, pois os daqui têm morrido de fome e que os engenhos estavam em ruínas não só pelo estado da terra como por falta de braços para o trabalho (ALVES, 2003, p. 28).

Os autores relatam que nos anos de 1710 e 1711 a seca perpassou por maior parte dos estados nordestinos, entretanto nos lugares mais habitados os impactos negativos eram maiores, com destaque aos aspectos sociais, fome, pobreza e mortes. Entre todos os estados, fazemos uma ressalva para o estado de Pernambuco, onde a seca chegou primeiro, iniciando-se ainda em 1709.

Quadro 03 - Secas do século XVIII

ANOS DE SECA	ESTADOS ATINGIDOS
1721-1725, 1736- 1737, 1745-1746, 1777-1778, e 1791-1793	Da Bahia até o Piauí
1730	Paraíba
Quatriênio 1748-1751	Pernambuco
1754, 1760, 1766 e 1772,	Ceará
1766 e 1784,	Rio Grande do Norte
Biênio 1783-1784	Pernambuco

Fonte: Elaborado pela autora com base em: Alves (2003).

Em todos esses anos de seca, a população sertaneja era a principal vítima da fome, penúria e muita miséria no meio das caatingas. Observando o quadro das secas no século XVIII, que atingiram os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, verifica-se que o último desses quatro sofreu as consequências de uma seca parcial, diferente das demais capitânicas. Segundo Alves (2003), por duas vezes este estado foi atingido pelo flagelo, na segunda metade do século XVIII. Ainda no período colonial, uma das secas de maiores impactos iniciou em 1777 e persistiu até 1778 onde ficou conhecida como a seca dos três setes, estima-se que foram dizimados sete oitavos do rebanho do estado do Ceará (CAMPOS, 2014; SOUZA e MEDEIROS FILHO, *op. cit.*).

Os anos de 1721 e 1722 assolaram fortemente os estados do Ceará e Paraíba, este marco antecedeu outra seca mais abrangente que se estendeu de 1723-1727, por esta razão nesses dois estados a intensidade da seca impactou de sobremaneira mais a população cearense e paraibana. O Senador cearense Thomaz Pompeu de Souza Brasil, em sua obra “*Memória sobre o clima e as seccas do Ceará*”, escreveu sobre este início da seca de 1722, onde diz que “não só morreram numerosas tribos indígenas como os gados e até as feras e as aves se

encontravam mortas por toda parte”.

As secas entre os anos de 1745-1746 foram precedidas de secas parciais, nos dois anos anteriores, seguindo-se anos escassos que dificultaram a vida nas então capitanias nordestinas. Há uma linha de pensamento, que diz que, quando há anos de secas parciais é geralmente anúncio de seca total próxima (ALVES, 2003). No geral, durante o século XVIII foram registradas sete grandes secas que atingiram todo o Nordeste e provocaram o deslocamento das populações para áreas menos afetadas (MAIA, 2015, p.13).

Nesse contexto, olhando para a região, é possível perceber que alguns estados foram mais impactados que outros. No Ceará, por exemplo, no século XVIII com tanta ocorrência e grandes impactos negativos, recebeu o nome de seca oitocentista. Dessa forma, é possível afirmar que as vulnerabilidades da região não decorreram apenas do fenômeno clima, mas que foram socialmente construídas ao longo do tempo e ajudaram na desconfiguração socioambiental da região. Assim, observamos que a seca não atuou apenas destruindo lavouras e matando rebanhos, houve também um quadro de privações aos sertanejos, em especial os sem terras, índios e descendentes africanos que muitas vezes se viram subjugados ao deixarem suas terras em busca de refúgio (MAIA, 2015).

Ao final do século XVIII, se instalou uma última seca que ficou conhecida como a “grande seca”, esta perdurou mais fortemente no estado de Pernambuco, com duração de quatro anos, e nos outros estados se instaurou por três anos, entre 1790-1793 (SOUZA e MEDEIROS FILHO, *op. cit.*).

### 3.3 A HISTÓRIA DAS SECAS DURANTE O SÉCULO XIX: O SÉCULO DA GRANDE SECA

Ao início da primeira década do século XIX, duas fortes secas ocorreram: entre anos de 1803-1804 e outra entre 1808-1810. Relatos dos viajantes naturalistas alemães Spix e Martius, citado por Alves (2003), diziam que toda a área atingida pelas secas contava ainda com 495.000 escravos e 726.370 habitantes distribuídos nos estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Piauí.

Desse período até a afamada seca de 1877-1879, totalizaram oito secas abrangendo com intensidades distintas os estado de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Bahia. Já a partir de 1860 os invernos seguiram mais

regulares e os fazendeiros se abasteceram de novas sementes de gado, além de iniciarem a cotonicultura como nova atividade agrícola na região.

A seca de 1877-1879 levou os estados a cenas trágicas de mortes de pessoas e animais. A estimativa da catástrofe em termo de vida humana foi feita pelo jornalista americano Herbert H. Smith, que na época realizava uma viagem de estudos ao Brasil. Segundo Smith (1879, p. 421), a mortalidade total no Ceará, durante os anos de 1877 e 1878, estimou-se próximo a 500.000, representando mais da metade da população total. Desses, 50.000 morreram de fome e doenças durante o primeiro ano; 50.000 durante os meses de janeiro e fevereiro de 1878; durante março e abril, que inclui o grande êxodo, no mínimo 150.000 pessoas pereceram, sendo o principal fator a fome. As doenças febre e beri-beri enterraram 100.000 pessoas, a catapora 80.000 ou mais, as mortes restantes vieram de várias doenças, a maioria ligada à fome, fraqueza e má qualidade dos alimentos (CAMPOS, 2014).

Antecedendo esta grande seca, ainda em 1872, o Brasil tinha feito o seu primeiro Censo Demográfico, onde apresentou dados que, no Ceará, viviam 700 mil pessoas, principalmente no interior. Isso significa que a grande seca teria causado a morte de mais de 50% da população. Um verdadeiro desastre, relatado não somente na literatura nacional, mas também internacional (COOPER-JOHNSTON, 2000; DAVIS, 2000; SMITH, 2012). Segundo Albuquerque Jr (1995), os autores que discutem sobre a grande seca de 1877-1879, são unânimes no ponto do vista, em considerar essa seca como “a grande seca”. Destaca que, é somente a partir deste momento que a seca passa a interessar os poderes públicos, gerando assim, um problema de repercussão nacional.

Segundo Garcia (2005), com o início da seca de 1877, a cidade de Fortaleza a partir desse ano passa a ser o palco privilegiado do drama da seca. No caso da Província do Siará (Ceará), as estruturas do campo foram profundamente abaladas, pois os sertanejos sofreram uma diminuição significativa em sua reserva alimentar e onde existia uma proteção oferecida pelos proprietários das fazendas, essas ações não chegavam a ser suficientes (NEVES, 2000, p.47).

Após essa forte tragédia, com a morte e penúria de milhares de sertanejos, Souza e Medeiros Filho (*op. cit*) dizem que vieram anos bons de inverno, somente nove anos depois foi que os sertões nordestinos presenciaram outra grande seca, que ocorreu ao final no século XIX durante o ano de 1898.

Com esses imensos registros de secas, para coroa portuguesa havia somente uma culpa para direcionar, com base em leituras das antigas cartas régias do período, observamos que, estas mostram que não havia política de secas e sim uma política econômica que Portugal utilizava como premissa, apontando a culpa das secas e seus impactos ao ócio das populações (CAMPOS, 2014).

Ainda nesse período, após marco de grandes secas, passaram-se longos anos mais regulares, totalizando 32 anos de bons invernos, nos quais houve crescimento dos rebanhos e das populações. Diferentemente desse crescimento, as infraestruturas, estradas, construção de reservatórios de água, entre outros, não acompanharam o mesmo crescimento, gerando uma disparidade para o aumento da densidade demográfica. No quadro abaixo podemos observar o registro dos anos de seca e seus principais impactos ao longo do XIX até as duas primeiras décadas do século XXI:

Quadro 04 – Anos de grandes secas

(continua)

ANOS	PRINCIPAIS IMPACTOS
<b>1877-1879</b>	Dizimou metade da população do nordeste. Calcula-se que só no Ceará morreram 500 mil pessoas além de 300.000 pessoas em outros estados do Nordeste (SMITH, 2012). Além de perda de quase todo o rebanho bovino o imperador Dom Pedro II foi ao Nordeste e prometeu vender “até a última joia da Coroa” para amenizar o sofrimento dos súditos da região. Não vendeu.
<b>1915</b>	A intensidade da estiagem levou o governo a reestruturar a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que passou a construir açudes de grande porte. (continua)
<b>1915</b>	(continuação) Até então, o IOCS se concentrava em perfuração de poços, confecção de mapas e abertura de estradas.
<b>1934-1936</b>	Considerada a maior seca de todos os tempos até o início dos anos 80. A estiagem se estendeu pelos nove estados nordestinos e chegou a Minas Gerais. A partir dela as secas do sertão do Nordeste passaram a ser encaradas como flagelos nacionais.

(conclusão)

ANOS	PRINCIPAIS IMPACTOS
<b>1979-1985</b>	A mais longa e avassaladora seca deste século foi marcada por uma onda de saques que chegou ao auge em 1981. Diante da situação, o presidente João Figueiredo declarou que só restava rezar para chover. Não deu certo.
<b>1997-1999</b>	No final do século XX, nos anos de 1997 a 1999, o sertão nordestino enfrentou uma das piores secas de sua história. Tudo desidratou - roçados, açudes, bois e homens. Dessa vez, um fenômeno social tornou-se marcante na briga para resistir ao flagelo ambiental: os saques em mercados, feiras e prefeituras das cidades sertanejas.
<b>2001</b>	O Rio São Francisco agonizou com a maior seca da sua história. Somado ao assoreamento, sofreu intensamente pela falta de chuvas, causando uma diminuição drástica do volume de suas águas. Para piorar a situação, a falta de chuvas em todo o Brasil contribuiu para a pior crise energética que o país já viveu, somando a estiagem prolongada à falta de investimentos no setor: 6,3% da capacidade, que é de 34 bilhões de metros cúbicos. (...)
<b>2011– 2017</b>	O Nordeste tem a pior seca dos últimos 50 anos (alguns meios de comunicação afirmam que dos últimos 60 anos), dizimando quase por completo a pecuária. A terra sem verde, os rios sem água e os animais magros ou mortos pelos pastos do sertão. Em algumas regiões do semiárido nordestino não caiu nenhuma gota d'água em 2012. Essa seca terminou com grande prejuízo para os criadores do Nordeste. Segundo os dados da pesquisa Produção da Pecuária Municipal, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), a região perdeu 4 milhões de animais (2015).

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Centro de estudo em Pesquisa da Defesa Civil (2015). De Nys *et al*, 2016 (2016), CGEE, 2016.

Olhando para o aspecto social, os primeiros registros das secas mostram as consequências mais graves, que são, sem dúvidas, a mortalidade da população por fome e sede, doenças, migração em massa para o litoral ou para outros estados. Desde a época do início das intervenções públicas, foi possível detectar que a interferência política nos programas de assistência à população atingida acabava criando outro tipo de problema. Enquanto as ações governamentais eram tomadas para auxiliar essas pessoas, sua administração acabava sendo feita pelas elites políticas locais, que na maioria das vezes procuravam tirar proveito em benefício próprio. Esse problema de apropriação pelas elites continuou em secas seguintes (DE NYS, *et al.*, 2016).

### 3.4 A HISTÓRIA DAS SECAS DO SÉCULO XX

Chegando ao século XX, os primeiros anos foram cravados por seca entre 1900 e 1904, praticamente durante todo o período não houve chuvas regulares (XIMENES, 2013). A seca desse século sobreveio em todos os estados nordestinos, Souza e Medeiros (*op. cit*) citam relatos de um cronista que menciona que todos sofreram, principalmente o pequeno agricultor:

[...] A seca castigou a população sertaneja. Segundo um cronista das secas, a crise foi grande, “tudo e todos sofreram”, o proletariado, aquele que nada possui, a não ser os dois braços para o trabalho, não encontra com o que se manter, está reduzido a comer uma ou duas bolachas por dia, raras as vezes acompanhadas de um oitavo de uma rapadura (SOUZA; MEDEIROS FILHO, 1983, p. 34).

No início deste século, já se tinha alguns conhecimentos sobre o contexto da região e seus processos de secas prolongadas, porém ainda não eram suficientes para promoção de uma convivência capaz de minimizar os impactos negativos, isto é, existia uma grande lacuna, principalmente relacionada aos conhecimentos sobre a hidrologia regional, levando muitas vezes a ações equivocadas. Assim, segundo Campos (2014), alguns projetos nos Sertões nordestinos se tornavam inviáveis, frente às características próprias do lugar, já que nas grandes secas os rios do Nordeste setentrional podiam passar dezoito meses, ou mesmo até trinta meses totalmente secos. Dessa forma, o lugar, o clima, seus recursos naturais e o ambiente apontavam para a inviabilidade de projetos que exigissem grandes volumes de água:

A história das secas já demonstrava que uma grande porção dos rios do Nordeste poderia permanecer seca por mais de um ano. Os recursos em água subterrânea eram mínimos. Em outras palavras, não havia suprimento de água confiável para proporcionar desenvolvimento sustentável de grandes cidades, para a irrigação e para o estabelecimento de indústrias (CAMPOS, 2014, p. 77).

Contudo, as razões apresentadas pelo lugar não foram o limite para implementação dos projetos hídricos. O pensamento seguido foi que a região conta com grande ausência de água e, por isso, justificou-se, de maneira racional, a priorização de construção das infraestruturas hidráulicas logo no início das primeiras políticas de secas.



A compreensão era de que sem a água não era possível a habitação de populações e a produção agrícola e pecuária, ou seja, não haveria civilização. Com efeito, chega-se a conclusão que é impossível uma sociedade moderna se desenvolver em um ambiente hidrologicamente tão desfavorável.

Desse modo, para compensar a adversidade climática das terras secas, Campos (*op. cit*) nos diz que a solução adotada no Brasil, seguiu como referência o oeste dos Estados Unidos e norte da Austrália, implantando os açudes para captação de água. Ainda assim, com a construção desses reservatórios, quando a seca chegava, o problema social de fome, pessoas mendigando e morte continuava.

Adiante a seca é mais uma vez fincada nas terras sertanejas, marcado pelo “O quinze” de Raquel de Queiroz, este ano foi outro grande marco histórico. O ano de 1915 foi marcado por uma seca muito devastadora, passando pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, alguns com maior e outros com menor intensidade, sendo os três primeiros mais impactados. O município mais seco foi o de Serra Negra (RN), com 53 mm em quatro dias de chuva naquele ano (GUERRA, 1951).

Ainda em 1915, e depois em 1932, as autoridades governamentais resolveram criar campos de refugiados para ali manter as pessoas que migravam por causa das secas (NEVES, 1995). Milhares de pessoas eram confinadas nesses abrigos, evitando-se assim, ou pelo menos reduzindo a superpopulação nas cidades, que não estavam preparadas para recebê-los. Com intervalo de anos com chuvas, chega-se a 1919, outro ano marcado por uma grande seca. O viajante caixeiro Rodolfo Theofilo diz que esta foi uma cópia da seca de 1915 com poucas variantes. Souza e Medeiros Filho (1983) afirmam que se repetiu a saída dos retirantes da zona rural em busca de sobreviver nos povoados e centro urbanos:

Os retirantes, não tendo sido abarracados, enchiam as ruas pedindo esmolas, com o mesmo despudor de sempre. O mesmo espetáculo deprimente de homens e mulheres válidos esmolando de porta em porta. Mães, mas que só eram mães porque tinham procriado, com o filho escanchado no quadril a esmolar pela cidade inteira! As que tinham mais de um filho pequeno alugavam as outras mulheres que com eles fosse mendigar e dividiam depois o ganho (SOUZA e MEDEIROS FILHO, 1983, p. 35).

Na prática, isso foi mais uma calamidade social. Passando-se os anos acentua-se outra seca entre 1931 e 1932. Ximenes (2013) afirma que a década de

1930 começou com chuvas escassas, até que se desenhou a seca, essa de 1931-1932. Da Bahia ao Piauí, a falta de chuvas dizimou os rebanhos e afugentou as populações rurais, que emigraram em massa para o litoral e outras regiões. Foram empregados mais de 220 mil operários em obras de construção de açudes por meio do Ministério da Viação e Obras Públicas, tendo a frente o Ministro José Américo de Almeida, natural da Paraíba (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1983). A seca de 32 como é chamada foi mencionada por todos os entrevistados nessa pesquisa, apesar de não terem vividos, guardam memórias contadas de seus pais e avós.

Fortes impactos sociais continuaram acontecendo nas grandes secas seguintes, desde 1919, chegando a 1932 e, por último, a 1958. Ximenes (2013) destaca novamente o drama: fome, emigração em larga escala e medidas paliativas do governo, o que gerou novamente os campos de concentração que, ainda em 1958, se praticou uma variante dessas estratégias. O agricultor Palma (2019) afirma que, a seca de 1958 foi a pior já vista na sua vida, pois tinha fome e morte de pessoas nas estradas: *Seca? Essa de sete anos não foi seca não, a seca não é falta de água, seca é fome, sede é quando não tem como escapar.*

Todas essas secas revelam um enorme desemprego das famílias agricultoras e, conseqüentemente, levam fome, sede, desnutrição e morte a muitas pessoas. De fato, esse ano ficou registrado pela memória das famílias agricultoras, bem como pelos registros pluviométricos mais baixos, pois apontaram o ano de 1958 como tendo uma das mais fortes secas, sendo de intensidade semelhante ao ocorrido de 1915 e 1919 (XIMENES, 2013).

Destaca-se para esse século, a consolidação das grandes emigrações, nesse período o nordeste passou por um forte êxodo rural. Muitas famílias migraram para os grandes centros urbanos, desde Sudeste até a Amazônia, na extração do látex para produção de borracha. Entretanto, existem relatos de que antes dessas emigrações para o Norte, os nordestinos já trilhavam rumo às terras nortistas. Conforme Cândido (2014), antes mesmo da seca de 1877 já havia movimentação de cearenses atravessando as províncias do Norte.

Em vista disto, com as profundas crises dos tempos de estiagem entre séculos a quantidade de pessoas emigrando cresceu exponencialmente. Segundo Alves, *et al.* (2011), o êxodo rural contribuiu imensamente para a urbanização do Brasil, pois no período 1950–1960, chegou a ser responsável por 17,4% do crescimento populacional das cidades.

No entanto, essa migração não foi algo pacífico, conforme Souza e Medeiros Filho (1983), este tipo migração foi na sua maioria forçada, já que quando a seca eclode, conseqüentemente há uma paralisação da economia rural, o que gera enorme dificuldade no abastecimento normal das populações rurícolas. Dessa forma, elevam-se os níveis de fome, desemprego e epidemias entre as populações.

Corroborando com esta ideia, Baptista e Campos (2013) dizem que esses processos de migrações forçadas refletem a desintegração de muitas famílias nordestinas, tendo em vista que pais desesperados sem perspectivas de vida e vítima da seca e da migração são induzidos a abandonar suas famílias e sair pelo o mundo a fora em busca de sobrevivência, onde, em muitos casos, estes não conseguem mais voltar, suscitando assim as viúvas e órfãos de pais vivos, ou, como popularmente chamado, as “viúvas das secas”.

Esse processo de migrações foi fortalecido com ofertas de vapores para o transporte, trazido através do Governo da União, diretamente para os estados nordestinos migrar seu povo para o Norte. Por sua vez, os vapores foram cognominados pelo povo de “navios negreiros”. Segundo Faria *et al.*, (1959), a seca da década de 1950, mais especificamente o ano de 1958, atingiu principalmente os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Já no caso do Piauí e Pernambuco a seca chegou de maneira menos drástica. Segundo este mesmo autor, parte das famílias que ficaram conseguiram ocupações nos serviços abertos pelo governo, em média 200 mil pessoas ocuparam as frentes de emergência com remuneração de Cz\$ 40,00/dia. De maneira geral, somavam-se 14% da população total dos três estados mais afetados. No mês de julho do mesmo ano o número aumentou, chegando a ser mais de 438 mil trabalhadores recrutados nos projetos públicos. É importante destacar que as frentes de emergências quanto a programas políticos oficiais, foram instituídas a partir de 1970. Por sua vez, esse se caracterizou em ações de renda com as frentes de trabalho, alimentos com a distribuição de cestas básicas e água por meio de carros pipa, além de estradas vicinais, açudes e outras obras de grande porte (SABINO, 2002).

A seca de 1958 se espalhou num raio de 500 mil km<sup>2</sup>. Importante destacar que, nesse tempo, o nordeste já tinha dado a largada dos investimentos nos projetos de infraestrutura hídricos, possuindo um razoável número de açudes, estradas e de suprimento elétrico, além de um aparato institucional significativo como o DNOCS, o Banco do Nordeste (BNB), a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a

Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) (CAMPOS *op. cit.*; SOUZA; MEDEIROS FILHO, *op. cit.*). Ainda assim, com toda essa infraestrutura, foram criadas frentes de serviço para atendimento a cerca de quinhentos mil sertanejos, o dobro dos atendidos na seca de 1932 (CAMPOS, *op. cit.*).

Durante os anos 50, acentuam-se anos secos por quase toda a década, pois no início, entre 1951-1953 uma forte seca cobre a região, esse ocorrido somando ao atraso dos governos em abrir as frentes de emergências levou a população a saquear alimentos nos comércios locais. Souza e Medeiros Filho (*op. cit.*) dizem que após essa seca é que se deu largada mais fortemente ao transporte nordestino no caminhão pau de arara, onde milhares de pessoas sem rumo foram transportados em busca de uma vida melhor, mas na viagem eles eram transportados como gado para os campos de Goiás e Mato Grosso, onde eram vendidos a fazendeiros.

No final dos anos da década de 1950, com secas muito próximas umas das outras, continuou a baixa na economia rural do Nordeste, além de inquietações da população frente à política de água executada pelo DNOCS<sup>13</sup> que, priorizava construção de açudes nas terras de fazendeiros, políticos e coronéis. Com base em dados do próprio órgão, constatou-se um total de 291 açudes públicos construídos, com capacidade de acumular 15,3 bilhões de metros cúbicos (DNOCS, 2002).

Importante destacar que a seca dos anos 50 causou inquietação também nos bispos, que iniciaram a problematização sobre a política de Combate à Seca adotada pelos governos. Souza e Medeiros Filho (*op. cit.*) afirmam que os religiosos passaram da ação da caridade para ação do protesto.

[...] Reunidos em 1956 em Campina Grande – PB, e em 1958 em Natal, começaram a exigir uma nova política para o nordeste. Em atendimento a sugestão dos Bispos, o Presidente Juscelino baixou o Decreto n. 40.554, de 4 de dezembro de 1956, pelo qual criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), este grupo de trabalho liderado pelo economista Celso Furtado. (SOUZA e MEDEIROS FILHO, *op. cit.* p. 85).

Tal decreto posteriormente levou a criação da SUDENE, em 1959. Ao longo da história das secas, fica claro que as famílias que foram ficando nos Sertões, foram construindo um saber local para sua permanência, muitas vezes pela fé ou pela insistência com o lugar, ou pela rebeldia. Isso porque quando se aponta a

---

<sup>13</sup> A atenção oficial do governo brasileiro para com o semiárido foi instituída desde 1909 com a criação do DNOCS, então chamada de Inspeção de Obras Contra a Seca (IOCS). O termo pelo qual é conhecido até hoje data de 1945 (DNOCS, 2002).

previsão para um ano seco, em que as chuvas são poucas para assegurar a colheita, bem como, para armazenar água, os(as) agricultores(as) não decidem parar de plantar de imediato, muitas vezes eles tentam uma, duas, três vezes o plantio, até que chegue o momento de não ter mais escolha, pois já não há mais sementes, e assim é preciso esperar para o próximo ano.

Segundo Albuquerque Jr. (*op. cit.*), a seca por ser uma presença constante na vida do sertanejo, deu origem a este saber popular sobre o fenômeno, nascido da experiência, da vivência do homem e da mulher com o fenômeno e suas consequências.

Milhões de trabalhadores(as) rurais, agricultores familiares, ficam totalmente desempregados, sem oportunidade de trabalho. Assim, com base na bibliografia descrita, é possível afirmar que, houve alguns equívocos edafoclimáticos, visto que, segundo Rebouças (2001), as secas não deveriam ser consideradas como o principal problema dos Sertões. Não obstante, em cima deste problema foram construindo projetos de irrigação, açudagens e monocultivos, que segundo Ab'Saber (1999, p. 13) atendeu mais as soluções cômodas de engenharias do que características do meio ambiente, além de favorecer as elites regionais.

Por essa razão, Poletto (2001, p. 14) chega a fazer denúncias sobre as grandes obras edificadas nas fazendas dos mais ricos, uma vez que, ao longo dos séculos, estabeleceram obras sobre a ótica de combater as secas, criando assim, a tão conhecida indústria das secas:

Na verdade, a seca foi instrumentalizada pelas elites regionais, como um negócio, como uma oportunidade para atrair recursos, com juros subsidiados ou doados, bem como para organizar, com recursos federais, frentes de trabalho para realizar obras que beneficiavam suas fazendas. É isso que ficou conhecido como "indústria das secas". Em vez de buscar um conhecimento mais profundo das condições ecológicas da região e lutar por políticas adequadas a um desenvolvimento favorável a todas as pessoas, a seca serviu como moeda de troca das elites com os detentores de responsabilidades governamentais. Com isso, os períodos de seca se transformaram em oportunidade de maior enriquecimento e domínio sobre a população.

Este é um dos pontos que se instala a calamidade social. Antes de emigrar, as famílias tentam de tudo. Em secas leves, conseguem muitas vezes encontrar alternativas de subsistência no próprio lugar onde vivem. Na maioria das vezes, quando as secas são mais severas e prolongadas, eles precisam migrar para as cidades ou para outras regiões do Brasil, como Amazônia, São Paulo, Rio de

Janeiro, Brasília. Isso ocorreu inúmeras vezes na história, em 1877, 1915, 1932, 1958 e 1983, por exemplo, (DE NYS *et al*, 2016).

A indústria da seca se manifesta para além das obras e infraestruturas físicas, pois Baptista e Campos (2013) acrescentam que essa indústria também se mostra na desvirtuação dos valores éticos, quando as pessoas por questões de sobrevivência, são obrigadas a trocar seus direitos de cidadania por um prato de comida, uma consulta médica ou uma carga de água de carro pipa. Segundo estes autores, quando a seca chega a esse ponto extremo, podemos afirmar que a população sertaneja perdeu sua identidade como cidadãos e com igual direito a uma vida digna.

Esses processos sociais de negação da cidadania e dos direitos básicos chegaram a atingir milhões de pessoas. Segundo Ximenes (2013), em 1979 a seca atingiu 9 milhões e se estendeu até 1983. Com efeito, afetou todo o Nordeste, mais de mil municípios numa área de 1,4 milhão de km<sup>2</sup>. A cada ano que a seca se acentuava, surgiam as medidas paliativas e em maio de 1982 foram criados os “Bolsões da seca” em apenas 183 municípios, isso mostra que uma parte mínima da população de 1.262 municípios era contemplada.

As ações insuficientes levaram a indignação da população com seu sofrimento. Assim, em busca de alimentos, faziam saques nos mercados locais. As ocupações registradas em 1958 e 1970 feitas pela população mais pobre nas cidades se repetiram na seca de 1979-1983, como consequência da demora dos órgãos do governo em levar uma política democrática, que fosse contextualizada com a realidade sertaneja. Há dados de que em 1982 a SUDENE suspendeu o plano de emergência e as famílias famintas, sem perspectivas, voltaram a ocupar dezenas de cidades em vários estados. A miséria acobertada precariamente com o salário de emergência permanecia viva em toda zona rural do Nordeste

Esse fato veio se alastrando desde anos anteriores, lembrando que em 1942, 1958, 1970 e 1979-1983, por conta do acúmulo das desigualdades sociais, a falta de acesso a alimentos e água, a corrente emigratória se repetiu em direção as cidades e capitais do nordeste. Segundo Souza e Medeiros Filho (1983), no período de 1979-1983, foram registrados 120.000 retirantes cearenses seguindo rumo ao Norte, segundo a SUDENE em cinco anos matou de fome e de doenças da desnutrição 3,5 milhões de pessoas, na maioria crianças. A longa estiagem começou em 1979 e foi se agravando ano após ano. Em 1983, havia 10 milhões de flagelados da seca, o

equivalente a mais de um terço da população do Nordeste.

Por outro lado, a população que permaneceu não cruzou os braços, percebe-se aos finais dos anos 80 e início dos anos 90 uma crescente organização da sociedade civil. Com efeito, através de mobilizações percebeu-se um elevado nível de organização da população rural, pois as iniciativas realizadas destacam-se por serem críticas e qualificadas, os saques passam a não ser somente para adquirir alimentos, mas também um enfretamento político ao governo. Assim, a partir da década de 1990, surgem as mobilizações demonstrando diferenciações em relação aos saques anteriores, pois conforme Zanré (1997), a população estala claramente a falta de vontade política da elite dirigente brasileira em criar condições possíveis de convivência com este fenômeno presente na maior parte da região Nordeste.

Com o repetido fenômeno chegando logo no início do século XX, entre os anos 1990, 1991 e 1993, por manifestar-se em anos seguidos extrapolou as piores consequências. Conforme apontam, Galindo (2008) e Duarte (2002), o fenômeno em 1993 foi considerado dos piores, este fato também confirmado pelos agricultores(as) Aroeira (2019), Cacto (2019), Angico (2019) e Facheiro (2019), todos afirmam ter sido a pior seca vivenciada, obrigando os dois primeiros a ir para os grandes centros urbanos. Ressalta-se que neste ano de 1993 registrou-se um imenso fluxo populacional, uma característica diferenciada em relação ao que ocorria nas secas precedentes, principalmente até a metade do século XX.

Com o novo curso das mudanças políticas, a forte emergência dos Movimentos Sociais ganha fôlego após final das décadas de 70, 80 e mais fortemente nos anos 90. Segundo Santos T, (2016), essas mudanças redefiniram os padrões de ação, bem como os discursos das organizações e movimentos sociais, iniciando-se um novo quadro de referências com base no princípio da autonomia, valorizando principalmente o conhecimento das próprias famílias agricultoras sertanejas, negando assim, as antigas formas de representações hierárquicas políticas e sociais, além de programas centralizados nas representações elitizadas.

É nesse cenário que surge a *Articulação Semiárido Brasileiro* (ASA), essa organização se destaca pelo comprometimento diretamente relacionado ao processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil no início da década de 1990. Dentro da sua história de formação, considera-se um marco, a ocupação da SUDENE, em 1993. Esse ocorrido apresentou como objetivo pautar a Convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental vigente na época:

Agravando-se o quadro da estiagem iniciada em 1991, centenas de camponeses do semiárido, articulados por 112 organização e movimentos sociais, ocuparam em 1993, a sede da SUDENE em Recife – PE. O Objetivo da ocupação era, fundamentalmente, pressionar o Estado para obtenção de soluções definitivas às dificuldades de abastecimento e acesso a água (SANTOS THIAGO, 2016, p. 144).

Passando esse período, nos anos de 1997 e 1998 o Sertão nordestino vivenciou outra grande seca, segundo Baptista e Campos (2013), foram atingidos 1.250 municípios e uma população de 12 milhões de pessoas. Nesse contexto, as principais vítimas foram mais uma vez às famílias agricultoras e os sem terras; os autores ainda afirmam que houve uma total perda da produção de alimentos: milho, feijão, abóbora, melancia, entre outras culturas alimentícias. Em 1998 transpôs os saques da fome do sertanejo para a sala de jantar do Brasil.

Em virtude dos fatos mencionados, é possível afirmar que as famílias sertanejas vivem em alternância de anos secos e anos bons de inverno, a seca faz parte da sua realidade cotidiana, da sua identidade de convivência. Sobre essa frequência das secas, Maia Gomes (2001, p. 75) afirma que houveram 85 anos de seca na referida região durante os séculos XVIII, XIX e XX, o que significaria a ocorrência de “pouco mais de dois anos e meio de inverno normal, para um de seca”, evidenciando assim que durante os três séculos considerados “as secas (a cada dois anos e meio) são a regra, não a exceção”.

### 3.5 A ÚLTIMA SECA DESTE SÉCULO (XXI)

Segundo Campos (*op. cit.*), durante o ano 2010 aconteceu uma intensa seca agrícola que ocasionou repercussões sociais significativas. Esse período merece destaque, pois, diferentemente de tempos passados, as instituições, principalmente as ONG's, evoluíram muito no conhecimento sobre a gestão dos estoques de água e sementes. Ainda assim, em tempos de processo político-organizativo ainda há alternativa para distribuição de água sob a perspectiva da grande obra, destaca-se a transposição do rio São Francisco, uma infraestrutura hídrica para fortalecimento da oferta de água. Essa obra perpassa por 7km de distância do Agricultor Caroá, e este relata que a comunidade onde reside não tem acesso a esta água.

Durante esses dois últimos anos 2018 e 2019, iniciaram-se as primeiras



avaliações e análises a respeito da seca entre 2010 e 2017. Alguns autores(as) vêm pesquisando desde o começo dessa última seca, e outros pesquisadores englobaram todo o período. Em 2016, na cidade de Fortaleza - CE, organizações<sup>14</sup> do âmbito estadual, federal e internacional, realizaram um seminário de avaliação da Seca 2010-2016 no SAB, em que afirmam: *O Nordeste e, particularmente, o semiárido vêm sofrendo desde 2010 (à exceção de 2011) um dos períodos de seca mais graves de toda a sua história.*

Entre os anos 2012 e 2015 Martins e Magalhães (2015), andaram pelo sertão cearense e fizeram uma descrição da seca pluriannual vivenciada pela região, no artigo eles contextualizaram a extrema vulnerabilidade vivenciada pela população sertaneja. Assim, vários problemas foram apontados como formas de enfrentamento e tentativa de resposta a esta seca pluriannual, sendo em muitos casos ligados à garantia de água para o abastecimento humano e animal além da ausência de alimentação para o gado.

Dessa forma, referindo-se ao sertão do Ceará, os autores mencionam que, esta seca pluriannual em muitas regiões teve início em 2012, e chegou a quatro anos de duração em 2015, este quadriênio foi considerado o mais crítico em termos de totais de chuva desde 1911.

---

<sup>14</sup> O Seminário de Avaliação da Seca de 2010-2016 no Semiárido Brasileiro foi organizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) e pela Associação Técnico-Científica Eng. Paulo de Frontin (ASTEF), da Universidade Federal do Ceará, com o Patrocínio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Agência Nacional de Águas (ANA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Banco Mundial e contou com o apoio do Ministério da Integração Nacional (MI), de Instituições Federais e dos Estados da região. Disponível em: <<http://www3.funceme.br/evento-secas-2016/uploads/carta-de-fortaleza-final.pdf>>.

Figura 03 – Secas ocorridas no Nordeste entre 1559 - 2017

Anos Secos	Duração das secas (em anos)	Total de Anos	Anos Secos	Duração das secas (em anos)	Total de Anos		
1559	1	4	1900	1	27		
Século XVI	1564		1	1903-1904		2	
	1583		1	1915		1	
	1592		1	1919		1	
	1603	6	1931-1932	2			
	1609		1	1942		1	
Século XVII	1614		1	1921-1953		3	
	1645		1	Século XX		1958	1
	1652		1	1966		1	
	1692		1	1970		1	
	1710-1711	2	1976	1			
	1722-1728	7	1979-1983	5			
Século XVIII	1744-1746	3	1987/1988	2			
	1766	1	1990	1			
	1777-1778	2	1992-1993	2			
	1790-1793	4	1997-1998	2			
	1803-1804	2	Século XXI	2002-2003		2	
	1808-1810	3		2010-2017(*)		7	
	1814	1					
	1817	1					
	1824-1825	2					
Século XIX	1833	21					
	1844-1846		3				
	1860		1				
	1869		1				
	1877-1879		3				
	1888-1889		2				
	1898		1				

Fonte: adaptado de Lyra (1919); Guerra (1951); Alves (1953); Pompeu Sobrinho (1953); FUNCEME (2012), apud Ximenes (2013).

(\*) Os anos de 2011 a 2017 foram acrescentados pela autora, pois não constavam no período de abrangência das publicações citadas.

Já Asfora, Lima e Lacerda (2017), afirmam que no sertão Pernambucano o ciclo de seca teve início em 2010 e se estendeu até 2017. Um das razões está nos índices pluviométricos do estado, pois entre o final de 2011 e início de 2012, período da quadra chuvosa do sertão do pernambucano, eles alcançaram apenas 25% da média climatológica. Com base nesses autores, referindo-se a este ciclo total de anos de seca, ele pode ser considerado o mais longo dos últimos dois séculos, bem como afirma os agricultores Juazeiro e Mandacaru.

Em muitas regiões, no ano de 2012 a situação com a falta de chuvas já se encontrava em estado crítico, gerando o início dos trabalhos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), do Ministério da Integração Nacional, o qual é responsável por articular os sistemas de Defesa Civil estaduais, municipais e do Distrito Federal. Por sua vez, ocupou-se particularmente da questão do

abastecimento de água, por meio de carros-pipa e poços artesianos. Entre os anos de 2013 e 2016 na região do semiárido pernambucano, a situação de déficit hídrico nos mananciais se manteve, tendo aproximadamente 32% da sua capacidade. Segundo Albuquerque (1988), quando chega nessa situação a população não conseguem atravessar os momentos críticos da estiagem sem ajuda externa. Ainda que estejamos no século XXI, com programas e políticas voltadas para combate à pobreza, Convivência com o Semiárido, alternativas na distribuição de recursos hídricos, *versus* as condições em que se encontram as populações durante os anos de seca, ainda é de extrema vulnerabilidade. Na descrição de Martins e Magalhães (2015) é possível observar essas dificuldades:

Ainda assim, faltou água para comunidades localizadas na zona rural. O abastecimento para consumo humano em várias dessas comunidades foi feito por carros-pipa, sendo restrito a comunidades com mais de 11 pessoas e sem permissão de uso para a dessedentação animal. Ficou ainda evidente que o número de carros-pipa em atividade contratados pelo Exército ou pela Defesa Civil Estadual, era insuficiente para atender à demanda existente em razão da intensificação do quadro crítico de 2012 e 2013, nestes 2 anos muito gado morreu de sede ou por falta de pasto (MARTINS e MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 112).

Todos esses longos anos de seca e suas consequências como os problemas sociais, econômicos e culturais chegam a atingir toda população sertaneja, em especial as famílias agricultoras, no caso da Agricultora Aroeira (2019) chegou a pensar em ir embora:

Eu só não fui, porque sei que lá fora as coisas são mais difícil, mas deu vontade e se não fosse os programas dos governos passado de Lula, nós não tinha como ter ficado aqui não. Os biicho tudo morrendo de sede e fome, foi duro essa seca.

No que se refere ao setor agropecuário, houve uma queda brutal. A trajetória desse setor revela o quão impactante foram os efeitos da seca sobre estas atividades econômicas. No período dos últimos cinco anos, 2012-2016, os resultados do setor agropecuário não mais voltaram aos níveis do período pré-seca, em função de as famílias vendem seus animais a preços muito baixos ou perdem por mortalidade por falta de água e pasto e, quando chega um ano com índices pluviométricos mais regulares, demoram a se estabilizar. Diferentemente, os grandes e médios fazendeiros se direcionam para os estados como Maranhão,

Tocantins e Piauí em busca de compra de sementes bovina<sup>15</sup>, estes se recuperam mais rapidamente.

No entanto, os pequenos: agricultores familiares, sítiantes, assentados da reforma agrária e os sem terra, não tem essa condição, levando ainda mais tempo nessa recuperação. Asfora, Lima e Lacerda (2017), afirma que, nesse período entre 2011-2016, a seca impactou negativamente a bovinocultura e houve crescente substituição pela ovino-caprinocultura, tendo em vista a maior adaptabilidade desses últimos rebanhos às atuais condições climáticas. Conforme os dados do último censo agropecuário do IBGE (2017), é possível verificar que, maior parte dos municípios o número de ovinos e/ou caprinos é superior a o número de cabeças de bovinos, segue a figura 04 abaixo:

Figura 04 – Número de animais/municípios – Território Sertão do Araripe

Tipologia - Total						
Município	Espécie da pecuária					
	Total	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos
Araripina (PE)	189.736	13.371	4.610	19.016	10.398	135.901
Bodocó (PE)	105.410	29.452	2.554	11.367	6.024	53.277
Exu (PE)	94.850	27.296	2.131	4.956	3.637	53.182
Granito (PE)	28.824	8.181	2.754	7.870	1.012	8.329
Ipubi (PE)	50.561	4.621	920	2.166	2.072	39.543
Ouricuri (PE)	143.338	17.351	24.155	27.711	6.681	61.636
Parnamirim (PE)	165.424	13.904	74.096	43.248	2.639	25.315
Santa Cruz (PE)	103.331	4.085	42.311	27.168	3.351	25.121
Santa Filomena (PE)	95.743	3.666	19.584	32.756	4.535	32.578
Trindade (PE)	27.520	1.805	1.437	2.036	1.777	19.120

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Fonte: IBGE (2017).

Os dados apresentados pela bibliografia consultada registraram a seca em Pernambuco até 2016, porém nesta pesquisa consideramos que, esta seca se estendeu até o ano de 2017 para região do Sertão do Araripe, já que a média dos índices pluviométricos não ultrapassaram 400mm, conforme apresenta na Figura 05

<sup>15</sup> Semente animal: tremo utilizado para início do rebanho

a seguir:

Figura 05 - Índice pluviométrico do Território do Sertão do Araripe – 2017

Índices pluviométricos do Território Sertão do Araripe - PE													
Municípios	Jan	fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Araripina	130,5	69,9	156,1	70,2	5	112,5	51	6	5	5	18	16	645,2
Bodocó	58	83	43	49,1	-	39	11	-	-	-	53,6	-	336,7
Exu	31	43	52	24	15	73	63	-	-	-	15	41	357
Granito	11	15	42	87	-	18	-	-	-	-	34	-	207
Ipubi	93	121	100	90	12	52	20	-	-	-	70,5	4,3	562,8
Moreilandia	95	20	108	30	15	20	49	-	-	-	32	-	369
Ouricuri	27,2	103,7	45,6	95,1	-	22,6	-	-	-	-	76	-	370,2
Trindade	71	79	63	76	3	37,5	18	-	-	-	43	15	405,5
Santa Cruz	2	162	22	48	13	30	2	-	-	-	40	8	327
Santa Filomena	-	101	60	17	5	-	-	-	-	-	-	5	188
<b>Média de índice de chuva no Território/2017</b>													<b>376,84</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Agência Pernambucana de Águas e Clima (2019).

Dessa forma, com o alargamento dos anos de seca, outros setores também foram sendo atingidos fortemente de maneira negativa. No caso da apicultura, Vidal (2013) relata que ocorreram perdas de enxames em todos os estados nordestinos, estimando-se que cerca de 75% das colmeias (1.012.674) ficaram vazias. Esse dado se refere mais especificamente ao ano de 2012, onde houve uma perda significativa de enxames, bem como, o abandono de colmeias desde o Piauí até a Bahia, levando a uma perda de 90% da produção de mel nos estados do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Os produtos cultivados pela agricultura familiar são, de maneira geral, bastante atingidos, um dos motivos é que maior parte são plantios de sequeiro<sup>16</sup>. Fazendo um comparativo entre com chuvas e anos secos, durante o biênio de 2008-2009, só na cultura do feijão, foram produzidos, em média, 141,1 mil toneladas por ano, enquanto a média de produção no período de seca 2012-2015 baixou para uma média de 36,4 mil toneladas/ano. Dado o exposto, é possível observar uma queda de 74,2%, isto significa que, praticamente 3/4 da produção foi dizimada pela seca

<sup>16</sup> Tipos de plantio que dependem somente da chuva.

(ASFORA, LIMA e LACERDA, *op. cit.*).

Com efeito, a cultura do milho é muito presente entre os sertanejos, tanto para alimentação humana, quanto para utilizarem na alimentação animal. Por sua vez, esta cultura também apresenta uma baixa na produção.

Novamente fazendo o comparativo, entre o biênio 2008-2009 com 2012-2015, no primeiro, a quantidade produzida na média anual foi de 185,8 mil toneladas, enquanto no segundo foi de 31,2 mil toneladas, resultando em uma queda de 83,2%. Nesse contexto, dentre as estratégias e alternativas amenizar os problemas, os governos buscam saídas, todavia, quando o problema se agrava estas ações emergenciais tornam-se insuficientes. Essas informações são afirmadas na carta final do Seminário de Avaliação da Seca 2010-2016 no Semiárido brasileiro, onde afirmam que:

As apresentações e discussões no Seminário mostraram que essa seca tem causado profundos impactos na disponibilidade de água para diversos usos, especialmente para abastecimento humano (em zonas rurais e urbanas) e animal, na agricultura de sequeiro e na agricultura irrigada, tanto em relação a culturas anuais como a culturas permanentes, na produção de energia elétrica e no transporte hidroviário.

Considerando, primeiramente, o aspecto social humano como principal afetado, Martins e Magalhães (2015) revelam a quem os problemas atingem de sobremaneira a população, pois nem sempre a distribuição de água chega a todas as famílias, tendo em vista que, para garantia do abastecimento humano, não há carros-pipa em número suficiente para atendimento e, quando chega o agravamento da crise hídrica nas áreas urbanas dos estados da região, os municípios fazem uso combinado de poços e carros-pipa para amenizar o problema, este fato ocorreu entre 2013 e 2015 em várias regiões.

O problema da falta de água leva as famílias sem alternativas ao abono das terras, pois sem água não conseguem permanecerem no campo, levando ao êxodo para as sedes municipais. Diferentemente de outros anos de seca, o número de pessoas não foi tão grande, segundo Martins e Magalhães (*op. cit.*), justifica-se por conta de programas sociais como o Bolsa Família e a aposentadoria rural. Os autores ainda chamam a atenção, já que, as migrações rurais-urbanas têm onerado as municipalidades que proveem os serviços públicos, das onze famílias entrevistadas oito são beneficiárias do Bolsa famílias e atrelam que este, foi um dos

motivos de terem o mínimo de alimento para sua permanência.

No caso da pecuária não é diferente, pois os problemas enfrentados para garantir a alimentação animal durante este mesmo período foram principalmente à ausência de pastagem. Como alternativa, o poder público busca transportar milho para alimentação animal de outras regiões do Brasil, mas esse também não é suficiente pela natureza logística, uma vez que embora existisse milho disponível para compra e distribuição no Centro-Oeste, o grão não poderia ser distribuído em quantidade e tempo hábil. Além disso, não há armazéns suficientes para o estoque do milho que seria distribuído na região afetada pela seca.

De forma geral, estes problemas se repetem a cada ciclo de seca. Nesta última, foram várias consequências. No âmbito Nordeste, houve enormes prejuízos devido a perdas de safras, por esta razão, ainda se faz necessários investimentos em ações emergenciais para reduzir o impacto negativo, sobretudo no tocante ao abastecimento emergencial de água, ao pagamento de Seguro Safra, ao subsídio para alimentação animal e a valorização dos preços de produtos oriundos da agropecuária familiar. Nesse sentido, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA, 2019), chama atenção para que toda ação de garantia de água precisa considerar três aspectos: a) fonte, b) transporte, e c) tratamento, além de propor um abastecimento de forma eficiente para região. Para tanto, exige-se ampliar fontes, planejamento por território e a consolidação de um sistema integrado entre as fontes existentes, açudes, cisternas, poços, e rios, como o São Francisco.

Atualmente se discutem várias estratégias para melhor Convivência com o Semiárido, principalmente levando em conta dados que apontam que com as mudanças climáticas as secas no semiárido nordestino tendem a se tornar mais severas no futuro, com impactos potencialmente maiores.

Assim, para busca de soluções considera-se de suma importância a participação dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, para que haja o planejamento e implementação de uma política sobre as secas, já que a questão água não deva ser tratada como um limite da natureza, mas como uma característica que precisa ser respeitada, e considerada na construção de soluções. Abaixo segue imagem da paisagem da caatinga após os sete anos de seca:

Foto 04 - Paisagem da Caatinga - 2019



Fonte: Fotografado por Nirvana Machado (2019).

O referencial teórico deste capítulo volta-se para a discussão cronológica das secas nos sertões do Nordeste brasileiro. Importante mencionar que nesta pesquisa compreendemos a seca não apenas como fenômeno natural climático, mas, sobretudo, social e cultural.

Dessa forma, direcionamos nossa atenção em especial aos processos da estrutura social. Destacamos através da literatura e de autores(as), em particular



historiadores, sociólogos e ademais pesquisadores que tenham se dedicado a pensar e compreender os sertões e sua formação a partir das secas, estes autores(as) em muitos casos criaram conceitos, problematizaram a maneira como as secas foram interpretadas desde o período do Brasil colônia até este último século, já que, como afirmam Souza e Medeiros Filho (1983), a seca no Nordeste em registros tem a idade do descobrimento do Brasil.

#### 4 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO SER SERTANEJO

Início este capítulo trazendo a memória do cantor Luiz Gonzaga, meu conterrâneo, que até hoje é referência quanto à imagem e identidade do Sertão e do(a)s sertanejos(as) nordestinos(as). Através de sua musicalidade, retratou nas suas canções, o modo vida, o cotidiano das famílias agricultoras do Sertão, em especial da sua vida no Território do Araripe, o canto de pássaros, o aboio do vaqueiro, elementos autênticos sertanejos que expressam a saudade de quando ele estava longe de sua terra. Esses elementos destacam saberes e experiências coletivas, estabelecendo uma relação de caráter indenitário orientado por laços de familiaridade, apadrinhamento, reciprocidade, confiança, contado na poesia escrita, musicada, na oralidade, nas cantorias de violas entre outros.

Segundo Moraes (2009), as composições de Luiz Gonzaga e seus parceiros compositores Humberto Teixeira e Zé Dantas, além de acrescentarmos aqui os poemas de Patativa do Assaré – expressão não somente de uma estética artística, mas que se destaca nesse mesmo matulão de poesias e musicalidade –, possuem uma voz firme de intervenção política:

Durante a seca de 1953, compõe Zé Dantas Vozes da Seca, na qual, cobra proteção e providência por parte do Estado, sugerindo inclusive soluções a serem dadas para o problema, agenciando claramente enunciados e imagens do já quase secular discurso da seca (ALBURQUERQUE JR, 1999, p. 158).

Por sua vez, a música e a poesia sertaneja colaboraram com o processo discursivo de uma identidade de mulheres e homens dos Sertões fundamentada em elementos simbólicos como: seca, sofrimento, miséria, a esperança por dias de chuvas, as festas, as comidas típicas, vestimentas entre outros elementos.

Apesar de minha dedicação à questão identitária em sentido mais restrito, étnico-cultural, digamos, considero ser importante e até indispensável, construir ligação com o fator social já apresentado, especialmente quando relacionado à dimensão político-econômica. Essa dimensão é que, de fato, marca de maneira forçada a condição de isolamento das famílias sertanejas, é a força motriz para os entornos da chamada civilização, bem como acelera o processo de invisibilização de toda a massa popular cultural sertaneja. Assim, consideramos importante destacar o conceito de popular no âmbito da discussão de identidade de culturas,

onde o popular não é algo estático, um elemento da tradição parado no tempo, conforme Néstor García Canclini assinala:

O popular não deve por nós ser apontado como um conjunto de objetos (peças de artesanato ou danças indígenas), mas sim como uma posição e uma prática. Ele não pode ser fixado num tipo particular de produtos e mensagens, porque o sentido de ambos é constantemente alterado pelos conflitos sociais. Nenhum objeto tem o seu caráter popular garantido para sempre porque foi produzido pelo povo ou porque o consome com avidez; o sentido e o valor populares vão sendo conquistados nas relações sociais. É o uso e não a origem, a posição e a capacidade de suscitar práticas ou representações populares que confere essa identidade. (CANCLINI, 1983, p. 135).

Para uma compressão da complexidade de elementos que compõem a identidade cultural sertaneja, levaram-se tempos. As classes populares compostas por indígenas, negros, ciganos, europeus, deram origem ao sertanejo(a) com elementos singulares que ficaram na história; muitos se reproduziram socialmente e se mantêm vivos e valorizados atualmente.

Conforme Souza A, (2009), o processo de colonização do Brasil provocou cicatrizes profundas na história social e cultural do país, cicatrizes essas que para serem entendidas foi necessária a passagem de vários séculos. Anos de lutas, a cultura branca colonizadora impondo superioridade às demais, por muito tempo de entraves. O mestiço foi estigmatizado como sub-raça, passando, em muitos discursos, a ser sinônimo do atraso (FREITAS, 2015, p. 2). Não sem razão, portanto, Souza A, (*op. cit*) ainda destaca que foi necessário um distanciamento histórico-temporal para que diversos pesquisadores: antropólogos, sociológicos e estudos de outras áreas do conhecimento, pudessem compreender o conjunto de elementos imbricados no processo de hibridização racial e cultural, formado através do branco, do índio, do negro e, mais recente, do imigrante (ALBUQUERQUE JR, 2001).

O discurso emanado da Europa e radicado aqui no Brasil compunha a pauta do pensamento liberal a existência de hierarquias raciais, que diferenciavam, sobretudo, brancos de mestiços. Nesse raciocínio, criou-se um ideal de civilização regido pelas concepções de progresso ocidental.

Por sua vez, esta população mestiça, ocupa em maior parte os Sertões. Diegues (2001) afirma que a cultura sertaneja no Brasil está presente desde o interior do Nordeste até o cerrado, onde desde o princípio carrega como

característica principal a criação de gado, animais de pasto e vastidão de itens usados para alimentação.

Nesse sentido, a pecuária no Sertão, como principal atividade econômica, planta a semente de uma identidade das caatingas, somado as condições climáticas de grandes e frequentes secas geram-se mulheres e homens fortes e resistentes. No entanto, as secas impactam sobremaneira a população mestiça sertaneja, conforme Menezes (1970), a cada crise climática removia os elementos heterogêneos de sedimentos da população mal estratificada, sem as classes econômicas de sociedades estáveis. Djacir Menezes assinala a presença do indígena na etnogênese da sociedade sertaneja, destacando ser um dos responsáveis na formação do caráter e da resistência naquelas condições ambientais (SILVA, 2006, p. 99).

Havia no coletivo os elementos da população nativa sertaneja que aos poucos se hibridizam culturalmente com as demais etnias e culturas: brancos, negros, árabes ciganos etc., todos estes povos miscigenaram-se mais fortemente que em qualquer outra parte. Amorenados, prosseguindo a hibridização se criavam no progresso etnogênico e social das caatingas. A identidade sertaneja (MENEZES, 1970).

Para Canclini (1996), o termo hibridização é o mais adequado para significar processos de relações a que estão submetidas as culturas populares contemporâneas, no caso desta pesquisa a identidade cultural sertaneja. O autor destaca que a hibridização é uma compreensão para além dos sincretismos, que se refere à fusão de práticas religiosas tradicionais, ou até mesmo bem mais que a mestiçagem, que diz respeito à intercepção entre povos e culturas, por fim, a crioulização, que versa de combinações interculturais que envolvem a língua, ou melhor, “a palavra hibridização aparece mais dúctil para nomear não só as combinações de elementos étnicos ou religiosos, mas também as de produtos das tecnologias avançadas e processos sociais modernos ou pós-modernos” (TAUK SANTOS, 2013). Assim, os nativos sertanejos modificam-se de uma característica nômade para fixação com plantio de roças e currais da fazenda, não sendo proprietários, mas sim mão de obra para população que ali implantou esses novos sistemas de produção social, econômica e cultural.

De maneira geral, a identidade sertaneja, como representação da cultura popular, desenvolveu-se no seio de uma sociedade fortemente apegada ao lugar,

principalmente quando se trata das famílias agricultoras, estes se apresentam arraigados, preenchidos de muito afeto, mesmo quando saem em épocas de secas para o Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte, na oportunidade que as condições de vida melhoram, retornam às suas origens. Deste modo, para quem não é do lugar, torna-se difícil entender o porquê de se viver nessas terras longínquas, secas, de estações mal definidas. Entendemos que além do que se vê, do físico, do objetivo, os elementos subjetivos são também indispensáveis, pois o amor pela sua terra e as relações ali construídas são o que movem e fortalecem sua permanência:

Destacamos que para aquele que é de fora, que não compreende nem respeita as características peculiares do sertanejo, a identidade da pessoa desta região é acompanhada de um orgulho e amor por si mesma. Não é uma identidade de superfície, que se esgota naquilo que se vê à primeira vista, mas uma identidade arraigada, imersa em valores regionais, orientada por um código secreto, embasada numa lógica própria. (OLIVEIRA FILHO, 2006, p. 03).

Com efeito, em razão da miscigenação entre etnias e culturas, o Sertão apresenta uma identidade complexa e bastante heterogênea. Segundo Oliveira Filho (2006), para a compreensão profunda desse lugar, bem como do sujeito que nele vive, o(a) sertanejo(a), coloca-se como fonte da complexidade o interior das caatingas. Tendo em vista que por meio de uma relação entre sujeito e lugar, configura-se uma cultura diferente daquelas que foram impostas ao sertanejo nativo, no caso do Sertão do Araripe, os índios Açus de nação Cariris, e os primeiros colonizadores de sobrenomes Alencar, como modelo, exemplo, referência de civilidade (ALENCAR, 2011). Assim, afirmamos que o grupo que compõe os(as) agricultores(as) do Território do Araripe esteve transpassado pelas várias identidades registradas a partir de suas vivência no coletivo, bem como da individualidade de cada sujeito. Desde o princípio já eram sertanejos e sertanejas: mulheres, homens, livres, libertos, escravos, negros, pardos, ciganos, mulatos, caboclos, cabras<sup>17</sup>, casados, solteiros, viúvos e, sobretudo, trabalhadores, agricultores, plantadores de mandioca, batata, feijão, milho, extrativista das frutas nativas, moradores do lugar.

O escritor Djacir Menezes (1970) ao pesquisar sobre o entendimento da “lógica” específica do que venha ter contribuído para formação da identidade

---

<sup>17</sup> Qualquer Indivíduo. Indivíduo destemido, provocador ou valentão. Disponível em: <http://www.jessierquirino.com.br/site/wp-content/uploads/2013/06/dicionario.pdf>.

sertaneja do Nordeste, vislumbrou dois *modus operandi* típicos do sertanejo: o cangaceiro e o fanático religioso, que o diferencia culturalmente dos seus modelos de sujeito, tornando-o um sujeito outro. Por tanto, seria uma síntese de vários grupos étnicos, com seus traços indeníveis próprios, sua singular maneira de ver o mundo, nem o cangaceiro, nem o fanatismo são identidades homogêneas, ambas são frutos de processos híbridos, que contribuíram para formação dos primeiros povoados, deixando fortes registros e marcas da sua identidade cultural no lugar:

Ademais, após situar rapidamente os aspectos marcantes do quadro fisiográfico do sertão pecuário, onde evoluiu o fenômeno do cangaço e do fanatismo, começa-se a discernir melhor as rotas de seu povoamento, os sinais das culturas anteriores existentes, a fixação dos primeiros núcleos de exploração branca, “os currais”, a “vizinhança”, os aldeamentos, a comunidade rural a configurar-se (MENEZES, 1970, p. 17).

É sob essa perspectiva que se forma a cultura sertaneja. Importante lembrar que temos duas linhas de interpretação, uma que trata da formação social sob um viés dos fazendeiros, herdeiros da sesmaria, proprietário de terras, famílias civilizadas, promotora do desenvolvimento econômico, e outra linha que interpreta o sertanejo campesino, resultado da miscigenação, excluído do processo econômico e social, que em alguns casos ambas se misturaram. Todavia, é sobre esta última identidade que damos maior ênfase, o sertanejo da classe popular, poeta e poetas, vaqueiro(a), pequeno(a) agricultor(a), cantador(a), contadores(as) de histórias da região Sertão do Nordeste brasileiro, já que estes carregam no sangue e na memória resquícios da cultura nativa do lugar, não pura, mas sim um conjunto de culturas hibridizadas.

Segundo a Professora Tauk Santos (2013), faz-se necessário incluir no estudo do popular não só aquilo que culturalmente produzem as massas, mas também o que consomem, aquilo de que se alimentam; e há de pensar o popular na cultura não como algo limitado ao que se relaciona com o seu passado, mas também, e principalmente, o popular ligado à modernidade, à mestiçagem e à complexidade do rural-urbano (MARTÍN-BARBERO, 1987, p. 56). Acrescentamos que tanto as classes populares se hibridizaram culturalmente como os brancos aderiram à forma de viver com base em elementos da população nativa, ou seja, a construção da identidade cultural no rural não se manteve (mantém) isolada da sociedade moderna. Dessa forma, é possível encontrar elementos tradicionais,

ainda na atual sociedade, já que o vaqueiro veste-se de couro, protegendo-se dos espinhos da caatinga, essa cultura respeita antigüíssimas tradições, no entanto tornam-se também modernos quando substituem a antiga casa de taipa, por casas maiores de alvenarias com modelos geometricamente contemporâneos.

Nesse sentido, a mesma autora com bases nos estudos de Canclini (1983), nos diz que para compreendermos os sentidos do popular contemporâneo implica abandonarmos conceitos que consideram as culturas populares como essência pura: expressão da personalidade de um povo; ou, como na abordagem dos estudos do folclore, um conjunto de tradições ou de essências e ideais preservados.

Com efeito, consideramos a cultura popular sob uma perspectiva onde interpreta através de um sistema de símbolos, imagens, atitudes e valores estruturados a partir de relações internas e orgânicas na centralidade essencial dos diversos grupos sociais, levando em conta os grupos que resguardam a subjetividade da identidade, as famílias agriculturas podem muito bem possuir diversas identidades e a qualquer momento se desvincular de uma delas. Assim, partimos com base nesta concepção subjetiva de identidade, na qual podemos situar a ideia de representação (TIMBÓ e BESSA, 2012).

Desse modo, ao abordar sobre as identidades diversas na região do Sertão nordestino, observamos que as características representativas do lugar ganham forma na medida em que os sujeitos, se apropriam e disseminam elementos da cultura popular. Oliveira Filho (2006), ao problematizar o conceito de região apresenta a concepção de Pierre Bourdieu, este entende que a tentativa de classificação das particularidades de um determinado espaço está diretamente ligada à questão da identidade regional, a começar pela definição do dado étnico. Não é, portanto, em função de uma veleidade que os sujeitos, situados num determinado lugar, classificam-no, dão-lhe um nome e, mais do que isso, defendem esse nome, o sertanejo é antes de tudo um forte! Um significado presente elucidado por Euclides da Cunha (1982) em “Os Sertões”:

Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços do litoral. A sua aparência, entretanto, (...) revela o contrário. (...) É desengonçado, torto. (...) Reflete a preguiça invencível, (...). Basta o aparecimento de qualquer incidente (...) transfigura-se. (...) reponha (...) um titã acobreado e potente (...) de força e agilidade extraordinárias. (CUNHA, 1982, p. 03)

Como diz Candido (2003, p. 29), as sociedades se caracterizam, antes de

mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-los. Por esta razão, ao pensar nos sujeitos sertanejos e sua relação intrínseca com o lugar, corroboramos nosso pensamento com o de Sena (1998), quando afirma que devemos considerar o Sertão uma categoria que pertence a um grupo social, a uma coletividade, que está presente no campo inconsciente e dotado de significados para os seus sujeitos, no âmbito do processo de construção das identidades. Nesse sentido, é importante compreendermos a definição do que seja a “identidade”, para então apresentarmos de maneira mais profunda aspectos da identidade sertaneja. Dessa forma, apresentamos o pensamento de Cucho (2002, p. 177), que define identidade como:

O termo identidade sugere particularidades nas quais as pessoas assumem suas posições e se identificam com elas. Nesse caso, os elementos simbólicos realizam as distinções existentes nas posições assumidas por grupos distintos. Ou seja, essas distinções revelam, no caso da identidade social, inclusão e exclusão uma vez que “ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista)”.

Dessa maneira, é possível encontrar elementos indenitários nas representações sociais tradicionais e modernas manifestadas na pluralidade, no espaço coletivo social sertanejo, expresso nas festas, lendas, simbologia e até mesmo na religião, todos estes caracterizam e afirmam a coesão social deste grupo (SANTOS, 2015). Por sua vez, observamos no Sertão do Araripe, festas de padroeiros, homenagens a grandes ícones regionais, como o poeta Patativa do Assaré, o próprio Luiz Gonzaga, Padre Cícero, são renovações do sagrado coração de Jesus nos domicílios familiares, vaquejadas, pega de boi no mato entre outros. Segundo Diegues (2001), os sertanejos seguem padrões de comportamento transmitidos socialmente, são modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados entre os sujeitos nessas diversas atividades culturais, práticas de fé e religiosas.

Com efeito, a identidade não se mantém estática, mas sim um processo de construção social, formando-se no âmbito de fatores diversos que vão desde a própria relação social, na diversidade cultural, na percepção diversificada dos valores ético-social e nas diferenças econômicas entre os sujeitos (TIMBÓ e BESSA, 2012).



Contudo, emprego nesta pesquisa o termo 'identidade' com base também no conceito de Stuart Hall, com intuito de expressar o ponto de encontro, o ponto de sutura (metáfora médica – utilizada por Hall) como se refere o autor, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “questionar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. Dessa forma, condíramos as identidades como pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2000).

Santos (1998) explica em seu artigo sobre as ideias de Goffman que ele traz uma perspectiva de entendimento da identidade na qual prioriza as investigações das interações ocorridas entre os atores sociais no cotidiano e as construções resultantes destas interações. Trata-se de uma nova ordem de entendimento do termo em que indivíduos constroem suas identidades e que a sua permanência está vinculada às interações mantidas por estes indivíduos na compreensão de si próprios e de suas intervenções na realidade.

Contrariamente ao que demonstra o discurso regionalista, a identidade torna-se uma celebração móvel. No entanto, não desconsideramos a literatura clássica regionalista histórica, pois esta é também capaz de amparar-nos numa compreensão temporal apresentada na bibliografia escrita:

[...] O texto literário poderá dar indícios dos sentimentos, das emoções, das maneiras de falar, dos códigos de conduta partilhados, das gestualidades e das ações sociais de um outro tempo. E não é apenas a literatura dita “histórica”, com claro recorte espaço-temporal, que nos serve de fonte (ALENCAR, 2012, p. 90).

Segundo a autora, por muito tempo se manteve conflitos entre as relações da história e literatura, porém na atualidade, os diálogos entre os diversos campos do saber abriram as portas para que as formas de dizer o mundo, sejam da história, sejam da literatura, pudessem se encontrar. Por esta razão, usamos fontes de ambos os saberes, num viés interdisciplinar para construção da identidade da cultura sertaneja.

Assim, ao longo do tempo, tanto a literatura regionalista quanto a história dos sertões e sertanejos(as), contribuíram para nossa compressão da identidade desse sujeitos, a separação das duas concepções é a roupa que já não nos serve mais.

Atualmente, é possível afirmar que as identidades passam a ser entendidas como relacionais, virtuais, híbridas, nas quais encontramos elementos comuns entre as sociedades rurais e urbanas, tradicionais e modernas, que se constituem no processo mesmo da vida (ALENCAR, 2012). Isso implica dizer que nossa identidade é definida e construída através de fatos históricos, contos literários aceitos socialmente e não por aspectos biológicos como sustentado em tempos passados.

Por esse motivo, é preciso observar que existem múltiplas identidades no próprio Sertão, tendo em vista que são vários Sertões e cada um desses guarda semelhanças e diferenças, nesse contexto a identidade não é uma essência fixa no tempo, mas uma construção. Por isso, observa-se que o sujeito previamente vivido, como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades (MORAES, 2009).

Sem querer construir uma tipologia homogênea identitária do sertanejo, esboça-se, contudo, perfis que foram identificados nos estudos brasileiros feitos por Costa (2005), Mendonça (2005), Almeida e Vargas (1998) e Vargas (2003). São quatro os principais grupos indenitários: os cerradeiros e/ou geraizeiros encontrados mais na região de cerrado em Minas Gerais, os catingueiros na vasta região da caatinga dos sertões nordestinos, que nós tratamos com mais interesse, estes também estão na parte norte de Minas Gerais, os barranqueiros e vazanteiros, encontrados nas ilhas e barrancas do rio São Francisco e nas margens de outros grandes rios que existem nos Sertões e irrigantes modernos, encontrados em várias regiões agroindustriais, adeptos a toda forma de modernidade, entretanto, fazem parte da constituição do elemento da diversidade paisagística, por apresentarem uma identidade sertaneja.

Hoje, na sociedade sertaneja rural, é possível encontrar, traços da identidade tradicional e pós-moderna com a pecuária extensiva, em muitas regiões esta ainda assegura a importância da fabricação de queijo coalho, manteiga e prensa, além da manteiga da terra<sup>18</sup>, nata e a coalhada. São formas tradicionais e modernas de produção no vasto sertão, na qual perpassa do Norte da Bahia até o Piauí e Maranhão, além desses traços, andando pelas caatingas escutamos a toada da cantoria do vaqueiro, a principal mão de obra na criação do gado, nessa dicotomia

---

<sup>18</sup> A manteiga da terra, também conhecida como manteiga de garrafa é um tipo de manteiga que se mantém líquida em temperatura ambiente. É comercializada em garrafas de vidro e é um produto típico e muito consumido no Nordeste do Brasil. Tal laticínio é obtido pelo cozimento do leite bovino até que se evapore toda a água e restem apenas a gordura e as partículas sólidas da nata.

tange o gado no cavalo ou muitas vezes de moto.

Os modos de vida dos sujeitos, conhecidos também como sertanejos, que vivenciam o tempo e espaço da seca, bem como a forma de vida que permitiram uma construção simbólica da identidade sertaneja atualmente, reelaboram-se pela junção de símbolos do tradicional e do moderno – o cavalo e a moto, o berrante e o celular, a lida cotidiana com o gado e os rodeios, as vaquejadas e a competição (ALMEIDA, 2003, p. 86). É o que Almeida (2003) denomina de *Sertão contemporâneo*.

Desse modo, Stuart Hall (2005) afirma que no mundo pós-moderno, as velhas identidades estão esfriando, dando lugar a novas experiências identitárias que, por sua vez, oportunizam o acolhimento aos processos fragmentadores do indivíduo. Isto é, a identidade do sujeito no pós-modernismo é móvel, mutante, avessa à condição de permanência, de certeza e de continuação (OLIVEIRA, 2013).

Portanto, é possível encontrar elementos da identidade do(a) sertanejo(a), no contexto dessa perspectiva móvel e contínua, desde a religião com novenários de padroeiros, antes apenas religiosos carregando e cantando o santo no andor, hoje se aperfeiçoam com grandes festas, palcos, iluminação e som. Hoje, as crenças, lendas e contos populares estão presentes, mais fortemente nas pessoas mais velhas e bem pouco nos mais novos, as feiras livres marcadas por dias alegres, onde as pessoas do rural vêm para cidade encontrar os amigos, familiares, vender e comprar produtos na cidade, nas comunidades rurais encontramos as festas de vaquejadas, os forró pé de serra, encontros de poetas, poetisas e poesias, bem como grandes eventos com músicas modernas, internacionais, preenchidas de glamour. Este lugar, foi feito, pelas mãos das bordadeiras e dos artesões de couro, estes deram cores a vida cinzenta das caatingas, são contadores de histórias, marchantes, criadores de gado, ovelha e bode, agricultores e agricultoras de calos secos, de fé e esperança na chuva que um dia sempre há de vir, demore ou não.

A popularidade da literatura de cordel, relacionando-se à maneira pela qual é construída, ao privilegiar o relato da vida cotidiana do povo, apresentando rimas e melodia que facilitam a sua memorização. Vale ressaltar que a popularidade desse tipo de texto também se baseia na própria oralidade e identidade do povo nordestino (TIMBÓ e BESSA, 2012). Segundo Oliveira Filho (2006), o sertanejo é, evidentemente, um sujeito da fronteira, um fronteiriço, digamos, cuja identidade sempre esteve e está ameaçada pela presença de outros agentes históricos, “os de

fora”, como diria Woortmann, sempre guiados por uma intenção extrativista do Sertão, que o veem tão somente como espaço de exploração capitalista. Vivente da fronteira, o sertanejo se vê obrigado a resistir para continuar sendo ele mesmo, para que não se percam seus referenciais básicos, sua originalidade.

Por fim, finalizamos com este pensamento - A identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual, de uma enorme variedade de experiências efetivas. São espaços que se institucionalizam que ganham foro de verdade. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 38).

#### 4.1 OS(AS) SERTANEJOS(AS) E SEUS MODO DE VIDA

Ao trazermos reflexões sobre elementos indetitários e culturais que compõem o modo de vida sertanejo, consideramos importante deixar claro que o caminho que trilhamos nesta pesquisa tem a ver com o modo vida das famílias agricultoras camponesas, por outro lado, não podemos negar que existiu também na sua formação o colonizador estrangeiro, o desbravador dos Sertões, que entrelaçou também seu modo de vida peculiar nessas terras do sol.

No entanto, a nossa escolha metodológica se aproxima com mais profundidade apenas do modo de vida voltado para o camponês e a camponesa, ou seja, personagens que por falta de opção precisaram partir, ou que permaneceram em suas terras, são agricultores ou criadores, trabalhadores por jornada, agregados, vaqueiros ou artesãos que sentiram (sentem) na pele as pressões de uma agricultura comercial em progressivo domínio. Essa escolha tem a ver com as forma de construção de identidade com o lugar, os desafios e permanência, tendo em vista que, a agricultura familiar camponesa esteve mais submetida às dificuldades posta pelos tempos de secas prolongadas. Ressalvamos que, este camponês pode ser encontrado tanto na zona rural, quanto nas vilas, distritos urbanos, nas pequenas cidades de interior.

Dessa forma, esse grupo social, apresenta fortes raízes com o rural, desde moradia, espaço de trabalho, relações sociais e culturais, onde se manifestam no mesmo ambiente, sem separação. Todos esses elementos estão interligados, se alimentam num sentimento de aconchego ao lugar, pois é ali onde tudo acontece, não há uma distinção entre o que é somente trabalho e espaço de vida. Segundo

Milton Santos (1999, p. 65), o sentimento de pertencimento a um determinado lugar constrói uma introspecção de valores que condiciona o modo de vida dos sujeitos, assim se constitui o modo de vida sertanejo.

Contudo, caracterizamos este modo de vida, onde a agricultura se apresenta, como um sistema de produção desenvolvido através de estratégias alternativas buscadas na interpretação da própria natureza das catingas. Nesse contexto, maior parte desta agricultura familiar sertaneja não era em sua formação proprietários de suas terras, conforme Cândido T (2014), apenas uma pequena minoria dos pobres do Sertão tinha a posse absoluta das terras, cultivando-a com a mão de obra familiar, de onde eram retirados os meios da subsistência. Ademais, o autor ainda menciona que maior parte dessas famílias agricultoras estiveram sujeitas a submeter-se a alguma espécie de contrato, verbal ou escrito, junto a um(a) proprietário(a) para manter a si e a sua família. Um ponto bastante comum são as fazendas de criação de gado, o maior responsável por empregar as famílias sem terras no Sertão, numa complexa conjunção de esforços.

Com o poder de terra e econômico nas mãos, os senhores de fazendas liberavam parte de suas terras para os agregados, o arrendamento, por exemplo, destaca-se por ser uma modalidade de uso do solo por meio de uma relação de produção bastante específica, tensa, dialética, e não poderia ser diferente, já que, a sociedade sertaneja foi formada trazendo em si profundos conflitos de classe e étnicos, a terra esteve e está no centro disso.

Atualmente essa forma de uso da terra ainda é bastante evidente no Sertão do Araripe, é possível encontrar o arrendatário que mora, usufrui da terra e paga por isso um valor em dinheiro, ou em safra de alimentos, capim para o gado ou outro elemento de valor acordado, e até mesmo dias de serviços nas terras do arrendador. No Sertão do Araripe é muito comum os(as) pequenos(as) agricultores(as), ou sem terras fazerem contratos de arrendamentos por razões de financiamentos junto ao banco para acesso a créditos do PRONAF, esse de tipo de arrendamento é muito comum entre família, irmãos, filhos, primos, pessoas de relações próximas. O valor estipulado no contrato de arrendamento é apenas uma formalização que segue o prazo de 10 anos conforme o tempo do financiamento, mas pouco se efetiva na prática. Um segundo caso comum entre pessoas com relações estreitas, são os contratos de comodato, onde se realiza o empréstimo da terra de forma gratuita sem valores estipulados.

Entretanto, no geral, a realidade do Araripe, perpassa também por famílias que não possuem terras, plantam em áreas de proprietários, sem contratos formais, apenas por acordos verbais, não são registrados em cartórios onde os pagamentos são feitos em sua maioria em divisão da safra colhida, ou serviços dentro da propriedade. Ademais, boa parte dos(as) agricultores(as) que não tem terra, “plantam de meia”, são os meeiros, que fazem desde o desmatamento, preparo de terra, até a colheita em terras de proprietários e, como forma de pagamento do uso da terra, dividem a safra colhida, isso é muito comum no plantio de feijão, milho e mandioca. E por último, não menos importante, outra prática bastante comum, são os contratos de anuências, que dão direito por apenas um ano para plantio ou qualquer outra forma de uso da terra.

Portanto, todas essas formas de relação com a terra, nos mostram que, o processo de exclusão de acesso a terra, social e econômico condicionam as famílias numa relação de poder assimétrico sobre a terra, poucos detém, mas muitos trabalham. Porém, falar de ruralidades não é resumir esse contexto a um debate econômico. O trabalho com a terra ou a luta por acesso a ela envolve, além da questão da produção em si, transformações reais e simbólicas que engendram as expressões culturais, formas de sociabilidade e organização sociais, relação com a natureza, etc. (ALBUQUERQUE, 2016).

É nesse contexto que Palhares (2010, p. 65) fala sobre o lugar onde o sertanejo consolida seu modo de vida, por meio da cultura. Corroborando com esta ideia, Claval (1995) também diz que é pela cultura que as populações interagem com a natureza, fazem sua mediação com o mundo e constroem um mundo de vida singular. Por esta razão, ao propormos estudar elementos que caracterizam o modo de vida dos sertanejos e sertanejas, não podemos esquecer esse universo simbólico que perpassa pelo contexto sócio-histórico das apropriações dos espaços, dos territórios e regiões que são capazes de modificar a vida desses sujeitos (SANTOS, 2015).

Nesse sentido, a natureza se manifesta em cada estação, a vegetação seca durante sete a oito meses em anos estáveis, nos outros meses salta o verde das caatingas, as criações de gado, as roças de feijão, milho e melancia, tudo dá forma a paisagem e dinamiza a natureza do lugar, bem como, as diversas formas de vida de seus moradores, oriundos de etnias variadas: índios, negros, ciganos, brancos, tudo resultado da miscigenação. Toda essa população sertaneja foi ao longo do

tempo modificando o lugar, como também as apropriações desses espaços e dos territórios também modificaram o modo de vida de seus habitantes. Para construir uma concepção a cerca do conceito de Território, apresentamos o pensamento de Almeida (2009): “Território é uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga as famílias agricultoras a terra e, simultaneamente, estabelece, sua identidade cultural”.

Dessa forma, Almeida (2005, p. 319) diz que a representação do Território é para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, ou seja, o resultado de uma apropriação simbólica expressiva do espaço, sendo carregado de significados e relações simbólicas. Assim, buscamos compreender sobre esta relação Sertão e sertanejo, e seu modo de vida a partir da representação das grandes secas no território.

Tendo em vista que as secas apresentam significados tanto ao lugar quanto na vida de quem convive com elas, conforme Souza e Medeiros Filho (1983), é possível afirmar que as constantes ocorrências de seca foram as principais responsáveis por formar o(a) sertanejo(a) na maneira de agir desconfiado(a) da própria natureza. É assim que encontramos os(as) agricultores(as), antes de qualquer fala, eles sempre procuram construir uma aproximação, antes de qualquer informação dada, eles sondam, quem é, de onde, para que é determinada informação. Esse modo de ser, muda aquela concepção do matuto atrasado, desinformado, abestalhado, o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, que personifica o atraso, isto é, o sertanejo frente a aspereza das secas fez-se, segundo os autores, sujeitos espertos, desconfiados. Esse matuto sertanejo, preenchido de expertise é apresentado nas histórias de humores, poesias que ressaltam sua desconfiança como qualidade (SOUZA, 2009). Almeida (2008) chama atenção para o significado da natureza para compreensão da identidade sertaneja, pois pela compreensão e do uso e pelas representações feitas sobre a natureza entende-se a manutenção e extinção de expressões culturais denotadoras de uma interação homem Sertões e como essa população sertaneja enraízam-se no Território.

Destacamos que, essa concepção do atraso, não se resume apenas a população sertaneja, destinou-se também para o caipira do interior de São Paulo, este último apresentado na Obra os Parceiros do Rio Bonito de Antônio Cândido (2001). Mesmo estando em lugares distintos, consideramos importante apresentar essa colocação, no entanto, também é importante diferencia-los, já que o sertanejo

matuto nordestino sobre o qual falamos é compreendido por nós como sendo diferente do caipira paulista, mesmo que ambos surjam sob as mesmas condições sociais, porém trazem na sua bagagem formação de identidades diferentes, relacionadas à formação social e cultural (SOUZA, 2009).

Antônio Cândido foi um grande responsável por desconstruir na visão da sociologia, estes aspectos do(a) agricultor(ra) como sinônimo de atraso foi vencido, diante as antigas concepções, pois, acabou desenhando um novo retrato desse personagem Jeca Tatu. Dessa forma, observamos que, a constituição sociológica desses diversos personagens responsável por caracterizar o modo de vida dos interiores, seja no Sertão, seja em São Paulo, esteve em sua maioria ligada ao olhar do outro de fora, ou seja, inserido num jogo de poder entre classes, onde o discurso das elites dominantes terminaria por dar nomes, na maioria das vezes, pejorativamente, aos grupos sociais.

Diferentemente de outras obras, *Os Parceiros do Rio Bonito* apresenta uma visão na contramão, pois mostra as transformações nos meios de vida e padrões de sociabilidade do caipira paulista tradicional, relacionando-as às mudanças sócio-culturais que acompanharam os processos de urbanização e industrialização no estado de São Paulo, esta leitura deixa para trás a intenção original de investigar o impacto do processo de mudança nas manifestações folclóricas. Segundo Sousa (2009), a obra de Cândido serve para iluminar os estudos acerca das populações rurais marginalizadas, caipiras, matutas, por esta razão utilizamos esta mesma visão ao estudarmos os(as) sertanejos(os). Para Cândido (2001), esse caipira não se trata de uma raça, de um tipo racial, mas de um modo de vida social:

No caso brasileiro, rústico se traduz praticamente por caboclo no uso dos estudiosos, tendo provavelmente sido Emílio Willems o primeiro a utilizar de modo coerente a expressão cultura cabocla; e com efeito aquele termo exprime as modalidades étnicas e culturais do referido contato português com o novo meio. Entretanto, o termo caboclo é utilizado apenas no primeiro sentido, designando o mestiço próximo ou remoto de branco e índio, que em São Paulo forma talvez a maioria da população tradicional. Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial) e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, a área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua (CÂNDIDO, 2001, p. 28).

O pesquisador Arão Souza (2009) apresenta em sua tese esse trocadilho na



formação social do matuto nordestino, tanto mencionado nas poesias, literatura, músicas e o caipira paulista de Antônio Cândido, onde ambos partem de uma formação histórica com elementos semelhantes, este fator reforça a necessidade de se pesquisar os “grupos marginalizados da colonização”, os quais ficaram de fora das grandes “interpretações de nossa formação histórica até então” (JACKSON, 2002; SOUZA, 2009). Ademais, nossa pesquisa assume a importância ao analisar a constituição das famílias agricultoras sertanejas a partir da sua vivência com os anos de seca, ao retomar as discussões sobre esses grupos marginalizados do processo de colonização do Sertão nordestino, damos ênfase na condição social que configura modo de vida dessas famílias.

Nesse contexto de Brasil colonial, especificamente o interior paulista, Cândido diz que na expansão da região nascia um novo modo de vida social, pautado em traços culturais indígenas e portugueses, no qual o pesquisador aponta para a existência de uma cultura caipira. Já no caso do Sertão nordestino, a influência dos elementos da colonização da região se reflete entre diversos grupos, mas com um intensidade muito forte entre o português e o índio – originando o “matuto” e o “sertanejo”.

O poeta paraibano Jessier Quirino (2009) ao realizar apresentações humorísticas, utiliza muito nos seus causos<sup>19</sup> sertanejos o personagem do matuto. Durante uma entrevista sedida, ao pesquisador Arão Souza (2009) Jessier classifica esse matuto costurando relações com suas condições sociais e dos “valores do campo”, os quais também podem ser encontrados em pessoas que moram em cidades do interior. Por sua vez, esses valores estão ligados ao modo de vida das famílias agricultoras nos seus Territórios, sejam no espaço rural ou urbano, são constituídos no dia a dia das suas relações, no trabalho agrícola, plantações, capinas, no manejo com o gado, do contato com o antigo e com o novo, a exemplo do acesso a uma habitação nova, a educação, aos meios de comunicação, como a literatura de cordel, com o rádio e, mais recente, com a internet e as redes sociais. De acordo com Souza (2009), a “natureza de pessoas do interior”, a que Jessier Quirino (2009) se refere, estaria ligada a um modo de sobrevivência. De modo geral, com base na literatura trabalhada, observamos que a necessidade de sobrevivência das famílias no Sertão é essencial a qualquer ser humano, independente do espaço

---

<sup>19</sup> O Causo é uma história, representando fatos verídicos ou não, contada de forma engraçada, com objetivo lúdico.

que ele habita, seja rural ou urbano. Assim, gírias, vestimentas, alimentação, fazem parte de grupos rurais e urbanos como forma de adaptação ao espaço de vivência/sobrevivência (SOUZA, 2009, p. 49).

Por isso, as famílias agriculturas vivem permanentemente construindo suas estratégias, auscultando os sinais que a natureza das caatingas pode lhe proporcionar no sentido de prever se vai haver seca ou não. Por essa razão é que Souza e Medeiros Filho (1983) dizem que todo camponês nordestino é um misto de botânico e de astrônomo popular, pois, diferentemente dos profissionais dessa área, ele perscruta a flora e a fauna, assim como os astros que provocam o céu da sua região, buscando fazer leituras através deles interpretando sinais de regularidade ou não das precipitações pluviométricas.

Para Almeida (2003, p. 01), esse método de observação da natureza, é intrinsicamente inerente à gestação cultural, a construção discursiva sobre o Sertão espelha a maneira como ele é pensado e uma maneira específica de “ver” o mundo, isto é, o olhar, o ato de contemplar a natureza, não é uma atitude natural, pelo contrário, ele é resultante de uma instituição da cultura que inventou esta contemplação e lhe deu uma significação e um valor, ora, partindo do pressuposto de que as culturas são diversas, no tempo e no espaço, a contemplação reveste-se, pois desta pluralidade do olhar.

A autora ao se referir ao modo de vida sertanejo sergipano, diz que, no rural ainda há uma forte intensificação do sistema agropastoril, esse modo persiste como elemento intrínseco ao modo de vida sertanejo ainda de Rachel de Queiroz, melhor dizendo, aquele dito sertanejo clássico, da qual a vivência e percepção das espécies vegetais, das floradas, da queda da folhagem, lhe permitem os usos atualmente não convencionais da caatinga, reforçados pela afirmação categórica de que o mato serve para tudo!

A caatinga se apresenta como um mato que para as famílias que convivem com ela, é extremamente generoso e rico, é explorado, associado a um modo de vida particular (ALMEIDA, 2003). Por esta razão, este modo de vida, é baseado em uma representação do espaço, em um ritmo de vida, em sistema de valores e um conjunto de conhecimento das famílias agricultoras, na qual compartilham com os demais sujeitos que ali vivem, constroem suas concepções adquiridas desde formação educativa não formal. Da caatinga, as famílias extraem a madeira para diversos usos, a lenha para fogões, as folhas, as raízes e frutos para alimento

humano, chás, remédios, benzer, rezar, além do uso na alimentação e animal, a madeira também é usada em artesanato, estacas de roçado, cancelas, cabos de enxada, foice e outras ferramentas de uso do trabalho agrícola:

A caatinga propicia-lhe diversos chás, compressas e lambedores para os mais diversos usos: o chá do velame é usado para tosse. Para a gripe recomenda-se o chá de várias espécies: sambacaitá, alecrim de vaqueiro, candeia, o chá de imburana de cheiro, semente de melancia, a entrecasca de angico, aroeira, a vassourinha, flor de catingueira, a malina, quina-quina, alecrim de caco e o capim santo, mastruz, raiz federação da jurema (ALMEIDA, 2003, p. 39).

A observação da natureza, em cada tempo, em cada estação, dia ou noite, dá forma ao modo de vida no sertão e aos elementos que dão forma a crença no lugar. Conforme Almeida (1998), sem a interpenetração da natureza e da sociedade, não se pode entender este sistema de crenças. Portanto, trata-se de uma estrutura que conecta as famílias agricultoras à natureza, afirmando a importância de suas relações e que propõe uma espécie de equilíbrio moral entre os dois e, dessa maneira, dão forma a sua realidade construída, pois, como afirma Palhares (2010, p. 55), a realidade se constrói por e a partir das pessoas: “São elas tecelãs de um emaranhado de fios nas instituições criadas para o encontro – a escola, a igreja, a família - os quais se unem por meio da palavra, materializada pela linguagem”.

A autora cita Peter Berger e Thomas Luckmann com destaque para a obra: *A construção social da realidade (2003)*, onde os autores analisam a realidade por meio do cotidiano e se referem à linguagem como um dos mais expressivos sistemas de sinais existentes entre as pessoas. Segundo os autores “a vida cotidiana é, sobretudo a vida com a linguagem” (BERGUER e LUCKMANN, 2003, p. 57), e ela tem uma peculiaridade que a torna diferente dos demais sinais de comunicação, ou seja, ouço a mim mesma à medida que falo.

Importante mencionar que boa parte desses elementos constitutivos do modo de vida sertanejo, constituídos através observação da natureza e sua reprodução pela oralidade, são frutos da cultura indígena. Já que a destruição do modo de vida dos povos indígenas ocorria na medida em que a civilização branca avançava, no entanto esses povos não foram totalmente dizimados, esta afirmação leva a uma segunda questão, pois o Sertão também foi palco do processo de miscigenação. Os poucos indígenas que sobreviveram às guerras contra suas tribos, contribuíram para o crescimento vegetativo das populações mestiças e para consolidação do processo

de ocupação do Semiárido, tendo em vista que era mais identificada a aspereza do clima e da vegetação e com o nomadismo dos rebanhos à procura de pastagens e aguadas nos períodos secos (SILVA, 2006 p. 39). Com efeito, todas essas características tornaram o(a) sertanejo(a) com esse modo de vida singular resistente, andarilho, adaptável.

No entanto, ao generalizarmos o termo sertanejo(a) para se referir aos sujeitos moradores do Sertão, Cândido T (2014), provoca a seguinte questão: à população com várias origens, designá-los como “sertanejos” às vezes sugere o encobrimento de suas origens étnicas, indígenas ou africanas, branca, negra ou mestiça. Mas eram de fato membros de uma população internamente bastante variada, com costumes formados de matrizes culturais diversas. Ressalvamos que, com a hibridização entre essas várias populações, hoje é muito difícil separar elementos dessas etnias de forma individualizada, o sertanejo(a) tornou-se plural na sua formação, desenvolvendo a partir da diversidade um modo de vida próprio, não o antigo índio, não o antigo negro, nem mesmo o antigo branco, mas sim o seu jeito particular miscigenado sertanejo(a).

Atualmente observamos os elementos típicos característicos das mulheres e homens sertanejos, em especial da agricultura familiar, pois estes implicam diretamente na manifestação de suas crenças e do sujeito de estar no mundo. Um marco forte são as festas religiosas dos padroeiros de cada município e/ou comunidades rurais muito comuns no Território do Araripe, em Exu – Bom Jesus dos Aflitos, celebrado início de janeiro, Ouricuri - São Sebastião, finais de janeiro, Bodocó - São José, em março, dia de forte crença, pois se chove no dia 19 de março, significa ano bom de inverno e boa safra de milho, e assim segue cada município com seu santo.

O sertanejo, em geral, é profundamente religioso. Devoto do santo padroeiro de sua freguesia, sua religião mistura elementos do catolicismo ortodoxo e de rituais mágicos populares, originários de cultos animistas africanos e indígenas nativo do sertão. Segundo Vieira (2007), todas estas festas populares no campo e nos interiores sertanejos, estão, em sua grande maioria, muito ligadas às heranças e memórias de antigos sistemas de produção, além de relações de trabalhos de determinada época, às quais se acrescentam as crenças religiosas e o poder político local. Nesse contexto, as festividades locais e, mais especificamente, as festas dos vaqueiros estão ligadas diretamente ao ciclo do gado com relação às quadras

chuvosas ou secas.

A cultura sertaneja, especializada na criação gado, ovelhas e cabras, é marcada por esta dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização familiar, na estruturação do poder, na dieta e na culinária, na poesia, nas vestimentas típicas: perneira, guarda-peito, gibão, nos folguedos estacionais, na visão de mundo, numa religiosidade na qual Diegues (2001) considera propensa ao messianismos. O autor ainda menciona que, as atividades pastoris, nas condições climáticas dos Sertões cobertos de pastos pobres e com extensas áreas sujeitas à secas periódicas, conformaram não só a vida, mas também a própria figura do homem e do gado. O modo de vida dos vaqueiros no Sertão está relacionado ao meio das caatingas e as atividades, compõe a indumentária do vaqueiro, já que, o trabalho com o gado em épocas em que a caatinga se renova em força e crueza obriga este a utilizar uma vestimenta própria para correr atrás do gado por entre os espinhos da mata fechada, por esse motivo encouraçado dos pés à cabeça, tenta se proteger (ANDRADE, 1987).

Com efeito, tratar do modo de vida sertanejo, um grande destaque representativo, volta-se para vida do agricultor vaqueiro que expressa com seus trajes a lembrança do que Manoel Correia de Andrade nomeou em tempos passados de civilização do couro, pois toda vestimenta, começando nos pés finalizando na cabeça, é de couro:

O vaqueiro carrega na cabeça um chapéu simples ou adornado com marcas feitas a ferro quente, em forma de uma cuia, com dois cordões paralelos e em lados opostos que são amarrados ao queixo. O tronco é revestido por duas peças um pára-peito que se estende até a cintura e um gibão, mais parecido com paletós, ou seja, com mangas que se estendem até os pulsos. Em épocas de festas utiliza-se uma espécie de colete que recobre as costas e o resto do tronco, estes geralmente feitos com lã original, às vezes, branca, malhada, negra ou marrom. O dorso das mãos é protegido por luvas e deixam livres os dedos por debaixo do couro, para o manuseio das rédeas do cavalo. Nas pernas sobre uma calça comum, vestem perneiras fixadas na cintura, soltas na extensão do corpo, estendendo-se desde a virilha até o início dos pés, deixando livre o movimento total das pernas. Nos pés utiliza-se alpercata simples ou trançada ou ainda botinas de cano curto (VIEIRA, 2007, p. 12).

Toda esta vestimenta e proteção não se encerram no vaqueiro, pois o cavalo também se reveste: recoberto por peças de couro, cobrindo a face, o peito, o pescoço e metade das pernas que, às vezes, são encobertas por couro para também protegê-lo das caatingas fechadas, onde são mais difíceis de adentrar,

olhando de fora não se vê brecha, apenas galhos espinhentos e secos entrecruzados. A cantiga não tem apenas o caráter pragmático do trabalho, mas também características poéticas, semelhante à cantoria no improviso e na estrutura dos versos e estrofes (MAURÍCIO, 2012). Todas essas indumentárias, são feitas em oficinas e cortiços locais, por mãos de artesãos, onde em sua maioria utilizam como matéria prima o couro de ovinos em primeiro lugar, e outras vezes caprinos ou bovinos. Além do artesanato em couro, que tem na arte do seleiro seu núcleo central, encontra-se um sem-número de outros artesanatos, com destaque para os trançados de palhas, cipós e fibras vegetais, para a louça de barro e o fabrico da rede de descanso.

Com base na pesquisa de Mendes (2015), sobre o aboio do vaqueiro nos Sertões paraibanos, esta afirma que o trabalho do vaqueiro na atualidade sofre frente às transformações dos processos de industrialização e mecanização, pois as mudanças atingem principalmente as(os) pequenos agricultores(as), já que estão vulneráveis a globalização que veicula as diversas culturas nacionais e internacionais, provocando assim novas formas de identidade, novos modos de vida, ou, como afirma Giddens (1991), são consequências da modernidade.

Nesse contexto, os(as) sertanejos(as), utilizam além da indumentária, outros objetos que estão também relacionado a sua crença e ao lugar, encontramos o uso de patuás, relíquias, escapulários, terços, rosários nos pescoços, promessas de santos, ex-votos, rezas fortes, superstições, mastros, cruzeiros, altares naturais e de carregação, salas de santos e outros objetos, instalações e procedimentos mágicos. Importante mencionar que todas as famílias entrevistadas nessa pesquisa tinham nas salas de suas casas um altar com muitos santos, enfeitados com flores, e na sua maioria é comum encontrar devotos de santos locais, como Padre Cícero (não canonizado) do Juazeiro do Norte, vizinho ao Território do Araripe, Frei Damião, frade italiano radicado no Brasil, mais especificamente em Recife, este visitou várias vezes o Sertão, arrastando milhares de fieis, entre agricultores camponeses e demais população dos interiores. Abaixo segue o altar da sala do casal de Agricultores Palma:

Foto 05 – Altar da casa do agricultor Palma



Fonte: Fotografado por Nirvana Machado (2017).

No aspecto da alimentação, os(as) sertanejos(as) aproveitam tudo que for necessário, somos um povo que tudo come: mato, frutas, legumes verdes, maduros e secos, folhas, [...] com exceção de couve que se cozinha junto com o feijão, a cebolinha e o coentro, cordeiros, cabritos, vitelos. Talvez porque os nossos rebanhos sejam pequenos e por demais preciosos (QUEIRÓZ, 2004; DIEGUES, 2001, p.50). A autora Raquel de Queiroz descreve detalhes sobre os hábitos alimentares sertanejo, aponta comentários a respeito do baião de dois, enfatizando que essa é uma iguaria típica da região, assinala que: “não se trata de uma simples mistura de feijão com arroz cozido, pois requer um procedimento específico”. O feijão sem tempero e em determinado ponto de cocção recebe o arroz, que cozinha naquele caldo de feijão enriquecido. (QUEIROZ, 2004, *apud* BOTELHO, 2006, p. 85).

A cozinha sertaneja, a exemplo da cearense, pernambucana, paraibana em geral, é a fusão do tempero antigo de Portugal, dos seus modos tradicionais de fazer doces e conservas na qual inclui a herança moura, sarracena e árabe, com a alimentação indígena, os frutos da terra, a mandioca, o milho e as batatas, além de

elementos vários de origem negro-africana. O sertão destaca-se por sua culinária de acordo com as estações, divide-se praticamente em duas, em uma culinária do verão: mungunzá, baião, buchada de bode, panelada, galinha caipira, bode assado, e uma culinária da estação chuvosa, rica em feijão, fava e guandu verde, milho e seus derivados: pamonha, canjica, bolos, etc., e o entre outros, esse período explode em abundância, pois é tempo de colheita, que corresponde às festas juninas desde Santo Antônio, passando por São João e finaliza com São Pedro. De maneira geral, no Sertão domina a carne e o leite e seus derivados, queijo coalho, queijo de prensa, queijo de manteiga, coalhada, doce de leite, manteiga da terra, embora apareçam também o milho, a mandioca, farinha, goma, puba de mandioca, o feijão de corda e o arroz que, juntos, viram baião de dois, ou viram poesia:

Não tem coisa melhor que ir chegando  
Numa casa que vive do roçado.  
E o cheiro do milho cozinhado  
Já está no terreiro se espalhando,  
Como se estivesse convidando  
A pessoa que chega, pra entrar.  
Quem não teve o prazer de visitar  
Uma boa família do sertão,  
Vai morrer sem saber que o coração  
É o melhor canto de aconchegar  
(MENESES, 2014, p. 03)

A farinha de mandioca, para o sertanejo, ocupa o mesmo lugar que o pão nas outras culturas. É indispensável à mesa de ricos e pobres (QUEIROZ, 2004. p. 35). Para sua (re)produção do seu modo de vida, os(as) sertanejos(as) passaram a desenvolver práticas alimentares a partir do extrativismo no seu princípio e, posteriormente, com as roças, os quintais produtivos, plantio em vazante de riachos temporários, e nas chapadas de terras arenosas com o plantio de macaxeira, marcado pelos dias festivos da casa de farinhada.

Da carne de gado bovino, caprino e ovino, come-se fresca, assada, cozida ou feito charque, resultam pratos como a carne de sol, carne-seca assada com pirão de leite, a buchada, o sarrabulho, a panelada, o sarapatel, o cozido da perna do boi, mocotó, os guisados, a mão de vaca, o rosbife, a paçoca, as diversas carnes moqueadas, etc. No sertão cearense vizinho ao Araripe, destaca-se a influências da paçoca constitui um alimento bastante típico, fruto da diversidade de elementos, das diferentes etnias formadoras de nossa cultura, que a compõem: carne de sol



desfiada com farinha, fritada na manteiga, temperada com cebola, alho e pimenta do reino e acompanhada com banana e rapadura.

Chegando às casas das famílias agricultoras encontramos os utensílios de trabalho mais típicos da cozinha sertaneja, o pilão grande muito utilizado para pilar amendoim, café, rapadura e milho, com intuito de triturá-lo para fazer a xerém de milho para angu e o cuscuz, na casa do casal de Agricultores Juazeiro fomos recebidos com um cuscuz caseiro e galinha de capoeira. Ainda no Sertão do Pajeú encontramos o arroz da terra, avermelhado, descascado também neste pilão, já o pilão pequeno utiliza-se mais para pilar cebola, alho, pimenta, cominho e outros temperos menores, é possível encontrar a colher de pau, o raspador de coco, o ralador de milho, a quenga de coco, a peneira conhecida como urupemba, o abano para ascender o fogo, o fogão e o forno de lenha, a panela de barro quase todos eles de origem dos índios nativos ou negro-africana e outros árabes (LIMA, 1999; CAMPOS *et al*, 2008), estes utensílios existem apenas em casas de famílias mais velhas e/ou de pessoas que apreciam as formas mais artesanais de preparos dos alimentos. As comidas sertanejas, segundo Lody (2008), citado em Sobral (2015, p. 158), não se diferem muito em relação os tipos de alimentos pela manhã ou, no almoço, meio-dia, desde cedo já se come pesado popularmente chamado:

No sertão pela manhã, antes do sertanejo ir para a roça, come manteiga do sertão, cuscuz de milho com leite, macaxeira, batata-doce, bode com farinha e café com rapadura. À noite, na volta do seu trabalho, junto com a família, alimenta-se de coalhada com rapadura, farinha com mandioca, queijo assado na brasa, tapioca com leite e café. O café da manhã e da noite, por muitas vezes, apresentam os mesmos pratos, ou seja, o mesmo padrão de consumo.

Dessa forma, a cozinha sertaneja é uma cozinha bem rústica, mas com sotaque próprio (CAMPOS *et al*, 2008).

Ademais, o modo de vida das famílias agricultoras sertanejas é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apoiam num sistema de valores que lhes dá sentido. O modo de vida sertanejo revela diferenças bem marcadas entre as regiões brasileiras e de acordo com as condições sócio-econômicas em que se inserem. Segundo Marques (1994, p. 06), o modo de vida camponês sertanejo é marcado, entre outras coisas, pela trajetória do retirante. Assim e com todas as influências climáticas que

modificam a vida e os rumos, nasce o grupo social dos Sertões, caracterizado pelo modo de vida adotado, tendo como valores o espírito talhado nesse meio e a força de sobrevivência (SOUZA, 2009).

Portanto, compreendemos que a diversidade da produção de modos de vida se dá como produção do próprio lugar, bem como dos territórios, numa dinâmica que provoca a interação entre os sujeitos e ambientes, e intercedida por aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e subjetivos, que colocam em tensão elementos de apropriação e de dominação diversos (MASCARENHAS e GURGEL, 2018).

Não é sem razão que os sertanejos expressam seu modo de vida, o amor pela terra, as belezas da paisagem e a religiosidade, nas canções, poesias, no cordel, são temas recorrentes na cultura popular (GOMES e NASCIMENTO NETO, 2018). Com efeito, a terra natal é o símbolo maior para o nordestino sertanejo, pois é carregada de significados. Para Cosgrove (2007, p. 108) todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelos sujeitos que nelas vivem. O céu, a terra, a cultura e as pessoas são parte da identidade sertaneja.

Dado o exposto, fiz esta escolha por considerar, durante essa investigação, uma aproximação do real por meio do imaginário das famílias agricultoras, do Território do Sertão do Araripe. O conjunto geral de análise é composto da seguinte forma: tem-se, no Araripe, um número de 98% de agricultura familiar (IBGE, 2010), cujo sistema de produção é formado por criação de cabras, ovelhas, gado mestiço basicamente para a manutenção do núcleo familiar, acompanhado sistemas agrícolas com roças tradicionais plantadas de sequeiro no período chuvoso entre dezembro a março (FAO/Inra – O novo retrato da agricultura familiar). Normalmente planta-se milho e feijão consorciado, mandioca nas terras de chapadas, além dos quintais produtivos com frutas, plantas medicinais e hortas. Outro roçado bastante encontrado são as roças de palmas para alimentação dos animais e, em alguns casos, plantio de capim de sequeiro e em menor escala irrigado em terras baixas.

Contudo, ainda que essas famílias agricultoras vivenciem situações difíceis de sobrevivência, devido à postergação da seca durante sete a oito meses em anos regulares, ou quando atravessa de um ano para outro, sua permanência no local é garantida também pela identidade construída ao longo dos anos. Essa identidade se manifesta pela paisagem social diferenciada durante esse período de estiagem

(PALHARES, 2010).

Tendo em vista os aspetos observados, entendemos que o lugar existe como a base da vida cotidiana e da sociabilidade entre os sujeitos, já que o sentimento de pertencimento ao lugar relaciona-se com o trabalho, bem como com as formas de solidariedade, as atividades lúdicas, religiosas, as relações de parentesco, apadrinhamento e vizinhança e, em alguns casos, a perspectiva dos filhos em continuar na propriedade e na agricultura (MOREIRA, 2007). Dessa forma, buscamos fazer interpretações a respeito das relações entre os anos de secas presentes no Araripe, e o discurso das famílias sobre esse essa (con)vivência, compreende a relação de pertencimento, dessas, com o lugar onde vivem, identificando e dando corpo à aspectos da sua vida diária.

#### 4.2 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM ESTIGMATIZADA DO MATUTO(A) SERTANEJO(A) PELA SOCIEDADE EXTERNA

Partimos de uma compreensão que, o termo “cultura” é usado nesta pesquisa, pautado num sentido mais antropológico, admitindo que toda sociedade possui sua própria cultura e que não há superioridade intrínseca de uma sobre a outra.

Nesse sentido, Oliveira Filho (2006), assinala que a cultura nos dá a possibilidade exatamente de uma necessária reescrita da história, a partir da relação entre dimensões interiores e exteriores, entre aquilo que os sertanejos e o Sertão realmente são, tal como a abordagem empírica nos permite constatar, e aquilo que parece ser, que pode até fazer parte do Sertão, mas que não corresponde à sua totalidade. Por sua vez, percebe-se, que o Sertão é uma região complexa, atravessada por múltiplos significados, mas principalmente uma região onde reside um povo de cultura com características peculiares.

Ainda abordando sobre a cultura, consideramos importante apresentar a concepção de Hall (1997), que afirma que a cultura possui duas dimensões: uma substantiva, a partir da qual atua na estruturação empírica da “realidade” em que vivemos, e uma epistemológica, a partir da qual ela exerce um importante papel na constituição e na transformação das compreensões e explicações que integram os modelos conceituais com os quais representamos o mundo. Em outros termos, para Hall, a cultura abarca todos os fenômenos da vida social e também nossos modelos

cognitivos.

A construção imaginária dos Sertões se inicia quase que juntamente com o surgimento da região Nordeste. Um grande marco que define a região registra-se em “Os sertões” (1906), de Euclides da Cunha, e posteriormente com “O Quinze”, de Raquel de Queiroz. Nesse contexto, Oliveira e Araújo (2011), ao falarem da região Sertão Nordeste, afirmam que este surgimento começou paulatinamente, não brotou de uma única vez, se iniciou nas páginas das obras literárias, nos discursos jornalísticos, científicos e artísticos. Outras obras também ganham destaque ao expressar quem são estes sertanejos; os autores citam ainda os textos regionalistas da década de 1920, de autores a exemplo de Gilberto Freyre, e na década de 1930, autores como Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo, Rachel de Queiroz e Jorge Amado (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2011, p. 04).

Para tanto, os estigmas morais e sociais em volta do ser sertanejo nesses textos literários confundem-se ora tendo os cangaceiros como heróis ora como um banditismo desordenado. Esse estereótipo muitas vezes foi/é disseminado também em novelas, filmes, contos etc. Na obra *Intervenção do Nordeste*, Albuquerque Jr (2001) convidando-nos a olhar a região Nordeste na mídia: novelas, documentários, reportagens jornalísticas e, principalmente, programas de humor. O que se pode observar é a construção de um lugar afastado, deserto, com pessoas engraçadas, que falam errado, se vestem com roupas emendadas, usam maquiagem exagerada, dão tiro e peixeradas para todo lado, andam com facas na cintura, etc. Conforme Vasconcelos (2006, p. 06), essas são imagens pitorescas, o que se encontra de comum e cômico é um discurso concreto que produz um incômodo nos moradores da região e que pode gerar, ao mesmo tempo, uma intrigante aceitação do lugar de marginal frente a uma cruel estratégia de estereotipização que, em partes, não deixou de existir no passado, mas não parou no tempo. A autora ainda afirma que a produção destes tipos de discursos atribuiu ao Nordeste de maneira geral, e aos sujeitos que nele vivem, determinadas características e estigmas morais, culturais, simbólicos, muitas vezes até sexualizantes, resultado do jogo das relações de poder e saber, bem com de conflitos e de acordos entre o Sul/Sudeste e o Norte/Nordeste.

Com efeito, Albuquerque (2001) também relata desta interpretação da firmação entre regiões, e nos diz que a identidade nordestina nasceu definitivamente de um movimento o qual permeava saudade e lirismo incluindo políticos, artistas e intelectuais da região nordestina, valorizando a tradição. Esta pode ser entendida

desde a tradição litorânea até o Sertão, pois o movimento se principiou na capital pernambucana, com o Movimento Tradicionalista de Recife (1924), na qual destaca o escritor Gilberto Freyre. Segundo Oliveira e Araújo (2011), a intenção desse movimento no plano cultural tinha-se por trás o desejo de pôr fim ao movimento modernista de São Paulo. Portanto, surge o antagonismo Nordeste/Sul, tendo em vista que, se inicia primeiramente por um motivo político e a partir deste momento amplia-se para o âmbito cultural, daí foi sendo construída a identidade nordestina e, nesse contexto, a sertaneja, já que o ser que melhor representaria o Nordeste, segundo o movimento regionalista, seria o sertanejo:

[...] Aquele homem rude, embrutecido pela natureza, descrito tão bem por Euclides da Cunha como um herói, guerreiro, e resistente, capaz de enfrentar todo tipo de dificuldade e de sobreviver a elas (VASCONCELOS, 2006, p. 08)

Segundo Albuquerque Jr (2003), a formação do ser nordestino vai ao longo do tempo se definindo como um tipo tradicional, onde encontramos esse tipo mais fortemente no Sertão. O autor diz que esse sujeito tem uma tendência na sua formação voltada para a preservação de um passado regional que talvez esteja desaparecendo, já que se encontra na contramão do mundo moderno:

Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos; um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise; um ser viril, capaz de retirar a sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava. (ALBUQUERQUE JR, 2003, p. 162)

Assim, é possível observar que a construção do processo responsável por edificar a estereotipia do nordestino associado na sua maioria ao sertanejo, ao homem e mulher de enxada na mão, da roça, o balde na cabeça, uma mãe arrastando crianças na mão, segundo Vasconcelos (2006), não nasce apenas de uma disputa do Sul contra o Norte. A autora chama atenção quando diz ser necessário notar que o estereótipo é associado aos atributos negativos do rural e a criação de estigmas como: cangaceiro, tabaréu, violento, fanático, messiânico, incapaz e miserável nascem da necessidade do Sudeste/Sul se afirmar como: educado, moderno, capaz, rico, produtivo e racional (2006, p. 08).

O embasamento que vincula as representações do sertanejo associada sempre ao rural, mesmo no sentido de agregar valor é, segundo Albuquerque Jr.

(2003), fruto de uma decorrência inconsequente e voraz atitude da elite do Norte (Nordeste) que manteve uma postura em nome da manutenção de uma ordem econômica e política (patriarcal) e de uma sede de poder. Com isso, fez-se da seca o seu mote principal na mobilização de recursos para investimentos na região, isso em todo o Nordeste, e mais fortemente no Sertão, como já mencionado no capítulo que aborda sobre a formação social dos Sertões.

Nesse sentido, compreendemos que, a identidade das famílias agricultoras sertanejas, não está em sua condição, mas no modo como essa condição é vista simbolicamente pelos outros. Portanto, foi nesse contexto político-cultural que as marcas da história criaram imagens estereotipadas do povo sertanejo/nordestino, como: cabeça-chata, o Paraíba, o sertanejo pobre, raquítico, amarelo, fraco, porém forte, o nordestino cangaceiro, messiânico (se referindo a Antônio Conselheiro e Lampião), miserável, ignorante em contraposição ao homem “civilizado, educado e cosmopolita” do Sul-Sudeste do Brasil (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2011, p. 05). Nesse contexto, Suaréz nos diz que tanto o sertão quanto os sertanejos não são termos usados para se referir apenas a uma região e uma tradição, mas sim, elementos constitutivos do pensamento social que constrói a ideia de nação brasileira. Muito embora o pensamento social recorra a esses termos para marcar os contornos da nação, o poder significativo de “Sertão e sertanejo” transcende esse pensamento para atuar no campo da narrativa mítica (SUAREZ, 1998).

Falar em cultura sertaneja é necessário para construção da argumentação pretendida, dado que os valores que os próprios sertanejos do Araripe afirmam como próprios e lidos nas narrativas dos intelectuais locais, os que chegam para estudar o forró, o baião de Luiz Gonzaga, a poesia de Patativa do Assaré que fica próximo, as origens de Bárbara de Alencar<sup>20</sup>, dentre outros, muitas vezes apoiados nas leituras situadas no pensamento social, nas letras de músicas cantadas Brasil a fora que retratam a cultura sertaneja. Tudo isso propicia aprender e interpretar como os sujeitos vivem nos sertão, e não apenas como foram estigmatizados negativamente.

---

<sup>20</sup> Bárbara Pereira de Alencar, nascida em Exu, foi uma comerciante e revolucionária brasileira. Primeira presa política do Brasil, é considerada uma heroína da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador. Era avó do escritor José de Alencar.

### 4.3 TRADIÇÃO, HÁBITOS E COSTUMES DAS TERRAS SECAS SERTANEJAS

Ao trazer reflexões a cerca do que venha compor uma tradição em questões conceituais, iniciamos com a ideia apresentada por Hobsbawm e Ranger (1983), estes afirmam que todas as tradições são inventadas para reforçar a coesão de um grupo e legitimar certas ações. Assim, compreendemos que a tradição é criada, e ela se configura num conjunto de práticas ritualizadas ou simbólicas, onde o objetivo é inserir, através da repetição, os valores e normas dentro de determinado grupo social, ou seja, são respostas a novas situações que estabelecem vínculos ao passado, dessa forma assinalando a uma identidade em comum (HOBBSAWM; RANGER, 1983, p. 1-2).

Já Os costumes é que dão identidade as classes sociais, que caracterizam cada grupo, e/ou, neste caso, das comunidades rurais. Thompson (1998), ainda afirma que os costumes são práticas vivas adotadas pelos camponeses, apresentados como práticas antigas e constantemente repensadas, pois fazem parte da realidade, os costumes são a arena na qual os camponeses agem no cotidiano.

Dessa forma, o costume se assemelha, sob certos aspectos, ao hábito; isto é, o costume é o hábito seguido não por um indivíduo, mas pela maioria da comunidade. Porém, ele não se identifica de forma alguma com o hábito, ou seja, o costume em outras palavras, é o uso aprovado, são fenômenos sociológicos, e fenômenos de vida. E no conjunto de ações dos hábitos e costumes, se constitui a cultura, e posteriormente se constrói a realidade daquele povo representado nas suas práticas coletivas e em uma linguagem psicológica (MAUSS, 2003)

Portanto, partimos dessa concepção para apresentar algumas tradições, hábitos e costumes do sertão nordestino, do interior das caatingas, região essa que carrega características determinantes em comum, preenchido por uma forte religiosidade, tradições dos ofícios e dificuldades diárias como marcas na vida dos homens e mulheres que experimentam o verde e aspereza do Sertão. Ressalvamos que nos deteremos mais aos costumes e hábitos encontrados no grupo social dos agricultores camponeses, moradores de áreas rurais. Todavia, não como elementos exclusivos, pois muitas dessas tradições sertanejas aqui destacadas também são encontradas nas casas urbanas. Não temos intenção de esgotar todos os costumes e hábitos vividos no sertão, buscamos apresentar aqueles que são encontrados com maior frequência, os que são símbolos da identidade dos sujeitos do lugar.

É possível observar, os costumes dos sertanejos desde o vestuário, onde as expressões das práticas socioculturais destes sujeitos saltam aos olhos nos mais diversos elementos, é no chinelo de couro, na bolsa modelo capanga usada desde os cangaceiros, o bordado da camisa, o chapéu de couro do vaqueiro cantado e usado muitas vezes por Luiz Gonzaga, tudo isso compõe os costumes os sertanejos, são símbolos culturais que ao vê-los, lembramos do Sertão. Um olhar atento para o passado pode ser revelador de muitos acontecimentos que até então estavam adormecidos. Assim, ao olhar os fatos e os processos culturais mediados pelas ações simbólicas das várias sociedades, podemos encontrar situações de investigações científicas (SOUZA, 2009, p. 21).

Inevitavelmente, a imagem do vaqueiro é um forte símbolo do lugar. Por sua vez, esse ser simbólico não se resume a lida do trabalho nas caatingas, mas compartilha também de eventos festivos em alusão a cultura da criação de gado, é uma tradição correlacionada trabalho e vida social-cultural, a exemplo da pega de boi no mato. Com efeito, esta atividade destaca-se como a busca de um garrote dentro da caatinga fechada, é uma prática recorrente nos Sertões nordestinos e se caracteriza, de um modo geral, pela atuação do vaqueiro na derrubada do gado, que existe desde meados do século XIX e contemporaneamente está ameaçada de extinção. Segundo Cavalcanti e Benício (2017, p. 02), tal atividade se constitui como uma tradição e se define como uma atração cultural que atrai os(as) sertanejo(as) e reforça a sua identidade territorial, refletindo o seu cotidiano e o seu espaço vivido, além de turistas para região, nessa prática encontram-se mais homens, porém em muitas regiões encontram-se também mulheres que adentram nas caatingas nas pega de boi.

Nesse sentido, podemos afirmar que nas regiões dos Sertões, onde são cultivadas essas festas, a identidade cultural está construída por meio de símbolos de uma memória coletiva, alicerçada por histórias de bravura, coragem e sagacidade dos vaqueiros de outrora. Assim, Giddens (2000, p. 56-57) salienta essa funcionalidade afirmando que “a festa é considerada uma tradição na medida em que o passado estrutura o presente através de crenças e sentimentos coletivos e compartilhados”. No Sertão do Araripe, todos os municípios experimentam dessa festa, sendo mais forte nos municípios de Granito, Exu e Parnamirim.

A diversão do(a) sertanejo(a), pelo menos até meados do século XX, era cachaça e samba, a terminologia “samba” era uma palavra utilizada para se referir a



festas em geral. Eram samba de terreiro ou latada, baile rústico ao som da rabeca, da viola e, mais recentemente, da sanfona nos pés de serra, debaixo do Juazeiro, onde ainda hoje é celebrado no Parque Asa Branca a roda de sanfoneiros debaixo de dois pés de Juá em Exu. Além dessas festas, outras formas de divertimentos são as festas da igreja católica, os batizados, os casamentos e as festas de padroeiro, com suas quermesses e leilões.

Hoje, além dessas festividades, também são encontrados os forrós tradicionais e modernos, onde o primeiro é chamados de “pé de serra” para se referir ao som de Luiz Gonzaga, Flávio Leandro, Neguinho do Forró<sup>21</sup>, entre outros autênticos cantores da região do Araripe. Já o forró moderno aponta para as grandes bandas com uma musicalidade que se distancia da tradição. Não tão diferentemente, as vaquejadas como festas tradicionais também se hibridizaram ao longo do tempo por meio de hábitos tradicionais e modernos.

Conforme Cavalcanti e Benício (2017, p. 02), é possível observar um distanciamento entre o velho e novo na mesma tradição:

As novas gerações de jovens frequentam grandes e modernos parques de vaquejada, onde são realizadas disputas de prêmios milionários, dando-se a ilusão que o vaqueiro tradicional foi extinto ou pior, alguns jovens podem nunca ter ouvido falar na figura do sertanejo, cujo homem que monta cavalo e pega boi solto no mato de vegetação nativa dos solos que sofrem com a escassez de água.

Ademais, os autores ressaltam que, em alguns lugares, homens bravos mantém viva a tradição que faz do ser vaqueiro um modo de vida e não apenas um esporte, como na atual geração.

Dessa forma, encontramos hábitos e costumes das famílias agricultoras, a exemplo da tradição da vaquejada e da pega de boi no mato, observamos que, na sua maioria, as práticas estão relacionadas com suas atividades de trabalho, com seu modo de vida, bem como nas suas relações com a terra, no aspecto de guardar água, frente à incerteza de quando irá chover, a atividade do vaqueiro cantarolando o aboio, o artesão que transforma couro de bode em roupas e outros objetos.

No geral, são agricultores e agricultoras que mesmo com a chegada da televisão e internet ainda contam histórias, sentam nas calçadas, relatam da sua memória os familiares retirantes, os amigos que foram para Sudeste, são os mais velhos guardiões da história - a criança que constrói nesse meio a sua identidade. A

---

<sup>21</sup> Valdir Geraldo Teixeira - Meu pai. Cantor e compositor de Luiz Gonzaga.

cultura popular, em grande medida, tem na oralidade seu veículo de transmissão de conhecimentos. Neste contexto social, é pequeno o número de pessoas alfabetizadas que dominam com fluência o idioma padrão escrito, principalmente em áreas rurais.

Em razão disso, a morte das pessoas detentoras do saber popular implica o seu enfraquecimento, uma vez que os jovens já não desenvolvem a habilidade dos mais velhos para memorizar as informações da tradição. Soma-se a interferência dos meios de comunicação modernos, muito utilizados pela juventude, que privilegiam a informação imediata, independente de longo exercício de registro na memória (GOMES; PEREIRA, 1992, p. 24). Em outros casos, o uso de tecnologias comunicacionais possibilita o acesso à história que não se conhece, bem como os jovens registram em vídeos, áudios, escritos de elementos culturais, poesias, músicas, cordel. Todavia, concordamos com os autores, por considerar essas formas comunicacionais rápidas, imediatas ou como chama Bauman, líquidas.

Nesse sentido, entendemos que o costume está relacionado às raízes dos sujeitos, ao lugar, ao cotidiano. Thompson compreende o costume como uma forte ligação arraigada às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho das pessoas, bem como o autor Morris Ginsberg que entende a tradição como a soma de todas as ideias, hábitos e costumes de um povo, e que estes sejam transmitidos de geração em geração. E foi a partir da soma de hábitos que encontramos na tradição sertaneja das caatingas o vaqueiro, agricultores(as), artesãos, poetas e poetisas, sanfoneiros, aboiadores, que cantam no seu trabalho e realizam seu trabalho cantando para a condução do gado, que, segundo Mario de Andrade, é um canto melancólico que os sertanejos ajudam a marcha das boiadas (ANDRADE, 1987, p. 54).

O autor adjetiva este tipo de canto de arabesco, que segundo Mendes (2015, p. 22), está relacionado a elementos existentes nos musicológicos presente na melodia do aboio que se assemelha a cultura árabe e a forma de cantar dos Muezins, os encarregados islâmicos de anunciar em voz alta do alto dos mirantes, o momento das cinco preces diárias.

Os sertanejos em especial os agricultores(as) acordam cedo, ainda no escuro, costumam ligar o rádio, escutar programas com músicas que falam do sertão, das secas, da partida e da chegada, saem para o trabalho cedinho, muitos levam seu almoço para o roçado e só voltam no final da tarde. Quando as roças são

mais próximas de casa, eles retornam ao meio dia, para alimentar-se com as famílias. É comum nas cidades de interior uma vez por semana as famílias se deslocarem para os centros das cidades mais próximas para o dia da feira; vão vender, trocar, doar produtos para os mais próximos, ver os amigos conhecidos, tomar uma cachaça. É um fenômeno semanal, cultural. Por sua vez, a feira se constitui, em uma vitrine onde podemos ver as características do local em que ela é realizada. No Sertão do Araripe, na cidade de Bodocó a feira livre é realizada na segunda-feira, em Exu, Ouricuri e Araripina aos sábados, em Trindade nas quintas-feiras, e assim seguem os 10 municípios do Território, cada um com o seu dia específico em que a produção da agricultura e pecuária de cada município é ali exposta. Importante lembrar que não só produtos agropecuários são comercializados, neste dia é dia do sapateiro, relojoeiro, açougueiro, todos colocarem suas barracas.

Desse modo, para nós as feiras não são só produtos, são hábitos, costumes num conjunto de significados, são processos históricos, são muito mais que uma comercialização, são relações sociais. Elas representam um processo cultural simbólico coletivo capaz de transformar as pacatas cidades dos interiores sertanejos em um “formigueiro humano” que também representa uma festa, já que em muitas delas é possível encontrar carros de som anunciando, tocando forró, ou até mesmo com grupos de sanfoneiros presentes.

Logo após terminar a feira, as principais ruas das cidades permanecem pouco movimentadas, mas na véspera, cedinho, ao amanhecer com a barra do sol, é uma barulheira de ferro batendo, carros passando, pessoas gritando, são barracas sendo montadas, e normalmente as pessoas mais velhas já chegam cedinho fazendo suas compras, onde é possível encontrar os mais diversos produtos: cebola, tomate, coentro, alface, jerimum, batata, bem como, enxada, foice, facão, bode, cabra, galinha, ou seja, é uma feira. Com efeito, as feiras livres estão presentes na cultura e costumes populares das cidades de interior do Sertão desde a antiguidade, sendo estas, um modelo de mercado periódico mais antigo e tradicional no mundo (ANDRADE, 2015).

Nas datas comemorativas, um dia para cada santo, festas típicas e religiosas de janeiro a janeiro, são novenários de São Sebastião em janeiro, São João, São Pedro, Santo Antônio em junho, Santa Ana em julho, e seguem os demais. Essas datas são especiais, pois se tem o hábito de comprar roupas novas (ALENCAR,

2011) para as festividades, é costume também se soltar fogos, dançar um forró pé de serra tocado em casamentos, batizados, aniversários, principalmente no ciclo junino; tudo isso caracteriza o costume tradicional sertanejo.

Importante destacar que as práticas festivas e religiosas, normalmente estão relacionadas à estação do tempo, ao período de plantio, colheitas, as práticas da terra. Segundo Albuquerque Jr. (1988, p. 38), a cultura popular sertaneja é profundamente influenciada pelo catolicismo, onde a maioria dessas datas de santos é utilizada para servir de base para uma “experiência” notadamente os comportamentos do clima neste dia:

A mais comum deste de tipo de experiência é a do dia de Santa Luzia, 13 de dezembro, uma vez que toma como ponto de referência para o mês de janeiro do ano seguinte, e os dias que seguem correspondente aos outros meses, (assim o dia 14 de fevereiro, 15 de março e assim por diante). No dia em que chover, o mês correspondente será de chuva, e naquele em não chover o mês correspondente será seco. Somando a estas experiências, contam também com as chamadas profecias que nascem junto com a literatura de cordel, e quase sempre publicadas por poetas cordelistas e são baseadas no Lunário Perpétuo, uma publicação medieval europeia, que através da observação dos planetas previa os dias de chuva e estiagem de cada ano.

São práticas e costumes oriundos do processo de miscigenação, crenças trazidas dos de fora, crenças conservadas dos nativos, no que hoje resulta um místico de fé e comportamento da natureza, transforma-se em poesia, observação, experiência e até mesmo profecia.

Uma prática católica bastante encontrada tanto na zona rural quando urbana são renovações do sagrado coração de Jesus. Na entrada das casas é possível perceber logo de cara os oratórios, um cantinho sagrado na casa, com a presença de imagens e metáforas bíblicas constantemente utilizadas na linguagem do cotidiano. Nesse local, entroniza-se a imagem do Coração de Jesus. Segundo Rocha (2014) a renovação do Sagrado Coração de Jesus, é uma tradição religiosa que se mantém viva no Sertão. No caso das residências rurais, no dia da celebração o terreiro é varrido logo cedo, recebem os visitantes que vão chegando a pé, a cavalo, de bicicleta, de moto, carro, vão se aproximando. Uma vez que, a família recebe primeira entronização da imagem do sagrado coração de Jesus, esta passa a realizar, anualmente, a renovação dos votos sempre naquela mesma data, torna-se a data da renovação.

É uma data importante, conforme Rocha (2014), pois a ocasião solicita que

alguns preparativos antecedam a festa, como, por exemplo, pintura, limpeza e ornamentação da casa e dos quadros. Para realização da renovação, contata-se a rezadeira, ou como popularmente conhecida “a tiradeira de reza” para ministrar as orações, esta preside a cerimônia e puxa (conduz) os cantos chamados de benditos. Outro fato é que este é um papel desenvolvido por mulheres, os homens normalmente acompanham com as bandas de pífanos.

Nessas datas de renovação, as famílias preparam muita comida, são banquetes servidos aos convidados. O cheiro de buchada se espalha no ambiente, anunciando que tem carne de carneiro para os convidados, é um costume servir iguarias sertanejas:

Trata-se de uma comida especial que escapa ao cardápio do dia-a-dia. A fartura e a diversidade são características da festa. São servidos pratos de carne de porco, galinha assada e galinha capoeira, bolinha de carne de porco, arroz, feijão, macaxeira assada, farofa de cuscuz. Na merenda encontram-se os bolos (milho, puba, macaxeira, fofo), salgados, sequilhos acompanhados com café, suco, aluá e refrigerante (ROCHA, 2014, p. 80).

Depois do jantar, os convidados se reúnem na sala da casa, ou muitas vezes na frente, no terreiro, para iniciar as rezas, para renovar a fé, agradecer as bênçãos e estreitar os laços familiares em um encontro que transmite rituais, valores e saberes da coletividade. Nesse contexto da renovação, é um costume, ainda, soltar fogos durante toda a festa, isto é recorrente na zona rural e se expressa como uma forma de comunicação, uma tradição. Soltam-se fogos especialmente na abertura, para comunicar aos moradores ali de perto e os distantes que, a reza/festa vai começar. Rocha (2014, p. 80) destaca: importante não esquecer que, após aproximadamente uma hora, o final das preces é aclamado pelos participantes com uma sonora exclamação: “Viva!”. Por fim, a casa está abençoada pelo Sagrado Coração de Jesus.

A soma desses costumes e hábitos compõe a cultura sertaneja, são experiências, crenças partilhadas entre familiares, amigos e vizinhos, além de serem reproduzidas socialmente, estes se comunicam, valorizam simbolicamente o ato de reunir de celebrar. Sobre esta concepção da cultura simbólica, Thompson apresenta a mais significativa apropriação do conceito de cultura, onde afirma que esta surge na literatura antropológica, ele propõe a formulação da leitura concepção simbólica de cultura. Para o pesquisador, nessa concepção a “cultura é o padrão de

significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos se comunicam entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças” (THOMPSON, 1995, p. 176; SOUZA. 2009, p 23).

Portanto, os hábitos, costumes e tradição não se restringem a determinados grupos, segundo Timbó e Bessa (2012), é possível, a tradição costume e hábitos perpassam em todos os grupos sociais, as autoras dizem que:

Em todos os países do mundo, raça, grupos humanos, famílias, classes profissionais, possuem um patrimônio de tradições que se transmitem oralmente e é defendido e conservado pelo costume. Esse patrimônio é milenar e contemporâneo. Cresce com os conhecimentos diários deste que integrem nos hábitos grupais, domésticos ou nacionais. Esse patrimônio é o Folclore (CASCUDO, 1976, p. 09).

Por tanto, buscamos aqui mostrar como os sujeitos com seus costumes, hábitos e tradições tornam-se construtores de sua história social, é neste processo cultural simbólico que mantêm um sentido de pertencimento em relação ao local em que vivem e em relação à certeza da seca em sua rotina no campo. Dessa forma, observamos que, o processo de transmissão da cultura sertaneja, em especial as famílias agricultoras, está situado numa zona que permeia entre o moderno e o tradicional, onde algumas famílias tentam preservar hábitos antigos mesclados com elementos modernos.

## 5 A FORMAÇÃO SOCIAL DOS SERTÕES

Neste capítulo abordaremos sobre a formação social dos Sertões, uma compreensão sociológica do lugar, focando principalmente nos grupos sociais e sua relação com o setor agrário. Assim, é importante mencionar que a formação social sertaneja traz consigo marcas de uma história permeada por conflitos, tensões, resistências, bem como negociações.

O presente debate tem como ponto de partida o recorte do interior brasileiro, o denominado Sertão, lugar carregado de definições, um espaço marcado por disputa, conflitos e embates que contribuíram para a própria construção da nação brasileira e das lutas sociais.

A palavra Sertão embutiu-se ao de significados ao longo de sua história social, muitos já cristalizados, que evocam uma série de imagens, tanto das suas características geográficas quanto culturais, sociais e econômicas. Logo, ao pensar na palavra Sertão, os principais símbolos cheios de sentidos chegam a nossas mentes. Podemos citar elementos como a paisagem, que inclui a vegetação como seu marco, formada pelas cactáceas, mandacarus, palmas, entre outros.

A ideia de Sertão como elemento fundador do imaginário provoca-nos uma compreensão correlacionada existente entre certas formas de pensar e aquelas paisagens a que se reporta a nossa imaginação. Além disto, a representação se manifesta não só na paisagem, mas também no humano, com seus trajes, entre os quais destaca-se os do vaqueiro, com sua vestimenta de gibão, luvas, perneiras e chapéu de couro, e sua pele curtida pelo sol.

Autores como Amado (1995), Freyre (1977) e Candido (1964) comungam com a ideia de que o Sertão, enquanto categoria histórico-social, chega de maneira recorrente no pensamento social do(a) brasileiro(a), especialmente no conjunto de informações sobre a historiografia do lugar.

### 5.1 O LUGAR SERTÃO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Para iniciar este subcapítulo, começamos por uma vasta pesquisa, leitura bibliográfica e levantamento de informações na literatura sobre a construção social no Sertão. Nesta averiguação, o pensamento remeteu-se lá nos princípios dos estudos escolares, ainda na educação infantil, quando nos foram repassados

conteúdos que abordam sobre o processo de civilização do Brasil.

Ainda nesta fase, aprendemos que no contexto da região nordeste, incluindo sua organização social, haviam três principais unidades econômicas colonizadoras: a primeira destinava-se a parte do territorial litorâneo, com a extração do pau-brasil, logo no primeiro momento, e, em seguida, uma vasta área do território litoral e zona da mata, para produção de cana-de-açúcar em grande escala, ambos para exportação, e, por último, mas não menos importante, as áreas mais interioranas do território, agreste e Sertões para a produção agropecuária, com destaque a criação de gado bovino destinado ao abastecimento interno (TAVARAES, 2014). Ressalvamos que é neste último território onde nossas lentes se aproximam, no Sertão nordestino, para que assim alcancemos uma compreensão sobre sua formação social.

Com base na historiadora Janaína Amado (1995), afirmamos que o nome deste lugar – Sertão ou deserto – não designa uma divisão política de território (AMADO 1995) nem muito menos indica uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do lugar e, principalmente, pela escassez de população. Essa percepção de solidão representada pelo Sertão esteve presente em grande parte dos relatos de viajantes cronistas que, durante suas viagens ao interior do Brasil, tinham como ponto de referência a distância entre o litoral e o Sertão e, assim, caracterizam o lugar como longínquo (SOUZA E MEDEIROS FILHO, 1983; AMADO, 1995; MAIA, 2015). Para Lima (1999), Sertão e viagem são termos que se interpenetram nas primeiras décadas republicanas no interior do país.

Dessa forma, o lugar Sertão apresenta uma segunda característica na sua denominação. Com base na referência institucionalizada sobre o espaço no âmbito do território nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define oficialmente esta região como uma das subáreas nordestinas, embutida de características árida e pobre, situada a oeste das duas outras regiões, o agreste e zona da mata (AMADO, 1995).

Ademais, a autora ainda ressalva que, no contexto brasileiro, o Sertão, enquanto lugar, é um tema bastante antigo, existe nas narrativas em maior parte orais e em alguns escritos contados pelos cronistas da época, os quais abordaram descrições sobre a região. Ressalvamos que estes primeiros registros surgem somente após a colonização, porém é possível afirmar que a história do Sertão vem



desde antes da chegada dos colonizadores.

Além do mais, segundo o historiador Frederico de Castro Neves (2012) – ao problematizar a leitura sobre o lugar Sertão, quando a maioria tratava apenas como espaço físico-geográfico – ao falarmos do Sertão, não falamos apenas de um ponto no mapa localizado no Nordeste, entre o Norte e o Leste, mas fazemos também referência a um conteúdo sociopolítico que identifica uma forma social de ser e de existir historicamente, com determinadas características que configuram em um espaço culturalmente singular.

Nesse sentido, Lima (1999) aponta que esta tendência de pensamento deixaria de levar em consideração a gênese e a alta carga de valores simbólicos associados ao termo, quando na verdade Sertão era originalmente fundado em ideias sociopolíticas, tais como: interior pouco povoado ou distância em relação ao poder público (IBGE – Atlas das Representações Literárias dos Sertões, 2006).

Portanto, ao se referir à região Nordeste como um todo, Neves (2012) chama atenção para a denominação do lugar, pois tanto o nordeste quanto o Sertão são também conceitos, e todo conceito não é inocente, ou seja, ao ser mencionado, não se designa somente a localização geográfica, mas, sim, a todo uma construção histórica social, na qual o Atlas das representações (IBGE, 2006, p. 122) afirma que a concepção entre Sertão e Nordeste tornou-se simplória, ao designar uma sinonímia entre os dois:

A associação entre um termo tão rico de significados e uma parcela espacial do Nordeste brasileiro caracterizada comumente pela semiaridez e pela economia pastoril reduziu a abrangência do termo a um espaço físico geograficamente delimitado, e fez com que no senso comum e no imaginário social os termos 'sertão' e 'nordeste' passassem a ser tomados praticamente como sinônimos.

Por esta razão, faz-se necessário resgatar as memórias sobre o percurso pelo qual o Sertão especificamente se configurou, já que esta região carrega suas particularidades, não sendo suficiente compreendê-la apenas pela construção da imagem divulgada do lugar, mas, sobretudo, é preciso entender sobre as questões sociais, culturais, ocupação do território, as relações históricas, que em sua maioria se caracterizam por desiguais entre as populações que ali habitavam e as novas populações que chegaram. Tal perspectiva permite entrever a complexidade do exercício de conhecer a formação social dos Sertões face ao imaginário.

Deste modo, ao mergulhar na história construída sobre o lugar Sertão, é possível encontrar imagens sociais, inclusive veiculadas pelas grandes emissoras de televisão, em filmes, novelas, contos e documentários, em que estão ligadas ao chamado coronelismo, ao cangaceirismo e à persistência de formas arcaicas de relações sociais, situadas no universo do pré-capitalismo, ou seja, são relações sociais estabelecidas sob conflitos e disputas, que ficaram como marcas da formação social entre brancos colonizadores e índios nativos do lugar:

Em virtude do processo colonizador de Portugal na América ocorreu este conflito entre os brancos e a resistência indígena. Este processo envolve a conquista e a colonização portuguesa no qual envolvia índios, negros, excluídos e degredados de forma a efetivar a conquista e a exploração das terras. No caso dos índios que eram denominados como tapuia buscavam resistir a invasão colonizadora através de táticas de guerra pelo sertão nordestino (PIRES, 2002, p. 01).

Como é de conhecimento, as primeiras explorações econômicas pela coroa portuguesa no Brasil se estabeleceram no início em terras litorâneas, por meio da monocultura da cana de açúcar, onde não reservava grandes espaços para produção de alimentos. Logo, a produção destes bens, sobretudo a carne de boi, desenvolveu-se inicialmente no agreste e, posteriormente, com mais força nos Sertões:

Desde os movimentos iniciais de colonização, o gado acompanhou os portugueses, vindo da Península Ibérica e de Cabo Verde. Por volta de 1533, na Expedição de Martin Alfonso de Souza, chegaram ao Brasil os primeiros bovinos, junto com outros animais domésticos, e participaram da fundação da primeira Capitania Portuguesa na Ilha de São Vicente. Inicialmente ligado ao mundo do engenho, depois, conforme os ditames do projeto colonizador, o gado andou. Seguindo as margens do São Francisco, com grande força chegou ao Sertão (ALBUQUERQUE, 2016, p. 39).

Segundo Souza e Medeiros Filho (1983), à medida que a economia açucareira ia crescendo, paralelamente aumentava a demanda de criação do gado nos Sertões, formando grandes rebanhos, sendo enviados para alimentação da população nas terras praias, além de uma intensa utilização dos bovinos no transporte do açúcar.

Contudo, não podemos dizer que a chegada dos colonos nas terras sertanejas ocorreu por meio de uma ocupação, mas, sim, uma invasão do território, pois o espaço não estava vazio. Esse lugar longínquo já estava ali ocupado por populações indígenas, sendo as primeiras populações nativas do lugar. Existem

relatos de que estes povos eram pertencentes aos índios Tapuias. Segundo Pires (2002), estas populações eram chamadas de povos “Jê”, tinham línguas isoladas dos índios do litoral, mantinham formas linguísticas e culturas variadas. Estes compreendiam os indígenas Kariris, Janduís, Paiacus, Canindés, Surucus, Icós, Tocarubas, entre outros.

A denominação Tapuias define-se como um nome genérico dado à população pela sua resistência, pois os grupos étnicos não se caracterizavam de forma hegemônica, eram diversos, mas todos apresentavam a resistência como elemento comum. Por este motivo, os pecuaristas que chegaram nessas terras a fim de se estabelecerem, principalmente ao longo dos rios do Sertão, começaram a expulsar os índios que habitavam a região, assim, como as populações indígenas expressavam tamanha resistência, os colonos começaram a chamá-los de Tapuias, que, para aquele grupo, significa bárbaros (VERARDI, 2019).

Segundo Pires (2002), quando os colonos adentram no Sertão entram em choque com os indígenas que já habitavam a região. No caso das invasões em Pernambuco, Teixeira (2015) afirma que o primeiro registro de povoamento por colonos foi feito em 1578, por Diogo de Castro (FERRAZ, 2006, p. 43), que, por sua vez, penetrou por estas terras, pelas margens do Rio São Francisco, onde os índios foram atacados pelos dois lados, Pernambuco e Bahia, perseguidos e cruelmente violentados. Ainda assim, em desvantagem com armamentos rudes comparados aos dos invasores, resistiram lutando nas terras do Sertão (ALBUQUERQUE, 2016, p. 76).

De maneira geral, compreendemos que a ocupação e movimentação entre os grupos sociais no Sertão se deram juntamente com a criação das primeiras boiadas, isto é, o marco da presença colonizadora na vastidão dos Sertões. Todavia, Albuquerque (2016) diz que a presença dos nativos dos Sertões não foi obra e graça do gado, pois a formação do campesinato neste território não ocorreu nos arredores dos currais. Os pobres da terra não pegaram carona nos carros de boi, melhor dizendo, a presença deles no Sertão aconteceu antes, durante, depois, e apesar do gado. O autor ainda destaca que este pensamento foi uma construção de quem estava no poder:

Contrariando o argumento hegemônico no campo da História e das Ciências Sociais, o Sertão não foi e não é apenas um espaço ocupado tão somente pela grande propriedade, pela criação do gado e produção de carne. Índios,

negros e levas de camponeses pobres tiveram presença marcante desde os primeiros movimentos de sua ocupação, produziram alimentos, tabaco, algodão, criaram animais diversos – e outras formas de existência –, consumiram, trocaram e venderam produtos e, ontem como hoje, marcaram e marcam a vida da região (ALBUQUERQUE, 2016, p. 75).

Diferentemente da população sertaneja, foram os colonizadores que traçaram caminhos e formaram currais e fazendas, assentaram-se em terras invadidas pela força e superioridade. Nesse contexto, Etchevarne (1992) afirma que estas populações viviam seguindo as águas sertanejas. Esta asseveração parte de dados etnográficos e arqueológicos, e nos leva a conclusão de que os cursos d'água intermitentes podem ter sido aproveitados em momentos de cheia, por grupos pré-coloniais, como vias para a interiorização na caatinga, permitindo nas suas margens acampamentos temporários, bem como plantio de culturas alimentares, como batatas, mandioca, feijão, milho, fava, entre outros.

Com efeito, as primeiras populações que habitavam o Sertão das caatingas não viviam de maneira fixa, mas como nômades nos interiores, tendo como direção alternada os cursos de água, áreas úmidas de microclima com as terras altas de chapadas e Sertão adentro.

Ademais, o escritor Gilberto Freyre (1993) nos diz que o costume de andanças pelos Sertões seguindo os tempos das estações caracteriza como umas das principais maneiras de como as populações nativas viviam no lugar, com grande destaque a forma de exploração dessas populações, por serem nômades.

Na vastidão das caatingas, os rios presentes nos territórios seguravam estas populações nativas durante os tempos de cheias, a exemplo do Rio Pajeú e Rio Brígida, ambos em Pernambuco e, em especial, o Rio São Francisco, que corta boa parte dos Sertões nordestinos. Este último se transformou em um eixo referencial para os grupos indígenas do interior, permitindo a subsistência em todas as estações do ano (ETCHEVARNE, 2000). Por outro lado, este rio marca uma segunda referência, os combates aos índios e negros que viviam às suas margens e, após anos de luta, chega ao século XIX o poder branco oligárquico instituído, superando a duradoura resistência indígena.

Além disso, ainda no período colonial, com a dominação das terras, a pecuária bovina acentuou-se de maneira extensiva, dando origem aos grandes latifúndios nos Sertões. Ressalvamos que este processo não ocorreu de maneira pacífica, já que os donos apropriadores destas grandes extensões ocupavam as

terras expulsando as populações locais e, assim, em primeiro plano, priorizavam as áreas para a criação de gado nos melhores trechos e, em segundo plano, priorizaram com plantações de lavouras alimentares, deixando o restante arrendado para homens e mulheres “livres” (SOUZA E MEDEIROS FILHO, 1983, p. 22). A construção deste processo não foi ingênua, pois, segundo Albuquerque (2016, p. 72), o gado foi o principal produto econômico do Sertão:

[...] Além da carne, era negociado o couro em torno do qual surgiram, inclusive, algumas pequenas indústrias. Roças de alimentos; a criação de pequeno porte e as lavouras comerciais do algodão e do fumo complementarizam o cenário da pecuária sertaneja [...], logo, a pecuária aparece como a atividade econômica primeira. O que não é correto é submeter as demais culturas às patas do boi ou reduzir a realidade local à lógica do couro e do curral.

Dessa forma, o gado se espalhou nas caatingas. Em muitos relatos ganhou destaque como elemento principal na economia sertaneja. No entanto, chamamos atenção, já que os camponeses eram responsáveis em maior parte pela produção de alimentos, pois, como afirma Martins (1983), os agregados, posseiros e sitiantes formam esta classe do campesinato, em que eram excluídos dos grupos econômicos, da produção do gado no Sertão e do açúcar na zona da mata, tendo duas importâncias: uma primeira de servir de mão de obra nas unidades econômicas e, a principal, produzir gêneros alimentícios. O autor diz que esta era a principal característica do campesinato: produzir alimentos de consumo interno, que ficou chamada de “lavoura de pobre”.

Segundo Albuquerque (2016), as pequenas propriedades camponesas combinaram sempre a produção de vários produtos agrícolas com as atividades agropecuárias. Da criação de pequeno porte, como a galinha, a cabra, o porco, ao cavalo e ao boi, tudo iremos encontrar na propriedade camponesa. O pequeno produtor é um multiprodutor.

Assim, os camponeses excluídos do poder e das relações econômicas não possuíam as terras, o que tinham era apenas a força de trabalho, a grande concentração de terras e as relações de trabalho impostas pelos senhores donos de terras. Contribuíram, segundo Silva Junior (2006), para o advento de relações de dominação e dependência pessoal da população, pois os senhores fazendeiros, ao invés de pagar salários, resolveram doar o usufruto das terras improdutivas como forma de pagamento pelo trabalho prestado, de acordo com suas próprias regras.

Dessa forma, o sociólogo José de Souza Martins (1981) chama atenção para a forma de divisão e aquisição dessas terras, tendo em vista que quem não tivesse sangue limpo, quem fosse mestiço de branco e índio e/ou índio puro, negro e mestiço afrodescendente, estava excluído da herança e aquisição de terras. Não é sem razão que as diversas nações indígenas que habitavam os Sertões travaram muitas lutas contra o colonizador em defesa de suas terras. Apesar disso, dentre as disputas, todas tiveram um impacto negativo sobre as sociedades indígenas, contribuindo para a desorganização social e o declínio demográfico dos povos nativos (MONTEIRO, 1994).

Desse modo, ressaltamos que a junção de culturas e sociedades distintas não foi construída sobre relações tranquilas e positivas. Segundo Bernardes (2007), após o período de entrada dos colonos nos Sertões, houve mudanças radicais na lógica de apropriação deste território, onde o espaço foi profundamente transformado pelo colonizador. Dessa forma, é possível observar que alguns aspectos relacionados à territorialidade no âmbito da perspectiva portuguesa de estar no lugar Sertão destacam-se por confrontos e submissão, em alguns casos chegando até a destruição da ordem social e cultural indígena, bem como forte alteração da paisagem, com a inserção de novas espécies vegetais e animais.

No livro *Casa Grande e Senzala*, o autor Gilberto Freyre (1933), ao citar sobre a relação intrusa dos portugueses com os índios, afirma que houve uma desorganização da vida social destas populações locais. No caso dos Sertões nordestinos, este fato apresenta-se de maneira bastante intensa, pois, conforme a historiadora Domigues (2016), a ação e reação dos indígenas frente à invasão de suas terras pelos colonos variaram ao longo de todo período colonial, em alguns casos houve alianças, sendo estas quase sempre temporárias, mas na maioria das vezes foram reações de resistência feroz, guerra aberta, fuga cada vez mais para o interior das caatingas.

Um dos grandes marcos de lutas ficou conhecido como Guerra dos Bárbaros. Foram várias guerras entre os anos de 1687 e 1697 nos territórios do Vale do Açu e Apodi, ambos localizados no estado do Rio Grande do Norte, além do Vale do Jaguaribe no Ceará, onde foram pontos de vários conflitos em regiões distintas, mas pela mesma causa:

A Guerra dos Bárbaros mais se aproximou de uma série heterogênea de conflitos entre índios e luso-brasileiros do que de um movimento unificado

de resistência. Resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, com o avanço da fronteira da pecuária e a necessidade de conquistar e “limpar” as terras para a criação de gado, esta série de conflitos envolveu vários grupos e sociedades indígenas contra moradores, soldados, missionários e agentes da coroa portuguesa. (PUNTONI, 1999, p. 196).

Segundo Souza e Medeiros Filho (1983), neste período a Coroa reforçou as práticas colonizadoras – sendo o poder político da época –, buscando, por meio de estratégias, a contenção dos índios, chegando a contratar bandeirantes paulistas especializados neste tipo de empresa, fato que ajuda a explicar a presença acentuada de famílias paulistas na região. Com afirmação de Manoel Correia de Andrade (2000, p. 9 e 10):

Os indígenas, por sua vez, caçadores por excelência, encontrando em suas terras os bovinos e caprinos trazidos pelos fazendeiros, passaram a caçá-los com os animais silvestres, provocando reação dos fazendeiros, que os acusavam de roubar seus animais. Daí veio a luta, que durou 41 anos, e só foi concluída com a vitória dos fazendeiros, contrataram bandeirantes paulistas, familiarizados com a caça ao índio, para os defender.

Com efeito, por meio destes combates, mantiveram a população indígena sublevada, dando origem aos primeiros povoados nos Sertões, com destaque para o Sertão de Pernambuco e Bahia. É o pontapé inicial para a fixação nos Sertões (VIANNA, 1935; CUNHA, 2002). As áreas invadidas pelos colonizadores, instalaram as fazendas de gado, resultando segundo Silva R. (2006), em um adensamento populacional e maior exploração da terra – a disputa por essas terras foi fatal para os povos indígenas, que subiram diante da perda da posse das serras depositárias de caça, de frutas, de água, elementos fundamentais à alimentação. A ocupação de terra no Território do Araripe, se da desta maneira, pelas características singular microclimática, a pesquisadora exuense Theresa Odam Alencar (2011), afirma ter sido pacífica a chegada dos colonizadores nesta região, no entanto acreditamos que não, com base em outros autores Djacir Meses, Souza e Medeiros Filho e Silva R, afirmamos que as ocupações foram por processos de disputas, ou através da dominação mansa dos missionários:

Os missionários, como guarda avançada da civilização, aldeavam e amansavam o gentio, suavizando mais o choque brutal da exploração. Ou melhor, empregando certo eufemismo científico: abrandavam o conflito naquele processo de desculturação dos antigos habitantes do sertão (MENEZES, 1970, p. 178).

Dessa forma, houve uma desestruturação na organização dos povos nativos. Ainda sobre o povoamento dos Sertões, o Atlas das Representações Literárias (2006) afirma que o povoamento no interior, de forma geral, está intimamente ligado à existência do termo Sertão e à evolução de seus sentidos, pois, com a construção do conhecimento e a aglomeração das pessoas nesse vasto interior brasileiro, o termo Sertão, como construção social que é, foi também assumindo diferentes significados na sua formação.

Todavia, reafirmamos, esta formação foi em sua maioria um processo de disputa. Conforme Verardi (2019), os portugueses denominaram essa disputa de “guerra justa”, pelo seguinte argumento:

O conceito de “Guerra Justa” surgiu a partir da visão dos portugueses a respeito da reação dos índios, segundo eles, capazes de cometer verdadeiros atos de selvageria. A partir do momento em que foi decretada a Guerra Justa, os colonos passaram a ter o direito de usar luta armada contra os índios que se recusassem a aceitar a fé católica ou quebrassem os pactos de paz oferecidos por eles (VERARDI, 2019, p 01).

Dessa maneira, compreendemos que a imposição posta aos nativos sertanejos, de forma hierárquica, não lhe dava muitas escolhas, pois a cultura existente não era aceita, os modos de vida sertanejos pulsantes não eram aceitos, apenas um condição era aceita: a introdução da cultura europeia, em especial dos portugueses somada ao catolicismo forçado.

Segundo Martins (1981), a partir deste período de contenção da população nativa se deu o *start* para formação dos serviços das fazendas, pois os índios e os mestiços entraram para o rol dos agregados, sendo mão de obra das fazendas, excluídos do direito da propriedade, obrigados ao pagamento de tributos variados, desde serviços até gêneros alimentícios.

A guerra, de justo, carregava só o nome. Caracterizada como uma disputa desigual entre brancos, índios e mestiços, estes últimos foram, com o passar dos tempos, obrigados a se renderem, formando a massa dos excluídos, posseiros, moradores, agregados, todos sem direitos à terra, vivendo na base da troca injusta. Como afirma Martins (1981, p. 35): *a relação era essencialmente a relação da troca, troca de serviços e produtos por favores, troca direta de coisas desiguais, controlada através de um complicado balanço de favores prestados e favores recebidos.*



Essa relação de trabalho servia como forma de controle social, na medida em que os senhores de terras podiam contratar assalariados quando da sua necessidade, gerando uma certa instabilidade por parte do empregado no trabalho, o qual terminava por se sujeitar a qualquer coisa para não perder o emprego que era sua fonte de sobrevivência. Ninguém queria ficar na condição de desempregado, e isso tornava mais fácil a dominação e o controle social (SILVA JUNIOR, 2006, p. 36).

Nesse contexto, umas das funções indispensáveis na fazenda era exercida pelo vaqueiro, o qual atribuía um importante papel nas propriedades, desenvolvendo atividades como amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir cobras, onças e morcegos, conhecer as malhas escolhidas pelo gado. O pagamento era feito mediante a cessão da quarta ou da quinta cria, melhor dizendo, a cada quatro ou cinco bezerros que nasciam na fazenda, ele recebia um em troca do seu trabalho (SOUZA E MEDEIROS FILHO, 1983; MARTINS, 1981; ANDRADE, p.180, s.d). Já no período do inverno, as atividades mudam, pois, a função do vaqueiro é conduzir o gado para as fazendas, próximo das sedes, separando os bezerros, ordenhando as vacas, e a família proprietária trabalha na fabricação de derivados do leite: doces, bolo, queijos e coalhada. No período da quadra invernososa, aproveitam para realizarem manutenção de cercas, reformar os currais, a casa, e toda parte de infraestrutura da sede. Estas atividades cabem ao vaqueiro, somado aos demais agregados sob seu comando (ANDRADE, s.d. e PRADO JR. 1972).

Para Albuquerque (2016), no âmbito da função de vaqueiro, há uma diferença entre os índios e negros ao desenvolverem esta atividade no setor pecuário, já que nas regiões do Sertão, o elemento indígena substituiu parte do trabalho escravo negro, pois este parece ter se adaptado melhor, o que não quer dizer que o trabalho escravo não tenha existido na região.

O autor considera que tanto o índio quanto o negro eram escravizados, pois ambos desempenharam um papel para além de trabalhos serviçais. Com eles, o campesinato tomou forma e representou a primeira expressão da classe trabalhadora nas terras brasileiras. A sua presença não foi e não é fruto de um simples ajuste à ordem e às estruturas dominantes. Os diversos embates travados pelos camponeses no período colonial constituem-se nos primeiros conflitos da classe trabalhadora em território brasileiro.

Sendo assim, a população sertaneja se forma com base em dois grupos sociais: um primeiro pelos colonizadores detentores do poder e o segundo pela

massa dos excluídos, os camponeses. Segundo Tavares (2014), por muito tempo, os estudos voltados para a formação social dos Sertões indicavam que nessa região não havia compartilhado da utilização de escravos. Estas afirmações tomavam como base indicativos de valores econômicos, já que os afrodescendentes tinham um valor monetário, e estes eram caros demais para as dificuldades da vida no Sertão, com destaque, as dificuldades com transporte, vigilância e as grandes secas que colocavam a vida destas populações em risco. Por último, os sesmeiros preferiam o vaqueiro indígena sertanejo nativo para os serviços com o gado, pela sua dureza habituada no desenvolvimento dos trabalhos.

No entanto, é importante mencionar que a configuração da formação social dos Sertões não se resume apenas às populações indígenas e colonos portugueses, pois a autora nega esta afirmativa da não participação de negros na formação social dos Sertões.

Tavares (2014) diz que, por mais que tenha apresentado uma manifestação de maneira diferente da organização escravista existente no litoral açucareiro, a escravidão também esteve presente no território sertanejo, e apresenta-se com significativa importância para a ocupação e construção do imaginário social e cultural da região. Da mesma forma, Albuquerque (2016, p. 68) também afirma que houve a presença dos negros nos Sertões:

[...] não há dúvidas de que o território que hoje designamos de Semiárido foi destino de muitos negros fugitivos, mas não apenas deles foi formado o Semiárido involuntariamente também existia os escravos na região. Mesmo que os escravos não tenham sido tão numerosos quanto foram no Litoral, sempre estiveram lá e foram importantes.

Esta declaração tem como ponto de partida a presença herdeira de traços físicos e culturais da população negra, em que as comunidades quilombolas, reconhecidas pela Fundação Palmares, expressam-se em vários lugares como núcleos separados e atestariam que a presença negra em território sertanejo de fato aconteceu.

Por este motivo é que Moura (1981), destaca o Sertão como um dos principais lugares no objetivo de fugas dos negros que partiam do litoral em busca de liberdade. Já que o Sertão era um local distante dos grandes centros urbanos, os negros poderiam sentir-se mais seguros e livres da perseguição imposta pelo “homem branco” (MOURA, 1981, p. 234). Corroborando com esta ideia,

Albuquerque (2016, p. 50) diz que:

Com a queda de Palmares, os negros que não foram mortos ou recapturados fugiram ainda mais. Ao fazerem isso, forçaram o dilatamento das fronteiras e fortaleceram uma nova interiorização, uma interiorização *fora da ordem*. Buscavam terras onde pudessem viver em liberdade, onde o poder repressor ainda não estivesse instalado ou fosse menos intenso e encontrasse dificuldade de alcançá-los, por motivos semelhantes índios e pobres livres haviam feito ou faziam o mesmo movimento.

Por esta razão, consideramos a presença da população afrodescendente na formação social dos Sertões. Ademais, entendemos que cada grupo social, em cada região, bem como a miscigenação entre culturas que ali residiam, criaram e recriaram cada um os seus espaços de diferenciação entre os Sertões e o litoral, onde construiu a concepção de que, no litoral habitava o civilizado moderno e no Sertão o bárbaro tradicional. Assim, a historiadora Kalina Silva (2010, p. 112) descreve sobre esta disparidade na formação social de ambos os lugares:

O contraste entre o sertão e o litoral, criado no imaginário dominante na área do açúcar, perdurou mesmo depois do interior ser colonizado, passado o sertão então a ser considerado um lugar de gente pobre, ignorante e preguiçosa, enquanto o litoral continuava a ser o lar do que era refinado.

No caso do estado de Pernambuco, essa discrepância entre os territórios Sertão e litoral tornou-se, ao longo da história, muito enfática, criando duas realidades desiguais diferentes, uma onde a vida interiorana segue seu tempo lento, matuto, e a outra da capital agitada e moderna. Essas realidades estavam intimamente conectadas, na medida em que a modernização da capital e suas múltiplas possibilidades de ascensão e bem estar social representavam o inverso da vida no Sertão, fruto do abandono por parte do Estado e da ausência de políticas públicas (SILVA JUNIOR, 2006, p. 40). Porém chamamos atenção, eram apenas tempos e modos de vida diferente.

Assim, entendemos que o Sertão foi explicado a partir deste ponto de vista do mar, já que a chegada dos portugueses se iniciou pelo litoral. Dessa forma, a construção social imaginária do Sertão não cabia a tudo que não pertencia ao litoral, quase sempre associado ao deserto, visto como uma área inóspita, pronta para ser conquistada. Portanto, infere-se esta compreensão pela lógica da colonização, em que o mundo civilizado e letrado possui a visão da totalidade, e é superior àquele mundo distante e desordenado (MAIA, 2015; AMADO, 1995).

À vista disso, essas terras distantes não se formaram de maneira socialmente homogênea. É possível observar que a construção social do lugar parte de uma mistura de culturas oriunda de sociedades distintas. Contudo, é importante destacar que não para nesses três grupos sociais, pois conforme Reis e Santos (2012), além dos índios, portugueses e negros, há outro grupo bastante presente na formação social do Nordeste: os ciganos. Segundo os autores, os povos ciganos que chegaram aos Sertões eram de origem ibérica, que já habitavam em Portugal e na Espanha e foram deportados para o Brasil, na época da inquisição, sendo ainda hoje o Nordeste considerado a pátria desses povos.

Ademais, com o passar dos tempos, as relações de aproximação entre culturas e povos foram se solidificando, sendo na maioria das vezes forçada e/ou em outros momentos pacífica. Estas relações de miscigenação étnica-raciais deram origem a novas etnias, na qual Freyre (1933) afirma ter início a partir do século XVI, quando se iniciam as primeiras gerações de “mamelucos”, termo designado para mistura étnica-racial entre portugueses e índios.

Já os caboclos são os descendentes dos índios com os negros, e toda esta mestiçagem deu origem ao jagunço, cangaceiro, a massa excluída dos sertanejos. O autor ainda destaca que uma forte característica destas populações, tanto os indígenas quanto os mamelucos, é que estes não firmavam enxada, isto é, não desenvolviam práticas agrícolas em locais fixos. Da mesma forma, ambos tinham os pés nômades e carregavam um vasto conhecimento sobre as sementes e raízes do Sertão. As mulheres indígenas não apresentaram logo de início boa utilidade na função de empregadas domésticas nas cozinhas dos povos brancos, cabendo este trabalho às mulheres negras (MARTINS, 1983).

Portanto, observamos que a base da formação social da população sertaneja constitui-se a partir de injustiças sociais, lutas desiguais e dominação de poder. Para Silva Junior (2006), esta formação social com base na hegemonia política e econômica já se constituía um *locus* privilegiado para a incidência e o desenvolvimento do sistema de dominação, com base no coronelismo, já que era lá que se encontravam as condições de dominação e dependência favoráveis, devido à estrutura agrária baseada no latifúndio. Porém, diante destas injustiças, a população se manteve resistindo, ressignificando as lutas.

A exemplo dos famosos cangaceiros, ficaram conhecidos por resistirem nestes processos de disputas. Em lutas por terra, direito, água, produção de

alimentos, lutavam pela vida e muitas vezes pagavam com a morte deles ou de outros:

[...] Cangaceiros que assolavam o sertão nordestino, saqueando e matando grupos de caravanas de comerciantes que arriscavam atravessar a região. Os cangaceiros agiam por conta própria, ou a serviço dos coronéis ou até mesmo de representantes dos governos local, estadual e federal (SILVA JUNIOR, 2006, p. 40).

Nomear todos os rebeldes como cangaceiros não é conceito mais cabível, pois, segundo Martins (1981), além dos cangaceiros, existiu outro personagem, os jagunços. Este grupo caracterizou-se por serem pessoas que desenvolviam uma proteção fiel ao seu coronel, fazendeiro e político.

O autor chama atenção para estes processos de lutas, que ficaram conhecidos como o banditismo social, ocorridos particularmente no Nordeste, com forte intensidade na era do coronelismo da República. Este sistema é político, definido pelas relações de compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido e a decadente influência dos chefes locais, notadamente os donos de terras, caracteriza o coronelismo (LEAL, 1975, p. 75).

Nesse período, os grupos eram compostos por sitiantes, posseiros e pequenos agricultores. A população, à margem dos processos de poder, desabava nas condições de submissão, caindo nas condições de exclusão e, conseqüentemente, a rebeldia, conflitos familiares, de lutas pela terra, crimes de honra e vinganças. Nesse contexto, o banditismo não era concedido pelos sertanejos como algo negativo, pois estes consideravam que estas pessoas cumpriam o destino de vingar uma afronta, como algo aceito socialmente:

Camponeses esbulhados em seus direitos, submetidos a expulsões, violências diretas dos jagunços dos coronéis e, mais particularmente, violências da política local comanda pelos chefes políticos. Vingada a ofensa, geralmente entravam para um bando, tornando-se cangaceiros (MARTINS, 1981, p. 59).

Assim, consideramos importante diferenciar o jagunço do cangaceiro, em que o primeiro só poderia lutar junto e/ou em defesa do seu patrão, na maioria das vezes o coronel. Ele não era um rebelde livre, mas sim dependente de ordens superiores, conforme Martins (op. cit), o cangaceiro tendia a ser o camponês, que já era livre, possuía suas terras, em tamanho pequeno comparado aos coronéis, porém, mesmo

assim, tinha-se ainda um clientelismo ligado a um dono de grandes extensões de terras, fazendeiro, político, pessoas de poder na região.

Pela razão de disputa e dominação dos grandes, estes envolviam-se em conflitos, que na maioria das vezes ficaram marcados por processos injustos, nos quais os camponeses foram expropriados, expulsos, esbulhados pelos chefes políticos e negociantes ricos. Por este motivo, rebelavam-se formando bandos contra a classe social hegemônica. Assim, Martins (op. cit.) afirma que o cangaço representou um questionamento ao poder dos coronéis da época.

O coronelismo em áreas rurais, por sua vez, não implicava na inexistência de luta de classe no campo, pois a forma de luta era no terreiro eleitoral. A luta tornava-se explosiva e violenta nos vários movimentos sociais de rebeldia, como o cangaço e os messianismo, ou manifestava-se através do êxodo rural, onde as pessoas por não terem alternativas de sobrevivência nos campos fugiam para as cidades (SILVA JUNIOR, 2006, p. 24).

Assim, a formação social sertaneja surge a partir de relações de dominação social, cultural e econômica pelos latifundiários, posteriormente conhecidos como coronéis da região. Estes operavam por meio de um esquema de troca com os governadores da época. Segundo Martins (op. cit), era um sistema que envolvia um mecanismo de troca que compreendia a nomeação de funcionários municipais por indicação dos coronéis, a designação de autoridades policiais e judiciais do mesmo modo, facilidade na concessão de terras e favores na realização de obras públicas. Este tipo de relação pendurou anos e anos, deixando rastros de barganhas encontrados até hoje nas governanças municipais, principalmente nas cidades de pequeno porte nos Sertões.

Por este motivo, nas terras sertanejas seria, assim, a região onde o arcaísmo se confunde com o atraso nas relações sociais e nas formas do exercício do poder. Seria, pois, uma região que conheceu outro ritmo histórico e, portanto, conservou formas e estruturas das relações sociais e da dominação política que, em outras áreas, já teriam desaparecido, ou mesmo, nunca teriam tido vigência (BERNARDES, 2007, p. 72).

Nesse sentido, observamos, por meio da história da formação do lugar Sertão, uma construção social desigual entre os donos de terras e os sem-terra. A ocupação nos Sertões ocorreu segundo um movimento pesado e conflitante, pois etnias, classes desalojadas da estrutura social colonial, grupos marginais, setores

das classes dominantes e forças da ordem estiveram permanentemente em conflito e cada pedaço de terra foi disputado com ardor.

Por isso, faz-se necessário levantar uma oposição às teses que tratam a ocupação do Sertão como um projeto uniforme do poder colonizador e que minimizam a importância da resistência popular na ocupação e permanência na região.

Portanto, estes conflitos e tensões marcaram a formação do Sertão nordestino, um conjunto de relações sociais existentes, uma sociedade formada com base na hibridização cultural e social, entre índios, portugueses, afrodescendentes e Árabes ciganos, geradas no interior das fazendas, que se fazem presentes até hoje, pois é possível encontrar na estrutura social resquícios ressignificados dos antepassados dessas populações na culinária, na arquitetura, na música, poesia, entre outros.

Para Albuquerque (2016), as relações sociais existentes nos Sertões esbarraram muitas vezes na existência concreta de milhares de camponeses que, com suas práticas agrícolas realizadas nas serras, nos pés de serras, brejos e várzeas úmidas e nas terras que não foram anexadas às grandes propriedades, resistiram na luta contra o latifúndio, contra os adversativos naturais, e afirmaram os seus padrões de organização social e produtiva alternativos.

Deste modo, o Sertão, com seu histórico de miscigenação social, permanece vivo até hoje no pensamento cotidiano brasileiro, materializando-se de norte a sul do país como uma relevante categoria social chamada popularmente como “os sertanejos”. Marcada pela pluralidade na sua formação social, carrega no seu ventre significados, que sem eles, a própria noção de Sertão se esvazia.

No âmbito da sociedade sertaneja, encontramos elementos de todos estes grupos sociais que edificaram suas histórias no lugar. Segundo Freyre (1933), o cuscuz, tão brasileiro, advém da origem norte-africana. Ressalvamos que, ainda na atualidade, este é um dos principais alimentos muito presente no Sertão nordestino.

Outro elemento bastante presente na formação social dos Sertões nasce dos árabes. Estes, quando chegaram junto com os portugueses, adentram os Sertões deixando seus costumes fincados, como cozinhas limpas, louças de alumínio brilhando na parede, até hoje encontradas principalmente nas residências rurais. Sobre estes resquícios, o autor Luís Soler (1995, p. 41), ainda acrescenta que:

[...] É possível encontrar a presença dos árabes de maneira perceptível nos costumes e tradições brasileiras, principalmente nos sertões, porém, este fato, despertou apenas uma discreta atenção por parte de alguns pensadores brasileiros, ao contrário do que ocorreu com outras contribuições na formação social e cultural.

Dado o exposto, é possível afirmar que o Sertão é formado por uma sociedade plural. A construção do lugar é fruto de um espaço de disputa e, sobretudo, de ocupação forçada, já que a dominação dos brancos se sobressaiu perante os indígenas locais. Já os demais grupos sociais construíram suas formações na margem da sociedade hegemônica da época, em que, na maioria das vezes, eram subestimados a uma relação hierarquizada de obediência e rebeldia.

Mesmo que seja impossível datar com precisão a presença camponesa no Sertão, isso ocorreu em diferentes momentos e por variados processos históricos. É certo assegurar que muito cedo os pobres da terra, os índios, negros e brancos pobres e livres ocuparam a região (ALBUQUERQUE, 2016, p. 69). Assim sendo, por mais diferentes que tenham sido os motivos que levaram camponeses, os pobres livres para as terras do Sertão, há uma que nos parece superior: eles buscavam condições para viver em liberdade e realizar a sua condição camponesa de produzir alimento e viver na terra.

## 5.2 A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS SERTÕES A PARTIR DAS SECAS

Com base em análises encontradas na literatura histórica tratando sobre a formação social dos Sertões, é possível perceber que a representação social está intrinsecamente ligada ao fenômeno das secas, preenchida pelo arcaísmo e estereótipos com imagens de miséria. Por muito tempo, foi essa ideia que conseguimos encontrar nos escritos, orais e audiovisuais, quando se fazia referência a este lugar, o Sertão (MARTINS, 2006; SANTOS, V. et. al, 2015).

Dito isto, no âmbito desta pesquisa, discutiremos as representações sociais, a partir da teoria de Serge Moscovici (2003). Para tanto, compreendendo que as representações sociais dos Sertões nascem junto do fenômeno das secas, que se manifesta na imaginação e ações das pessoas que ali vivem:

[...] Toda cognição, toda motivação e todo comportamento somente existem



e têm repercussões uma vez que eles signifiquem algo e significar implica, por definição, que pelo menos duas pessoas compartilhem a mesma linguagem comum com memórias comuns (MOSCOVICI, 2003, p. 105).

Dessa forma, entendemos que as representações sociais não são estáveis, mas, sim, dinâmicas, explicativas, envolvem aspectos culturais, cognitivos e valorativos, carregados da dimensão histórica e transformadora.

Dessa forma, consideramos a seca enquanto parte de um universo simbólico e não somente como um fenômeno natural. Para nós, isto significa compreender uma forma particular de conhecimento, expresso pelos saberes das famílias agricultoras que demonstram como se constitui a interação com a pertença da seca em sua vida cotidiana.

Nesse sentido, as representações sociais vêm contribuir na interpretação do objetivo e subjetivo, pois esta constitui as expressões do nosso pensamento e linguagem, e dos símbolos daquilo que significamos. Corresponde a nossa visão de mundo e de construção de conhecimento, bem como uma forma singular de demonstrar nossa rede e bagagem de saberes construída com base nas nossas ideologias e vivências.

Com efeito, para acessarmos essa interpretação, faz-se necessário adentrarmos no universo sociocultural das famílias sertanejas, nas quais estão e são produzidas as representações sociais. Portanto, é preciso considerá-las como emergentes na dimensão simbólica da vida social, pois servem para agir sobre o mundo e sobre os outros (PALHARES, 2010).

Nesse contexto, ao considerarmos as diversas variáveis histórico-sociais do Sertão nordestino, é preciso atentar às conjunturas históricas e não analisar somente a calamidade natural da seca como fator isolado, mas suas implicações sociais, culturais, econômicas e políticas. O contexto social antes e depois da calamidade pode ser revelador (MAIA 2015). Por isto, trazemos as representações sociais para descortinar o incógnito, já que estas objetivam “transformar o desconhecido em conhecido, o não familiar em familiar”. (MOSCOVICI, 2012, p. 78).

Por conseguinte, Moscovici (2012) acrescenta que este processo transformador é determinado pela linguagem, imagem e pelas ideias compartilhadas por um dado grupo. Por sua vez, a TRS nasce em terras francesas. Segundo Sá (2000), esta emergiu no Brasil por volta dos anos 1982. Para tanto, essa entrada contou de maneira indispensável com a intensa colaboração da Professora Denise

Jodelet (1998), nas suas primeiras visitas à América Latina e, conseqüentemente, ao Brasil, em que a autora proporcionou um ambiente para composição de uma comunidade acadêmica envolvida com a temática e suas possíveis contribuições para formação dos(as) psicólogos(as) sociais. Dessa perspectiva, surgem os estudos produzidos por diversos pesquisadores (SANTOS, I. 2014, b).

Nesse contexto, os estudos da pesquisadora Jodelet apresentam-se como uma referência nas pesquisas brasileiras. Para ela, a TRS é elucidada da seguinte maneira:

[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designado como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, essa forma de conhecimento é diferenciada entre outras do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2001, p. 22).

Logo, esta pesquisa dialoga com a TRS sob esta perspectiva, tendo em vista que o nosso objeto de pesquisa volta-se para a construção das estratégias de Convivência com o Semiárido, alicerçada nos saberes locais. Dessa forma, quando se trata de estratégias de convivência com os anos de seca, consideramos este saber das famílias agricultores um conhecimento legítimo tanto quanto o conhecimento científico, em que ambos são capazes de possibilitar explicações por meio dos processos cognitivos e das trocas nas interações sociais às várias formas de permanência destas famílias no contexto de uma realidade natural desafiadora.

Consideramos que são as famílias agricultoras sertanejas os personagens mais apropriados para estabelecer a relação entre estes, enquanto sujeitos construtores da realidade e a presença das grandes secas, enquanto representação social, por meio de suas atividades agrícolas e pecuárias, da invenção de figuras lendárias sobre a seca, da redução dos efeitos da seca pela religiosidade, da percepção do ambiente em que vivem.

A representação da seca será revelada na voz e no cenário natural do lugar, tendo em vista que são as famílias agricultoras donas desses sentidos, já que a paisagem que nos exprime uma narradora com olhar de pesquisadora é distinta daquele outro cenário vivido, preenchido de significados ligados a uma história, à produção social e simbólica dos seus sertanejos moradores (ALMEIDA, 2003).

Assim, para Moscovici, a concepção da TRS, somada à ampliação pelos demais autores, revela as Representações Sociais como formas de conhecimento, elaboradas e compartilhadas pela sociedade, contribuindo para a construção de uma realidade comum (SIQUEIRA, 2015). Ainda sobre a compreensão da TRS, Arruda (1998, p.72) acrescenta informações na mesma linha de pensamento de Moscovici (op. cit), ao dizer que *as representações sociais constituem uma forma de metabolizar a novidade, transformando-a em substância para alimentar nossa leitura de mundo, assim incorporar o que é novo.*

Deste modo, Jovchelovitch (1998) também apresenta considerações sobre o pensamento de Moscovici. Segundo a autora, no âmbito da TRS, o objetivo não é determinar uma teoria ‘forte e fechada’, mas, sim, uma teoria orientada pela perspectiva de poder ‘ler’ os mais diversos fenômenos e objetos do mundo social, organizar os pressupostos básicos de sua teoria ao redor da complexidade do mundo social, e de maneira proposital abrir mão do ‘microscópio’, pois neste não interessam as células e os genes, mas os seres humanos no contexto mais amplo das relações sociais.

No caso desta pesquisa, nossa atenção se direciona para as famílias agricultoras sertanejas e suas realidades vividas frente aos anos de grandes secas. Entretanto, ressaltamos que, quando estes anos não são predominantes, a região parece permanecer invisível, principalmente no campo político.

A sua principal representação só emerge quando a seca assola novamente, e, com esta, perpetuam-se imagens as quais se tornam a representação do lugar do chão rachado, mulher carregando água na cabeça, animais desossados assombrando as estradas, pessoas em filas para receber os programas emergenciais, entre outros. Porém, a motivação e o comportamento das famílias agricultoras giram em torno da dicotomia: se as chuvas vêm ou não vêm. Por meio da observação da natureza, percebem o comportamento de plantas e animais para construírem suas crenças de anos secos ou bons de inverno.

A expectativa da chegada das águas leva a população sertaneja a exercitar a observação pelo olhar e pelos sentidos, uma vez que está permanentemente ligada aos elementos da natureza, observando o céu, o formato das nuvens, a mudança na direção dos ventos e nas fases da lua, o canto dos pássaros, a florada do mandacaru, o brotar do marmeleiro, entre outras. Segundo a antropóloga Palhares (2010), as famílias agricultoras tem um conhecimento profundo tanto do espaço

como do tempo vividos.

De acordo com Godoy *et al*, (1993), ao longo da história social, os estudos relacionados à vida sertaneja foram por muito tempo pouco expressivos. A autora faz essa afirmativa ao comparar com as demais regiões do Nordeste. Como destaque, as zonas canavieiras estiveram mais no foco dos estudos relacionados à reprodução social, pois os aspectos relacionados à força de trabalho no território da zona da mata ganharam mais expressividade.

Os estudos da vida social no Sertão estiveram em grande medida voltados para discussões sobre a organização social, diferentemente da zona açucareira, que foi mais ligada ao universo do trabalho. Já nos Sertões, os estudos trataram como objeto as famílias enquanto unidade de produção e consumo, ou até mesmo para as formas de organização política, para o compadrio e relações de vizinhanças, vistas de tal maneira como uma dinâmica própria interna, sustentada por laços estreitamente oriundo das relações de parentesco.

Nesse cenário, as representações sociais no Sertão se expressam nessas relações de familiaridade entre as pessoas. Isso ocorre cotidianamente, principalmente em anos de bons invernos quando a fartura chega, por outro lado em tempos de seca também encontra-se bastante solidariedade entre as pessoas. Porém, não se pode negar que o fenômeno climático, quando crava o verão prolongado, mexe nas relações sociais ali existentes. A exemplo disso, os Agrultores Palma, Angico, Facheiro e a Agricultora Aroeira afirmam que de fato nos de secas as pessoas se ajudam mais; trocam e/ou doam sementes, água, quando mata um animal repartem com os familiares e vizinhos. De fato, este acontecimento ainda agonia o Sertão, e quando se entranha a aridez, assume dimensões de calamidade pública devido à situação de pobreza em que vive a maioria da população dessa região brasileira.

Com efeito, quando as secas chegam, as terras se esvaziam, não se vê roça de milho e feijão, até a palma perde o verde vigoroso, não se encontram rebanhos de animais berrando nos currais, e em muitas casas nem água para beber. Se alguns lugares e regiões chegaram a perder tal conotação de zonas incivilizadas, os Sertões secos do nordeste ainda as carregam, em grande medida pela fixação de sentidos operada pelos romances regionalistas e outras produções literárias, cinematográficas e científicas (FERREIRA, 2012). Na comunidade Santa fé da Agricultora Aroeira (2019), só se escuta falar das terras secas, as cisternas calçadão

sem produção pela falta de água, a diminuição de animais, a esperança da chegada da chuva.

Por este motivo é que Batista (2008) afirma que o nordeste como um todo é percebido principalmente, dentre vários fatores, por meio da seca. E este fator climático é que, em maior parte, representa o nordeste enquanto região. Aqui lembramos que esta leitura das secas restringe-se com mais intensidade aos Sertões, pois a ausência de chuvas faz parte com maior acuidade deste lugar. Assim, observamos que muitos dos escritos sobre a representação dos Sertões nascem da inspiração das paisagens típicas do Semiárido, registros de clima seco com influências marcantes na vida e cultura das famílias agricultoras que habitam esses cenários e o lugar em diferentes regimes de historicidade.

Segundo Buriti e Aguiar (2008), os escritores regionalistas da década de 1930 tornaram o tema das secas uma constante em sua literatura, arquitetando estilos e modos de percepção peculiares, que, por sua vez, ressignificaram memórias, retrataram paisagens, culturas, modos de vida, bem como revelaram estratégias de convivência ou sobrevivência.

Para estes autores, essas escritas literárias regionalistas construíram compreensões que vão muito além da ideia de vitimização dos nordestinos “sofridos”, “flagelados”, muito comum no discurso veiculado por uma elite política que se apropriava das condições naturais e climáticas da região para se manter no poder. Estes escritores inovaram, atentando para as peculiaridades sócio-históricas e para as práticas cotidianas e engenhosidades dessas populações a fim de garantirem sua sobrevivência em meio a esta natureza “adversa”.

Ainda abordando sobre a literatura regionalista, Batista (2008) diz que este tipo de discurso tornou-se então uma mediação entre o ser humano e a natureza, em que o primeiro é tido como construtor de representações sobre o segundo e, por meio destas representações, as mulheres e homens do Sertão vão criando valores, formas, definições, limites, enfim, todo um conjunto de significações que vão moldando e caracterizando determinado objeto.

Ao trazermos esta concepção da representação social com base nos seres humanos e no ambiente em que vivem, é importante destacar que a TRS de Moscovici (2003) surge da crítica feita a Durkheim dos estudos positivistas das ciências sociais. Por sua vez, a teoria confrontada separa o homem do objeto, conhecimento comum e científico.

Diferentemente, Moscovici (2003) propõe um novo paradigma: aproximar os estudos da psicologia social aos da sociedade, aproximação do sujeito em seu contexto sociocultural, ou seja, uma teoria capaz de relacionar a subjetividade do sujeito. Nesse período, o autor apresenta sua obra “La Psicanalyse: Son image et son public”, em 1961, na tentativa de dar conta de uma psicologia que se libertasse do paradigma individualista. Assim, seguimos com base na TRS, entre os sertanejos e o Sertão.

Desse modo, é importante pensar na representação social como uma forma de saber. Conforme Jodelet (2001), liga um sujeito (epistêmico, psicológico, social, coletivo) a um objeto (humano, social, ideal, material). Assim, pode-se dizer que a representação social é sempre uma representação de um objeto e de um sujeito e são criadas ou recriadas nas trocas de conhecimentos das interações sociais (FERREIRA, 2012).

Lembramos que, no conjunto destas trocas, entre criações de valores e crenças, a seca se destaca como o principal elemento do imaginário regional, veiculado e difundido nacionalmente por meio dos meios de comunicação e da bibliografia acadêmica (RIBEIRO, 1999). Associada a ele vem à pobreza adjunta à imagem do lugar (FERREIRA, 2012, p. 87), materializada num sistema dialógico:

[...] um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro a de estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas a orientar-se em um mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, visa possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2012, p. 21).

Faz-se necessário entender as diferentes representações do Sertão ao longo da história. Os valores não se mantêm cristalizados, são dinâmicos, mudam com o passar do tempo. Ao se referir às representações sociais dos Sertões, Ferreira (2012) considera importante perceber que se trata de um processo que pode ser sintetizado pelas categorias atrasos *versus* desenvolvimento (ELIAS, 2006), resultantes dos interesses de dois grupos: um primeiro ainda com a chegada dos colonizadores e um segundo atual com os empresários agrícolas, em que, se antes, para os colonizadores, o Sertão era um lugar isolado, longe de tudo, de difícil acesso, que precisava ser desbravado, hoje, para os empresários, que vivenciam outra realidade tecnológica, haja vista o progresso nas áreas de transporte e

comunicação, o Sertão é uma possibilidade de expandir o agronegócio (FERREIRA, 2012, p. 33).

Todavia, consideramos que este processo ocorre mais fortemente, sendo possível encontrar onde os recursos hídricos existem em abundância, a exemplo dos projetos de irrigação nas margens do Rio São Francisco, entre Pernambuco e Bahia, bem como o perímetro irrigado da Chapada do Apodi, entre Ceará e Rio Grande do Norte. Importante lembrar que ambos os territórios produzem a fruticultura irrigada para exportação, além de vivenciarem conflitos entre a defesa da produção diversificada da agricultura familiar e a produção de monocultivos de frutas por parte de empresários. Assim sendo, essa concepção atraso *versus* desenvolvimento se acentua em locais pontuais. Em maior parte do Sertão ainda é visto somente como atraso.

Dessa forma, nos embasamos na TRS para compreender a maneira com que estas populações vivem no lugar do atraso, uma realidade entre os sujeitos e o ambiente, como estes dão sentido ao real, elaborando-o e explicando-o para si mesmos, para se comunicarem e viverem cotidianamente no Sertão nas construção da Convivência com o Semiárido.

Por sua vez, esta concepção parte da ciência antropológica do mundo contemporâneo (MOSCOVICI, 1978), ou seja, trata-se de um pressuposto da teoria, o da construção social da realidade, socialmente construída e compartilhada. Esta se dá em cada espaço social, faz-se em códigos sociais, a partir do olhar que tal espaço e a experiência, informação, afetos do sujeito aí posto lhe facultam projetar sobre o objeto representado. Portanto, a afirmação deste pressuposto é que toda representação é representação de alguém e de alguma coisa (JODELET, 2001).

Diante dessa observação, Guareschi e Jovchelovitch (2008) nos dizem que uma representação social não apenas traz em si uma forma de ver uma determinada realidade, como também estes sujeitos interferem nessa realidade, pois, na medida em que se constituem formas de enfrentá-las ao mesmo tempo, já desenvolvem estratégias de ação que estão pautadas nas percepções e vivências do indivíduo. Este pressuposto nos ajuda a refletir sobre as estratégias de Convivência com o Semiárido, já que as famílias, a partir das suas vivências com os anos de grandes secas, constroem seus saberes por meio de suas percepções elaboradas no lugar, isto é, a representação.

Segundo Moscovici (2012), as representações são tudo o que nós temos,

aquilo a que nossos sistemas perceptivos e cognitivos se ajustam. Cada experiência seria somada a certa realidade predeterminada por convenções (FERREIRA, 2012).

Com efeito, esta informação nos leva a pensar que os grupos fazem interpretações, desenvolvem ideias do mundo à sua volta, que são as representações sociais, e o(a) pesquisador(a) as analisa para interpretá-las à luz da ciência (JOVECHELOVITCH, 2004, p. 21). Assim, a autora ainda afirma que este papel da pesquisa é uma questão de entender a forma que o saber assume enquanto representação e aquilo que expressa enquanto sistema psicossocial firmemente radicado, em um contexto social:

Trata-se também de entender como a variabilidade das formas de saber se realiza nas esferas públicas e como ela é tratada. Isso porque enquanto alguns saberes gozam de credenciais epistemológicas plenas, reconhecimento e legitimidade, outros são vistos como distorções, superstição e erro. Resta saber se essa distinção parte de uma característica interna dos saberes ou de determinantes sociais mais amplos que conferem poder a alguns saberes e pelo mesmo movimento desapropriam outros de qualquer reconhecimento.

Segundo Sá (1999, p. 22), o papel dos(as) pesquisadores(as) frente às ideias construídas pelos grupos sociais é primeiramente *transformá-los em objetos mensuráveis pela prática da pesquisa científica*. Observamos que são duas linhas de construção dos saberes, ambas se encontram, se manifestam e se interagem socialmente no contexto da realidade sertaneja. Nesse sentido, chamamos atenção para um determinado fato: na maioria das vezes os saberes com créditos epistemológicos encontrados no sistema político se sobrepõem aos empíricos dos cotidianos. Isso ocorre principalmente como forma de dominação da realidade dos grupos sociais, e essas representações se difundiram pelas mídias comunicacionais.

Nós sabemos que estas duas formas de saberes correspondem, de um lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado, à prática específica que produz essa substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica (MOSCOVICI, 2003, p. 10).

As representações em jornais, literatura e história, quando se referem aos matutos sertanejos, destacam reiteradamente os aspectos relativos ao coronelismo, ao clientelismo, à corrupção, à excessiva miséria dos pobres e à ostensiva opulência dos ricos. Segundo Neves (2012), este fato se deve, principalmente, à sucessão de secas ainda no período colonial, entre 1877 e 1915. O autor considera um marco,



em que o personagem que ganha repercussão nacional não é mais o rico senhor de engenho, mas é o retirante das secas:

[...] O pobre, faminto, maltrapilho, doente, viciado pelas esmolas e descuidado pela fome. O camponês – morador, sitiante, parceiro, meeiro, agregado – das áreas secas de uma parte do antigo “Norte” transforma-se no “flagelado”, que percorre o país em busca de trabalho e, principalmente, de refazer as redes de apadrinhamento e proteção em que vivia em seu local de origem (NEVES, 2012, p. 15)

Consequentemente, as oligarquias e secas configuram a imagem de um nordeste bastante recorrente no imaginário brasileiro, constituindo tema clássico na historiografia regional (BURITI E AGUIAR, 2008).

Por esta razão, é importante mencionar que essa representação do imaginário construída por meio do pensamento colonizador manifestou-se por séculos nestas populações, e ainda se mantém viva até os dias atuais, sendo possível encontrar elementos desta realidade social para além da literatura. Já que é comum encontrarmos o tema das secas na produção cinematográfica brasileira, um caso evidente é do livro *Vidas Secas*, que saiu do papel para a tela de cinema:

Como um desses exemplos, no filme *Vidas Secas* (1963), Nelson Pereira dos Santos se apropria da obra de Graciliano Ramos para narrar o drama de uma família de retirantes composta por Fabiano, Sinhá Vitória, o menino mais velho, o menino mais novo e a cachorra Baleia, que, pressionados pela seca, atravessam o sertão em busca de meios para sobreviver. Essa produção marcou profundamente a década dos anos de 1960, sendo uma das precursoras do movimento do Cinema Novo no Brasil (BURITI E AGUIAR, 2008, p. 85).

Dado o exposto, percebemos que os Sertões, quando apresentado tanto no campo da literatura quanto na cinematografia, aparece, muitas vezes, como um mundo idealizado, de fartura e estabilidade, sem conflitos, e ao mesmo tempo se contrapõe ao tempo conflituoso e incerto da seca, da fome e da miséria, que chega sem enviar recado, posto que está engendrada num mundo à parte, desconectada das relações sociais, “naturalizada”.

De *O Sertanejo* (1875), de José de Alencar, até *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, uma transformação radical nos significados conferidos ao Sertão torna-se perceptível, metamorfoseando a “seca do Norte” em “Nordeste seco” no imaginário político, literário e científico brasileiro (NEVES, 2007).

Dessa forma, corroboramos com Ferreira (2012), ao afirmar que há uma

complexidade dual entre o Sertão obsoleto e o Sertão moderno, o Sertão idealizado de fartura e a realidade conflituosa das secas, em que a própria abundância das denominações e qualificações deste lugar chega a ser sintomática, já que se destaca quanto um campo rico em diferentes representações sociais, donde a naturalização do termo não desqualifica ou enfraquece o debate, pelo contrário, contribui fortemente para gestação de um ambiente de interações entre arte e ciência, despertando o olhar, a reflexão acadêmica e a artística com surpreendente continuidade. Portanto, o Sertão das caatingas evidencia o potencial narrativo de suas especificidades natural e humana nos estudos de compreensão do nordeste brasileiro.

Ademais, consideramos importante a preocupação crescente em mencionar os processos de interpretação dos significados do mundo que estariam na base de comportamentos e ações concretas das famílias agricultoras sertanejas em relação ao meio em que vivem com o clima Semiárido, pois este Sertão apresenta-se como uma peça-chave da identidade cultural e do regionalismo sertanejo e, por esta razão, suas representações literárias marcantes merecem serem paginadas e repaginadas.

Atualmente, além das dicotomias clássicas já citadas, a ideia de Sertão nos proporciona a possibilidade de entrar em contato com sistemas de pensamento mais sutis, desdobramentos das estratégias de Convivência com o Semiárido existente nas ações, nas falas, no comportamento e na prática das famílias agricultoras. Trazidas na bagagem de memórias do lugar, estas concepções participam da refundação simbólica da região.

Entende-se, portanto, que a comunicação é um processo que cria e ao mesmo tempo é criado pela representação, de forma contínua, que envolve não apenas a linguagem falada, mas também os gestos e as expressões, as relações construídas no cotidiano (FERREIRA, 2012). Nesse sentido, afirmamos que a construção dos saberes na perspectiva da estratégia de convivência só é possível de ser percebida quando as próprias famílias constroem o significado representativo das suas ações, já que, segundo os estudos das representações sociais, persegue a transformação do pensamento social e os seus desdobramentos segundo o grupo que fala (ARRUDA, 2009). Ou seja, os sujeitos que vivenciam as secas são considerados os transformadores deste pensamento social. Segundo Jodelet (2001, p.32-33), para alcançarmos esta compreensão, sugerem-se três perguntas

norteadoras: Quem sabe e de onde sabe? O que e como sabe? E sobre o que se sabe e com que efeito?

Dessa forma, as famílias agricultoras são quem de fato sabem e podem falar sobre o lugar onde vivem, bem como as várias origens de onde aprenderam a lidar com as adversidades e as bem-aventuranças; sejam aprendidas por meio de memórias da história contada, da história vivida, em todos os casos, são os(as) sertanejos(as) provedores desses saberes. Ao levarmos esses questionamentos sobre os anos de secas e suas estratégias, observamos que o lugar, a posição social que eles ocupam ou as funções que assumem determinam os conteúdos representacionais e sua organização, por meio da relação ideológica que mantêm com o mundo social (MOSCOVICI, 1972).

De acordo com Moscovici, enquanto as representações, compartilhadas por tantas pessoas, influenciam a mente de cada uma delas, não são apenas pensadas por esses indivíduos, mas, sim, repensadas, representadas. “Elas são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (MOSCOVICI, 2012, p.37).

Segundo Ferreira (2012), as representações sociais têm como alicerce o sujeito e os grupos sociais, na qual só podem ser construídas a partir dos mesmos, enquanto esses grupos vivenciam a tensão entre sua objetividade e subjetividade, experiência esta contextualizada num determinado meio histórico e social. No nosso caso, este contexto volta-se para os períodos de secas, em que a transformação dos saberes leva a uma mudança de valores, que, conseqüentemente, influenciará nos relacionamentos sociais, na forma como o sujeito se percebe no mundo e com o outro. Por exemplo, o que era certo para a geração anterior, não necessariamente é para a geração atual.

Até aqui procuramos mostrar que as estratégias de Convivência com o Semiárido, frente aos anos de grande secas, são construídas, vividas, sentidas e entendidas pelo sujeito, as famílias agricultoras, sendo estas a representação. Portanto, estas representações carregam significado e processos de ancoragem e objetivação que se constituem em um modo de se relacionar com a memória. É desse conjunto de experiências e memórias comuns que são retiradas as imagens e a linguagem necessárias para superar o estranho, o desconhecido, o não familiar (PALHARES, 2010).

## **6 CAMINHOS PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE SABERES**

Ao pensarmos sobre as estratégias de Convivência com o Semiárido é importante lembrarmos que esta concepção é compreendida quanto a um paradigma, por esta razão consideramos importante explicitar sobre o conceito do paradigma em si.

Portanto, é respeitável trazermos a concepção da terminologia “paradigma”, bem como de outros elementos que subsidem uma racionalidade de Convivência com o Semiárido voltado para o contexto do Sertão do Araripe. Dessa forma, para abarcar a noção do que venha a ser um paradigma, nos ancoramos na interpretação de Thomas Kuhn (1998), sendo este considerado um dos primeiros cientistas a propor a noção de paradigma, e de maneira contextualizada para realidade do Semiárido trabalharemos a partir das abordagens de Roberto Marinho da Silva (2006), Paulo Petersen (2012), Roberto Malvezzi (2007), Wedna Cristina Marinho Galindo (2008; 2013), entre outros autores que apresentam referenciais que contribuem para a compreensão do contexto mais amplo no qual podem se inserir as recorrentes proposições e afirmações em relação ao paradigma e à racionalidade da Convivência com o Semiárido.

E porque consideramos importante a compreensão do paradigma nesta pesquisa? No universo da construção das estratégias de Convivência com o Semiárido a assimilação de um paradigma é importante porque este possibilita o avanço da ciência, sobretudo na abordagem e na resolução de quebra-cabeças, no sistema de valores durante os períodos de crise, nas dificuldades e etapas do período pré-paradigmático, nas condições e urgências das resistências em diferentes grupos, no processo de definição do paradigma dominante e de estruturação do longo caminho para defendê-lo. A passagem de um paradigma para outro se configura como uma revolução científica que influi na mudança de concepções de mundo, como romper a concepção de Combate à Seca para passagem da concepção de Convivência com o Semiárido, esta mudança se configura principalmente no campo da ação política.

Analisando uma das principais obras de Thomas Kuhn (1998), “A estrutura das revoluções científica”, é possível perceber que o autor floresce uma teoria sobre a natureza da ciência, compreendendo-a como uma sucessão de períodos ligados à

tradição, onde estas não são meramente lineares nem cumulativos e evolutivos, mas sim, são caracterizados por rupturas. Assim, com base na interpretação de Kuhn (1998), admite-se que a ciência se caracteriza pela ruptura e, por consequência, pode-se trabalhar com a ideia de revolução científica. Sobre essa análise, Conti e Pontel (2013, p. 22), reforçam a leitura pelo seguinte viés:

O termo revolução é análogo às revoluções que ocorrem à medida que as possibilidades de resolução dos problemas se esgotam em um determinado paradigma científico. Assim, faz-se necessário buscar argumentos externos ao meio no qual está imersa a problemática em questão. Através desses argumentos e meios externos é possível questionar o paradigma vigente e, em seu lugar constituir um novo paradigma que responda de modo mais adequado às questões postas em jogo em um determinado momento histórico.

Portanto, para Thomas Kuhn (1998), um paradigma indica uma constelação de crenças, valores e técnicas que são compartilhados pelos membros de uma determinada comunidade. A descoberta científica se inicia a partir do momento que essa comunidade toma consciência da anomalia que lhe permite o reconhecimento de que o paradigma atual não dá mais conta de atender às suas necessidades específicas, nem dá conta de explicitar e explicar uma série de questões, tanto de ordem teórica como metodológica. A anomalia é a condição ou o fenômeno que evoca crises e, dessa forma, prepara o caminho para a busca de uma nova teoria que responda aos problemas e necessidades postos em questão.

A nova perspectiva do paradigma da Convivência com o Semiárido surge a partir dos anos 80, quando inúmeros projetos nasceram com o propósito de superar as limitações ou fracassos dos métodos de inovações de Combate à Seca, bem como, da revolução verde, por meio de um novo paradigma do desenvolvimento local com a Convivência com o Semiárido. No entanto, o mundo de hoje que se caracteriza como globalizado, tecnocrata, pragmático e vertiginoso, sofre uma sequência acumulada de crises geradas por esses projetos de inovação que, no fundo, são expressão de uma crise geral ou estrutural, uma crise de civilização (TOLEDO e BASSOLS, 2015). Estivemos vivenciando a maior estiagem dos últimos 50 anos até 2017, e o equívoco desse modelo de desenvolvimento pautado em grandes obras não foi exitoso.

## 6.1 A EXPERIÊNCIA DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA)

Para nós é de suma importância trazer para esta pesquisa a reflexão acerca do significado político social e de mudanças no Semiárido a partir da experiência da ASA, esta nossa escolha torna-se formidável, uma vez que, esta organização traz consigo a missão e o compromisso do fortalecimento da sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a Convivência com o Semiárido referenciado em valores culturais e de justiça social.

Conforme Santos (2016, p 143), as experiências trabalhadas pela e com a ASA partem mediante uma perspectiva que valoriza os “saberes locais”, onde passaram, ao longo de sua existência, a compor um referencial concreto capaz de apontar para a possibilidade de redefinir, efetivamente, as políticas públicas dirigidas aos sertanejos nos adversos períodos de estiagem. Por esta razão, ao estudarmos os elementos que compõem a construção das estratégias de Convivência com Semiárido alicerçado no saber local, torna-se indispensável trazermos para o contexto onde se inicia o processo de formação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

Nesse sentido, resgatamos um pouco o espaço onde emergem as primeiras mobilizações embrionárias da formação dessa organização; tendo como marco final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, com a inserção de um período político orientado pela perspectiva democrática. Nesse período emerge, segundo Diniz (2002), uma postura mais corporativa-integrativa na atuação de organizações fortemente ativas no período anterior. Este fato acende para uma consolidação estrutural organizativa direcionada a administração do fundo público e sua atenção às demandas populares. Tal perspectiva marca as décadas de 1980 e 1990, onde a sociedade civil organizada começa a pautar as ações políticas, por meio das organizações não governamentais, que passaram a trabalhar com as populações mais pobres do meio rural dentro de uma lógica de defesa do meio ambiente, tendo, muitas delas, sido financiadas por entidades e cooperações internacionais (DINIZ, 2002; TEIXEIRA; 2015).

Dado o exposto, Callou (2006) diz que é nessa hora que surge o reiterado chamamento por parte do Estado, principalmente no que concernem os serviços de ATER e assessoria no rural como um todo, para que as populações rurais participem dos processos de “concertação” através de associações, sindicatos, conselhos,

fóruns, entre tantas outras formas de organização social. Todas essas instâncias começaram a contestar o modelo de intervenção governamental, propondo soluções a partir de outra forma de intervenção orientada pela perspectiva do desenvolvimento sustentável local no Semiárido:

O pensamento sobre a relação entre democracia e a sustentabilidade do desenvolvimento no Semiárido ampliou seus espaços a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira nos anos de 1980. [...] a participação cidadã foi assumida e incentivada pelos movimentos sociais e por governos locais com perfil democrático e popular, como caminho de transformação da realidade (SILVA, 2006, p. 208).

Assim, é sobre esse chão de reivindicações e de intervenção político social que a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é formada, que estabelece, a partir da década de 1990, uma relação dinâmica com o Estado, transitando ora em momentos de tensão, ora de pleno alinhamento (DINIZ, 2002, p. 54). Por sua vez, a ASA se destaca pela formação de um conjunto de representações de organizações da sociedade civil, na qual, na concepção de Santos (2016, p. 143), o período marcado pela formação constitui um momento particular de um processo político-organizativo mais antigo, processo este perpassado pelo amplo acúmulo de experiências e conhecimentos sobre a realidade do Semiárido. Importante mencionar que essa bagagem não surge de forma pacífica, mas sim como forma de resistência frente às políticas oficiais de “Combate à Seca”, assentadas nas grandes intervenções hídricas:

Os camponeses e suas organizações (sindicatos, igrejas, associações, ONGs de assessoria e apoio, etc.) contestavam esse modelo, exigindo ações que tivessem um caráter permanente, atacando os problemas nas suas raízes (DUQUE, 2008, p. 30).

Ademais, a autora afirma que as populações, em especial rural e suas organizações, chegaram num ponto de se encontrarem cansadas por vivenciar anos, décadas, séculos uma situação que se prolongava de seca em seca, à qual o governo respondia por medidas de caráter apenas emergencial ou obras de “Combate à Seca” concretizadas pela construção de grandes reservatórios de água ou distribuição de água por carro pipa, fato gerador de dependência, tendo em vista que essas ações não geravam autonomia das famílias agricultoras.

Nesse contexto, as ONG's juntamente com as organizações dos movimentos sociais, sindicatos, igrejas, coletivos, associações, grupos religiosos entre outros, contando com apoio de agências internacionais, desempenharam um papel importante nessa nova conjuntura ao estimular o combate à pobreza rural por meio da utilização de metodologias participativas, com os Planos Integrados de Desenvolvimento Rural (PDRIs) que se pautavam na questão da participação popular, na defesa do meio ambiente e no papel das mulheres na agricultura (CAPORAL, 1998). Dessa forma, esse conjunto de organizações, em especial nos Sertões nordestinos, atuava em prol da criação e disseminação de tecnologias e práticas alternativas para lidar, de forma descentralizada, com a problemática da seca (SANTOS, 2016).

Desse modo, todas essas organizações, contando principalmente com apoio de financiadores internacionais, trouxeram propostas e estratégias partindo da leitura das potencialidades locais, considerando o contexto de semiaridez, valorizando o saber local, olhando para os elementos endógenos capazes de promover a convivência. Conforme Garcia (2013), esses atores passaram a desenvolver tecnologias hídricas e produtivas apropriadas à realidade ambiental, cultural e socioeconômica do Semiárido. A autora ainda cita que outras organizações governamentais, a exemplo da EMBRAPA e EMBRATER, também participaram da defesa da política da Convivência com o Semiárido. Assim, é importante lembrar que o fato da Embrapa estar engajada tanto no paradigma de Combate à Seca quanto no da Convivência com o Semiárido, indica que esta é uma instituição repleta de conflitos internos, e que não possui apenas uma linha de atuação.

Nesse contexto, destacamos que já no ano de 1982 os órgãos governamentais supracitados elaboraram um documento intitulado "Convivência do Homem com a Seca", onde apresentavam sugestões de uma atuação governamental que assegurasse a convivência dos sujeitos com a natureza da região, principalmente através da captação e armazenamento de água em pequenas propriedades (ASSIS, 2009; GARCIA, 2013).

Com efeito, estas intervenções, tanto por parte do governo quanto pela sociedade civil organizada, eram pautadas a partir da contextualização do lugar, pois apontam para uma maior valorização do conhecimento dos agricultores familiares, bem como uma defesa de direitos deste grupo social que, por séculos, não teve voz



nem vez no acesso a políticas públicas capazes de subsidiá-lo frente aos anos de estiagem de maneira eficaz.

Entretanto, os pesquisadores Silva, Formiga e Cunha (1996, p. 3), ao tratarem da Convivência com o Semiárido e da valorização do conhecimento local chamam atenção para seguinte colocação: com o direcionamento do olhar para as famílias agricultoras sertanejas, é possível perceber que no decorrer de vários anos, elas têm experimentado estratégias próprias de enfrentamento da seca, seja por meio de técnicas apropriadas e alternativas, seja através da construção de laços de solidariedade dentro da miséria. Ou seja, as políticas sociais não são centrais na garantia da convivência com os anos de secas, mas sim complementares à carga de experiência acumulada pelas famílias. Os autores ainda mencionam que o histórico do processo de luta e/ou sobrevivência das famílias agricultoras se configura em ações tanto coletivas quanto individuais, já que estes buscam de toda maneira reivindicar primeiramente os direitos básicos como água e alimento, e por isso organizam-se:

Percebeu-se o desenvolvimento de formas individuais de resistência e de lutas coletivas, sendo que tomam visibilidade pública os tradicionais saques de alimentos em estabelecimento públicos e privados. As mobilizações dos trabalhadores rurais no Nordeste, em especial nos sertões, sobretudo em 1993, somado às diversas lutas populares localizadas, apontaram para a necessidade de mudanças profundas nas políticas agrária e agrícola da região, bem como nas estruturas de dominação que são reforçadas nas épocas de estiagem (SILVA; FORMIGA; CUNHA, 1996, p. 03).

Por essa razão, Garcia (2013) afirma que os(as) agricultores(as) sertanejos(as) já vinham desenvolvendo técnicas e estratégias de convivência com a seca há muitos anos, tanto as famílias que permaneceram e vivenciaram a ausência das chuvas, quanto as famílias que foram embora. O que marca mais fortemente esse momento é que as experiências passaram a ser vistas, a serem sistematizadas e valorizadas por diversas organizações da sociedade civil, com destaque para as ONGs que atuavam em conjunto com os sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias e organizações da igreja católica. Essas sistematizações muitas vezes tornaram-se referência para as mudanças nas políticas públicas direcionadas para região Semiárida.

Assim, é por meio desses processos que se pauta a Convivência com o Semiárido, partindo de uma concepção onde não se atribui a culpa do não

desenvolvimento do Sertão e da pobreza às condições climáticas, e sim às condições sociais e econômicas postas hierarquicamente pelas oligarquias regionais. Conforme Garcia (2013), a Convivência com o Semiárido ganhou forte destaque apoiada na bandeira da agricultura alternativa, que neste mesmo período ganha força pós tempos da revolução verde. Importante mencionar que a Convivência com o Semiárido toma como princípio semelhante à agricultura alternativa, a estratégia orientada pelo desenvolvimento sustentável, este modelo de organização social para o campo tem sido defendida por organizações da sociedade civil que rejeitam a ideia da inviabilidade da região e postulam a Convivência com o Semiárido como estratégia alternativa de Combate à Seca, considerando o ambiente a partir dos seus agroecossistemas e tendo como principais protagonistas os agricultores familiares (GALINDO, 2003, p. 30).

Portanto, ao chegar a seca de 1991-1993, período esse marcado por fortes calamidades, saques nos mercados das cidades sertanejas, somado a perdas irreparáveis na tentativa de plantio de milho, feijão, mandioca entre outros, além da morte de inúmeros animais, maior parte bovino, e pela migração de muitas famílias para regiões de sul a norte do país expressam, de acordo com Santos (2016, p 143), a insuficiência das políticas públicas oficiais de “Combate à Secas” então vigentes, e abriu espaço para mobilização política das organizações e movimentos que já atuavam em escala local e regional pela construção da Convivência com Semiárido.

Para vários pesquisadores da temática de Convivência com o Semiárido, o ano de 1993 chega ao limite da subcondição em que viviam as famílias agricultoras frente aos anos de secas consecutivas. Esse fato provocou um grande acontecimento que marcou a presença do movimento sindical dos trabalhadores rurais a nível Nordeste, pois, no mesmo ano ocuparam, no dia 16 de março, a sede da SUDENE em Recife (DINIZ, 2002). Com destaque para forte presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a entidade mobilizadora, juntamente com o apoio de 112 entidades e movimentos sociais, organizou essa ação com lideranças sindicais rurais. O objetivo central era fundamentalmente exigir do governo providências imediatas para combater a fome e a falta de água. Portanto, de forma geral, a ocupação exigiu providências eficazes para amenizar a situação em que se encontrava população sertaneja. Foram organizadas caravanas de trabalhadores(as) rurais de todos os estados do

Nordeste, com expressiva participação de Pernambuco (SILVA; FORMIGA; CUNHA, 1996; DINIZ, 2002; DUQUE, 2008; SANTOS, 2016).

Dessa forma, as reivindicações levantadas pelo movimento de trabalhadores(as) rurais eram em primeira instância de caráter emergencial, já que os municípios do Sertão tinham declarado estado de calamidade frente a seca prolongada. No entanto, segundo Diniz (2002, p 44), a perspectiva do movimento era que as ações governamentais fossem de caráter permanente, e que fossem capazes de reverter a partir daquele momento o quadro de miséria, abandono e humilhação a que são submetidos milhões de brasileiros toda vez que a seca se acentua.

Em consequência dessas mobilizações, cria-se o *Fórum Nordeste*, uma rede de entidades com objetivo de coordenar e provocar reflexões em todos os estados do Nordeste sobre os problemas vivenciados no Semiárido. Toda essa articulação levantou esperança de uma nova perspectiva de ações políticas voltadas para o Semiárido. Diniz (2002) destaca parte do documento elaborado pelo Fórum supracitado:

A convivência do homem com a semi-aridez pode ser assegurada. O que está faltando são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural (FÓRUM NORDESTE, 1993 p. 5, in: DINIZ, 2002, p. 44).

Nesse contexto, as entidades como representação coletiva das famílias agricultoras intervêm junto ao Estado de forma propositiva, apresentando o paradigma da convivência, destacando que o problema das secas não era somente climático, mas sim social e secular, como afirma Diniz (2002; 2007). Discutindo sobre a realização deste Fórum, Santos (2016) e Garcia (2013) dizem que este ambiente se constituiu como um espaço destinado a elaboração conjunta de um “programa de ações permanentes, apontando medidas a serem executadas pelo governo para garantir o desenvolvimento sustentável do Semiárido”.

Logo esta rede de organizações foi se articulando se consolidando, chegando a mais de 300 (trezentas) entidades, todas comprometidas no processo de discussão da Convivência com o Semiárido, o que culminou a realização de um seminário regional realizado entre 10 a 13 de maio de 1993, no Recife, nas

dependências da SUDENE, que foi intitulado de: *Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro*. Com efeito, toda essa mobilização levou as discussões para cada estado, por meio de preocupações de entidades regionais, a ideia era dar continuidade ao debate iniciado no Fórum, bem como apresentar ações coletivas articuladas. Nesse contexto, cria-se a primeira Articulação no Semiárido Paraibano (ASA-PB) ainda em 1993, durante a realização de um seminário na cidade de Campina Grande – PB – *Seminário sobre o Semiárido* (DINIZ, 2002; SANTOS T, 2016). Assim, a ASA inicia sua atuação como sujeito político, contestando as formas de apoio aos agricultores do Semiárido – assistencialismo e clientelismo além de criticar outras formas conservadoras de interação política no setor agrário e agrícola:

[...] criticando também de forma mais geral uma política agrícola concentradora de recursos e riquezas, promovendo o agronegócio na linha da “revolução verde”, sem consideração pelos danos ambientais. Em contraposição, essa Articulação do Semi-Árido propunha uma outra política a partir de uma visão oposta do que se entende, na lógica dominante, como “progresso” na agricultura (DUQUE, 2008, p. 04)

Portanto, além destas críticas a rede de entidades contestava profundamente a troca de água por voto, a reprodução de uma imagem fatalista sobre a realidade do Semiárido, o que se define como indústria da seca. Por esta razão, Santos (2016) diz que foi nesse cenário que se torna bastante evidente o antagonismo de perspectiva entre as organizações da sociedade civil que atuavam no Semiárido e as políticas oficiais de “Combate à Seca” (ASA, 1999). Nesse sentido, segundo Silva (2006), cada estado foi construindo sua articulação até chegar na Articulação Semiárido a nível nacional, que surgiu a partir do conjunto de articulações que foram se consolidando em diversos estados, e em nível mais abrangente, na Região Nordeste. Por sua vez, a concepção do paradigma da Convivência com Semiárido toma mais força e começa a se difundir a expressão de um novo projeto político para a região, protagonizado por uma sociedade civil contestadora, mas fundamentalmente propositora e atuante (DINIZ, 2007). Contudo, a formalização da ASA-Brasil enquanto instituição se dá no de 1999:

Foi em 1999, a partir da experiência acumulada nos diversos Estados, que a Articulação do Semi-Árido no Brasil (ASA-Brasil) começou a ser construída. Naquele ano, havia no Brasil a 3.<sup>a</sup> Conferência das Partes da Convenção de Combate à Diversificação e à Seca (COP 3), organizada pela

Organização das Nações Unidas (DINIZ, 2007, p. 46). Por outro lado, o semi-árido passava novamente por uma grande seca. Diversas organizações da sociedade civil decidiram participar, criando o Fórum Paralelo, que promoveu seminários, conferências, etc. Foi nesse quadro que a ASA-Brasil foi iniciada (DUQUE, 2008, p. 05).

Foi no âmbito desse evento que as organizações existentes, em cada estado da federação se articularam dando origem de maneira institucionalizada a ASA-Brasil, no total o evento da CPO3 reuniu cerca de dois mil delegados de mais de 150 países que discutiram sobre políticas e instrumentos para enfrentar o problema do Semiárido em nível global (ASA, 2001; GALINDO 2003). Conforme Silva, (2006) o Fórum Nordeste encontrava-se desarticulado, por esta razão ocorreu um segundo movimento de articulação dos movimentos sociais e ONG's no contexto da COP3, no Fórum paralelo da sociedade civil, nesse espaço participaram: grupos ligados a igrejas católicas e evangélicas, ONG's de desenvolvimento e ambientalistas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, movimentos sociais rurais e urbanos, agências de cooperação nacionais e internacionais, Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Comitê de Oxford de Combate à Fome (OXFAM)<sup>22</sup> e Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED) (SANTOS, 2016, p. 148):

[...] Liderado pela sociedade civil organizada e atuante na região semi-árida brasileira, com participação de entidades dos cinco continentes do mundo. A coordenação desse Fórum Paralelo foi feita pelas organizações representativas de atuação no semi-árido brasileiro, que meses depois consolidaram a *Articulação no Semi-Árido - ASA* (ASA, 2001), sendo este um dos principais produtos desse Fórum Paralelo (GALINDO, 2003, p. 33).

Portanto, importante lembrar que a formalização da ASA não significa dizer que suas ações se iniciaram a partir desse período, pois, conforme o pesquisador Thiago Santos (2016), ao entrevistar Fernanda Cruz, Assessora de Comunicação da ASA-Brasil em 2011, destaca a seguinte questão, a formalização foi apenas oficializar, tendo em vista que as ações e as articulações locais em cada estado já vinha acontecendo desde as primeiras mobilizações no início da década de 1990:

Na verdade, quando a gente fala a “se criou a ASA” é “se institucionalizou”. Porque, na verdade, as organizações, que estavam ali trabalhavam com cisternas e com Convivência com o Semiárido há pelo menos dez, vinte anos. E qual era a grande questão? Como é que essas organizações que

<sup>22</sup> A Oxfam é uma confederação de 19 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 90 países na busca de soluções para o problema da pobreza, desigualdade e da injustiça, por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

trabalhavam com o mesmo foco poderiam se unir que juntas elas tivesse mais força para, junto ao poder público, ter outros poderes para o poder desencadear os processos que achavam interessantes (SANTOS, 2016, p. 146).

Portanto, compreendemos que nesse momento, a institucionalização da ASA-Brasil, torna-se um projeto político coletivo para o Semiárido. Segundo Garcia (2013), as organizações percebem ser necessária uma cooperação mais permanente entre estas instituições, muitas das quais já trabalhavam com propostas de alternativas sustentáveis para o Semiárido há mais de 10 anos. Este evento da CPO3 foi de fundamental importância no contexto da articulação das entidades, segundo Silva R (2016), no momento de preparação da Conferência, foram realizadas diversas atividades e elaborados documentos que tratavam da questão específica da desertificação no semiárido, na qual gerou o documento intitulado de “Declaração do Semiárido”, assinado por 60 organizações, conforme o autor este era o primeiro manifesto da ASA-Brasil.

Por sua vez, a Declaração pautava-se em torno do princípio da “Convivência” no contexto do espaço geográfico e social. Assim, a Declaração focaliza dois pilares: 1) a conservação – uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais –, e 2) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção (DINIZ, *op. cit.*, p. 48).

Contudo, foi nesse conjunto de mobilização, rede de entidades que a ASA-Brasil se constituiu, congregando cerca de 700 entidades (sindicatos, igrejas, ONGs, associações) que já estavam mobilizadas nos diversos estados (DUQUE, 2008). Com efeito, Garcia (2013) diz que a Declaração apresenta-se como uma afirmação, onde menciona que o Semiárido necessita de uma política de desenvolvimento humano e econômico, ambiental e cultural, científico e tecnológico, que viria substituir ações assistencialistas como o carro-pipa e a distribuição de cestas básicas, bem como se afirma que “o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos” (ASA, *op. cit.* p. 8). Para isso são citadas experiências exitosas, demonstrando que é possível Conviver com e no Semiárido, dentre elas, a do Sertão do Araripe com sistemas agroflorestais, consórcio de atividades agrícolas, apícolas, armazenamento de água e sementes, além da valorização da caprinovinocultura, entre outras atividades.

Em consequência das diversas negociações e proposições feitas pelas entidades participantes da CPO 3, inicia-se em abril de 2000, a negociação junto ao

governo federal, com intuito de elaborar um programa de construção de 1 milhão de cisternas (P1MC) – resultando num primeiro convênio, que foi assinado com o Ministério do Meio Ambiente (SILVA, 2006, p. 259). Essas negociações foram frutos de vários encontros realizados de forma descentralizada nos estados nordestinos:

Ainda segundo Assis, após a COP 3, as organizações formadoras da ASA realizaram um encontro, em fevereiro de 2000, no município de Igarassu (PE), quando a articulação redigiu sua Carta de Princípios e debateu temas como identidade, justificativa e objetivos da ASA, plano de ação, desenho organizacional, e a campanha de cisternas de placas. É formado um Grupo de Trabalho (GT) para discussão do P1MC, composto por representantes do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas à Comunidade (PATAC), DIACONIA, Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologia Alternativa (AS-PTA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Fundação Esquel Brasil, Pastoral da Criança, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), Cáritas, Unicef, Caatinga e Centro Sabiá. A partir deste GT é elaborado um anteprojeto, visando garantir a continuidade do programa (GARCIA, 2013, p. 47).

Logo mais adiante, com o avançar das negociações realizadas desde a COP3 e com este último encontro, a articulação caminha para mais atividades de elaboração de negociações, agora já direto com o governo federal, realizado em Juazeiro da Bahia, no mês de abril do ano 2000, esse encontro contou com a presença de 120 participantes para discutir a elaboração do P1MC (SILVA, 2006). Dessa forma, mais adiante foi realizado, no mês de fevereiro de 2001, o 1º Encontro Nacional da ASA (ENCONASA), em Igarassu - PE. Nesse evento foi redigida a “Carta de Princípios da ASA”, expressando suas ideias e propostas para o desenvolvimento sustentável e para Convivência com o SAB (ASA, 2001), que tem como missão fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e Convivência com o Semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social (ASA, 2001, p. 01).

Em virtude do que foi mencionado, é possível afirmar que o surgimento da ASA está diretamente relacionado ao processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil. Assim, entendemos que a sua formalização contribuiu de forma efetiva no tocante ao reconhecimento das ações desenvolvidas pelas entidades de maneira coletiva, conjunta. Segundo Galindo (2003), os trabalhos realizados nas regiões do Semiárido pelas organizações da sociedade civil começam a ganhar mais visibilidade nos últimos anos a partir da articulação em rede em torno da ASA.

Nesse sentido, a autora afirma que as estratégias de intervenção dessas organizações são coerentes com a perspectiva do desenvolvimento sustentável da região, na qual dão prioridade ao apoio à agricultura familiar na perspectiva de construção de uma convivência capaz de respeitar as fragilidades e potencialidades da realidade da região, gerando assim, autonomia das organizações a ela filiadas, como descrito em sua *Carta de Princípios*.

Dessa forma, com o passar desses 20 anos, o conceito de “Convivência com o Semiárido”, desenvolvido em oposição ao conceito de “luta contra as secas”, tornou-se um mobilizador da sociedade civil, além de hoje ser uma das grandes referências tecnológicas, organizativas e propositivas para o modelo de políticas públicas no qual Duque (2008), ressalva que: - políticas de longo prazo, estruturantes, onde o saber tradicional das famílias agricultoras e seus experimentos de manejo das caatingas passaram a ser valorizados e aprimorados no diálogo com o saber científico, pois as famílias também são convidadas para dentro da academia. Conforme Silva (2006), essa é uma estratégia importante para o desenvolvimento sustentável do semiárido, já que, das principais características das tecnologias não convencionais (apropriadas, alternativas e sociais) é a valorização do local, dos saberes e da cultura local como base de desenvolvimento ou adequação das soluções tecnológicas. Corroborando com essa valorização, Guimarães Duque (2004, p.38) ressalta a importância dos saberes locais, tendo em vista que: mais íntimo com as dificuldades vislumbram sucessos, encontram soluções locais.

Assim, a ASA ao longo desses anos cresceu muito, tanto no que tange ao número de organizações, quanto de ações desenvolvidas. Além do Nordeste ela atua no Norte de Minas Gerais e no Espírito Santo, sendo hoje uma das principais referências de articulação da sociedade civil no Brasil (SILVA, 2006). Com efeito, a própria articulação se define enquanto uma rede diversa:

A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da Convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc. (ASA-BRASIL, 2019).



Nesse sentido, consideramos importante mencionar os três principais componentes que formam o conjunto da expressão “Convivência com o Semiárido”, apresentando por Silva, (2006, p. 262):

1. Em primeiro lugar, trata-se de um resgate do pensamento crítico sobre o Combate à Seca e sobre a modernização conservadora, que marcaram as formas de intervenção do poder público da Região, e que vem sendo acumulado desde o início do século XX:
2. Em segundo lugar, é uma leitura contextualizada da transição de paradigmática das propostas e modelos de desenvolvimento, reinterpretando a sustentabilidade a partir do reconhecimento das potencialidades e fragilidades dos ecossistemas locais:
3. Em terceiro lugar, é a expressão de um novo projeto político para a Região, protagonizado por um conjunto de organizações da sociedade civil, fundamentado num conjunto de experiências e vivências tecnológicas, produtivas e socioeducativas, de formulação e controle social nas políticas públicas.

De forma geral, a rede de entidades que compõe a ASA conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido. Por sua vez, estas defendem os direitos dos povos e comunidades de cada região onde atuam. Atualmente, as entidades integrantes estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). Segundo Malvezzi (2007), a ASA hoje banca os dois maiores projetos de captação de água de chuva: “Um milhão de cisternas” e “Uma terra e duas águas”. A iniciativa e o trabalho operacional são feitos pela sociedade civil, com apoio de recursos federais.

Portanto, finalizamos esta apresentação refletindo e descrevendo sobre a construção da ASA-Brasil, bem como sua importância na mudança de intervenção da política pública para o Semiárido. Reafirmamos que se faz necessário o pensamento crítico sobre o lugar, pois como afirma Silva (2006), a criticidade introduz no contexto dessa região novos valores éticos e propõe critérios alternativos de sustentabilidade do desenvolvimento reinterpretando a tecnologia, a economia e a política.

Por fim, o autor afirma que é possível identificar as diferenças qualitativas entre a chamada modernidade técnica, que orienta os conhecimentos e tecnologias a serviço da exploração socioambiental, com finalidade da geração de riquezas; e as tecnologias alternativas, orientadas para uma produção apropriada ao meio ambiente e cultura local, tendo por finalidade explícita a melhoria da qualidade de vida da população sertaneja.

## 6.2 ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E O SABER LOCAL

Neste subcapítulo, abordamos sobre o as estratégias de Convivência com o Semiárido a partir da construção do conhecimento popular ou tradicional, este por vez, nasce da experiência observada e vivida pelas famílias agricultoras com os anos seca, isto é, uma construção de conhecimento empírico que nasce da interação destes com a natureza, onde muitas se somam aos conhecimentos técnicos que juntos tentam compreender o fenômeno e conseqüentemente conviver e permanecer no contexto de semiaridez. Importante mencionar que esses saberes foram edificados de maneira coletiva, compartilhado entre os sujeitos:

[...] O saber popular é diferente, é como o próprio nome indica, era popularizado. Ou seja, permeava o conjunto das sociabilidades que envolviam as comunidades. Eram utilizadas por todos, cada um a seu modo. O que era comum a todos era o método, ou seja, realizar as *experiências* (SOUZA, 2014, p. 05).

Nesse sentido, maior parte dessas experiências vividas pelos(as) sertanejos(as), são transmitidas através da oralidade, manifestada em atitudes e comportamentos ou através da produção cultural popular na qual é comum encontrarmos fatos tratando sobre a seca, em como lidar com ele, se o ano será bom ou não de inverno descrito muitas vezes nos cordéis, bem como na poesia, falados nas mesas de glosas, cantorias, na história contada etc. (ALBUQUERQUE JR, 1988, p. 84), ou muitas vezes são sistematizadas em cartilhas, artigos, cadernos de experiências entre outros.

Portanto, ao direcionamos o olhar para o Semiárido sobre este viés, que são várias as formas de entendê-lo para melhor conviver, concordamos com Malvezzi (2007, p. 9), ao afirmar que o Semiárido não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, poesia, festa, arte, religião, política e história. É processo

social. Não se pode compreendê-lo sob uma perspectiva apenas. É um lugar de espaço de vida em que diante da construção do imaginário há também riqueza às famílias que, durante séculos, criaram as condições de vida nesta região e encontraram na caatinga formas de resistência e de convivência (COQUEIRO, 2012).

Assim, faz-se necessário olhar para o semiárido por uma visão holística (MALVEZZI, 2007), bem como considerá-lo também como um espaço, um território, no qual dentro dele existem diversos climas, povos e regiões (PEREZ-MARIN e SANTOS, 2013), onde em cada cantinho se vive, se aprende, e constroem significados singulares. Nesse contexto, os Sertões foram construídos por sujeitos que ao longo da história de formação do lugar, a agricultura familiar, camponeses, sem terras, bem como seus grupos sociais rurais a exemplo de associações, coletivos, grupos de mulheres e jovens, entre outros, vêm desenvolvendo a construção do conhecimento para Convivência com o Semiárido em cada espaço onde vivem e experimentam das instabilidades climáticas.

Dessa forma, as estratégias de convivência não se esbarram nas dificuldades que assolam a região, já que não se pode deixar de reconhecer as riquezas do local, como citado pelo poeta Patativa do Assaré: *Neste quadro de beleza, a gente vê com certeza, que a musga da natureza, tem riqueza de incantá, do campo até na floresta, as ave se manifesta, compondo a sagrada orquestra, desta festa naturá* (ASSARÉ, 2003).

Riqueza essa ignorada pela mídia, quando a identifica como sinônimo de miséria e de escassez, quase sempre identificada por imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca – muitas das quais estão presentes nas músicas de Luiz Gonzaga (ASA, 2014). No telejornal, ao retratar as secas, são mostradas mulheres sertanejas apanhando água barrenta em reservatórios para satisfazer as necessidades da família (SILVA, 2006). Como mencionado no primeiro capítulo, esta leitura vem de longas datas, pois desde a chegada dos portugueses temos os relatos e imagens sobre o SAB, em sua maioria, enfatizam paisagens naturais desoladoras e o flagelo social da população sertaneja nos períodos de seca (SILVA, 2006).

Nesse sentido, como sublinham Leitão e Talk (2011), a seca existe e deve ser considerada com um fator que caracteriza a região, mas não como uma

característica determinista que irá somente trazer fome e miséria ao sertão. Até porque, como admitem:

Existe outro sertão que na maioria das vezes não é mostrado. Entende-se que a mídia mesmo silenciando e não contribuindo para o desenvolvimento dessa região, esse desenvolvimento acontece de diversas formas, materializado em exemplos como acontece em parte dos sertões do Semiárido (LEITÃO e TALK, 2011, p. 49).

Como mencionado anteriormente, o SAB para além de dias secos, é uma terra de muita riqueza, principalmente na cultura local, na alegria e na força do seu povo, nas resistências dos dias, dos anos de sol a sol. Dentre suas riquezas, é importante destacar que a população sertaneja é a principal delas, já que são essas pessoas quem vieram ao longo dos séculos construindo suas formas de resistência no lugar inóspito, considerado por aqueles que não a conhecem verdadeiramente, construindo memórias, originando estratégias capazes de conviver no Semiárido. Ao contrário dos estereótipos sobre a vida áspera (ALBUQUERQUE JR, 2009), as famílias agricultoras do Sertão apresentam uma capacidade e tenacidade demonstrada nos enfrentamentos às adversidades climáticas e nas lutas que travaram contra a subjugação e a exclusão (COQUEIRO, 2012).

Dessa forma, no meio das adversidades do clima, os(as) sertanejos(as), inventam e reinventam maneiras de driblar as dificuldades, observam a natureza, a barra do sol, a lua, o vento, as estrelas, aprendem com o tempo.

De acordo com Silva (2006), esta capacidade criativa pertencente aos seres humanos em geral, aqui em especial a agricultura familiar sertaneja, ao aplicar esta capacidade possibilita o desenvolvimento de alternativa para satisfação das necessidades básica de sobrevivência e a busca permanente do conforto e de felicidade. Desse modo, conforme o mesmo autor, os conhecimentos guardados na memória são acumulados, tornando-se capaz de permitirem o desenvolvimento e a sistematização de práticas, métodos e instrumento que facilitam as diversas atividades culturais de modificações do espaço sertanejo, ou seja, está diretamente relacionado ao processo cultural, contínuo e construtivo, de realização das capacidades humanas.

Com efeito, os sinais da natureza para as famílias sertanejas, tornam-se signos postos na paisagem, na qual apontam para um planejamento do ano agrícola que se aproxima, olha-se para floradas, comportamento de animais, trazem

afirmações e negações interpretadas pelos mais velhos. Assim, apesar das alterações nos períodos de início do plantio, estas famílias sabem que não dá para lançar as sementes antes de ter chovido o suficiente para molhar a terra, pois quando arriscam perdem as sementes que muitas vezes já são escassas. Nesse contexto, Palhares (2010), diz que mesmo diante das incertezas, a maior dificuldade para as famílias agricultoras não ocorre na fase de início de plantio, mas está justamente no período seco.

Admite-se que essas famílias agricultoras sertanejas encontraram no bioma da caatinga, nos imensos Sertões seu modo particular de vida, costuraram no tecido de suas histórias uma cultura riquíssima e heterogênea. Segundo Coqueiro (2012), o Sertão é um lugar de vida, de reprodução social pulsante para os agricultores familiares que ali vivem. Foi nesse território, que compreende esta vasta região do Semiárido, onde sertanejos construíram no tempo e no espaço, um modo de vida próprio. A reprodução material da vida que se deu pelo trabalho na relação com a natureza, com paisagens às vezes cinzas poucas vezes verde, se deu por um elo muito mais respeitoso e menos degradante, parte dos saberes desses povos surgem sustentado da base da conservação da natureza e de sua relação com seus agroecossistemas.

A construção das estratégias de Convivência com o Semiárido, com base no saber local aqui discutido, está relacionada com as técnicas de agricultura, manejos dos agroecossistemas, relações sociais, relações de trocas e econômicas, tem haver com afeto e solidariedade. Partimos da compreensão de que, o conhecimento, ao ser mantido e transmitido de geração a geração, guarda referências da identidade de seus povos e das comunidades rurais defensoras do Semiárido. Esses saberes compõem um patrimônio cultural imaterial, “que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história” (FREIRE, 2005, p. 16).

Com efeito, o conhecimento sobre e o modo de vida no Sertão criam formas a partir do resultado de um processo de interlocução de diferentes vozes, de diferentes sujeitos que se aproximam, se solidarizam, se relacionam e se identificam na construção de espaços comuns de atuação a exemplo do Sertão do Araripe. Por sua vez, cada sujeito participa dessa construção sem renunciar a si próprio, mas preservando as condições e posições do diálogo dos saberes e experiências de vida de todos os que ali vivem.

A noção da construção das estratégias de Convivência com Semiárido aqui discutida, parte da seguinte concepção de ver, trabalhar e construir o Semiárido, baseada na seguinte compreensão:

Que seu povo é cidadão; que seca não se combate; que é possível conviver com a semiaridez; que a região é viável; que uma sociedade justa se constrói baseada em equidade de gênero, tendo as mulheres como protagonistas de seus destinos; e que é essencial o desenvolvimento de um processo de educação para a Convivência com o Semiárido que valorize o conhecimento construído pelo seu povo. (BAPTISTA e CAMPOS, 2013, p. 53).

Nesse sentido, destacamos o artigo “Construção do conhecimento agroecológico: problematizando o processo”, escrito por Décio Cotrim e Dal Soglio (2016, p. 2); neste trabalho os autores nos convidam olhar para um conjunto de elementos essenciais dessa construção, ressaltam que são vários os *insights* na busca por balizar essa concepção. Com referência nesta obra, é possível afirmar que a construção do conhecimento tende a refletir o aprendizado que a sociedade acumulou na sua relação com a natureza. Configura-se como processo de coprodução entre as famílias agricultoras e o ecossistema. Contextualizando essa leitura para realidade do Semiárido, voltando-se em especial para as práticas agrícolas dos sertanejos frente às estiagens, partimos do entendimento de que a construção do conhecimento é um processo de acúmulo de saberes alicerçado nas experiências de vida, compartilhado, trocado e edificado no tempo pelas famílias agricultoras do Sertão. Com base na compreensão de Cotrim e Dal Soglio (2016), podemos dizer que, as famílias agricultoras desenvolvem processos endógenos de construção do conhecimento, ressignificam a paisagem da vida rude do Sertão em estratégias de convivência, passando desde as práticas produtivas aos arranjos sociais.

As famílias agricultoras sertanejas desde sempre vêm ao longo do tempo observando atentamente o entorno sobre o clima Semiárido, sobre as longas estiagens, sobre as chuvas, o comportamento das plantas, dos animais, com intuito de entendê-los. Um grande destaque é dado aos fenômenos meteorológicos, pois estes são um dos elementos que mais chamam a atenção, por condicionar suas atividades cotidianas e práticas, tomada de decisões referente ao dia de plantar, a melhor terra para plantar, a época da colheita, das podas e várias outras práticas.

Diante dessa constatação, a compreensão do saber local no manejo do

agroecossistema vem sendo vista como essencial ao entendimento das realidades ambientais locais das pessoas, nesse caso, especialmente a das famílias agricultoras do Sertão, sendo crucial para o potencial sucesso ou fracasso de qualquer tipo de desenvolvimento baseado nestas atividades, pois a heterogeneidade dos saberes pode ser considerada como ponto de partida para uma sinergia mais efetiva entre o saber local das famílias agricultoras e das universidades, bem como, dos extensionistas rurais. O paradigma da convivência pressupõe complementaridade e interdependência. A proposta da construção das estratégias de Convivência com o Semiárido busca trabalhar, pensar e refletir sobre o sentido das coisas a partir da vida cotidiana. Opera na dimensão comunitária e a partir da vida das famílias agricultoras, através da atuação no nível micro, onde é possível desenvolver novas perspectivas para a reapropriação subjetiva da realidade que seja capaz de abrir um diálogo entre a epistemologia do conhecimento científico e os saberes tradicionais locais no contexto do Sertão (MATTOS, 2004).

Souza e Medeiros Filho (1983), em suas pesquisas relacionadas à questão da seca, demonstram algumas das observações realizadas de costume pelos sertanejos: quando de janeiro para fevereiro, chove na passagem da estrela d'Alva que desce do Oeste para o Leste, pode plantar no seco que a colheita é certa. É sinal de bom inverno. Ao contrário, quando não chove na passagem da estrela é sinal de seca. Quando o Cruzeiro do Sul se desloca no mês de janeiro ou fevereiro, do Sul para o Norte, ele traz inverno abundante. (...) Quando a Lua Cheia de janeiro sai por trás de uma barra escura, o inverno é certo. (...) Os camponeses chamam de Barquinha de Noé a duas estrelas dispostas em forma convexa situadas ao Norte. Quando elas caminham aprumadas, é sinal de seca. Ao contrário, quando elas se apresentam quase emborcadas é sinal de bom inverno.” (SOUZA e MEDEIROS FILHO, 1983, p. 40-41).

Já Patativa do Assaré (1958, p.9) demonstra em seu poema as experiências das pedras de sal, desenvolvidas pelo povo do sertão, para saber se choverá ou não, na região: “A treze do mês/ fez a experiência/ perdeu sua crença/ nas pedras de sal/ com outra experiência/ de novo se agarra/ esperando a barra/ do alegre Natal”:

Outra experiência consiste em deitarem-se pedras de sal ao sereno, em véspera de S. Luzia. Seis pedras de sal ao sereno, em véspera de Santa Luzia. Seis pedras de sal colocadas sobre um plano representam os seis

meses de inverno. Pela manhã, a pedra que mais se dissolveu ao relento da noite, indica o mês mais chuvoso (SOUZA, 2014, p. 06 e 07).

Muitos sertanejos acreditam, verdadeiramente, nessas previsões, que para muitos, não falham. As crenças passadas de geração em geração no Sertão são levadas a sério, são experiências testadas principalmente pelos mais velhos.

Para nos aproximarmos de outras percepções das práticas de Convivência com Semiárido, convidamos você leitor(ar), para conhecer um relato do teólogo e também um dos idealizadores do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) Haroldo Schistek (2013). Durante uma grande seca entre os anos de 1979 e 1983, o autor conta a história de uma viagem realizada passando de Pernambuco, Paraíba até a Bahia. O objetivo foi acompanhar uma equipe de reportagem para retratar e registrar os acontecimentos da grande seca nos sertões. Segundo Schistek (2013), as primeiras impressões foram assustadoras. As lentes da viagem mostravam levas de gente nas estradas, fogões a lenha nas casas sem nenhuma brasa, armazéns da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) saqueados, barragens sendo construídas em terras de fazendeiros e frentes de serviço fazendo estradas, que segundo o autor na primeira chuva após estarem prontas as levaria.

Em um segundo momento da viagem, quando atravessaram a ponte sobre o rio São Francisco entre Petrolina-PE e Juazeiro da Bahia, chegando até o distrito de Massaroca, percebeu ter mergulhado em outro mundo. A feira livre local abastecida de tudo o que se precisa: farinha, feijão, rapadura, roupas e chocalhos, as árvores em torno da praça estavam ocupadas pelas cordas dos jegues e cavalos amarrados e o povo alegremente festejando seu dia de feira como de comum nos dias de feiras nos Sertões. Nesta passagem um dos agricultores os convidou para ir até a casa dele para almoçar. Assim, em uma troca de diálogos relatando sobre por onde passaram - a paisagem se resumia em fome e miséria. Consequente gerou a indagação para o agricultor: aqui choveu por acaso? O agricultor responde: para a roça choveu nada! Só sobrou um pouco de mandioca na roça. Nem milho, nem feijão. Mas temos o criatório (cabras e ovelhas) e o pasto para eles é a caatinga em pé. Aqui é uma grande área de Fundo de Pasto<sup>23</sup>. Aqui ninguém passa necessidade!

---

<sup>23</sup>O Fundo de Pasto é um jeito que o povo encontrou para viver bem no semiárido, através de sua organização em comunidades de Fundo de Pasto. Esta é uma forma tradicional de posse da terra no semiárido, que se originou nos tempos das sesmarias e atende às características de preservação e



Dado o exposto, Haroldo diz que esta percepção do agricultor foi um ponta pé inicial que ajudou a definir o novo paradigma da Convivência com o Semiárido, jogando para o lixo da história o “Combate à Seca”. Com efeito, é sobre essas percepções que esta pesquisa busca aprofundar-se, é sobre estas revelações relacionadas às práticas desenvolvidas que dão suporte para Convivência com o Semiárido, é sobre os elementos objetivos e subjetivos que expressem os vários sentidos do saber fazer sertanejo.

Dessa forma, é possível elencar um universo de práticas tradicionais baseado no saber local sertanejo, desde as formas de alimentação animal como citada, até as várias formas de obtenção de água, que em um largo tempo foi considerada a estratégia focal de solucionar a problemática das secas, só que, segundo pesquisadores dessa temática, por um método que não atendia a agricultura familiar, os sem terras, os posseiros entre outros.

Durante a estação de estiagem, colocar pote de cerâmica rústico para armazenar água para uso doméstico, era a forma mais tradicional, centrados nas goteiras provenientes das calhas dos telhados. Deste modo, a noção do armazenamento é um elemento intrínseco na realidade semiárida. Partindo desta concepção, a ASA afirma que, a convivência origina-se do pressuposto da adoção da cultura do estoque, ou seja, do armazenamento. Assim, ressalva que, este estoque vai desde a água para usos diversos; consumo humano, produção de alimentos, e para servir aos animais até mesmo o estoque de alimento para família e também para criação animal e por fim não menos importante, o estoque de sementes para os anos seguintes de plantio.

Portanto, partindo da observação dos saberes locais relacionados ao estoque da água, configurou-se o primeiro programa de ação da ASA - Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Criado nos anos 2000, define-se como uma obra que visa atender à necessidade básica da população que vive no campo: água de beber. Isso ocorre por meio do armazenamento da água da chuva nos períodos das águas, ou período de inverno como popularmente se conceitua, este estoque permanece em cisternas construídas de placas de cimento pré-moldado ao lado das casas, captada a água pela calha nas telhas, a cisterna tem um formato cilindro, é coberta e fica

---

viabilidade econômica. As áreas de pasto não são individualizadas, nem possuem cercas para separar cada propriedade. Os animais de todos os sítiantes pastam livremente em toda a área, deslocando-se para as manchas verdes onde choveu recentemente. Com isso, eles evitam o super pastoreio e garantem animais bem alimentados ao longo do ano (SHISTEK, 2013).

semienterrada. Este volume de água é suficiente para abastecer uma família de até seis pessoas por um período de oito meses, tempo de uma estiagem nos anos normais.

A idealização deste modelo de estoque de água se deu pela ideia fruto de um agricultor sertanejo que ainda na década de 1950 saiu da Bahia para São Paulo, sua função nas terras paulistas era de ajudante de construção civil, fazendo piscinas em prédios espalhados na cidade. Após ficar desempregado, como de costume do retirante nordestino, volta para sua terra e por meio da oralidade conta essa história na comunidade, todos duvidaram dessa narrativa de guardar água em grande volume, porém foi desafiado a pensar uma piscina como uma tecnologia capaz de armazenar e guardar água, quando todos viram foi-se multiplicando e posteriormente hoje é utilizado como referência para política pública configurado no programa P1MC. Abaixo segue a imagem de cisternas das famílias agricultoras entrevistadas:

Foto 06 – Água armazenada em cisterna calçadão e para consumo



Fonte: Fotografado por Nirvanna Machado (2019).

Sob a luz da oralidade são diversas histórias contadas sobre os saberes locais na construção das estratégias de Convivência do Semiárido. Segundo Ab'Saber (1999), existem outras modalidades consideradas clássicas de obtenção

de água pelos que vivem mais próximos de regiões que possuem ribeira de rios intermitentes, essa estratégia está relacionada pela captação de água em estabelecimento de pequenas cacimbas rasas em pontos especiais do leito dos rios que perdem correnteza na estação seca.

É muito comum nos Sertões dentro das famílias agricultoras os meninos e as mulheres assumirem a função de carregar água, normalmente vão conduzindo jegues carregados de ancoretas para buscar água remanescente abaixo das areias, isso acontece durante o dia para atender a finalidades exclusivamente domésticas. Para as crianças habituadas puxar os jegues a tarefa é um tipo de brincadeira, mas que possui enorme utilidade na categoria do trabalho familiar, principalmente no trabalho da mulher, pois reduz sua sobrecarga de horas de trabalho. Estes procedimentos tradicionais de obtenção de água merecem consideração especial, são estratégias particulares de um povo.

A captação dessa água remanescente é feita em minúsculos poços, no interior do leito dos rios desperenizados. Costuma-se dizer que abaixo das areias expostas no leito seco existem estreitos fluxos de água sub-superficiais, como se fosse um rio subterrâneo de lentíssima correnteza sincopado por soleiras rochosas. Foi com base neste procedimento, que muitos técnicos propuseram um tipo de barramento subterrâneo, transversal ao leito seco dos ribeirões, visando barrar essa pequena e contínua corrente remanescente. Portanto, é dessa segunda prática que surge como tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e também dentro do programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) da ASA. A tecnologia de captação de água “barragem subterrânea”, tomando com princípio base o conhecimento local das famílias agriculturas, uma vez que, sua implantação consiste na construção em área de baixios, córregos, e riachos que se formam nos períodos das águas, tem como função reter a água em cima e dentro solo, formando uma vazante artificial temporária assegurando a umidade por um período de dois a cinco meses após a estação das chuvas.

Todavia, é importante destacar que, as estratégias de convivência não estão atreladas somente a água, embora se paute este elemento como o mais importante para reprodução social da vida no campo. No entanto, consideramos todos os outros elementos importantes, desde a conservação das matas nativas, os animais, os cultivos, o manejo dos solos, as relações sociais, os modos de vida e vários outros.

Com relação às estratégias baseadas no saber local, Ribeiro (2012) destaca a

identificação, a apreensão e a sistematização dos conhecimentos tradicionais locais que as famílias agricultoras do Sertão nordestino desenvolveram durante todo seu histórico de convívio com a terra, tanto no tocante às práticas desenvolvidas na agricultura, como estocagem de água, alimentos, forragens entre outros, quanto em relação à garantia da sua reprodução social, sobre os processos morfoesculturadores<sup>24</sup> da superfície terrestre. Nisso incluem-se como as diferenças entre as formas de relevo, suas características e relações com usos e manejos, podem e devem ser consideradas quando em uma intervenção dos órgãos estatais em seus planejamentos e através de políticas públicas voltadas aos meios e populações rurais, pois a autora parte da compreensão de que (...) a identificação das potencialidades do meio natural é um tipo de conhecimento mais do que obrigatório para uma discussão aprofundada das sérias questões sociais, econômicas e demográficas envolvidas na estruturação interna dos espaços Semiáridos (AB'SABER, 1999, p. 32).

Contudo, todo esse acúmulo também são conhecimentos culturais formados ao longo das gerações. Segundo Palhares (2010), estes conhecimentos são marcados pelos modos de vida, pela forma que os povos compreendem o mundo e suas representações. Dessa forma, para melhor compreender os saberes tradicionais relativos à seca dos sujeitos do Araripe, tornou-se necessário aprofundar a reflexão sobre memória, a história contada, sobre o tempo e paisagem das caatingas.

Portanto, a forma de observar a natureza e seu comportamento para tomada de decisão faz parte do que Toledo e Bassols (2015), conceitua como etnoecologia, esta concepção baseia-se na valorização do saber local. Os autores dizem que para poder compreender os saberes tradicionais, é então necessário entender a natureza da sabedoria local, ou seja, o método. É sobre esse viés que buscamos entender as estratégias de Convivência com Semiárido aqui propostas. Pautamo-las com base na complexa inter-relação, entre as crenças os conhecimentos e as práticas de estratégias de convivência edificada no tempo, observando seus significados, a sua valorização no contexto do Sertão do Araripe.

O conhecimento local sertanejo sobre as estratégias de Convivência com o

---

<sup>24</sup> É uma ciência híbrida que estuda o conhecimento de uma comunidade acerca dos processos geomorfológicos, levando em consideração os saberes sobre a natureza e os valores da cultura e da tradição locais enquanto a base antropológica da utilização das formas de relevo por dada cultura (RIBEIRO, 2015).

Semiárido, as previsões de chuva e seca, as decisões relacionadas às práticas agrícolas são expressas no diálogo, nas relações construídas, na religiosidade, na poesia e na musicalidade local. O verso cantado por Luiz Gonzaga revela uma das práticas de um vasto repertório cultural desenvolvido pelos sertanejos no enfrentamento das situações de seca no sertão: *Mandacaru quando 'fulora' na seca é o sinal que a chuva chega no sertão...* (Luiz Gonzaga - Xote das meninas).

A leitura, interpretação, a decodificação dos significados e dos sinais da natureza como forma de realizar previsões climáticas ou simplesmente a um anúncio da chuva, constitui um traço importante da construção das estratégias de Convivência com Semiárido, bem como, expressa o modo de vida do sertanejo, em especial para aquelas famílias agricultoras cujas atividades de produção agrícola dependem fundamentalmente dos recursos naturais e, conseqüentemente, de condições climáticas que lhes favoreçam (SILVA, ANDRADE e SOUZA, 2013).

Dessa forma, é por meio da observação sistemática que as experiências e estratégias de Convivência com o Semiárido surgem enquanto alternativa frente a períodos de grandes estiagens. As observações são instigadas pela incerteza da condição climática e, mais precisamente, pela ocorrência de uma possível seca nos Sertões.

Conforme Silva *et al.* (2002), são as famílias agricultoras que manejam melhor os complexos sistemas informacionais locais, isto é, melhor do que os próprios pesquisadores. Esta afirmação explica-se por conta que as famílias sertanejas são as experimentadoras, são elas que vivenciam ao longo de suas vidas diversos períodos de estiagens. E, por outro lado, diferentemente dos profissionais de pesquisa, eles não têm a perspectiva de generalizar os conhecimentos desenvolvidos localmente. Seu processo de experimentação tem nítido sentido de aplicabilidade local, isto é, o sertão tem um sentido muito mais complexo de que um lugar seco e adverso à agricultura.

Nesse sentido, entendemos que o paradigma da Convivência com o Semiárido, busca se afastar dos debates epistemológicos gerais sobre a natureza do conhecimento e enveredam-se na tentativa do entendimento do conhecimento ordenado e reordenado no cotidiano das famílias agriculturas que vivenciam as estiagens nos Sertões nordestinos, sejam elas anuais ou plurianuais.

É com base nessa perspectiva que a Convivência com o Semiárido germina sua base teórica, na ruptura do antigo modelo da modernização da agricultura no

Nordeste somado a concepção de Combate à Seca. Diferentemente, pauta a compreensão do resgate e a valorização dos saberes tradicionais das famílias agricultoras, sendo uma constituição de base inspiradora para a geração de novas estratégias capazes de alcançarem a convivência com o lugar, com as secas, com o espaço de vida e trabalho.

A crise decorrente da estiagem prolongada expõe a fragilidade e as contradições da economia capitalista do Semiárido, que se expressa na relação entre a concentração de terras, de água e poder, como também afeta diretamente a queda de produção da agricultura familiar (GALINDO, 2013). No entanto, embora ainda mantenham enraizadas muitas destas mazelas e injustiças, o Semiárido traz consigo estratégias que tem tornado a população sertaneja mais fortalecida e capaz de resistir (ASA, 2012), são sobre essas estratégias que as lentes da nossa pesquisa estão direcionadas.

Esse viés implica no investimento de políticas públicas permanentes e apropriadas que tenham como referência a expansão das capacidades das famílias, sendo necessário romper com as estruturas de concentração da terra, de água, de poder e do acesso aos serviços sociais básicos, ou seja, a construção de uma perspectiva de desenvolvimento junto a populações marcadas pela condição de pobreza (SILVA, 2006).

Essas expectativas foram inicialmente desencadeadas pelas organizações da sociedade civil organizada, com base no viés da Convivência com o Semiárido. Pode-se, portanto, definir a Convivência com o Semiárido como:

Uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no Semiárido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais (SILVA, 2006. p. 5).

Segundo Galindo (2008), as discussões sobre desenvolvimento sustentável devem ser pautadas na Convivência com o Semiárido, que defendam os debates sobre meio ambiente e que os investimentos produtivos possam satisfazer as necessidades das famílias sertanejas do presente sem comprometer a capacidade de futuras gerações.

Nesse sentido, Silva (2006) reforça a ideia de que a política de Convivência com o Semiárido requer o fortalecimento da sociedade civil e a participação cidadã

na formulação e conquista de políticas públicas apropriadas, rompendo com o clientelismo e a manipulação eleitoral da miséria, que por muito tempo se manteve na região. O saber aprendido por uma sociedade tem sempre em vista um fim prático, ou seja, ajudar a resolver problemas. Em razão disso, os povos ou comunidades se tornam dependentes desse saber que passa a permitir a longevidade dessa sociedade no Semiárido.

## 7 ANÁLISES DOS SIGNIFICADOS, MEMÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO A PARTIR DO ARARIPE

No âmbito desta pesquisa, o território do Araripe é visto como espaço riquíssimo de elementos culturais, conhecimentos empíricos, forte presença dos movimentos sociais, bem como com grande destaque as ONG's. Toda a caminhada pelo Território foi um processo de aprendizagem com as famílias agricultoras. Para tanto, recaptulamos que, os nomes das famílias entrevistadas são todos fictícios, fazendo alusão às plantas da caatinga, por meio de uma relação da representação de resistência. Abaixo segue parte do momentos das entrevistas em campo junto as famílias agricultoras:

Foto 07 – Agricultores do Araripe-PE



Fonte: Fotografado por Nirvana Machado (2019).



Ao abordamos a temática da Convivência com o Semiárido, partimos da compreensão de que este conceito discute tanto práticas agrícolas e pecuárias como o modo de vida das famílias sertanejas. De maneira genérica, são processos que emergem a partir de experiências sistematizadas de agricultores e agricultoras sertanejos(as), que, a partir da sua vivência, exercitam, no espaço rural, processos cotidianamente da convivência, isto é, descobrem significados do lugar e socializam com outros(as) agricultores(as) observações, descobertas, aprendizados e resultados (BAPTISTA E CAMPOS, 2013).

Assim, entendemos que a construção do conhecimento está intrínseca na criação humana, uma vez que todo ser é capaz de produzi-lo. Segundo Pontel, Conti e Araújo (2013), além do conhecimento fazer parte da criação humana, esta é também um produto da capacidade e esforço de pensar, olhar, escutar, entender e viver o mundo, atribuindo-lhe significados e sentidos, isto é, a construção sobrevém da educação e do desenvolvimento das capacidades que forjamos na convivência social e na produção da sobrevivência, tanto na relação com a natureza quanto com os demais seres humanos.

Destacamos que esta educação não se refere somente à formal, mas sim a todo o processo de aprendizagem proveniente também da educação não formal. Surge da oralidade, da história contada, da transmissão de conhecimento acumulado, da educação contextualizada<sup>25</sup> com a realidade do Semiárido, do saber fazer próprio do modo de vida sertanejo e, conseqüentemente, da observação crítica do mundo ao seu redor.

Desse modo, definimos a construção do conhecimento para a Convivência com o Semiárido como um processo de criação coletiva da aprendizagem de maneira relacional entre as famílias agricultoras sertanejas, técnicos extensionistas, acadêmicos, ONGs e movimentos sociais como um todo, além da sua relação com a natureza. A soma destas relações são capazes de construir projetos diferenciais para o contexto da realidade do Semiárido, como vem sendo construído na rede de organizações ASA-Brasil. Esta experiência destaca-se pela integração dos sujeitos, manifesta-se no campo do diálogo do saber tradicional e científico, melhor dizendo, o conhecimento empírico e científico das características ambientais das caatingas,

---

<sup>25</sup> Educação contextualizada se refere ao tipo de educação que, na medida em que ela parte da realidade da vida, com seus limites e potencialidades, constrói conhecimentos para a modificação dessa mesma realidade, considerando as pessoas como produtoras de conhecimento (BAPTISTA E CAMPOS, 2013).

dos Sertões, do Semiárido, bem como as propriedades sociais e culturais são os objetos do debate entre esse conjunto de sujeitos.

Nesse contexto, a construção do conhecimento para Convivência com o Semiárido não está definitiva. É um processo em formação e encontra-se com um grande desafio: aproximar o conhecimento tradicional das famílias agricultoras junto ao conhecimento científico acadêmico, tendo em vista que estas duas formas de saber coexistem nos territórios, principalmente, naqueles onde há uma forte atuação das ONGs. No caso do Sertão do Araripe, a ONG Caatinga e Chapada, que se destacam pela orientação de sua atuação no Território com base na Convivência com o Semiárido e a agroecologia.

Importante destacar que, durante o *V Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores*, realizado em 2019 na cidade de Juazeiro do Norte-CE, um dos painéis tinha como denominação: *Diálogo entre a sabedoria popular e a ciência para a construção dos conhecimentos da Convivência com o Semiárido*. Neste espaço, a pesquisadora Gema Galgani (2019) afirmou que estamos vivendo um intenso momento de mudanças de paradigmas no pensamento dominante em que pauta a ciência moderna. A intencionalidade de criar, cada vez mais, uma afinção entre o saber popular e a ciência moderna diz que a racionalidade, que sustenta a forma de pensar hegemônica, não é capaz de criar soluções para as crises que o planeta vive, e que é urgente sintonizar o saber intelectual com o saber empírico e intuitivo.

Portanto, entendemos que, diante das secas nos Sertões, não se cabe mais o modelo de pensamento hegemônico para acabar com elas. Faz-se necessário outra forma de intervenção de maneira crítica e propositiva. Conforme Pontel, Conti e Araújo (2013), esta postura crítica e criativa requer que tenhamos a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar à realidade de semiaridez, mas, sobretudo, para intervir, recriar e transformar a realidade por meio do movimento permanente de ação-reflexão-ação.

Logo, no âmbito desta concepção, encontramos, nesta pesquisa, agricultores(as) experimentadores(as), profetas conhecedores do Semiárido, que, ao longo de suas vivências, acumularam saberes, interpretaram o lugar e hoje utilizam tanto desses conhecimentos tradicionais quanto de informações científicas e meteorológicas, químicas, físicas, entre outros. Questionam e refletem sobre a realidade do lugar e partir de seus aprendizados desenvolvem suas estratégias de

Convivência com o Semiárido. Nesse sentido, o agricultor Palma diz que: *o primeiro aprendizado para conviver e permanecer no Sertão é guardar; guardar alimentos é uma das saídas. O primeiro aprendizado antes de tudo é aprender o lugar onde que se vive, entender como funciona.*

É importante destacar que os elementos que compõem a Convivência com o Semiárido vão desde as tecnologias sociais e infraestrutura física a aspectos identitários, culturais, crenças e religião. No entanto, observamos que todos(as) os(as) agricultores(as) são conhecedores(as) de datas específicas, dias santos para tomada de decisão de plantio (uns chamam de crença, outros de superstição). Verificamos que esse elemento vem se perdendo frente às instabilidades e mudanças do clima observadas. No caso do agricultor Facheiro<sup>26</sup>, ele diz que a tomada de decisão para plantio está relacionada a crenças de datas religiosas, a exemplo do dia 13 de dezembro, Dia de Santa Luzia. Ainda na época de seu pai, colocavam várias pedras de sal numa tábua com os nomes dos doze meses do ano:

Cada uma letrinha daquela, uma pedra de sal, aquela que chorasse, amanhecesse o dia escorrendo, era o mês que mais ia chover. Só que daí pra cá eu fiquei pensativo, o pessoal sempre fazendo, eu acho que nem lembro se eu fiz algum ano, porque assim, hoje a tecnologia tá tão grande que o satélite lá em cima tá captando planeta terra primeiro, pra ver as mudanças de um dia pra outro, tanto quanto pra dizer que não vai haver mudança, e aí agora eu assistindo e acompanhando, rapaz, eu sei lá, não sei se acredito em santo mais não. Eu acho que teve mudança daquelas coisas que eu acreditava, porque assim, a pior coisa do ser humano é acreditar nas coisas divinas. A maioria hoje dos ser humano, tanto dos agricultor que antigamente tinha uma confiança em Deus, e confiava na natureza, perderam a confiança (FACHEIRO, 2019).

Com isto, constatamos que existe uma percepção de práticas culturais que se faziam antes e na atualidade, porém há uma reflexão sobre a ação, e não apenas uma reprodução pacífica. Se no passado a crença religiosa e/ou superstição era(m) a única fonte de informação, há também uma certeza de que os invernos eram mais regulares. Este fator leva as famílias a repensarem suas estratégias. Atualmente, não se pode falar em Convivência com o Semiárido sem considerar o conhecimento empírico dos(as) agricultores(as). Este conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 31). A forma de se fazer agricultura, a escolha das áreas, das sementes, o período de

---

<sup>26</sup> Nome fictício.

plântio são constituídos pela soma de conhecimentos acumulados e pela aprendizagem dos antepassados, como relata o casal Umbuzeiro (2019):

Rapaz, quem me ensinou escolher terra foi o meu pai. Sempre ele dizia: “meu filho, oh, o caba tem que caçar um local de terra mais baixo”. [...] a melhor área que a gente escolhe é caçando as terras mais macias, mais baixas, que o molhado permanece mais.

Assim, verificamos que este saber também se aperfeiçoa no tempo, pois a família relata testar a produtividade da área, e assim vai selecionando a melhor terra para introduzir seus roçados. Esses conhecimentos são compartilhados entre vizinhos, familiares e repassados de mãe/pai para filho(a) e/ou muitas vezes sistematizados pelas ONGs em cadernos, folhetos, vídeos, matérias etc. Atualmente existem também encontros de profetas da chuva em que se reúnem agricultores(as) com suas experiências e observações empíricas juntamente com cientistas meteorologistas. No caso do território estudado, tem a Rede de Agricultores(as) Experimentadores(as) do Araripe, composta por famílias agricultoras, organizações sociais, universidade, ONGs, entre outros, promovendo a troca de saberes sobre o Semiárido.

Apesar de esse avanço das redes de experimentadores(as) ser notório, ele ainda ocorre em um ambiente onde predomina um modelo técnico construído sob a égide de uma visão essencialmente difusionista, pois as escolas técnicas e universidades ainda carregam em sua maioria uma pedagogia disciplinar, que muitas vezes é descontextualizada com a realidade dos Sertões. Contudo, a emergência e o fortalecimento do papel dos(as) agricultores(as) experimentadores(as) também provocam profundas mudanças no seio das organizações de apoio e, em particular, de assessoria técnica e pesquisa. São novas formas de trabalho que escutam e consideram também importantes as experiências vividas pelas famílias agricultoras, uma vez que estas experiências não somente procuram interpretar os sinais da natureza, mas também são capazes de dar significado aos fenômenos que nela ocorrem.

Conforme Folhes e Donald (2007), a sensibilidade das famílias agricultoras no Sertão, por meio da sua observação, apresentam duas funções: a primeira é atribuir significado aos fenômenos que ocorrem na natureza, e a segunda é interpretar o significado dos eventos. Com efeito, os autores afirmam que todas as experiências

culturais são importantes, uma vez que foram acumuladas em determinadas circunstâncias ambientais, em períodos específicos, nas quais têm sido vistas como um elemento crucial para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis para a Convivência com o Semiárido.

Por esta razão, as estratégias de Convivência com o Semiárido tomam como base esta abordagem orientada pelas observações e experimentações dos(as) agricultores(as). Baseia-se na necessidade de se entender os seus conhecimentos e habilidades, tendo em vista que são eles(as) que vivem num ambiente particularmente complexo do ponto de vista climático.

Este valor voltado para o conhecimento tradicional é fortemente pautado desde a formação da ASA em 1999. Conforme Teixeira (2017, p. 9), neste período surgem propostas pautadas no conhecimento tradicional como soluções para o processo de combate à desertificação na COP-3. A solução para os problemas da desertificação foi apontada, com destaque para as técnicas tradicionais de produção agrícola, o que significa aplicar os conhecimentos tradicionais no modo de fazer agricultura. Assim, entende-se que o conceito de tradicional volta-se a grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 27). Para nós, acrescentamos que este tradicional não está parado no tempo, mas, sim, composto de elementos resgatados e ressignificados ao longo do tempo.

## 7.1 ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA ALICERÇADAS NO SABER TRADICIONAL

A construção das estratégias de Convivência com o Semiárido olha para a capacidade dos(as) sertanejos(as). Compreende-se que esta capacidade foi construída ao longo da história e que, de alguma maneira, permitiu que as famílias agricultoras permanecessem no lugar. Por sua vez, esta capacidade é uma construção. Ela está relacionada à capacidade de criar as estratégias, não é de alguém que tem o dom da sabedoria, mas é resultado de um acúmulo e de um processo que foi construído e, de certa forma, está no DNA de todo(a) sertanejo(a). A questão é despertar isso. “É fazer isso aparecer, você lembrar-se de fazer as práticas, é ser provocado”, afirma a ASA-Brasil (2019, p. 01).

Nesse sentido, Pontel, Conti e Araújo (2013) chamam a atenção para a

seguinte questão: para construir esta perspectiva da convivência, é necessário fazer um longo exercício de desconstrução, que se inicia com a desmistificação da mentalidade que nos fez crer que o Semiárido seria um lugar de vidas secas. Esta concepção foi construída e reproduzida por séculos e também perpassa pela mente das famílias agricultoras.

Além desta desconstrução, também se faz necessário repensar o modelo de agricultura que se adapta melhor ao lugar. Por muito tempo também se reproduziu o modelo introduzido pelos colonizadores, o modelo da fazenda, dos grandes donos de terras criadores de gado responsáveis em maior parte pela substituição da vegetação nativa da caatinga por capim exótico. Como afirma o Agricultor Facheiro (2019): *Porque na época quem desmatou com aquela ganância de enricar, “ah vou fazer mais desmatamento pra poder plantar capim”*. Segundo este agricultor, esse modelo de produção sempre foi aplicado pelo grande fazendeiro, por ter muitas terras, mas alguns pequenos e médios almejavam aquela fazenda, porém os pequenos se mantinham mais com criações de pequeno porte:

Nós, os pequenos, criava era bode solto na caatinga, uma porque se adaptava melhor, porque ninguém criava ovelha, a maioria lá era assim. Do pessoal que não era assim, era o filho de fazendeiro, aqueles que já tinham o hábito de criar o gado, o gado era mais para os fazendeiros, os pequenos agricultor criava galinha, cabra, porco pra alimentação da família.

Silva (2006) ressalva a importância da caprinocultura para o Sertão:

A criação de animais diversos funciona como uma reserva monetária para os períodos em que a produção é mais escassa. Especialmente a caprinocultura e a ovinocultura se mostram bem adaptadas à região, ao mesmo tempo em que produzem o adubo que é utilizado para melhorar a qualidade do solo e a absorção de água pelo mesmo (SILVA, 2006, p. 236).

Portanto, é como base nesta concepção de criação de animais de médio e grande porte que muitas famílias garantem a sua permanência, segurança alimentar, uma poupança viva acessada quando se faz necessário. Para isto, as famílias desenvolveram estratégias, resignificaram práticas no modo de criar e plantar, que serão abordadas na sequência.

## 7.2 A CRIAÇÃO ANIMAL: A POUPANÇA VIVA NO SERTÃO

Conforme Silva (2006), a atividade da caprinocultura praticada em maior parte pelas famílias agricultoras sertanejas é um tipo de criação animal mais adaptável para a região. Devido à rusticidade desses animais, facilita a adaptação às condições do meio natural. Assim, encontramos a criação de caprinos/ovinos em todas as famílias. No entanto, todos criam ou já criaram o gado, ou conciliam as duas atividades. Quando se questiona qual é mais rentável em função do manejo, despesas, custos, é unânime a caprinocultura, mas verificamos que há ainda existe uma forte defesa pela criação do gado.

Esse processo de desconstrução do modo de fazer agricultura e pecuária perpassa pela agricultora Aroeira (2019), pois já vem nos últimos sete anos de seca, sem nenhuma cabeça de gado bovino. Ela diz que a cabra e a ovelha se adaptam mais fácil na caatinga, tanto consome menos alimento quanto água, e reproduz mais rápido e, mesmo assim, neste período de seca prolongada, diminui as cabeças, permanecendo apenas com poucos animais:

Nós fica com uns 10, que é só o suficiente pra gente poder manter, às vezes a gente fica com 5 cabras, 5 ovelhas, 1 carneiro, 1 bode pra poder sustentar, aí quando as coisas vai melhorando a gente vai indo e tenta aumentar um pouco.

Notamos que, no caso da agricultora Aroeira (2019), a alimentação da caatinga tornou-se escassa, da mesma forma que o agricultor Facheiro também citou. Este fato ocorre por conta da devastação em tempos passados, como explicou: “*com a plantação de capim, a caatinga foi devastada, somado ao período de sete anos de seca, o solo descoberto, houve um processo de degradação da terra*” (FACHEIRO, 2019).

Como alternativa, faz-se ração com as folhas de maniçoba<sup>27</sup>, coloca para secar e preparam-se os fenos. A agricultora Aroeira (2019) relata ter aprendido essa técnica por meio de capacitações com a ONG Caatinga e Chapada. Outra técnica utilizada como alternativa para a alimentação utilizada pelos agricultores Mandacaru, Juazeiro e Imburana é a raspa da raiz da mandioca desidratada. Segundo a Embrapa Semiárido (2013), essas técnicas de fenação são uma ótima forma de

---

<sup>27</sup> A maniçoba (*Manihot pseudoglaziovii*) é uma planta nativa da caatinga que apresenta características forrageiras importantes, como alta palatabilidade e valor nutritivo.

garantir alimentos para os animais na seca e com baixo custo.

Frente aos períodos secos, as famílias desenvolvem suas estratégias para melhor manejar suas atividades agropecuárias sem precisar se desfazerem totalmente dos animais. Além dessas técnicas, os agricultores Juazeiro (2019), Mandacaru (2019), Aroeira (2019) e Imburana (2019) fazem silos para armazenamento de alimentação animal, plantam no período chuvoso: milho, sorgo e capim elefante, trituram na forrageira e armazenam para o período escasso, em que a caatinga perde as folhas.

No caso da agricultora Juazeiro (2019) e seu esposo, relatam que a quantidade calculada é de 12 toneladas para alimentar os animais durante oito a nove meses, período este que não chove no Sertão. Para manter seus animais de forma segura, o casal mantém uma média de 10 cabeças de gado e 40 cabeças de cabras e ovelhas. Sempre que passa desse número, procura vender para que assim o casal consiga a alimentação animal e água suficiente para todos, conforme afirma:

A meta máxima é sempre manter de 10 cabeça abaixo de gado, pois com a estrutura que eu tenho de armazenamento de alimentos é o que consigo manter. Sempre que ultrapassa nós busca tirar pra vender. Os caprinos e ovinos, a meta é 30 cabeças. Se aumentar o número de animais, ao invés de ter lucro você tem é prejuízo. E a criação animal precisa sempre ter pra ter o lucro, pois precisa cobrir os gastos com cerca, arames, manutenção dos maquinários.

O agricultor Mandacaru (2019) diz ter aprendido a prática da silagem com seu pai, os demais foram por meio de capacitações e trocas de experiências com outros agricultores. Apenas com o último casal, a prática de silagem foi aprendida por meio de uma reportagem do Globo Rural. Esta forma de aprendizagem pode ser considerada também uma forma da ação da extensão rural pelo veículo de comunicação. Conforme afirma Andrade Neto (2014, p. 05): *o Globo rural atua como uma ferramenta para a Extensão Rural, com uma grande vocação pedagógica para disseminar informação científica.*

Estas alternativas de armazenamento de alimentos para os animais em períodos com maior abundância nos mostram, por meio destas famílias estudadas, que, na região Semiárida, as plantas são suficientes para os animais viverem bem. No entanto, muito do que é produzido ou disponibilizado pela natureza é desperdiçado. Por isso, um elemento chave da Convivência com o Semiárido consiste em guardar, principalmente, o alimento para os animais. Assim,



destacamos aqui, na pesquisa, algumas técnicas de armazenamento de alimentação para eles (BAPTISTA e CAMPOS 2013).

Outra prática bastante utilizada são os cultivos de plantas adequadas ao Semiárido, que podem ser utilizados na produção de forragens, como: palma, mandioca, melancia forrageira, feijão guandu, sorgo e outras. Dos 11 entrevistados, todos cultivam a palma; por ser uma planta resistente, consideram como alternativa para alimentação animal. Porém, em períodos em que as chvas demoraram chegar até a palma não resiste à seca, os agricultores Facheiro (2019), Aroeira (2019), Palma (2019), Juazeiro (2019) e Imburana (2019) relatam ter cortado outras cactáceas, como alternativa. A mais utilizada é o mandacaru, cortam-na e queimam-na para retirar os espinhos e servem para alimentação do gado. Quando esta última alternativa também se escassa, só resta uma: vender parte dos animais para comprar alimentos no mercado para a semente animal que permanece. Facheiro afirma: *A solução que eu sempre tenho pensado quando eu vejo a seca entrar assim logo cedo, e entrar sem ter chuva, é descartar parte do animal. É a primeira atitude que um agricultor pensa* (FACHEIRO, 2019).

Aqui encontramos uma segunda afirmação, a primeira do agricultor Palma é guardar alimentos, esta segunda é descartar os animais. Isto nos leva a pensar qual o tempo da tomada de decisão. Maior parte das famílias se baseia pela observação da natureza para afirmar sua certeza se a seca irá se estender ou não.

Veremos na subseção 7.6, as formas de aprendizado pela observação da flora, fauna e astros.

### 7.3 AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS NO RASTRO DA CHUVA E AS SEMENTES CRIOLAS

Frente aos anos de seca, maior parte das famílias entrevistadas afirma que, nas suas propriedades rurais, a renda é proveniente da pecuária: cabra, ovelha, galinha e porco, em sua maioria, pois, com os anos de seca, faz mais de oito anos que não se planta e colhe em quantidade para comercialização do feijão, milho, fava, entre outros. O agricultor Caroá (2019) diz que a partir de 2012 a seca foi se intensificando, então quase não colheu feijão: *2011 já foi mais ou menos, agora 2012, 2013... caba, tu é doido! Foi cruel demais! Eu só tirei 5 kg de feijão*. Já agricultora Aroeira (2019), na entrevista da pesquisa, referindo-se a seca de 2018,

relata ter perdido a safra também:

Nós plantemo ano passado e perdemo, perdemo o milho, as chuvas pouca não segura não, no ano passado nós tivemos uma experiência, nós perdemos uma semente de milho, milho tardão, milho bom, desse milho mesmo de passar o tempo. A gente plantou no mês de dezembro, deu a chuva, aí nós plantemo, nós plantemo o milho e o feijão, né?! Aí eu disse “não planta esse milho todo não, pode não chover agora, e ele não resistiu”. Foi dito e certo, plantei o milho e ficou deste tamanho (AROEIRA, 2019).

No geral, as famílias relatam que, nesses anos de secas seguidas, as colheitas são quantidades mínimas, muitas vezes não são suficientes nem para alimentação delas. Segundo Aroeira (2019): *nunca mais teve esses inverno não pra tirar pra vender, né?! Melhor deixar pra consumo*. No caso do agricultor Caró (2019), com 5 kg de feijão não é suficiente para sua família que conta com cinco pessoas.

Nestas condições de anos secos, as famílias vão observando o que melhor se desenvolve. Este é o caso da agricultora Aroeira (2019), que, neste ano de 2018, ainda conseguiu colher quase 60 kg de feijão. Ela afirma que este resultado devesse a uma semente crioula de feijão, que é resistente e consegue manter-se mesmo com baixa pluviometria:

Plantei em dezembro, passou o mês de janeiro todinho sem dar uma chuva, sem um pingo de chuva, nós perdemos a semente do milho, porque a gente plantou todo, e o feijão, ele resistiu, passou o mês de janeiro [...] sem chuva, quando veio chover foi em fevereiro, eu falei “meu filhinho, se limpar aquele feijão ele vai melhorar”, oxe! Eles foram limpar esse feijão parece que foi pra dizer assim “oh, olha aí como é que se faz, nós chama ele de trivissia. É uma semente resistente, resistente, mas deu feijão nós tamo lá com feijão guardado, nós tiremo quase 2 sacos de feijão. Eu digo que é feijão pra nós comer o ano todinho. Nós têm ainda.

Logo, essa semente será guardada e conservada para próximos plantios. A conservação da diversidade de sementes locais é uma das estratégias de convivência. Os nomes destas sementes variam de acordo com cada região, podem ser conhecidas como sementes tradicionais, sementes da resistência, sementes da gente, sementes nativas, sementes caboclas, sementes da vida, sementes da paixão e sementes crioulas, como chamam no Sertão do Araripe.

Segundo Rocha (2013), o domínio das sementes locais pelas famílias e comunidades é uma condição para que elas estruturam e mantenham sistemas produtivos, ou seja, é de suma importância para que as famílias garantam sua

autonomia, uma vez que, com a instabilidade das chuvas, no momento em que esta chega, normalmente contam-se duas ou três chuvas, eles já precisam plantar. O agricultor Mandacaru (2019) diz que observa para plantar a partir da segunda chuva, pois normalmente no oitavo dia, após essa segunda chuva, vem outra seguinte. A agricultora Aroeira (2019) prefere plantar após a terceira chuva, entre dezembro e janeiro. Facheiro (2019) afirma que: *Não se pode perder o rastro da chuva, se errar a primeira vez, fazemos um segundo, terceiro plantio; ano passado eu errei, plantei três vezes e perdi.*

Além dessas sementes, foi possível encontrar outras variedades que vêm sendo resgatadas de seus antepassados. O agricultor Facheiro (2019) conserva a variedade de feijão triverde; o agricultor Cacto (2019) conserva as sementes do feijão Canapu verdadeiro e Chico Modesto, ambos de gerações passadas; já o agricultor Caroá (2019) conserva o feijão Santo Inácio, que afirma ser da região, e o Bacural, ambos crioulos. Ademais, este último agricultor relata ter plantado uma vez o feijão-caupi (semente melhorada), um cultivar desenvolvido pelo Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA), em que, segundo as informações, este seria um cultivar de tempo mais curto e adaptável para as chuvas poucas, porém relata que este foi mais susceptível ao ataque do pulgão (*Aphis craccivora Koch*) e não colheu nada; já essas outras sementes, o agricultor Cacto (2019) relata serem mais resistentes e produtivas:

Uma vez eu plantei, naquele terreno que eu tinha acolá, plantei 35 kg de feijão, não sabe?! Eu plantei 35 kg, pra você vê. 35 kg não é muito pra passar o mês, é coisa pouca, né?! Plantei 35 kg e produziu em 45 sacos, não produziu?! Do Chico Modesto. Ele saiu dando o que... na época saiu 10 sacos por tarefa, 10 ou mais. Produziu, rapaz. Plantar 35 kg e produzir 45 sacos, né?!

Por meio dessas observações, as gerações vão selecionando as melhores sementes. A primeira característica são as que consigam produzir com baixa pluviometria; a segunda é a resistência à praga e a doenças, assim criam seus estoque, trocam, doam, compartilham. Como relata o agricultor Facheiro (2019), durante a entrevista realizada no *VI Encontro de Agricultores(as) Experimentadores(as) do Araripe*:

[...] eu até tenho um pouco aqui, tenho do milho branco, do milho asteca, feijão triverde. Pesquisadora: trouxe para trocar? Facheiro: não, pra dar

uma distribuição, que é onde eu vou, eu trago um pouquinho de sementes, eu não sei se amanhã eu posso ter, ou posso não ter, e alguém pode ter, eu já não perdi a semente do triveiro porque eu fiz uma troca mais um senhor, aí ele foi e tirou, e eu perdi muito em 1 ano.

Da mesma forma, a agricultora Palma (2019) e seu esposo são conhecidos na região por serem guardiões de sementes. Durante a pesquisa de campo foi possível visualizar parte dessas sementes como mostra as fotos abaixo:

Foto 08 – Sementes dos Agricultores do Araripe-PE



Fonte: Fotografado por Nirvanna Machado, (2019).

Ambos mantêm um banco de sementes na sua residência, e dizem terem um slogan: *Choveu, plantou; criou mato, limpou; tu colhe seja o tanto for e colheu, guardou, que da outra vez você tem. Vocês deve valoriza sua semente.* Todo ano também doam, trocam e distribuem sementes com a vizinhança na comunidade.

Assim, observamos que as sementes fazem parte da convivência, principalmente do espírito de solidariedade, de uma rede de relações. O processo de observar, selecionar e estocar são contínuos na vida destas famílias, além da relação de confiança estabelecida entre as famílias.

Porém, importante destacar que, em anos de secas prolongadas, as famílias chegam a se alimentar das sementes, em último caso é a alternativa que fica. Quando isso ocorre, inicia-se o processo de vulnerabilidade, pois, quando as chuvas

chegam, elas precisam recuperar as sementes para o plantio. Nesse momento, ainda é possível encontrar a solidariedade entre vizinhos e familiares nas doações, ou até mesmo as trocas por meio de bancos/casas comunitárias de sementes. Isso mostra que o resgate da construção do conhecimento possui raízes comunitárias, ou seja, são coletivas, relacionais entre os sujeitos, faz-se no entendimento de que nas comunidades rurais existe um sistema de troca de informações, produtos, sementes e conhecimentos entre os sujeitos, que permitem a permanência; configura-se em práticas e manejos como uma combinação de alternativas. Em todos os casos, as famílias afirmam que a prática de guardar as sementes é antiga, porém o armazenamento de forma coletiva em bancos/casas de sementes é fruto da ação extensionistas das ONGs.

Segundo Silva R (2006), os bancos de sementes comunitários, sejam de origem vegetal e/ou animal, são formas capazes de resgatar, preservar e ampliar a variedade e a quantidade de sementes adaptadas à semiaridez. As seleções são técnicas de observações que trazem de seus antepassados.

O agricultor Umbuzeiro (2019) e sua esposa relatam que a seleção das sementes é realizada por tamanho:

A gente tem que escolher aquelas partes que a semente é mais graúda, mais bonita pra gente poder plantar, né?! Que se... aquelas que já é fraquinha nem tem como vir uma produção boa, né?! Eu acho que é assim, porque eu mesmo quando vou plantar eu tenho que escolher as sementes mais bonitas. Que nem milho mesmo, que nem feijão, nós tudo já separa antes.

Por sua vez, esta família diz que a primeira safra já vai separando as sementes para o próximo ano, esta é uma forma de garantir o estoque. Da mesma forma, o agricultor Angico (2019) também segue o mesmo processo na seleção:

Rapaz, a gente escolhe a semente a melhor que tem é a que a gente deixa pra plantar. Mais graúda, semente mais limpa, se tiver alguma mistura a gente cata. Aí, no milho, você quebra aquelas espigas mais... mais maior, mais boa, aí separa por enquanto, e o feijão é a primeira paia.

O agricultor Cacto (2019) afirma: *A semente mais limpa, né?! Assim você seleciona a semente, uma semente boa, que não tenha mistura, que produz melhor e não fica aquele negócio bagunçado crescendo desigual.*

Desse modo, apenas o agricultor Jitirina (2019) afirmou não fazer a seleção

da semente. Para ele, quando chega o período, planta qualquer semente: *O milho, é qualquer milho, não tem escolha não. É bem difícil.*

Ademais, o casal de agricultores umbuzeiro (2019) chama atenção para a seguinte questão: *nem sempre a semente para plantio precisa ser grande, o mais importante é ser sadia, já que quando as chuvas são poucas as sementes ficam pequenas, o que importa nessa condição são sementes saudáveis.*

Com esse conjunto de informações, analisamos que os Sertões são cheios de significados; para cada ação, um detalhe, as famílias criaram suas estratégias. Segundo Baptista e Campos (2013), o Semiárido não é um espaço improdutivo; nele crescem e vivem animais, plantas e árvores nativas. As pessoas plantam e colhem. Chove no Semiárido, se não de modo abundante, mas de modo suficiente para assegurar a vida. Acontece, porém, que muito do que se produz e que a natureza disponibiliza no Semiárido não é suficientemente explorado, pois, apesar das condições oportunizadas pela natureza, pelo conhecimento autóctone e pelas instituições de assistência técnica, ainda não se desenvolveu um conjunto suficiente para que o sertanejo venha ter condições de guardar o que produziu em tempo de colheita, seja abundante ou não e, assim, garantir a vida e a segurança alimentar humana e animal.

Segundo Santos, Curado e Tavares (2019), já existem estudos, realizados na Paraíba, em Sergipe e no Ceará, pela Embrapa, em parceria com organizações que fazem parte da ASA, com variedades crioulas de milho e de feijão. Esses estudos têm confirmado o que os(as) agricultores(as) sabem desde sempre: que as sementes crioulas são adaptadas às características ecológicas do Semiárido e respondem a contento a todas as necessidades de quem as planta. Corroborando em esta ideia, Teixeira (2017) diz que as técnicas tradicionais agropecuárias têm sido também levadas para outros institutos de pesquisa no âmbito regional, nacional e internacional e têm sido amplamente desenvolvidas por pesquisadores em diferentes áreas de conhecimento.

Nesse contexto, os autores Santos, Curado e Tavares (2019) dizem que as famílias sertanejas têm a tradição de produzir, armazenar e conservar as sementes em suas casas, ao longo de gerações, são conhecimentos herdados de seus antepassados. Como afirma o agricultor Umbuzeiro (2019): *Isso aí já vem dos mais velhos mesmo e o caba tem que ir trabalhando e aprendendo. Se não aprender aí, não aprende mais não.* Da mesma maneira, o agricultor Imburana afirma que: *Eu*

*mesmo só ficava sem feijão que eu guardasse se eu não tirasse, se eu tirasse... isso aí foi um ensino da minha vó.*

No âmbito desta técnica do estoque, com base nas famílias entrevistadas, observamos uma mudança, na forma de armazenamento, pois atualmente todas as famílias usam garrafas pets para estocar. Apenas o agricultor Juazeiro (2019) e Imburana (2019) armazenam em tonéis de zinco. Esta forma é mais antiga. Além delas, os agricultores Jitirana (2019), Angico (2019), Facheiro (2019) e Aroeira (2019) recordam seus pais armazenando em paiol; no caso do milho, armazenava-se direto na espiga.

O agricultor Mandacaru (2019) considera que parte das técnicas utilizadas no passado, para a contemporaneidade, não serve mais. Por esta razão ele busca intercalar o antigo e o moderno, pois também afirma que algumas técnicas ainda fazem sentido:

Eu aprendi muita coisa com meu pai, só que hoje a gente busca umas técnicas melhoradas, né?! Pra gente poder trabalhar, porque tem muita coisa que a gente pega dos nossos pais que nem sempre dá certo, né?! Tem muitas coisas que a gente pode adaptar (MANDACARU, 2019).

Este agricultor relata ter se afastado mais de decisões relacionadas a superstições, mas em dias santos ainda escuta sua mãe, que aponta o dia de plantar, afirmando o momento em que as sementes devem ir para a terra.

#### 7.4 ÁGUA É VIDA: O ESTOQUE HÍDRICO COMO ESTRATÉGIA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Em meio aos processos de aprendizagem para a construção da Convivência com o Semiárido, além do estoque de sementes, outra forma bastante evidente em totalidade das famílias entrevistadas é o armazenamento da água. Conforme Baptista e Campos (2013, p. 54), o acesso à água para a população é um direito humano fundamental, que precisa ser garantido na perspectiva da segurança alimentar e nutricional:

Este direito está nas leis, nos documentos das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional e em muitos documentos oficiais e das organizações da sociedade civil, mas muitos homens e mulheres ainda não têm assegurado o seu direito à água para o consumo humano e para a produção.

No caso das 11 famílias entrevistadas, todas têm a cisterna destinada ao consumo humano, nove têm a cisterna calçadão de 52.000l, destinada à produção, porém em anos de secas as famílias afirmam que a calçadão não é suficiente para produção. No caso dos agricultores Facheiro (2019) e Umbuzeiro (2019), eles afirmam que a água não é suficiente para produção destinada à comercialização:

Não dá, só dá se for pra consumo de casa, se você disser: “vou plantar e vou vender, ela seca dentro de poucos dias, não tem como recolher mais, mas eu sempre tenho dito lá com os agricultor da região de onde a gente se reúne, uma tecnologia que agora a prefeita da cidade, a tecnologia do nordeste é o reuso de água (FACHEIRO, 2019).

É notório que apenas a cisterna calçadão ainda não é suficiente, mas ele considera o conjunto das tecnologias, fazendo referência ao Bioágua<sup>28</sup> como mais uma opção. Estes dois últimos agricultores utilizam a cisterna calçadão enchendo de açude e barreiro uma vez por semana, para assim garantir a produção de coentro, alface, tomate, rúcula, pimentão, tomate, entre outras. Essas variedades cultivadas são comercializadas nas feiras agroecológicas locais.

Já a cisterna de 16.000l destinada para consumo humano, quando utilizada apenas para beber e cozinhar, garante o armazenamento de dois a três anos para famílias pequenas, como é o caso dos agricultores: Juazeiro (2019), Jitirana (2019), Palma (2019) e Aroeira (2019). A agricultora Umbuzeiro diz que essa lógica de armazenamento da água é uma cultura antiga: *Aprendi a lógica de economizar desde alimento, água, todo tipo de consumo. Meus pais ensinaram que tinha que fazer render, e ainda hoje uso essa lógica.*

A agricultora Aroeira (2019) faz a mesma afirmação: *aprendi que é preciso guardar alimentos, já era assim. Meu pai já fazia isso, só que era diferente do tempo que ele guardava, mas mesmo assim a gente continua, né?!*

As tecnologias sociais de captação de água são um dos elementos que garantem a permanência das famílias no Sertão: *se não tivesse a atual estrutura de armazenamento de água eu iria precisar ir embora, ou não poderia criar nenhum tipo de animal (JUAZEIRO, 2019).* Ir embora foi uma alternativa relatada pelos agricultores: Jitirana (2019), Aroeira (2019), Juazeiro (2019) e Mandacaru (2019). Todos estes, na seca de 1993, abandonaram suas terras, e todos afirmam que

---

<sup>28</sup> Bioágua é uma tecnologia que torna a água da lavagem de roupa e louça e do banho pronta para uso na irrigação de fruteiras e hortaliças.



nunca mais querem sair, pois a experiência em ir para os grandes centros urbanos, a exemplo de São Paulo e Petrolina, não foi boa. O agricultor Juazeiro (2019) diz a seguinte frase: *se aqui eu num tenho, e num mundo eu não guardei, fica mais difícil*. As 11 famílias destacam que, com a infraestrutura de armazenamento de água é possível permanecer, pois com a água, a ajuda de troca de alimentos, a solidariedade entre familiares e vizinhos, a passagem pela seca é menos sofrida que estar em um lugar longe da terra natal. Isto mostra que, a distância e dor da saudade é superior a dor da falta de água, escassez de alimentos vivenciados durante a passagem pela seca.

Hoje, muito dos filhos das famílias moram em outras cidades. No caso do agricultor Facheiro (2019), tem dois filhos em Petrolina; Caroá (2019) tem uma filha em Rondônia; e Aroeira (2019) tem uma filha em Sumé-PB e um em Petrolina. Os três afirmam que, com esses sete anos de seca, não têm coragem para pedir que seus filhos permaneçam no Sertão, pois a renda não é suficiente para mantê-los, mas dizem que se as condições melhorassem gostariam de tê-los por perto. Quanto mais as famílias são maiores, maior o impacto da desintegração dos membros, bem como são maiores as combinações de alternativas de estratégias de convivência.

Ainda abordando sobre a questão hídrica, no caso das famílias grandes, o armazenamento da cisterna não chega a dois, três anos, como mencionado pelas famílias pequenas. Quando a água seca, recebem carros pipas do estado e do exército. Como afirma Baptista e Campos (2013, p. 55):

Durante os anos mais secos é preciso ter a garantia de poços artesianos, de aguadas mais fortes e de barragens maiores. Assim, se as aguadas familiares secarem, as pessoas e os animais terão como se socorrer. Muitos poços perfurados e compouca vazão se encontram sem nenhuma utilização, abandonados, pois em muitos destes não compensa a instalação de motor e bomba para se retirar a água.

Além destas formas de armazenamento de água, existem outras que valem ser mencionadas: as barragens subterrâneas, as cisternas de enxurradas, os tanques de pedra, os barreiros, e outras tecnologias que garantem a soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias, conforme nos mostraram Baptista e Campos em seus textos – todas estas são implementadas pela ASA, por meio das ONGs.

Importante destacar que o agricultor Facheiro (2019) nos diz que a estratégia de armazenamento já tinha na época dos seus pais, porém não se tinham incentivos

públicos, programas sociais, políticas de apoio. Tanto ele quanto a agricultora Aroeira (2019) relatam lembrar de seus avós cavarem em pedras para fazerem pequenas cacimbas de armazenamento de água, ainda de forma rude, no braço, sendo um trabalho pesado. Com base nestas colocações, não podemos deixar de reconhecer que o trabalho que as ONGs realizaram no Território foi de fundamental importância para garantir a construção da convivência. Segundo Cacto (2019): *O Chapada contribui com as orientações, né?! O que a gente deve fazer, ensinar para outras pessoas.*

Podemos visualizar uma enorme diversidade sociocultural e ambiental, com grande criatividade e capacidade do povo para desenvolver estratégias de convivência que convergem para assegurar sua permanência na região. Em períodos com ou sem políticas públicas inclusivas, estas famílias demonstram vir há décadas resistindo aos infortúnios naturais e convertendo as dificuldades em aprendizados de vida. No entanto, todas as famílias reconhecem que nos últimos anos, com os programas sociais, a qualidade de vida mudou para melhor. Sentem que estão mais preparadas para os anos de secas.

A infraestrutura existente ainda é insuficiente, mas melhorou em relação àquela vida sofrida do passado, em que o alimento e a água eram escassos. As tecnologias sociais, somadas ao saber tradicional, tornam-se a principal estratégia de convivência. Hoje, com a infraestrutura que têm, os aprendizados adquiridos pela observação somada às capacitações levam às afirmações de que não precisam mais ir embora de suas terras.

Muitas práticas introduzidas hoje já fazem parte da sua forma de fazer agricultura, a exemplo dos plantios em consórcio. O agricultor Caroá (2019) diz que seu pai já plantava em faixas consorciadas, mas não chamava dessa forma. Quando a assessoria técnica das ONGs apresentou essa proposta de plantio em faixas, ele afirma já conhecer: *plantava em consórcio, na época, mas não entendia o que era consórcio, vim entender depois da assessoria. E, hoje, eu entendo. Meu pai já botava: o milho, o feijão, mamona, tudo na mesma roça... palma, mandioca [...].* Essa forma de plantio em consórcio, segundo este agricultor, é a melhor forma para quem vive no Sertão frente à instabilidade climática: *se você plantar um consórcio, dependendo da variedade ali com a seca um dos consórcio ali vai resistir.*

Esta observação também contempla o agricultor Juazeiro (2019): *a seca ensinou a fazer variedade, o que dá certo na sua roça você vai plantando, e apostar*

*nisso, esses aprendizados ajuda a gente a trabalhar e não precisar ir embora trabalhar em outras regiões, tem que diversificar.* Para este agricultor, a sua maior aprendizagem é a diversidade de culturas, pensamento que foi construído por meio de trocas de intercâmbio com outros agricultores e formações das ONGs.

Todas essas formas de construção do conhecimento nos levam a compreendermos que o sentido das coisas encontra-se em sua dimensão simbólica, expressa na identidade e cultura dos(as) sertanejos(as). Conforme Macêdo (2004), a realidade consiste na percepção e significação do mundo e na percepção das significações sociais decorrentes desse processo individual e coletivo, nas instituições e representações sociais que atuam junto aos atos e fatos que a constituem. Assim, além das questões objetivas que garantem a permanência das famílias agricultoras no Sertão em anos de seca, faz-se necessário olhar também para os aspectos subjetivos, pois são também elementos constitutivos da convivência:

A Convivência com o Semiárido foi abordada com essa visão da realidade, como instituição social, buscando-se o conhecimento de sua realidade na dimensão simbólica da ação, nos significados dados na e pela ação, na medida em que são significados em relação à finalidade com a qual são concebidos e em função dessa finalidade (MACÊDO, 2004, p. 49).

Esta realidade utiliza do simbólico para exprimir o movimento de significações geradas no âmbito do coletivo, em espaços culturais. Segundo Silva R (2006), ao valorizar esta diversidade cultural, as identidades e os Territórios, a Convivência com o Semiárido acabam se constituindo num novo paradigma.

No âmbito cultural podemos destacar as manifestações artísticas, místicas e religiosas que consolidam e fortalecem a identidade cultural com suas especificidades; as festas e romarias típicas que expressam a religiosidade regional: quadrilhas juninas ocorrem em todos os municípios estudados; no São João, todas as famílias entrevistadas relatam que acendem fogueira, reúnem os familiares e vizinhos, doam e compartilham as comidas típicas: milho, pamonha, canjica, batata doce, entre outras. Esses momentos de trocas e solidariedade explicitam e fortalecem os laços identitários dos(as) sertanejos(as).

Deste modo, é a partir do reconhecimento dessa diversidade, do modo de vida na região que surgem as novas formas de ver, compreender e conviver com o Semiárido, considerado um lugar que não é difícil, mas é complexo e possível.

Segundo Jacó, orientado por esta perspectiva, somos capazes de abraçar a subjetividade que compõe o Semiárido. O autor afirma que este pensamento vem ganhando força nos últimos anos, embasado numa visão holística: “Esse novo olhar consiste na compreensão de que é central para o desenvolvimento do Semiárido não é o Combate à Seca, mas a busca de formas criativas de se conviver com ela e com todos os potenciais da região” (JACÓ, 2011, p. 01).

Esta nova concepção de olhar para o Semiárido vem sendo tecida por um conjunto de atores: universidades, centros de pesquisa, movimentos sociais, ONGs etc. Conforme Jacó (op. cit.), estas ações têm gerado soluções inovadoras com impactos positivos na vida das famílias do Semiárido. Esse resultado tem levado técnicos, extensionistas e assessores a repensar sobre sua atuação, pois nessa lógica de trazer o conhecimento tradicional para o campo do conhecimento técnico, faz-se necessário desenvolver a capacidade de ouvir, aprender e beber na riqueza incomensurável dos(as) agricultores(as). No entanto, esta linha de pensamento não considera vazio o conhecimento da assessoria, pelo contrário, respeita-se, já que temos um saber que é nosso. Não somos nem partimos do zero. Logo, carregamos um conhecimento que precisa dialogar, confrontar, debater, para que seja produzido um conhecimento novo.

Levando em consideração estes aspectos, a construção de Convivência com o Semiárido busca refletir o aprendizado que a sociedade acumulou na sua relação com a natureza, compreender a totalidade das dinâmicas sociais, passando pela prática produtiva até os arranjos sociais.

## 7.5 NOS RASTROS DA TRADIÇÃO SERTANEJA: A CONSTRUÇÃO DOS SABERES – ANTES E O HOJE

A vivência com os anos de seca ensina, exige a observação, leva a repensar a ação de anos passados, para aplicar novas escolhas, ação-reflexão-ação. Conforme Paulo Freire (1979), é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. É por meio da vivência que os(as) sertanejos(as) constroem seu conhecimento; os saberes edificados no tempo contribuem, por vezes, para a proteção e conservação da natureza, bem como para sua permanência.

Foto 09 – Entrada do sitio do agricultor Juazeiro



Fonte: Fotografado por Nirvanna Machado, (2019).

As famílias agricultoras, por meio da vivência com os anos de seca, fazem uma afirmação de que sempre é melhor plantar primeiramente as culturas alimentícias, de preferência diversificada, e levando em consideração a resistência das culturas ao clima semiárido:

Se você plantar só o milho, que resistência vai ter? Vai perder porque ele só vai dar pro pasto, e olhe lá. Se você plantar o feijão, que o feijão ele é resistente à seca, só que o feijão você tem que dar um espaço de largura dentro do milho, senão o milho sufoca também, mas o feijão tem mais vantagem (CAROÁ, 2019).

Outra observação bastante enfática é na forma do preparo de terra. Antes, no passado, utilizava-se mais a tração animal para fazer aração; hoje, muitos afirmam utilizarem o trator. Ao fazerem um comparativo entre ambas as práticas, chega-se à conclusão de que as duas apresentam vantagens e desvantagens. O agricultor Mandacaru (2019) diz o seguinte:

Observando também que esse período da mecanização, né, do trator, que compacta muito a terra e eu observava que na época que meu pai não usava, usava só a tração animal, né, assim, as plantas têm uma resistência totalmente diferente porque o trator afunda muito o solo, né, joga os nutrientes tudo pra baixo e leva a terra fraca pra cima, e isso acontecia muito, e hoje assim eu vejo que a partir do momento que você usa a tração animal ela tem uma força muito grande. Outra coisa, a queimada, o pessoal usava muito a queimada. Nos primeiros anos, a plantação teve uma evolução grande porque tava com todos os resíduos da cinza, aquilo “ah, é muito bom”, mas depois, no 3º, 4º ano vai caindo, né?!

Esta percepção leva o agricultor a tomar decisões diferentes. Quando se faz a opção da sustentabilidade, em trabalhar e manter a produtividade por mais tempo sem agredir de forma brusca o solo, faz-se opções por práticas menos impactantes, assim se ganha na qualidade do solo e na maior produção por área. Porém, existe outro fator mencionado pelo agricultor Caroá (2019). Ao analisar as duas práticas, ele concorda que a tração animal é mais benéfica, mas, por outro lado, ressalva que esta exige mais tempo para a realização da aração, exige mais mão de obra, ou seja, para preparar 1 ha de terra com tração animal, leva-se de um dia e meio a dois dias, e planta-se no terceiro dia.

A observação que ele traz é de que as chuvas têm sido cada vez mais curtas, e o animal também tem seu limite de trabalho: *muitas vezes o animal não aguenta o dia todinho, e outras vezes cê perde o molhado pra um animal* (CAROÁ, 2019). Nesta ocasião só vai plantar a partir do terceiro dia, o que ele adverte, pode-se perder o tempo da chuva. No caso da aração mecanizada no trator gasta para essa mesma área de 1 ha e meio-dia, e já planta à tarde, isto se tiver ocorrido uma chuva com índice pluviométrico suficiente para assegurar umidade na terra. É segundo este agricultor, uma chave para assegurar o roçado:

Só que, dependendo da grade do arado, é melhor você usar o trator do que você ir com animal, porque nossos invernos tá sendo curto, então se você pegar o dia bom, que choveu e você pagar o trator, sendo um cara que sabe trabalhar e um arado bom, dá certo (CAROÁ, 2019).

Mesmo com esta vantagem, o agricultor Palma (2019) pensa diferente, pois diz o seguinte: *eu jamais quero um trator em minhas terras, só aro de tração animal*. Sua defesa está relacionada pela escolha de não agredir o solo, mas por outro lado, pelo fato de a aração ser mais lenta e o intervalo de chuva curto, foi necessário refazer o plantio três vezes, pois perdeu o tempo da chuva.

Visto que esses agricultores apresentam defesas de tecnologias diferentes

para aração de terras, reconhecemos em primeiro lugar que é necessário um tipo de tração que atenda às suas necessidades, sendo menos pesado no que toca à tendência de compactar o solo, tendo em vista que os solos do Sertão são rasos, e que preserve a agilidade na função de arar por meio da mecanização tratorizada, ou seja, uma tecnologia leve que fosse capaz de desenvolver as atividades acompanhando o ciclo mais curto da chuva, conforme afirmam as famílias.

Uma segunda observação entre as práticas tradicionais e as da atualidade está relacionada à escolha do tipo de semente. Como mencionamos anteriormente, maior parte das famílias preferem as sementes crioulas, pois alegam serem mais resistentes a pragas, doenças e resistentes ao período de seca, porém o agricultor Mandacaru pensa diferente, pois concorda com a característica da resistência, mas também apresenta a necessidade de cultivares de períodos mais curtos, já que de fato os invernos têm sido mais curtos:

As crioulas mais antigas, elas, em termo de doença, é mais difícil delas, mais resistente, mas para esse período de seca que a gente tem, tem que ser uma semente mais melhorada pra nascer rápido (MANDACARU, 2019).

Esta observação do tempo da chuva é indispensável para uma boa colheita ou para a perda da produção. Um ou dois dias de diferença da data do plantio já é suficiente para o sucesso ou fracasso, que nem sempre é considerado fracasso, pois quando a colheita não produz alimento para a família fica o resto vegetal das culturas para alimentação animal: *a gente ainda acha bom quando fica a palha pra os bichos* (CACTO, 2019).

Todas as famílias, sem exceção, afirmam que houve forte mudança nos tempos das chuvas, constatam que antes os invernos eram mais regulares, os elementos indicadores da natureza levavam mais a certezas da chegada da chuva. Esta observação vem sendo constatada desde a década de 1990, pois, como afirma a agricultora Aroeira (2019) e o agricultor Imburana (2019), antes disso as safras eram melhores. Desse tempo para cá, as duas únicas estações, verão e inverno, ficaram mal definidas. Conforme a observação do agricultor Mandacaru (2019):

Primeiramente, a gente plantava em dezembro, né?! Eu comecei a observar que a gente plantando em dezembro tinha muita dificuldade, porque chovia em dezembro, é uma chuva torrencial, aí passava... chovia dia 10, aí era 10, 15 até dia 20 tava úmido até, aí começava a secar, só que só chovia em janeiro [...], depois de 10 dias... dava uma distância. Nesse período a planta

sofria muito, aí a gente perdia muita plantação por causa disso, agora a gente, eu nesse período só planto a partir de janeiro. Eu espero dar a primeira chuva que vem, porque além dela trazer a germinação dos matos, né, eu espero só até a segunda, se você esperar uma terceira você corre o risco de perder a plantação, porque se choveu em dezembro, e em janeiro deu uma chuva boa, do jeito que já dá pra você plantar, consequentemente a distância das chuvas não vai ser muito longa [...]. Meu pai sempre plantava em dezembro nas primeiras chuvas, e eu vi que essa distância fazia com que ele perdia muito o milho.

A agricultora Aroeira (2019) diz que na sua comunidade faz tempo que alguém plantou em dezembro, mas lembra que no tempo de seus pais sempre preparava as terras em novembro e no mês de dezembro já plantava, ou até antes, como afirma: *novembro, do dia 20 de novembro que tinha hora que já tava todo mundo com os seus roçados preparados (AROEIRA, 2019)*. Diferentemente, nos últimos anos na sua comunidade, planta-se em janeiro ou fevereiro. Esta afirmação de as chuvas serem mais para os primeiros meses do ano também é encontrada na Agência Pernambucana de Água e Clima (APAC, 2016): *A estação chuvosa do Sertão inicia em janeiro e finaliza em abril, sendo março o mês mais chuvoso*.

De maneira geral, as experiências dessas famílias entrevistadas revelam-nos que, não só as culturas agrícolas econômicas fazem parte de suas estratégias, mas também a própria vegetação nativa da caatinga. O agricultor Facheiro (2019) diz ter aprendido muito com esta vegetação:

A Caatinga, ela tem a chance de ensinar a nós agricultor a sobreviver, mas nós acha que a Caatinga tá prejudicando, só que quem tá prejudicando é nós desmatando ela, que é uma das coisas que eu sempre falei, e continuo falando.

Logo, Silva N, Andrade A e Souza C (2013) afirmam que a flora é um dos elementos que tem sido utilizado pelos(as) sertanejos(as) para as mais diversas finalidades ao longo da história. Assim é possível encontrar várias categorias de uso da flora da caatinga nas comunidades rurais, dentre elas: medicinal, alimentícia, madeireira, mística, combustível, forrageira e uso doméstico (ROQUE, 2009).

## 7.6 APRENDENDO COM A NATUREZA: PREVENDO AS CHUVAS

Nesta pesquisa, as famílias entrevistadas elencaram vários elementos que compõem a paisagem do Sertão do Araripe, os quais são utilizados na previsão do



tempo, na tomada de decisão, expressa no seu modo de vida, bem como na reprodução social. No entanto, destas, apenas dois entrevistados relatam não estarem mais acreditando e confiando nesses sinais, pois afirmam que os tempos têm mudado:

Antigamente, se o mandacaru florasse [...] começou a florir, pode esperar, não passava 15 dias a chuva chegava, e agora não tá mais assim, aí eu pensei comigo mesmo, isso é o resultado do ser humano contra a natureza, porque o ser humano tá fazendo prejudicando a natureza, e ela tá dando resposta (FACHEIRO, 2019).

Esta interpretação feita pelo agricultor Facheiro (2019) está relacionada às práticas de desmatamento, poluição, queimadas, isto é, a toda forma de degradação. Tanto ele quanto o agricultor Mandacaru (2019) relatam que o comportamento da natureza mudou e hoje não dá mais para interpretar. Da mesma forma, o agricultor Palma, de acordo com a sua experiência, afirma que toda hora e todo tempo a natureza fala, as plantas falam, o comportamento dos animais querem dizer alguma coisa; cabe a nós seres humanos observarmos e interpretarmos: *A passarada tem uma animação diferenciada, o cabrito e bode, a vaca também tem sinais, a lagartixa [...]* (PALMA, 2019). Verificamos também que o agricultor Juazeiro (2019) segue a mesma linha de pensamento:

Tem uma planta que chama pau mocó, que florou, isso é um indicador, quando isso ocorre mostra ser um bom ano de safra, quando ela floresce igual é animado demais. Outra hora uma planta floresce e outras não, e até mesmo na mesma planta um galho bota flor e outros não. Isso tudo é que a natureza está querendo dizer alguma coisa, e isso precisa ser observado, a gente precisa olhar para o que a natureza diz, tem pessoas que diz que a natureza não diz nada, que não vale de nada, mas eu sou diferente, costume dizer assim: ela diz, mas o problema é você saber decifrar o que ela diz.

Corroborando com este relato do Agricultor Palma (2019), Folhes e Donald (2007) dizem que a associação do comportamento dos animais com a chegada de chuva ou da seca é evidente. Existem muitos relatos, e nós os encontramos tanto relacionados ao comportamento animal quanto ao vegetal em registros orais em todos os municípios visitados. Tais observações são frequentemente usadas pelos agricultores locais do Território do Araripe para antecipar os fenômenos climáticos. Mesmo diante das incertezas destacadas pelos dois agricultores Facheiro (2019) e Mandacaru (2019), ambos seguem fazendo leituras da natureza. No caso do

segundo, ele escuta mais as interpretações de experiências de sua mãe: *meu pai tinha essas experiências, eu não peguei nenhuma delas, mas minha mãe tem ainda aí, e ela sempre fala “oh, planta agora que tá no tempo”*.

Segundo Folhes e Donald (2007), o(a) sertanejo(a) nordestino(a) costuma observar os sinais que revelam algo sobre o clima do próximo ano, e este fato foi bastante mencionado pelas famílias. O mais unânime é a fase da lua, todas as famílias revelam que, para plantio de legumes, a lua nova é a melhor época. O agricultor Caroá (2019) fez a seguinte observação:

Eu já fiz o teste, se você plantar o milho mesmo e o feijão quando a lua tá nova, depois de três dias que ela for nova e você plantar até pra dar inseto no calor é mais custoso, mais fácil de combater; agora, se você plantar na lua cheia, ela vai trabalhar só de diminuir. Se você plantar aquilo dali é só sofrimento furando a roça.

O furando a roça que este agricultor se refere é o ataque de pragas e doenças. Conforme seu depoimento, as plantações de lua cheia crescem frágeis. Destacamos um fato que nos chamou a atenção: o agricultor Mandacaru (2019) afirma não utilizar das observações da lua, mas afirma que seu pai sempre se regia por esta, para a tomada de decisão nas suas atividades agrícolas: *A lua assim, eu nunca me liguei muito nas fases da lua, mas pai sempre falava, quando ele falava nas fases da lua ele sempre acertava* (MANDACARU, 2019). Já o agricultor Juazeiro (2019) foi o único que, além da experiência da lua nova, explica outras observações nas demais fases:

A lua nova e crescente é pra você plantar o que dá fora da terra, o que dá debaixo da terra da metade da lua cheia pra minguante; e pra madeira, da mesma forma, você vai tirar a madeira, quando ela passou, se põe cheia, começa a minguar, aí é o tempo de você tirar a madeira.

Dessa forma, quando este agricultor se refere às culturas embaixo da terra, cita batata, macaxeira, inhame, entre outras. Em parte, estas experiências são adquiridas pelo uso dos sentidos da visão, audição e tato, para ler os sinais que a paisagem emite, e o principal, eles(as) testam. Segundo Silva N, Andrade A e Souza C (2013), os sinais são apreendidos pelos sentidos e, em seguida, interpretados e testados ao longo do tempo, seguindo um processo de transferência de geração a geração, sendo as pessoas velhas as mais indicadas.

De maneira geral, são vários os elementos da natureza apreendidos pela

vivência. Segundo Silva N (2013), as famílias agricultoras no Sertão fazem uso de diversos destes elementos para realizar previsões, pois são observados o comportamento da fauna, da flora na caatinga, o movimento dos astros, entre outros. Assim, como qualquer conhecimento tradicional, as experiências de inverno, como denominam as famílias agricultoras ao se referir às previsões empíricas, são repassadas de geração em geração, no processo de hierarquização dos mais velhos para os mais jovens. Encontramos sempre no início das falas de onde vem esse tipo de aprendizagem:

**Facheiro:** esse negócio de plantar batata na lua minguante, antes de eu aprender pela televisão, um senhor que já faleceu me ensinou [...].

**Angico:** [...] Aí tem outro que os mais velhos dizia, se trovejasse no mês de maio, diz que o inverno vai ser bom. É coisa dos mais velhos. Era assim, os mais velhos falava que se a barra, do dia de ano [...].

**Cacto:** [...] o povo tem um negócio que quando o ano que vai ser bom, as experiências, né, dos mais velhos, quando a imburana de cheiro tá carregada [...].

Contudo, ressaltamos que, além das experiências dos mais velhos, o agricultor Angico (2019) diz que a experiência da roça também ensina: *A gente aprende com os mais velhos, mas na prática da roça também aprende muito.*

Nesse contexto, foi possível identificar que, na sua maioria, as observações da natureza, as experiências de inverno são histórias intermediadas pelos mais velhos, somadas à prática testada. Por sua vez, estes conhecimentos continuam sendo passados de geração em geração, e a transmissão se dá pela oralidade. São heranças da história contadas por avós, pais, tios, vizinhos, entre outros, além de rádio, televisão e, atualmente, a internet: *eu busco mais pela meteorologia; olho na internet e jornal* (MANDACARU, 2019).

Alguns pesquisadores, a exemplo de Taddei (2006, 2009), Folhes e Donald (2007), Araújo *et al.* (2005), Bruno e Martins (2008), Magalhães (1963) e Lucena *et al.* (2005) se detiveram a estudar essa forma de construção do conhecimento, na qual chamam os(as) agricultores(as) que dominam esses costumes de: Profetas da chuva, Profetas do Inverno, Profetas da Natureza e/ou Profetas do Sertão, e no Araripe chamam de agricultores experimentadores. Conforme esses autores, quase todo(a) sertanejo(a) detém algum conhecimento de tais experiências; em geral, maior parte das pessoas conhecem uma técnica ou outra de previsão de tempo.

Portanto, a vida no Semiárido é uma construção de estratégias, é desafiar o

tempo. A capacidade de resistência das famílias agricultoras no Sertão é colocada à prova cotidianamente. Saber ler os sinais da chuva ou seca configura-se como uma forma simbólica de deter algum controle e precaução em um universo marcado pela imprevisibilidade. Nesse sentido, estas experiências representam a possibilidade da reprodução social dos(as) agricultores(as) sertanejos(as), tendo em vista que são estratégias reproduzidas e ressignificadas em cada lugar, em cada momento vivido na história do Semiárido.

Este conhecimento sobre as estratégias de Convivência com o Semiárido tem sua base na observação empírica, constitui um traço importante do modo de vida do(a) sertanejo(a), particularmente para aqueles(as) cuja produção depende fundamentalmente das atividades agropecuárias e, conseqüentemente, de condições climáticas que lhes favoreçam. Nesse contexto, o conhecimento dos(as) sertanejos(as) que vivem na zona rural do sertão do Araripe, em relação às experiências de inverno, apresenta-se como umas das estratégias para conviver com os anos de secas e, conseqüentemente, com os riscos e prejuízos que esta pode causar.

A vivência com os anos de secas e poucos anos regulares de chuvas construiu, para as famílias agricultoras do Araripe, um cotidiano; a única certeza é a seca, pois ela sempre fez parte da história do lugar. Por esta razão, as famílias criam suas alternativas, leem a natureza e, assim, constroem um Território de referência para estudos relacionados à construção do conhecimento voltado para estratégias de convivência, uma vez que lá residem muitos(as) agricultores(as) experimentadores(as), profetas observadores da natureza.

Desta forma, os depoimentos nos revelaram um rico universo de previsões populares de clima e tempo, que aqui estão organizadas em grupos de “experiências”: observações dos astros, da fauna e da flora, conforme o “Quadro 05” mais adiante. Segundo Silva N (2013), esse tipo de observação da natureza expressa nas experiências; o olhar volta-se principalmente para o clima, este é o elemento fundamental para a construção das estratégias da convivência. A autora afirma que isso ocorre especificamente pela condição climática azonal presente nos Sertões, já que se caracteriza por um sistema meteorológico complexo, em que reduzem em grande medida as possibilidades de acerto das previsões meteorológicas científicas.

Assim, as famílias agricultoras no Sertão buscam conviver com a realidade do




Semiárido elaborando conhecimentos empíricos. Conforme Folhes e Donald (2007), essa é uma estratégia para garantir a permanência, pois a seca estaria no centro de sua estratégia econômica e de vida, para, assim, minimizar o risco de perdas e de fracasso na produção dos meios de sobrevivência (SILVA N, 2013, p 58). Um exemplo é do agricultor Palma (2019), que percebe a mudança no comportamento das formigas e associa esta mudança com a chegada das chuvas:

A formiga tem um período que ela fica tonta, os filhotes ficam correndo para um lado e outro meio perdido até achar um lugar de se proteger. Tem hora que ela tira alimento de cima e coloca embaixo e em outro momento ela tira de baixo e coloca em cima.




Ao analisar esta observação das formigas, é possível verificar que, ao mesmo tempo em que o agricultor Palma (2019) explica os sinais da natureza, ele fala do porquê da reação do inseto ao estímulo dado pelas condições meteorológicas. Portanto, a experiência não é deste, mas de todos(as) agricultores(as) observadores(as), que têm dupla função: atribuir significado aos fenômenos que ocorrem na natureza e interpretar o significado dos eventos (FOLHES e DONALD 2007).

Quadro 05 - Categorias de observação da natureza




(continua)

IMAGEM	AGRICULTOR(A)	A POSIÇÃO DAS CONSTELAÇÕES, O CÍRCULO DA LUA, O MOVIMENTO DOS ASTROS	COMPORTAMENTO DA FLORA	COMPORTAMENTO DA FAUNA
	Caroá	Plantar legumes na lua nova fortalece as culturas contra pragas e doenças.	_____	Cupim criando asas no mês de outubro/novembro.
	Mandacaru	_____	_____	Florada do angico.
	Imburana	Os trovões no mês de maio.	_____	_____

(continuação)


IMAGEM	AGRICULTOR(A)	A POSIÇÃO DAS CONSTELAÇÕES, O CÍRCULO DA LUA, O MOVIMENTO DOS ASTROS	COMPORTAMENTO DA FLORA	COMPORTAMENTO DA FAUNA
	Juazeiro	A posição da lua cheia no mês de outubro.	Floração do Pau Mocó; Florada do Umbuzeiro no mês de agosto.	_____
	Cacto	A estrela d'alva, quando ela tá aqui, para lado do nascente ou norte.  A lua nona do mês de novembro pendida para o norte.	Florada da Imburana de cheiro no mês de setembro.	As abelhas inchiú fazem casa em local alto afastado da água.
	Umbuzeiro	A barra do sol de natal, quando amanhecer o dia do Natal, bem cedinho antes do sol sair, você vê se tem barra ou não. Se tiver nublado, é sinal que é bom também.	Florada do mandacaru.	_____

(continuação)

IMAGEM	AGRICULTOR(A)	A POSIÇÃO DAS CONSTELAÇÕES, O CÍRCULO DA LUA, O MOVIMENTO DOS ASTROS	COMPORTAMENTO DA FLORA	COMPORTAMENTO DA FAUNA
	Palma	_____	_____	<p>A formiga tem um período que ela fica tonta, os filhotes ficam correndo para um lado e outros meio perdidos até achar um lugar de se proteger.</p> <p>A passarada tem uma animação diferenciada.</p>
	Angico	<p>A barra do sol de natal, quando amanhecer o dia do Natal, bem cedinho antes do sol sair, você vê se tem barra ou não. Se tiver nublado, é sinal que é bom também.</p> <p>Os trovões no mês de maio.</p>	Florada do mandacaru.	_____
	Aroeira	<p>A estrela d'alva, quando ela tá aqui, para lado do nascente ou norte.</p> <p>A lua nona do mês de novembro pendida para o norte.</p>	Florada da Imburana de cheiro no mês de setembro.	_____



(conclusão)

IMAGEM	AGRICULTOR(A)	A POSIÇÃO DAS CONSTELAÇÕES, O CÍRCULO DA LUA, O MOVIMENTO DOS ASTROS	COMPORTAMENTO DA FLORA	COMPORTAMENTO DA FAUNA
	Facheiro	<p>A lua nova e crescente é pra você plantar o que dá fora da terra, o que dá debaixo da terra da metade da lua cheia pra minguante, e pra madeira, da mesma forma</p> <p>A barra do sol de natal, quando amanhecer o dia do Natal, bem cedinho antes do sol sair, você vê se tem barra ou não. Se tiver nublado, é sinal que é bom também.</p> <p>A estrela d'alva, quando ela tá aqui, para lado do nascente ou norte.</p> <p>A lua nona do mês de novembro pendida para o norte.</p>	<p>Florada do mandacaru.</p> <p>Florada da Imburana de cheiro no mês de setembro.</p>	<p>_____</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

De maneira geral, um dado encontrado entre as famílias entrevistadas desta pesquisa é que estas experiências são encontradas mais fortemente nos agricultores mais velhos. Da mesma maneira, Silva N., Andrade A. e Souza C. (2013) concluem esta mesma verificação em uma pesquisa sobre os profetas da chuva no Ceará. O maior número de conhecedores e de quem praticava experiências estava acima dos 40 anos de idade. Com efeito, sempre que as famílias iniciavam uma fala de um elemento na qual eles usam para reger-se, começam com frases: *no tempo de meu pai, no tempo antigo, na época dos mais velhos...*

Antigamente sempre falava da estrela d'alva e barra, barra do natal, quando ela tá aqui pra o lado do nascente ou norte, ela pega do nascente ao norte, é sinal que o inverno é bom. Se a barra cortar de norte a nascente, a ciência tem que ser no mês de Natal. (FACHEIRO, 2019).

Desse modo, verificamos que são anos de vivência para a construção desse conhecimento em que a importância das experiências vai além da capacidade de percepção das evidências empíricas encontradas na natureza por parte das famílias agricultoras sertanejas. Nesse sentido, é possível afirmar que o conhecimento destas é capaz de proporcionar um olhar rápido sobre o ponto de vista do(a) matuto(a) sertanejo(a), bem como sobre a forma típica de interação do ser humano com o lugar Sertão e com a natureza.

Assim, compreendemos que as previsões populares não se limitam em tentar antever o sucesso ou fracasso da safra agrícola, na verdade, a construção desse conhecimento oferece uma compreensão do vínculo dos sujeitos com o meio natural, ou seja, as estratégias de convivência empíricas não somente procuram interpretar os sinais da natureza, mas também dar significado aos fenômenos que nela ocorrem.

Um fato observado é que as observações ocorrem durante todo o ano, porém maior parte dos fenômenos observados se concentra no segundo semestre do ano, principalmente entre os meses de outubro e novembro.

[...] meu avô, ele tinha essa experiência com a estrela, com a lua, quando a estrela Dalva por mês de outubro, aí diz que o ano é bom de inverno [...]. Lá também a gente tem experiência da imburana de cheiro da florada dela, assim, porque ela tem dois tipo de florar, né?! Se ela florar em geral o inverno vai ser em geral, se ela florar no mês de setembro, o inverno também vai ser mais cedo, que ela flora antes de chover. Se ela florar só por parte, aí o inverno também é variado, se ela pegar uma carga boa, se ela tiver muita baginha, aí com certeza vai dar muito feijão, dá muito feijão,

e, senão, se ela tiver uma baginha daqui pra culá, nem bote (AROEIRA, 2019).

Ao trazer esse conhecimento, a agricultora fez uma reflexão, na qual não sabe mais se esse saber é válido, pois, ao observar a florada, analisa que as chuvas não têm sido gerais, uma vez que chove numa comunidade e, a 10km, em outra comunidade, não chove nada. Na sua observação diz que no passado não era assim, pois ao observar um fenômeno da natureza, certificava-se que as chuvas eram em geral na sua região. Ademais, analisamos outra experiência do agricultor Juazeiro (2019) e Palma (2019) , que, diferentemente das demais, esta experiência se observa no meio do ano:

Tem a parte do umbuzeiro, esse ano ele está animado para que seja um bom inverno com base na experiência do umbuzeiro, sempre no costume do local, é da florada dele, que começa em junho (alguns), mas normalmente é de julho e o grosso em agosto, e esse ano de 2018 a florada começou em agosto e engrossou em setembro. Isso também a natureza tá dizendo uma coisa, né?! (JUAZEIRO, 2019).

Assim, chegando mais para o último mês do ano, os agricultores Angico (2019) e Juazeiro (2019) destacam a observação da linha do horizonte, na qual chamam de barra do nascente do mês de dezembro, no entanto, em dias diferentes:

Tem umas barras, né, que devemos observá-las. A barra que cria no nascente, assim, se fosse bem fechada, a gente observa isso e é real mesmo. A gente observa isso, é todo o ano eu olho. Bem cedinho quando levantar é a primeira coisa que a gente olha no primeiro dia do ano (ANGICO, 2019).

Já essa mesma experiência de olhar a barra do nascente, para o agricultor Juazeiro (2019), a experiência é praticada no Natal: *no natal, quando amanhecer o dia do natal, bem cedinho antes do sol sair, você vê se tem barra ou não, se tiver nublado, é sinal que é bom também.*

Logo, constatamos que, durante todo o ano, os fenômenos naturais são averiguados para saber se irá chover ou não. Logo, a experiência se forma pela observação constante do cotidiano e sua relação com a natureza e com a posição do sol, da lua, das estrelas, como menciona o agricultor Facheiro (2019):

A estrela Dalva, quando ela aparece, é no mês de setembro a outubro. Ela vem com seis meses, ela sobe, ela sobe só vai até o meio do céu, aparece e depois some. Quando ela chega aqui no nascente, foi em setembro,

outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março; em março ela desaparece (FACHEIRO, 2019).

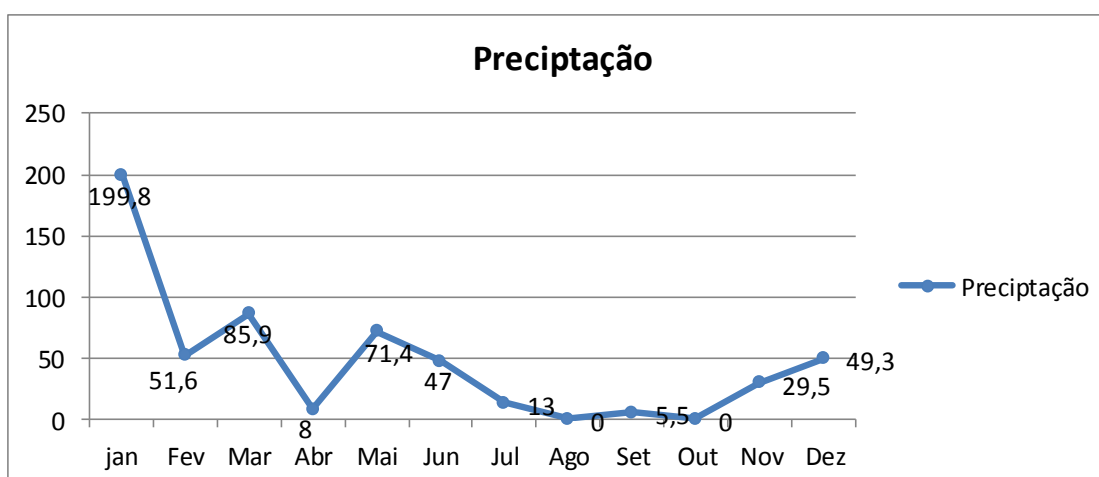
Ademais, verificamos que o processo de aprendizagem é contínuo, o conhecimento repassado de geração em geração não se encerra ao se obter uma experiência, mas sim se configura num conjunto de saber que vai se somando no decorrer da vivência, como afirma o agricultor Juazeiro (2019):

Outra experiência que está com três anos que eu descobri, aprendi com um senhor vizinho, que é olhar a lua cheia de outubro aonde ela nasce, aí marca, pega dois pontos pra direita e pra esquerda e marca onde a lua nasce no mês de outubro, quando for em novembro, que a lua sair em direção de um dos pontos é ano bom de inverno. Se ela sair no mesmo lugar do mês anterior não será ano bom de inverno.

O senhor que ele cita fez essa experiência no ano de 2016 para decidir se iria plantar, mas como verificou que a lua nasceu no mesmo ponto, ele não plantou, e, segundo o agricultor Juazeiro (2019), este ano ele acertou, pois, se tivesse plantado, teria perdido tudo, uma vez que foi um ano sem chuva.

Conforme os dados da APAC (2016), as chuvas deste ano estiveram em quantidade média, porém mal distribuídas, concentrando maior parte apenas no mês de janeiro, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Índice pluviométrico de Araripina-PE de 2016



Fonte: Autora (2019).

Nota: Elaboração com base nos dados da APAC.

Logo, após as chuvas de janeiro, é comum esperar até março. Como

confirmação do inverno, o dia 19, Dia de São Jose, é uma esperança. Segundo Silva N, Andrade A e Souza C (2013), este é o último dia considerado como experiência em relação ao período adequado à sementeira. Conforme a crença das famílias agricultoras, chovendo ainda nesse dia, pode plantar que colherá; agora, se não chover, significa que mesmo que chova dias à frente, não será suficiente para a maturação das culturas semeadas. Da mesma maneira, a APAC (2016) também afirma que março é o mês mais chuvoso no Sertão pernambucano, mas para os(as) sertanejos(as) tem-se um dia específico, cuja fé é alimentada, como afirma o agricultor Mandacaru (2019): *Dia de São José, quando chovia. Em março, se chovesse, aí você poderia plantar que a colheita era boa. Meu pai era muito devoto de São José.*

O agricultor Juazeiro (2019) acompanhou a posição da lua cheia no mês de outubro, em 2017 e 2018, e, em ambos, a experiência foi confirmada; 2017, ano seco; já 2018 marcou ano bom de inverno, acertando os dois, pois houve boas chuvas durante o começo de 2019, e as previsões para 2020, segundo sua experiência, é novamente um ano bom de chuva. No entanto, ele afirma que essa experiência ainda está em fase de conhecimento.

No caso do agricultor Palma (2019), soma a crença religiosa com a experiência. Segundo seu conhecimento, a chuva no Sertão pode vir de três direções: do atlântico, da Amazônia e do Pacífico. Assim, ele observa a direção das nuvens e do vento. Na nossa compreensão, essa experiência tem relação com o fenômeno meteorológico *El ninõ* e *La ninõ*, que provocam alterações no regime de percepção.

À vista disso, é possível perceber que todas as famílias aparentam uma forte ligação com a natureza. A observação das floradas das plantas da caatinga é um indicador, o comportamento dos animais, dos insetos também são outros indicadores. Tanto o agricultor Caroá (2019) quanto Cacto (2019) observam o cupim e a abelha inchuí, respectivamente. O primeiro afirma que o cupim cria asa um pouco antes do inverno, ele avisa, esta análise é realizada no mês de outubro; já o segundo observa o local onde as abelhas fazem sua casa, afirmando que elas aproximam ou não de um curso d'água. Quando o ano vai ser seco, a casa fica até dentro da vazante de uma lagoa, açude barreiro, mas se for ano de chuva ela constrói sua casa mais alta e afastada de cursos de água, e afirma que nenhum animal se comporta assim à toa; eles deixam seus recados, a natureza ensina.

Isto posto, verifica-se que, mesmo na atualidade, com as mais possíveis formas de acesso à informação pela tecnologia, a construção das estratégias de Convivência com o Semiárido baseada no saber tradicional ainda tem uma função para os(as) sertanejos(as). São conhecimentos que, mesmo diante dos processos de modernização tecnológica das previsões meteorológicas, ainda se encontram bastante disseminados. Portanto, por meio desta pesquisa, é possível afirmar que as famílias agricultoras sertanejas mostraram que o nível de utilização das informações climáticas pela meteorologia ainda é muito baixo (LEMOS et al., 2001; FOLHES et al., 1999).

Foi possível constatar que as informações colocadas à disposição dos(as) agricultores(as) não são compreendidas e usadas como esperam os serviços de meteorologia, apenas o agricultor Mandacaru (2019) e Juazeiro (2019) relatam consultar.

Segundo Folhes e Donald (2007), este fato ocorre porque os climatologistas desconhecem que as famílias agricultoras do Sertão tomam decisões acerca das práticas agrícolas com base em muitos outros fatores, como no tamanho da família e da mão de obra disponível, nas fontes de renda usadas no financiamento da produção agrícola, na idade do agricultor, na condição de pobreza da família etc. O conhecimento que estas famílias constroem predomina nas suas decisões. Eles afirmam que mesmo que as previsões apontem para muita chuva em determinados períodos, plantariam na segunda ou terceira chuva.

Por fim, em todas as falas foi possível encontrar dúvidas, interpretações de que suas observações não funcionam mais como nos tempos antigos, como afirma, por exemplo, Mandacaru (2019): *os tempos estão confusos, chove aqui e não chove ali bem perto. Meu pai sempre acertava, mas agora não é mais assim, bem como encontramos a dúvida da meteorologia: eu considero, porque é sempre bom juntar o hoje com os antepassados, porque nem sempre os homens acertam na meteorologia.*

Na maioria dos casos atrelam estas mudanças ao desmatamento, à degradação ambiental. Não podemos afirmar que esta é a única influência, no entanto, consideramos que este fator pode, sim, influenciar, e, conseqüentemente, mexe na aceitação de qualquer outra tentativa de predizer a construção do conhecimento – gera-se outro conhecimento para estratégias de Convivência com o Semiárido, no qual leva-se em conta a busca por práticas agrícolas mais

sustentáveis e menos degradantes.

Contudo, as mudanças no clima são confirmadas em algumas pesquisas, cujas informações coincidem com a observação das famílias agricultoras, pois pesquisas recentes averiguaram a ocorrência de tendência nas séries temporais de temperatura do ar e precipitação, além de encontrarem tendências de aumento significativo na temperatura do ar e de diminuição das precipitações no nordeste brasileiro (FOLHES e DONALD, 2007; SILVA, 2004; AMBRIZZI *et al*, 2007).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minhas inquietações em relação à leitura do Sertão sob uma perspectiva que trata a organização social do lugar pelas lentes estruturalistas de análise da organização social do Semiárido, onde a “região-problema” seria fruto de um clima supostamente maléfico, me conduziram a ampliar meu olhar subjetivo. Ao ressaltar as potencialidades e fragilidades e a ação dos sujeitos sociais como fundamentais na construção do conhecimento das estratégias de Convivência com o Semiárido, foi possível encontrar esse amparo principalmente transcorrendo pelas ciências sociais. Decidi entrar no Sertão e chegar às famílias agricultoras pelas portas da sociologia rural e da história para buscar respostas antes questionadas.

A vontade de resgatar as representações da seca no imaginário dos sujeitos sociais rurais se transformou em realidade. Ressalvo que isso só foi possível quando busquei refletir sobre o modo de vida, dando voz às famílias agricultoras, valorizando esses sujeitos sociais, seus saberes, sua história de vida e elementos simbólicos construídos por eles a partir de uma visão do Sertão e da seca enquanto uma condição sociocultural e não propriamente de um fenômeno físico da natureza. Esta reflexão sobre o modo de vida dos(as) sertanejos(as), me fez também valorizar o modo pelo qual eles compreendem o mundo, com todas as dificuldades e a alegria dos pontos positivos, o amor pelo lugar, as relações ali construídas. Ademais, não se pretendeu esgotar, nesta pesquisa, todas as discussões sobre as estratégias de Convivência com o Semiárido alicejando nos saberes das famílias agricultoras, pois a construção do conhecimento podem ser mutável em determinados momentos sociais, econômicos e culturais.

O apoio teórico-metodológico encontrado somou-se aos conhecimentos da extensão rural: agronômicos, organização social do campo, da Convivência com o Semiárido, adquiridos ao longo de minha vida, permitindo uma compressão maior sobre a questão das representações sociais e o modo de vida sertanejo. Estudar a história das secas nos sertões pela oralidade exigiu a escuta, que foi fundamental para aproximar o sujeito ao objeto, e permitiu a escrita da história social e cultural coletiva das famílias agricultoras do Sertão do Araripe.

Na fase final da pesquisa reafirmamos o objetivo proposto de analisar, por meio de memórias e estratégias vivenciadas pelas famílias agricultoras, frente aos anos de grandes secas, evidenciando como essas (famílias agricultoras) constroem,



a partir das experiências de vida acumuladas, os saberes locais, em direção à Convivência com o Semiárido no Território do Sertão do Araripe - PE, procuramos evidenciar como essas famílias constroem os saberes locais em direção à Convivência com o Semiárido. Fazendo uma ligação com o processo de construção do conhecimento, formação social e identitária, verificamos que tipos de possibilidades levam a uma Convivência com o Semiárido, bem como procuramos identificar as diversas formas de aprendizagem que as famílias agricultoras utilizam na produção do saber local para sua permanência em anos de secas; com isso buscamos entender como esse saber tradicional se expressa na reprodução social a partir do seu modo de vida, constituindo uma cultura de convívio com o Semiárido. Assim, entrecruzando esses olhares e sentidos com os fatos históricos, buscamos apresentar o significado da Convivência com o Semiárido através do saber empírico das famílias aqui estudadas.

Analisar a construção dos saberes para Convivência com o Semiárido pelo viés do saber dessas famílias e sua relação com a permanência naquela região nos fez perceber a seca como elemento presente no imaginário dos sujeitos sociais que está contraposto entre o passado e presente. Tal fato mostra e reforça que essa convivência é possível, uma vez que os habitantes do SAB já provaram isso, pois ocupam a região há séculos, isso destaca também o forte vínculo criado há gerações entre as famílias agricultoras e as caatingas, na relação ser humano-ambiente, bem como a existência de competências de ambientação na civilização regional. Este fato é destacado no âmbito das tradições culturais advindas da vivência das famílias agricultoras somado a processo formativo, práticas inovadora trazida pela ATER, ONG's e movimentos sociais.

Logo, a ênfase do conhecimento das famílias agricultoras sobre as estratégias de Convivência com o Semiárido exige que o saber do(a) extensionista não continue sendo considerado como um saber dominante e o único saber válido. Pois, como ressaltamos nesta pesquisa, para trabalhar com as famílias agricultoras do Sertão é preciso se despir dos antigos métodos de ATER e beber da fonte desse conhecimento tradicional, considerando que não existe apenas uma única forma de pensar e de fazer o Semiárido um lugar de vida, uma pluralidade de saberes. Todo e qualquer projeto de desenvolvimento, antes de descer das organizações para as comunidades, dever-se-ia inverter, sendo gerado primeiro nas comunidades rurais subindo para as organizações, com uma contextualização mais próxima da realidade

do Semiárido.

Ao estudar o conhecimento empírico das famílias agricultoras na construção de estratégias, percebe-se a relação entre o modo de vida, cotidiano, identidade, processo de aprendizagem, construção do conhecimento identificado no discurso destas famílias agricultoras, bem como em suas práticas agrícolas e sociais, no trabalho coletivo para interpretação da natureza e na Convivência com o Semiárido. Por conseguinte, também percebemos esses fenômenos nas práticas culturais das crenças religiosas, previsões climáticas, festas locais: vaquejadas, pegadas de boi e quadrilhas juninas, que estão muitas vezes relacionados à seca ou à quadra chuvosa.

Considero que investigar o Sertão do Araripe pelas orientada pela representação social através da memória das famílias agricultoras foi uma experiência riquíssima em razão da escolha de estratégias metodológicas próximas à experiência de vida dos(as) sertanejos(as). Pela vivência junto às famílias no Sertão do Araripe, alcancei a compreensão, que a fé se faz presente durante todas as práticas agrícolas tradicionais: preparo de terra, plantio, colheita, meses de chuvas e se acentua quando a estiagem passa de prolongada para uma seca. A vivência junto às famílias também permitiu compreender como os sentidos da seca são incorporados nas suas lembranças; percebemos que tais sentidos estavam representados por signos na paisagem, sentimento de tristeza, perdas passadas, a partida dos filhos, entre outros. Para nós, significou estar próximo, muito próximo do passado mesmo estando no tempo presente.

Apesar de atualmente existir um debate sobre a Convivência com o Semiárido para além do espaço das ONG's, esta pesquisa revela que os conhecimentos, muitos construídos, outros aprimorados, durante a convivência com os anos de seca pelas famílias agricultoras, precisam ser compartilhados para além dos espaços coletivos aos quais já pertencem. Assim, torna-se necessário acolhê-los também a partir de instituições de pesquisa e principalmente no campo acadêmico, no processo formativo de novos profissionais e na construção de paradigma baseado em tecnologias apropriadas, pois ao aproximar a relação entre saberes não formais e científicos é possível trocar experiências diversas e inovadoras que favoreçam a construção de novos saberes para o Semiárido.

Identificamos que as novas práticas na forma de fazer agricultura no âmbito das famílias agricultoras que constroem a Convivência com o Semiárido no Sertão

do Araripe dialogam e estão intrinsicamente orientadas pelas perspectivas da sustentabilidade e da agroecologia, já que são frutos das mesmas raízes. Esse fato ocorre em função da forte atuação das ONGs', no caso do Sertão do Araripe a ação volta-se para as instituições Caatinga e Chapada. As organizações locais ocupam um papel fundamental nesse contexto, pois elas permitem que haja relações mais próximas entre os agricultores, bem como promovem a troca de experiência e conhecimentos entre famílias e técnicos extensionistas.

De maneira geral, as evidências dos resultados desta pesquisa tornaram-se perceptíveis em função da escolha metodológica, porque nem todos os fenômenos sociais são dignos da linguagem a partir do discurso, da história contada, conforme afirma Orlandi (2002). Para tanto, no âmbito da investigação dos fenômenos analisados, destacamos a observação como instrumento de coleta de dados, tal método tornou-se representativo para a pesquisadora na investigação sobre construção dos saberes para estratégias de Convivência com o Semiárido e suas representações sociais, tendo em vista que muitas das estratégias estão nos arredores da casa, no terreiro, nos roçados, na fé expressa nos santuários na entrada das casas, na vida cotidiana das famílias agricultoras.

Portanto, foi possível encontrar uma representação que ainda reproduz o Sertão do imaginário trágico, seco, árido, principalmente para algumas famílias mais velhas o Sertão ainda é da seca, do emigrante, da época que passaram fome e sede, da pobreza. Essas vivências cravaram significados e memórias que orientam novas práticas, observamos que vêm se desenvolvendo novos saberes para a Convivência com o Semiárido no meio rural que não podem passar despercebidos, são resultados dos reconhecimentos do saber empírico das famílias acumulados pela experiência vivida, a sistematização desse saber, somado à introdução de novas técnicas. Técnicas que, em boa parte, são expressões do conhecimento popular e da observação sistemática dos agentes extensionistas, ordenadas, construídas e adaptadas de forma a aproximar as experiências de vida do(a) sertanejo(a) com o conhecimento científico afim de universalizar formas de melhor conviver com a seca.

Os resultados das aplicações de saberes empíricos no modo de fazer agricultura, são encontrados principalmente nos(as) agricultores(as) mais velhos(as) e religiosos(as), o que nos leva a identificar que são estes, em grande medida, os guardiões dos saberes. Estes são expressão do conhecimento solidificado a partir

das experiências vivenciadas e do conhecimento apropriado das gerações que os antecederam, fruto das tradições orais, num processo crítico de compreensão e apreensão da realidade apresentada aos olhos, ouvidos, de modo geral, sistema sensorial. Já os(as) agricultores(as) mais novos(as), acreditam nas experiências de tradições, mas questionam, demonstram que no passado depositavam mais confiança nas previsões populares ou até mesmo se guiavam por elas antes de decidir sobre o planejamento no seu modo de fazer agricultura, mas hoje abrem espaços para novas formas de informações, procurando conjugar conhecimento popular com científico, na busca de apropriar-se de maior grau de informações para lhes auxiliar na escolha de ações mais próximas da realidade em que estão inseridos, resultando em melhores condições de convívio com o Semiárido.

As mudanças a partir das percepções e os resultados obtidos são expressas na construção dos calendários sazonais de atividades, eles apontam para necessidade dos(as) agricultores(as) tomarem consciência das alternativas representativas da sua capacidade de convivência com os anos de secas prolongadas. Verificamos que no Sertão do Araripe a reprodução das famílias agricultoras que habitaram ao longo do tempo o espaço rural foi capaz de aprender a viver e a conviver com a natureza. Este resultado é explícito por meio da observação sistemática destas experiências de inverno, quando a tomada de decisões segue a interpretação do comportamento da natureza, seja fauna, flora ou astro, todas essas técnicas surgem enquanto alternativa de convivência. As observações são instigadas pela incerteza da condição climática e mais precisamente pela ocorrência de uma possível seca nos Sertões.

Ao mesmo tempo, este princípio é encontrado nos documentos da ONU (2011), quando se trata da adaptação às mudanças climáticas, traz a afirmativa que as populações locais carregam um profundo entendimento dos ecossistemas de terras secas, neste caso as famílias do Araripe, demonstram através do uso de uma gama de variedades de espécies da caatinga e pela observação do comportamento dos animais como elemento parte da construção do conhecimento para as estratégias de Convivência com o Semiárido. Portanto, a revelação desses saberes permitiu compreender o quanto a produção de conhecimentos é diversificada, constitui e reforça a identidade dos grupos sociais, é responsável por reconstituir o pensamento e influencia nas práticas sociais e no modo de vidas das famílias agricultoras.

Percebe-se que as famílias agricultoras do Sertão do Araripe, em particular, possuem seu próprio sistema de monitoramento e interpretação do clima Semiárido que os ajudam organizar suas estratégias de alguma maneira quando uma seca se acentua, somado à infraestrutura hídrica, novas técnicas de manejo, estratégia de estoque; este conjunto de estratégias foram e são responsáveis pela mudança da condição de sobrevivência para a condição de convivência.

Essas ações são resultados de processos coletivos, construído não de maneira pacífica, mas sim, através de lutas e implantações de atividades da extensão rural das ONG's que colaboram para estratégias de convivência, para o fortalecimento de comunidades rurais. Essa ação tem sido capaz de construir novos conhecimentos, cultivar identidades, valores e elaborar representações sociais para novas possibilidades de inclusão dos sujeitos sociais. O saber tradicional, organização social e conhecimento técnico científico aliaram-se para disseminar métodos com práticas onde a natureza passa ser inspiração. É um processo em construção, preenchido de desafios.

No âmbito dessa ação coletiva, o que se discute é que as estratégias de Convivência com o Semiárido alicerçadas no saber tradicional, com base na experiência empírica, podem ser um complemento importante para a implementação de políticas públicas no Semiárido. Além disso, também podem contribuir nas previsões meteorológicas que hoje trabalham apenas com base probabilística, pelos institutos de pesquisa meteorológica.

Essa aproximação poderia trazer maior credibilidade à informação climática, agrícola, das sementes, da criação animal, da gestão da água, da lógica do armazenamento e melhorar os canais de comunicação que trabalham com uma linguagem que não dialoga com os(as) agricultores. A junção dos saberes propõe que as estratégias de Convivência com o Semiárido sejam criadas na realidade de quem vive o clima lá no campo, nas famílias agricultoras sertanejas. Mesmo que o conhecimento empírico das famílias agricultoras não tenha permitido uma adequação geral e completamente harmônica com as caatingas do Sertão, ainda faz-se necessário trazer esses conhecimentos empíricos como representação de um conjunto de ações e improvisos somados às práticas modernas. Fazemos tais apontamentos levando em conta que o conjunto de experiências acumuladas pelas famílias, é multidimensional e adaptável.

Consideramos a partir disso que, frente aos avanços e desafios na construção

das estratégias de Convivência com o Semiárido, as famílias agricultoras continuam com atividades agrícola e pecuária dando preferência a animais de pequeno e médio porte, tem-se dado crédito maior a criação animal como fonte de renda, mesmo que esta ainda se encontre precária inserida numa economia de mercado. Essa preferência pela criação de animais de pequeno e médio porte está relacionada com maior capacidade de encontrar meios de suprir as necessidades alimentares desses animais, reduzindo, em algum grau, a dependência às vontades da natureza (por exemplo, chuva). Também é relevante destacar que essas criações (animais de pequeno e médio porte) permite maior rapidez na recomposição, tendo em vista que os ciclos reprodutivos são menores.

No geral, as famílias aqui estudadas demonstram um descontentamento com processos políticos não transformadores, com as políticas ainda implementadas na visão de combate às secas, como distribuição de sementes melhoradas, grandes obras hídricas a exemplo do canal do São Francisco que passa próximo de suas propriedades e, mesmo assim, continuam sem acesso à água; além de um descontentamento com o auxílio de programas sociais, pois afirmam que eles não são suficientes. Isso nos levar a elucidar que, o atual formato das ações políticas para o Semiárido apesar dos avanços, ainda não são suficientes para oferecer respostas satisfatórias, tendo em vista que a intervenção do Estado em grande medida, resiste em apropriar-se do saber fazer tradicional das famílias agricultoras acumulados por anos de convivência com as secas. Portanto, afirmamos que o ventre da construção do conhecimento para as estratégias de Convivência com o Semiárido esta na vida dos agricultores e agricultoras sertanejos(as), estes precisam estar no centro da troca de conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABRAMOVAY, R. **Ruralidade e Desenvolvimento Territorial**. Artigo publicado no jornal Gazeta Mercantil – 15/04/2001 – p. A 3. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/ruralidade-e-desenvolvimento-territorial/>. Acesso em: 10 jan. de 2018.

AB'SABER, A. N. **Sertões e sertanejos**: uma geografia humana sofrida. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 13, n 36. 1999 (USP-IEA).

ALBUQUERQUE, C. F. de. **Camponeses e canavieiros**: razões e significados da migração do semiárido para a zona da Mata alagoana. Tese de doutorado em Ciências Sociais – Centro Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande. 2016.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2001.

ALBURQUERQUE Jr., D. M. **Falas de astúcias e de angústia**: a seca no imaginário nordestino – De problemas a solução (1877 – 1922). Dissertação de mestrado, UNICAMP 1988.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. **"Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste"**. In Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, pp. 111-120; 1995.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Desconstruindo falas do falo. Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino** (Nordeste – 1920/1940). Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 661-680, julho-dezembro/2003.

ALENCAR, T. O. **Exu: três séculos de história**. Recife: Ed. do autor. 2011. 331p.

ALENCAR, M. A. G. **A identidade sertaneja na literatura regionalista**: Euclides, Hugo de Carvalho Ramos e Guimarães Rosa. Revista de História Regional 17(1): 89-111, 2012. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/3274/3053>. Acesso em: 23 nov. 2019.

ALMEIDA, M. G. **Diversidades Paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo**. In. ALMEIDA, M.G, CHAVEIRO, E.F., BRAGA, H.C. Geografia e Cultura. Os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Ed. Vieira, 2008. p. 47-74.

ALMEIDA, M. G. **Fronteiras, territórios e territorialidades**. Revista da ANPEGE. Ano 2, n. 2. Fortaleza: 2005. 103-114.

ALMEIDA, M. G.; VARGAS, M. A. M. **A dimensão cultural do sertão sergipano**. In: DINIZ J. A. F.; FRANÇA, V. (Orgs.). Capítulos de Geografia nordestina. Aracaju: NPGeo/UFS. 1998. p. 469-485.

ALMEIDA, M. G. de. **Em busca do poético do sertão: um estudo de representações**. In: ALMEIDA, Maria Geralda; RATTI, Alessandro J. P. (Orgs.) Geografia. Leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003. p.71-88.

ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e.; MARRA, R. **Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010**. Revista política agrícola. Ano XX – No 2 – abr./mai./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/910778/1/Exodoesuacontribuicao.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

ALVES, J. **História das secas** (séculos XVII a XIX) Edição Fac-Similar 1953. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2003.

AMADO, J. **Região, sertão, nação**. Estudos UJ. slóricos, Rio de Janeiro, '01. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ANA – Agência Nacional de Águas. **Reservatórios do Nordeste**. 2020, Disponível em: <https://www.ana.gov.br/sala-de-situacao/acudes-do-semiarido/acudes-do-semiarido-saiba-mais>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ANDRADE, M. C. de. **As melodias de boi e outras peças**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

ANDRADE, M. C. de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 2000.

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 6º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1986, 304 p.

APAC – Agência Pernambucana de Águas e Clima, 2014. Disponível em: <<http://www.apac.pe.gov.br/meteorologia/estacoes-do-no.php?estacao=verao>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

APAC – Agência Pernambucana de Águas e Clima. 2016. Síntese climática. Disponível em: [http://www.apac.pe.gov.br/arquivos\\_portal/boletins/Boletim%20climatico%20-%20Dezembro\\_2016.pdf](http://www.apac.pe.gov.br/arquivos_portal/boletins/Boletim%20climatico%20-%20Dezembro_2016.pdf). Acesso em: 20 fev. 2020.

ARAÚJO, H. F. P. de; LUCENA, R. F. P. de; MOURÃO, J. da S. **Prenúncio de chuvas pelas aves na percepção de moradores de comunidades rurais no município de Soledade – PB, Brasil**. Interciência, Caracas, Venezuela: Asociación Interciência, v. 30, n. 12, p. 764-769, dec. 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/339/33911108.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

ARRUDA, Ângela. **Representações Sociais e Movimentos Sociais: Grupos Ecologistas e Ecofeministas do Rio de Janeiro**. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs). Estudos Interdisciplinares de Representação Social. Goiânia: AB, 1998, p. 71-86.

ARRUDA, A. **Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e**



atravessamentos. Soc. estado. [online]. 2009, vol.24, n.3, pp.739-766. ISSN 0102-6992. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922009000300006&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922009000300006&script=sci_abstract&lng=pt) Acesso em: 20 fev. de 2020.

ASA. **Documento da Articulação Nacional do Semiárido brasileiro**, Declaração sobre o atual momento da seca no semiárido, 2012. Disponível em: <[http://www.moc.org.br/download/24-05-2012\\_Documento%20ASA%20OFICIAL.pdf](http://www.moc.org.br/download/24-05-2012_Documento%20ASA%20OFICIAL.pdf)>. Acesso em: 20 jan. de 2014.

ASA. **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC**. Recife, agosto de 2001 (texto).

ASSARÉ, P. **Cante lá que eu canto Cá** - Filosofia de um trovador nordestino. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1978.

ASSARÉ, P. **Cordéis e outros poemas**. Fortaleza – CE. 1958. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/grupos/gepep/cordeis\\_poemas.pdf](http://www2.fct.unesp.br/grupos/gepep/cordeis_poemas.pdf). Acesso em: 20 fev. de 2020.

ASSIS, T.R.P. **Sociedade Civil, Estado e Políticas Públicas**: reflexões a partir do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) no Estado de Minas Gerais. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2009.

ASA. Articulação Semiárido Brasileiro. **V Encontro Nacional de agricultoras e agricultores experimentadores**. 12 a 15 de fev 2019. Juazeiro do Norte – CE. Disponível em: [http://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo\\_id=10796](http://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=10796). Acesso em: 16 fev. 2020.

ASA. **Declaração do Semi-árido**. Recife: s.n., 1999.

ASFORA, M, C. LIMA, M. LACERDA, M. R. S. Diagnóstico da seca 2011-2016 em Pernambuco: impactos e políticas de mitigação. Parc. Estrat. • Brasília-DF • v. 22 • n. 44 • p. 247-274 • jan-jun • 2017.

BAPTISTA, N. Q. CAMPOS, C. H. **Educação contextualizada para a convivência com o Semiárido**. IN: CONTI, I. L. SCHROEDER, E. O. (Org). Convivência com Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/REDEgenteSAN / Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

BARBOSA, A. **Identidade de agricultor experimentador**. Para avaliar o II Encontro, a ASA conversou com Neílda Pereira, coordenadora executiva da ASA Brasil pelo estado de Pernambuco, e com Antônio Barbosa, coordenador do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Na entrevista, eles falaram sobre a importância da troca de saberes entre os agricultores e de que forma isso interfere na construção de um novo Semiárido. Confira a entrevista. Disponível em:

<[https://www.asabrazil.org.br/imprensa/asa-na-midia?artigo\\_id=684](https://www.asabrazil.org.br/imprensa/asa-na-midia?artigo_id=684)>. Acesso em: 07 out. 2019.

BARBOSA, A. **A construção social do nordeste**. IN: GALDINI, E. (Org.) Vozes da convivência com Semiárido. Recife, Centro sabiá. 2013.

BARBOSA, A. **Entrevista - A importância da troca de saberes entre os agricultores e de que forma isso interfere na construção de um novo Semiárido**. 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:tSFphvx2JIUJ:www.asabrazil.org.br/99-imprensa/giro-pela-imprensa/684-identidade-de-agricultor-experimentador+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 fev. de 2020.

BARROSO, G. **À margem da História do Ceará**. Fortaleza: Funcet, 2004.

BATISTA, M. B. "**Vidas Secas**", "**Nordeste seco**": uma construção regionalista Em Graciliano Ramos. Anais Encontro Estadual da ANPUH/PB XIII: Entre o Nacional e o Regional, Biênio 2006-2008.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a análise de campo: produzir e analisar dados 2007**. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BERGUER & LUCKMANN. **A construção social da realidade**. São Paulo: Ed Vértice, 2003.

BERNARDES, D. de M. **Notas sobre a formação social do Nordeste**. Lua Nova, São Paulo, 71: 41-79, 2007.

BOTELHO, R. B. A. **Cultura alimentar e Alimentação saudável**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Garantia-Safra: Orientações**. (Documento básico). Brasília, PRONAF/SAF/MDA. 2004. 32p.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Bioma Caatinga**. Brasília. 2019. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/biomas/caatinga.html>>. Acesso em: 27 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Caatinga**. 2016. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomas/caatinga.html>. Acesso em: 20 fev. de 2020.

Bruno, f. Martins, k. P. H. Profetas da natureza: ver e dizer no sertão. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 18, p. 1-12, janeiro/junho, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Análise do filtro de restrições aplicado aos sem remuneração nos dados preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2012. (Estudo técnico nº 16).

BURITI, C. de O.; AGUIAR, J. O. **Natureza e cultura nos domínios de cilo: as secas e outras representações das paisagens semiáridas na historiografia ambiental**. Cadernos de História v. 10, n. 13 (2008) ISSN: 2237-8871.

BUTTEL, F. **Transiciones agroecológicas en el siglo XX**: análises preliminar. Agricultura y Sociedad, Madri, n. 74, p 9-38, 1995.

CALLOU, A. B. **Extensão Rural**: Polissemia e Resistencia. IV Congresso Da Sober. Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/333.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CAMPELLO, F. C. B. **Análise do consumo específico de lenha nas indústrias gesseiras: a questão florestal e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da Região do Araripe – PE**. 2011. 61 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2011.

CAMPOS, J. N. B. **Secas e políticas públicas no semiárido**: ideias, pensadores e períodos. Estud. av. vol.28 n. 82. São Paulo Oct./Dec. 2014.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003, 10 ed.

CÂNDIDO, T. A. P. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919) / Tyrone Apollo Pontes Cândido. – 2014. 352 f.: il. color., enc.; 30 cm. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

CAMPOS, J. N. B. **Secas e políticas públicas no semiárido**: ideias, pensadores e períodos. estudos avançados 28 (82), 2013.

CAMPOS, R. F. F.; FERREIRA, J. de F.; MANGUEIRA, M. N.; GONÇALVES, M. da C. R. **Gastronomia nordestina**: uma mistura de sabores brasileiros. XI Encontro de Iniciação à Docência, Anais 2008. Disponível em: <[http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex\\_xienid/xi\\_enid/monitoriapet/anais/area6/6ccsdnmt01.pdf](http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/xi_enid/monitoriapet/anais/area6/6ccsdnmt01.pdf)>. Aceso em: 30 nov. 2019.

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Martins, 1964.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998. 517p. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

CARDIM, F. **Tratado da Terra e de Gente do Brasil** – Editores J. Leite & Cia., Rio de Janeiro – 1925.

CAVALCANTI, M. L. C.; BENÍCIO, P. C. da N. **Cultura nordestina: tradição do vaqueiro e pega de boi no mato resiste no semiárido.** Anais do ii – congresso internacional da diversidade do semiárido. Disponível em: < [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conidis/trabalhos/TRABALHO\\_EV074\\_MD4\\_SA11\\_ID1646\\_02102017151740.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conidis/trabalhos/TRABALHO_EV074_MD4_SA11_ID1646_02102017151740.pdf) >. Acesso em: 24 nov. 2019.

CASCUDO, Luís da Câmara. 1976. **Seleta: organização, estudos e notas do professor Américo de Oliveira Costa.** 2 ed. Rio de Janeiro. J.Olympio.

CCE. **Comissão das Comunidades Europeias. Estratégia da UE para a África: rumo a um Pacto Euro-Africano a fim de acelerar o desenvolvimento de África,** 2005. Disponível em: <<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0489:FIN:PT:PDF>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J.; DESLAURIES, J.P.; GROULX, H.L; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A.P. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010

CGEE. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Desertificação, degradação da terra e seca no semiárido Brasileiro.** Brasília, Brasil: 2016.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2005.

CLAVAL, P. **Géographie culturelle.** Nathan: Paris, 1995.

CONTI, I,L. PONTEL, E. IN: **Transição paradigmática na convivência com Semiárido.**IN: CONTI, IL. SCHROEDER, E.O. (Org.) **Convivência com Semiárido brasileiro: Autonomia e protagonism.** Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul FAURGS/REDEgenteSAN/Instituto Ambiental Brasil Sustentável IABS/Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS/Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

COOPER-JOHNSTON, R. **El Niño.** The weather phenomenon that changed the world. London, UK: Hodder & Stoughton, Coronet Books, 2000.

COQUEIRO, J. R. **O Semiárido brasileiro: lugar de vida do/a camponês/a.** Revista Eletrônica de Culturas e Educação N. 6 V 1 p. 47-60 Ano III (2012) Set.-Dez. ISSN 2179.8443.

COTRIM, D. S. **O Estudo participação da interface dos atores na arena da construção do conhecimento agroecológico.** Tese de doutorado UFGR. Porto Alegre. 2013.

CORTEZ, L. S. **A seca 2010-2016 e as medidas do Estado do Ceará para mitigar seus efeitos.** Parc. Estrat. • Brasília-DF • v. 22 • n. 44 • p. 83-118 • jan-jun • 2017.

COSGROVE, D. **Em direção a uma geografia cultural radical: Problemas da**

**Teoria:** IN: CORRÊA, R, L.; ROSENDAHL, Z. (Org). Introdução à Geografia Cultural. 2. Ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2007. P. 103-134.

COSTA, J. B. de A. **Cerrados Norte Mineiros: populações tradicionais e suas identidades territoriais.** In: ALMEIDA M. G. (org.). Tantos Cerrados. Goiânia: Vieira, 2005. p. 72-98.

COTRIM, D.S. DAL SOGLIO, F, K. **Construção do conhecimento agroecológico: problematizando o processo.** Revista brasileira de agroecologia. 11(3): 259-271 (2016). ISSN: 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/16772/12311> Acessado em: 20 ago. de 2017.

CUCHE, D.. **Cultura e identidade.** In: A noção de cultura nas ciências sociais. Trad. Viviane Ribeiro. 2. ed. São Paulo: EDUSC, 2002. p.175-202.

CUNHA, E. da. **Os sertões:** (Campanha de Canudos). São Paulo: Martin Claret, 2002.

CUNHA, E. da. **1982 Os sertões.** São Paulo, Abril Cultural.

DAVIS, M. **Late victorian holocausts:** el niño famines and the making of the third world. London, UK: Verso Books, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 2001.

DINIZ, P. C. O. **Ação coletiva e convivência com o semi-árido:** a experiência da Articulação do Semi-Árido paraibano. João Pessoa/Campina Grande. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFPB, 2002.

DNOCS. **Atuação ao longo de sua existência.** Disponível em: <<https://www2.dnocs.gov.br/>>. Acesso em: 11 out. 2019.

DOMINGUES, J. **Guerra do açúcar ou dos “bárbaros”:** o extermínio indígena esquecido pela história oficial. Ensinar História. 2016. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/guerra-do-acu-ou-dos-barbaros-exterminio-indigena/>. Acesso 20 fev. de 2020.

DUARTE, R. S. **O Estado da arte das tecnologias para convivência com as secas no Nordeste.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Fortaleza: BNB, 2002. (Série sobre as secas no Nordeste).

DUQUE, J. G. **O Nordeste e as lavouras xerófilas.** 2. Ed. Fortaleza/CE: BNB, 2004.

DUQUE, G. **Conviver com a seca:** contribuição da Articulação do Semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13417/9043>>. Acesso em: 11 out. 2019.

ELIAS, D. (2006). **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Revista NERA, ano 9, n. 8, pp. 29-51

ETCHEVARNE, C. **1992 Sítios dunares do Sub-Médio São Francisco, Bahia, Brasil**. Journal de la Societé des Americanistes vol. LXXVIII-I: 57-71.

ETCHEVARNE, C. **A ocupação humana do nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa**. Revista USP, São Paulo, n.44, p. 112-141, dezembro/fevereiro 1999-2000.

FADEL D. A. Filho. **Sobre a Palavra “Sertão”: Origens, Significados e usos No Brasil (Do Ponto De Vista Da Ciência Geográfica)**. Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro 2011. Disponível em: [http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV\\_1/AGB\\_dez2011\\_artigos\\_ver\\_sao\\_internet/A\\_B\\_dez2011\\_11.pdf](http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_ver_sao_internet/A_B_dez2011_11.pdf) Acessado em: 21 ago. de 2019.

FAO. **O novo retrato da agricultura familiar**. Desertificação. Disponível em: <http://www.fao.org/desertification/default.asp?lang=sp>. Acesso em: 15 jan. 2002.

FARIA, O. L; BEZERRA NETO, E. C.; MARIZ FILHO, P. G. **Efeitos da seca sobre a economia do Nordeste - 1958**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1959. 22p.

FERRAZ, M. do S. **Agricultores e pecuaristas no médio São Francisco**. In: Scott, Parry; Cordeiro, Rosineide (Orgs.). Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas, v. 1, p. 31-54. Recife: Editora UFPE, 2006.

FERREIRA, L, C. **Representações sociais de sertão entre moradores da região sertaneja Petrolina-PE e Juazeiro-BA**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória - ES. 2012.

FOLHES. M. T. Donald, N. **Previsões tradicionais de tempo e clima no ceará: o conhecimento popular à serviço da ciência**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, **19** (2): 19-31, dez. 2007.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

FREITAS, B. N. de. **Os manos jeca e mané? O sertanejo na escrita de Idefonso albano no início do século XX**. 2015. (Apresentação de Trabalho/Outra). Disponível em: [http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos\\_completos/165-30927-22052015-220545.pdf](http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/165-30927-22052015-220545.pdf). Acesso em: 22 nov. 2019.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. 1933 São Paulo.

FREYRE, G. **Ingleses no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro; Brasília: José Olympio; MEC, 1977.

FUPEF. **Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná**. Apoio técnico e institucional para o desenvolvimento do Programa Florestal da Chapada do Araripe em Pernambuco. Produto 2 – Diagnóstico. Curitiba: Governo do Estado de Pernambuco/CODEVASF/MMA, 2007.

GALGANI, G. **Painel do V Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores** – Diálogo entre a sabedoria popular e a ciência para a construção dos conhecimentos da convivência com o Semiárido. 2019. (Palestra). Disponível em: <https://caatinga.org.br/noticia/sabedoria-popular-reivindica-seu-lugar-na-construcao-do-conhecimento-na-agricultura>. Acesso em: 20 fev. de 2020.

GALINDO, W. C. M. **Intervenção rural e autonomia: A experiência da Articulação no Semiárido/ASA em Pernambuco**. Recife: Ed Universitária, 2008.

GALINDO, W. C. M. **Vozes da Convivência com o Semiárido**. Recife: Centro Sabiá, 2013. (Org.).

GARCIA, A. K. M. **Cidade x abarracamentos: os conflitos e o cotidiano dos retirantes em fortaleza (1877-1880)** – PPG-PUC/SP. ANPUH – XXIII. Simpósio nacional de história – Londrina, 2005.

GARCIA, I. F.. **Convivência com o Semiárido e organização da sociedade civil no Sertão do Araripe (PE)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Filker. São Paulo: editora UNESP, 1991.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997. PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GEERTZ, C. **Obras e Vidas - o antropólogo como autor**. 3ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GODOY, E. P. **O trabalho da memória: Um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí**. 1993.

GOMES, N. P. M.; PEREIRA, E. de A. **Mundo encaixado: significados da cultura popular**, Belo Horizonte: Editora Mazza-UFJF, 1992.

GOMES, R. **Análises e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. IN

Pesquisa qualitativa: teoria e criatividade/ Maria Cecília de Souza Minayo (org); Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Série, Manuais Acadêmicos). ISBN 978-853265202-7.

GOMES, U. A. F.; HELLER, L. **Acesso à água proporcionado pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido**: Um Milhão de Cisternas Rurais: Combate à Seca ou ruptura da vulnerabilidade? Eng Sanit Ambient | v.21 n.3 | jul./set 2016 | 623-633. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/esa/v21n3/1809-4457-esa-21-03-00623.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2019.

GOMES, H. P. R.; NASCIMENTO, L. E. do N. **Etnogeografia do sertão: cultura e identidade dos membros do fã-clube eterno cantador-pau dos ferros-RN**. Anais V Congresso Nacional de Educação Olinda-PE de 17 a 20 de out. de 2018. Disponível em:<[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/trabalho\\_ev117\\_md1\\_sa17\\_id5354\\_17092018184111.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/trabalho_ev117_md1_sa17_id5354_17092018184111.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GONDIM, J. et al.; FIOREZE, A. P.; ALVES; R. F. F.; SOUZA, W. G. de. **A seca atual no Semiárido nordestino** – Impactos sobre os recursos hídricos. Parc. Estrat. Brasília-DF. v. 22, n. 44, p. 277-300, jan. - jun. 2017.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). **Texto em representações sociais**. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2008.

GUERRA, P. B. **A civilização da seca**. O Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981. 324p.

GUERRA, F. **Secas do Nordeste**. Resumo histórico (anos 1559 a 1942). Natal: Centro de Imprensa S.A., 1951. 47p.

GUYOT, M. S. D. **Agroecologia e Convivência com o Semiárido**: elementos para resiliência às mudanças no sertão da Bahia. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Centro de Energia Nuclear na Agricultura. 2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-30112018-145035/en.php>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

HALL, S. 2005 [1992]. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 102 p.

HALL, S. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e Realidade, Porto Alegre, vol. 22, nº 2, pp. 15- 46, jul./dez. 1997.

HALL, S. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 112.

HOBSBAWM, e RANGER, T. (Ed.). **The invention of tradition**. New York: Oakleigh; Australia: Cambridge University Press, 1983.



HOLLING, C. S. **Surprise for Science, Resilience for Ecosystems, and Incentives for People**. Ecological Applications, 1996.

IBGE. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras I**, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. **Censo 2010**; Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

INSA - Instituto Nacional do Semiárido –. **Estabelecimentos agropecuários do Semiárido brasileiro**. Editora Instituto Nacional do Semiárido. Campina Grande – PB. 2018. Disponível em: <https://portal.insa.gov.br/images/acervo-livros/Tabela%20Censo%20Completo.pdf> Acesso em 14 fev. de 2020.

JACKSON, L. C.. **Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: FAPESP, 2002.

JACÓ, M. A. **Um novo olhar sobre o semiárido**. Disponível em: <http://caabahia.org.br>. Acesso em: 30 out 2011.

JALIL, L. et al. **Território Sertão do Araripe**. IN: LONDRES, F. PETERSEN, P. G, MARTINS (Orgs). Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). Olhares agroecológicos: análise econômico ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros. 1. ed. - Rio de Janeiro : AS-PTA, 2017.

JODELET, D. **Representações Sociais**: um domínio em expansão. In JODELET, D. As representações sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JODELET, D. Prefácio. In C. P. Sá (Ed.), **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 1998.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais**: para uma fenomenologia dos saberes sociais. Psicologia e Sociedade, Petrópolis, v. 10, n. 1, p. 54-68, 1998.

JOVCHELOVITCH, S. **Os Contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, S. (2004). **Psicologia social, saber, comunidade e cultura** [Versão eletrônica]. Psicologia & Sociedade, 16(2), 20-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a04v16n2.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2018.

KUHN, S. Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITÃO, J. A.; SANTOS, S. T. **Fotojornalismo: O Sertão representado na mídia**. Intercom – RBCC São Paulo, v.35, n.1, p. 133-155, jan./jun. 2011.

LEMOS, M. C.; FINAM, T.; LIVERMAN, D.; FOX, R.; RENNÓ, N. **The social and policy implications of seasonal forecasting: a case study of Ceará, Northeast Brazil.** University of Arizona. 1997.

LEMOS, M. C.; FINAM, T.; LIVERMAN, D.; FOX, R.; RENNÓ, N. **The social and policy implications of seasonal forecasting: a case study of Ceará, Northeast Brazil.** University of Arizona. 1997.

LIMA, C. **Tachos e panelas: historiografia da alimentação brasileira.** Recife: Editora da Autora, 1999.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional.** Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes: Revan, 1999. 222 p.

LODY, R. **Brasil bom de boca: temas da antropologia da alimentação.** São Paulo: Senac, 2008.

LUCENA, R. F. P.; ARAÚJO, H. F. P.; MOURÃO, J. S.; ALBUQUERQUE U. P. **A flor chegou, chuva avisou: meteorologia popular no semiárido paraibano.** In: Alves, Â. C. G.; Lucena, R. F. P.; Albuquerque, U. P. (orgs.). *Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia.* Volume 2. Editora NUPEEA. Recife, 2005, p.171-182.

MAIA, J. C. **Exilados da fome: seca e migração no Ceará oitocentista** / Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2015.

MACEDO, O. R. B. **A convivência com o semi-árido: desenvolvimento regional e configuração do local no projeto do IRPAA.** Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE. 2004.

**Maia Gomes, G.** Velhas Secas em Novos Sertões. **Brasília, DF: IPEA. 2001.**

MALVEZZI, R. (Gogó). **Uma conceituação processual e holística da Convivência com o Semiárido.** In Ana Paula Silva dos Santos, Andrews Rafael Bruno de Araújo Cunha, Allana Anjos Coutinho Dennis, Aldrin Perez-Marin (Orgs). *Vivências e práticas para a Coabitação Semiárido brasileiro: Ensaios e reflexões – Sabes fazer em diálogo.* Campina Grande – PB, 2016. ISBN: 978-85-64265-34-9.

MALVEZZI, R. **Semi-árido: uma visão holística.** Brasília: Confea, 2007.

MARCOS JUNIOR, A. D.; SILVEIRA, C. da S.; VASCONCELOS JÚNIOR, F. das C.; GUIMARÃES, S. O.; COSTA, J. M. F. da. **Classificação Climática de Thornthwaite para o Brasil com Base em Cenários de Mudanças Climáticas do IPCC-AR5.** Revista Brasileira de Meteorologia, v. 33, n. 4, 647-664, 2018 rbmet.org.br DOI. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbmet/v33n4/0102-7786-rbmet-33-04-007.pdf>>. Acesso em 27 set. de 2019.

MARQUES, M. I. M. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade**

**no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira - PB** [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; 1994.

MARTINS, G. (Org.) **Olhares agroecológicos – Análise econômica-ecológica de agroecossistemas em sete território brasileiro**. 1 ed. – Rio de Janeiro: As-PTA, 2017.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, E. S. P. R.; MAGALHÃES, A. R.; FONTENELE D. **A seca pluriannual de 2010-2017 no Nordeste e seus impactos**. Parc. Estrat. Brasília-DF v. 22 n. 44 p. 17-40 • jan.-jun. 2017.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 1983.

MARTINS, J. da S. **Anotações em torno do conceito de Educação para a Convivência com o Semi-Árido**. In: Educação para a Convivência com o Semi-Árido: Reflexões Teórico-Práticas. Juazeiro/BA: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido, Selo Editorial-RESAB, 2006.

MARTINS, E. S. P. R. MAGALHÃES, A. R. M. **A seca de 2012-2015 no Nordeste e seus impactos**. Parc. Estrat. • Ed. Esp. • Brasília-DF • v. 20 • n. 41 • p. 107-128 • jul-dez 2015.

MARTÍN-BARBERO. **La comunicación desde la cultura, crisis de lo nacional y emergencia** de lo popular. Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, Colima, v. 1, n. 3, p. 45-69, 1987.

MASCARENHAS, G. P.; GURGEL, F. F. **Modos de vida e territórios no semiárido nordestino: reflexões a partir da psicologia ambiental** Editora realize, Revista Conadis Anais.V. 1, 2018, ISSN 2526-186X.

MATTOS, B. H. M. **Natureza e sociedade no semi-árido brasileiro: um processo de aprendizagem social ?** In: Educação no contexto do semi-árido brasileiro. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

MAURÍCIO, M. L. A. **Aboio: tipologia de um gênero oral** – 176 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa – PB. 2012.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas e As técnicas do Corpo In Marcel Mauss: Sociologia e Antropologia (tradução Paulo Neves) São Pulo: Cosac & Naif. 2003.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. Título original: Sociologie et anthropologie.

MDA; FOTEAR; IADH. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS**. Sertão do Araripe – Pernambuco. Brasília: IADH/SDT-MDA, 2011.

MEDEIROS FILHO, J.; SOUZA, I. **Os degredados filhos da seca**. Uma análise sócio-política das secas do Nordeste. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1983.112p.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MENDONÇA, Marcelo. **Os novos movimentos sociais cerradeiros: a territorialização do MAB em Goiás**. In: ALMEIDA, M. G. (org.). *Tantos Cerrados*. Goiânia: Vieira. 2005. p. 196- 221.

MENDES, A. C. **Aboio no Sertão Paraibano: Um canto no trabalho, um trabalho no canto**. Dissertação de mestrado. Pós Graduação em Música – Universidade Federal da Paraíba. 2015.

MENEZES, de D. **O Outro Nordeste**: Ensaio sobre a evolução social e política do nordeste da "civilização do couro" e suas implicações históricas nos problemas gerais. 2ª edição. Vitória (ES): Editora Artenova, 1970.

MENESES, C. **Política da natureza – jardim de borboleta – sertão**. Revista interdisciplinar. Issn 2179-0094. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/interdisciplinaridade/article/view/19088/14255>>. Acesso em 20 abr. 2016.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa qualitativa: teoria e criatividade**. (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos). ISBN 978-853265202-7.

MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Reimpressão em 2007.

MOSCOVICI, S. **Das Representações Coletivas às Representações Sociais: Elementos para Uma História**. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**. 3º Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MORAES, J. R. de. **Truce um triângulo no matulão [...] Xote, Maractu e Baião**: A musicalidade de Luiz Gonzaga na construção da identidade nordestina. Dissertação de Mestrado em História Social, Pontifca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo – SP, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**. Investigações em psicologia social. 9. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: Investigação em Psicologia Social. In: Guareschi, P. A. Petropolís, Rio de Janeiro, 2003.

MOSCOVICI, S. (1972/1994) **La société contre nature**, Paris: Seuil.

NAVARRO, E. de A. **Dicionário tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil:** vocabulário português-tupi e dicionário tupi-português, tupinismos no português do Brasil, etimologias de topônimos e antropônimos de origem tupi. São Paulo: Global Editora, 2013. 1ª ed. São Paulo: [s.n.] 545 páginas. ISBN 9788526019331. OCLC 869424504.

NEVES, F. de C. **A miséria na literatura:** José do Patrocínio e a secade 1878 no Ceará. Tempo vol.11 no. 22 Niterói 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000100005)>. Acesso em: 20 out. 2019.

NEVES, F. de C. **Curral de Bárbaros**—Os Campos de Concentração no Ceará, 1915 e 1932. Revista Brasileira de História, v. 14, n. 29, p. 93–122. 1995.

NEVES, F. de C. **O Nordeste e a historiografia brasileira.** Ponta de Lança, São Cristóvão, v.5, n. 10 abr. - out. 2012.

NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará.** In: Souza, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Demócrito Rocha. p.76-132. 2000b.

NUNES, M. C. N. **O sertão romântico: leitura de O Sertanejo, de Alencar, e de Inocência, de Taunay.** 94f: (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Paraíba - Programa de Pós-Graduação em Letras. João Pessoa, 2014.

NYS, E. de; ENGLE, N.L.; MAGALHÃES, A.R. **Secas no Brasil:** política e gestão proativas. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos- CGEE; Banco Mundial, 2016. 292 p.

OLIVEIRA, A. **Ilusões na Idade das Emoções.** Representações sociais da morte, do suicídio e da música na adolescência. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian. (2008).

OLIVEIRA, J. V. de. **Corpo e cidade no sertão pernambucano:** arte, diálogo social e novas ideias. Número temático: Metodologias de pesquisa em ciências sociais e humanas. A Cor das Letras — UEFS, n. 14, 2013 Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/316732534\\_corpo\\_e\\_cidade\\_no\\_sertao\\_pernambucano\\_arte\\_dialogo\\_social\\_e\\_novas\\_ideias](https://www.researchgate.net/publication/316732534_corpo_e_cidade_no_sertao_pernambucano_arte_dialogo_social_e_novas_ideias)>. Acessado em 23 de nov de 2019.

OLIVEIRA FILHO, O. **Resistência identitária:** a configuração etnocultural da comunidade sertaneja norte mineira no processo histórico de minas gerais. Revista UFG, ed. 8. n. 2. 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48102>>. Acesso em: 20 out. 2019.

OLIVEIRA, V. S.; ARAÚJO, R. N. N. **Concepções e estigmas regionais do Nordeste no programa “Globo Rural.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1666-1.pdf>>.. Acesso em: 20 out. 2019.

ONU, **Relatório de pobreza rural**, 2011. Disponível em: <http://www.ifad.org/poverty/>. Acesso em: 11 set. 2019.

PALHARES, V. de L. **Representações da seca no imaginário dos sujeitos rurais da inhaúma-MG**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte Departamento de Geografia da UFMG 2010.

PAULA, A, M, N, R. T. **Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais**. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós- graduação em Geografia, 2009.

PENNESI, K.; SOUZA C. R. B. de. **O encontro anual dos profetas da chuva em Quixadá, Ceará**: a circulação de discursos na invenção de uma tradição. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 159-186, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v18n38/07.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2019.

PEREZ-MARIN, A. M. SANTOS, A.P dos S. **O Semiárido brasileiro**: riquezas, diversidade e saberes. Campina Grande: INSA/MCTI, 2013. 73 o. : iL (Coleção Reconhecendo o Semiárido, 1) ISBN: 978-85064265-06-6.

PERROT, M.. **Ecoss de uma história silenciosa das mulheres** - As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: Edusc, 2005. 520 p.

PETERSEN, P. **Agroecologia para Convivência com o Semiárido**, 2012. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/index.php/noticias/317-agroecologia-paraconvivencia-com-o-semiarido>>. Acesso em: 20 set. 2019.

PICOLOTTO, E. L.. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil**. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp.63-84. ISSN 0103-2003.

PIRES, A. P. **Amostragem e pesquisa qualitativa**: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. et al. (org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010a. p. 154-211.

PIRES, M. I. da C. **Guerra dos bárbaros**: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial. Editora Universitária UFPE, 2002.

POLETTO, I. **Da indústria da seca para a Convivência com o Semiárido brasileiro**. IN CÁRITAS BRASILEIRA Água de chuva: o segredo da Convivência com o Semiárido brasileiro. São Paulo; Paullinas, 2001.

POMPEU de SOUZA, T. **Histórias das secas**. In: História do Ceará, v. II, Fortaleza, Instituto do Ceará, monografia. 1953.

PONTEL, E. CONTI, I. L. ARAÚJO, M. L. L. **Convivência com o Semiárido: aprendizados, desafios e perspectivas**. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Org.). Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social.

Brasília: Editora IABS, p. 29-38, 2013.

POPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** / tradução de Ana Cristina Nasser. 3. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. – (Coleção Sociologia).

PRADO Jr., C. P. **História Econômica do Brasil**. 15 edição. São Paulo. Brasiliense, 1972.

PTDRS. **Sertão do Araripe – Pernambuco**. Brasília: IADH/SDT-MDA, 2011.

PUNTONI, Pedro. **A Arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América Portuguesa, 1550-1700**. Novos Estudos, n. 53, p. 189-204, mar. 1999.

QUEIROZ, R. **O não me deixes: suas histórias e sua cozinha**. São Paulo: ARX, 2004. 112 p.

QUIRINO, J. **Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Literatura e Interculturalidade**, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Campina Grande – PB, 2009.

REBOUÇAS, A. da C. **Água e desenvolvimento rural**. Estudos avançados 15 (43), 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a24.pdf> Acessado em 02 de set de 2019.

REIS, F. J. C.; SANTOS, C. B. dos. **Um Estudo sobre a etnografia do povo cigano e o processo territorialidade no contexto do Semiárido**. Revista Ouricuri, Paulo Afonso, v. 2, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2012.

RIBEIRO, R.W. (1999) **Seca e determinismo: a gênese do discurso do semi-árido nordestino**. Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ. v.22.

RIBEIRO, S. C. **Etnogeomorfologia Sertaneja: proposta metodológica para a classificação das paisagens da sub-bacia do rio Salgado/CE**. Tese de doutorado - Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2012. 278.

ROCHA, A. M. **A preparação das iguarias na festa do sagrado coração de Jesus: a divisão sexual e social do trabalho no cariri rural cearense**. Faces de eva, n.º 32, Edições Colibri / Universidade Nova de Lisboa (2014): 75-91. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-68852014000200007](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852014000200007) Acesso em 20 de jul de 2019.

ROQUE, A. A. **Potencial de uso dos recursos vegetais em uma comunidade rural do Semiárido do Rio Grande do Norte**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal – RN. 2009.

ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

SÁ, B. I. **Aspectos Ambientais do Polo Gesseiro do Araripe**. Simpósio Polo Gesseiro do Araripe: Potencialidades, problemas e soluções. Recife – 12 a 14 de agosto de 2014.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SÁ, C. P. de. **O estudo das representações sociais no Brasil**. Revista de Ciências Humanas. Edição especial temática. Florianópolis: EDUFSC, 2000, p. 11-31.

SABINO, S. T. B. de O. **Programas emergenciais de combate aos efeitos da seca no Nordeste: o que mudou na década de 90?** Dissertação de mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste. Universidade Federal de Pernambuco, 2002. Disponível em: <[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7906/1/arquivo8008\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7906/1/arquivo8008_1.pdf)>. Acesso em: 23 out 2019.

SANTOS, I. de J. **As representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural na comunidade remanescente de quilombo Lage dos negros em campo formoso-Bahia**. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. S. dos. **Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, nº 38, p. 151-165, 1998.

SANTOS, T. A. **Articulação no semiárido brasileiro (ASA BRASIL): A convivência com Semiárido e a Construção de um regionalismo de resistência**. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2016.

SANTOS, T. D. L. B. **Voos da espera e da esperança: o bairro Sagrada Famílias e estratégias de permanência no Sertão Norte-Mineiro**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, V. B. dos.; SILVA, A. O. da.; RIOS, P. P. S.; VIEIRA, A. R. L. **Representações Sociais do Semiárido: práticas contextualizadas de convivência a partir da proposta decolonizadora da COOPERCUC em Uauá-BA**. Anais do II Congresso Nacional de Educação, Campina Grande – PB, 2014. Disponível em <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV045\\_M D1\\_SA2\\_ID5234\\_12082015010340.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_M D1_SA2_ID5234_12082015010340.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SCHISTEK, H. **O Semiárido Brasileiro: uma região mal compreendida**. IN: CONTI, IL. SCHROEDER, E.O. (Org.) **Convivência com Semiárido brasileiro: Autonomia e protagonismo**. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –



FAURGS/REDEgenteSAN / Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

SENA, C. S.; SUÁREZ, M.: Org. **Sentidos do sertão**. Goiânia: Cãnone editorial, 2011.

SENA, A.; BARCELLOS, C.; FREITAS, C.; CORVALAN, C. **Managing the health impacts of drought in Brazil**. International Journal. Environ. Research and Public Health, vol. 11 (10), pp. 10737-10751, 2014.

SENA, C. S. **A categoria sertão**: um exercício de imaginação antropológica. Sociedade e cultural, 1(1): 19:28, jan./jun. 1998.

SILVA R.; FORMIGA, M. C. de C.; CUNHA, M. H. S. **Trabalhadores Rurais na Seca de 1992-1993 no RN**: Política pública e luta pela sobrevivência. X Encontro nacional de Estudos Populacionais; 1996: Anais Eletrônicos; 2011. P. 337-362.

SILVA, N. G. A.; SOUZA, J. P. O. de. **Seguro safra para o semi-árido cearense**. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Rural, 2008, Rio Branco / AC. Amazonia, Mudanças Globais e Agronegócio em questão, 2008. (palestra). Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/342.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SILVA, K. V. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras: A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: CEPE, 2010.

SILVA JUNIOR., W. A. da. **O Coronelismo em Salgueiro**: uma análise da trajetória política do Coronel Veremundo Soares (1920-1945) – Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2006.

SILVA, J. G. da. **A globalização da agricultura**. In: Silveira, M. A.; Vilela, S. L. de O. (eds.), Globalização e sustentabilidade da agricultura. Jaguariúna: EMBRAPA/CNPMA, 2002. p. 29-42.

SILVA, N. M. da; ANDRADE, A. J. P. de; SOUZA, C. R. de. **O sertanejo e as experiências de inverno no Seridó Potiguar**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 27, p. 87-107, jan./jun. 2013. Editora UFPR.

SILVA, R. M. A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática**. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável, política e gestão ambiental) Universidade de Brasília, 2006.

SIQUEIRA, A. M. de. **As representações sociais das mulheres rurais sobre os saberes construídos nos movimentos sociais para o desenvolvimento local**. Dissertação Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2015.

SINDUSGESSO. **Simpósio Polo Gesseiro do Araripe**. Potencialidade, Problemas e Soluções - 12 a 14 de agosto de 2014 (Relatório do evento).

SMITH, H.H. **Brasil: The Amazons and the Coast**. New York Forgotten Books, (originally published in 1879). 2012.

SOBRAL, M. R. B. **Luiz Gonzaga e alimentação sertaneja**: as práticas alimentares representadas nas letras musicais. *Interações*, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 155-162, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v16n1/1518-7012-inter-16-01-0155.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SOLER, Luis. **Origens árabes no folclore do sertão brasileiro**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

SOUSA, J. W. F. **Os “Doutores das Secas” no Contexto do Desenvolvimento Regional do Nordeste**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2009, Natal/RN.

Disponível em: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401999093\\_ARQUIVO\\_OsdoutoresdassecasnocontextodapoliticadedesenvolvimentoregionaldoNordeste.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401999093_ARQUIVO_OsdoutoresdassecasnocontextodapoliticadedesenvolvimentoregionaldoNordeste.pdf) Acessado dia 06 de dez de 2019.

SOUZA Filho, E. A. **Análise de representações sociais**. In: SPINK, M. J. P. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 109-145.

SOUZA Filho, I.; MEDEIROS, J. **Os degredados filhos da seca**. Editora: vozes, 1983.

SOUZA, J. W. F. S. **Os “Doutores das Secas” no Contexto do Desenvolvimento Regional do Nordeste**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

Disponível em: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401999093\\_ARQUIVO\\_OsdoutoresdassecasnocontextodapoliticadedesenvolvimentoregionaldoNordeste.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401999093_ARQUIVO_OsdoutoresdassecasnocontextodapoliticadedesenvolvimentoregionaldoNordeste.pdf). Acesso em: 20 fev. 2020.

SPINK, M. J. P. **Desvendando as teorias implícitas**: uma metodologia de análise das Representações Sociais In: Guareschi P, Jovchelochi S, organizadores. *Textos em Representações Sociais*. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 1995.

SPINK, M. J. P. **O estudo empírico das representações sociais**. In: SPINK, M. J. P. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995a. p. 85-108.

SUÁREZ, M. **Sertanejo**: um personagem mítico. *Sociedade e Cultura*, 1: 20-39, jan./jun. 1998. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/1777/2138>>. Acesso em: 21 out. 2019.

SUDENE. **Delimitação do semiárido**. 2017. Disponível em:

<<http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>>. Acesso em: 23 set. 2019.

TADDEI, R. **Os profetas da chuva do sertão como produção midiática**. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: REUNIÃO ANUAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2009, Rio de Janeiro, 11 a 14 de junho. [Trabalho apresentado]. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/TaddeiRenzo.pdf>>. Acesso em: 10 mai. de 2011.

TADDEI, R. **Of clouds and streams, prophets and profits: the political semiotics of climate and water in the Brazilian Northeast**. Tese de doutorado, Universidade de Columbia, Nova York, 2005.

TAVARES, F. B. do N. **O negro na história do sertão**: Bibliografia e memória local. Anais-encontro estadual de história-História e Contemporaneidade: articulando espaços, construindo conhecimentos caderno de resumos eletrônico, Petrolina-PE, 2014. Disponível em: <[http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/35/1401389742\\_arquivo\\_ArtigoCompleto.FlavianyTavares.pdf](http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/35/1401389742_arquivo_ArtigoCompleto.FlavianyTavares.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2019.

TEIXEIRA, C. T. M.; PIRES, M. L. L. S. **Análise da Relação Entre Produção Agroecológica, Resiliência e Reprodução Social da Agricultura Familiar no Sertão do Araripe**. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2017, vol.55, n.1, pp.47-64. ISSN 0103-2003.

TOLEDO, V.M. BASSOLS, N, B. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicional. 1. ed. São Paulo Expressão popular, 2015.

THOMPSON, J. (1995). **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. (4ª ed.). Petrópolis: Vozes.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum** – Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THORNTHWAITE, C.W. **An approach toward a rational classification of climate**. Geographical Rev., v. 38, n. 1, p. 55 94, 1948.

TIMBÓ, M. P.; BESSA, A. Z. S. **A identidade e representação do Ceará na literatura de cordel**: análise dos cordéis o Romance do Pavão Misterioso e As proezas de João Gril. Revista Investigações - Vol. 25, nº 1, janeiro/2012.

VARGAS, M. A. **Sustentabilidade cultural e as estratégias de desenvolvimento do Baixo São Francisco**. In: ALMEIDA. M. G. de; RATTTS, A.J. P. (orgs.). Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 113-131.

VASCONCELOS, C. P.; **A construção da imagem do nordestino/sertanejo na constituição da identidade nacional**. Trabalho apresentado no II ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado de 03 a 05 de maio de 2006, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <[http://www.cult.ufba.br/enecul2006/claudia\\_pereira\\_vasconcelos.pdf](http://www.cult.ufba.br/enecul2006/claudia_pereira_vasconcelos.pdf)>. Acesso em:

21 out. 2019.

VERARDI, C. A. **A Guerra dos bárbaros**: índios tapuias versus colonizadores portugueses. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

VIANNA, U. **Bandeiras e sertanistas bahianos**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935. (43).

VIDAL, M. de F. **Efeitos da seca de 2012 sobre a apicultura nordestina**. Informe Rural ETENE, Bancodo Nordeste, v.7, n.2, 2013. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/ire\\_ano7\\_n2.pdf/7a9e8843-0f57-4ed8-b737-0a6096c915cd](http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/ire_ano7_n2.pdf/7a9e8843-0f57-4ed8-b737-0a6096c915cd)>. Acesso em: 10 out. 2019.

VIEIRA, N. S. **Cultura de vaqueiro: o sertão e a musica dos vaqueiros nordestinos**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

VIEIRA, V. P. P. B.; GONDIM FILHO, J. G. **Água doce no Semi-árido**. In: REBOUÇAS, Aldo da C. et al. **Águas doces no Brasil**: capital ecológico, uso e conservação. 3ª. Ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006. 703 p.

VILAR FILHO, M. D. **O sertão frugal e verdadeiro – crônica de uma convicção**. Documentários e estudos sobre a seca. 17 de Junho de 2019. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/documentarios-e-estudos-sobre-as-secas/10252-o-sertao-frugal-e-verdadeiro-cronica-de-uma-conviccao>. Acesso em: 18 fev. de 2020.

WANDERLEY, M. de N. B. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. In: Bai xi nong min; Kang zheng de li shi. In: Peilin Li, M K Gorshkov, Celi Scalon, K L Sharma. Jin Zhuan Guo Jia She Hul Fen Ceng; Bian Qian Yu Bi Jiao, Beijin, Social Sciences Academic Press, 2011, p. 133-145.

WANDERLEY, M. de N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento social. Buenos Aires – Argentina: Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina 2001.

XIMENES, L. J. F. **Efeitos da Ocorrência de Secas sobre Indicadores Agropecuários do Estado do Ceará**. ISSN Informe Rural, ano VII, n.1, 2013.

ZANRÉ, Â. **Às claras para todo mundo ver**: o movimento de saques em Pernambuco na seca de 1990-93. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política/ UFPE. Recife: mimeo, 1997.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**Tese:** A Construção das estratégias de Convivência com o Semiárido alicerçado no saber local: Uma análise a partir do Território Sertão Do Araripe - Pe.

### Roteiro de Entrevista (Agricultores e Agricultoras)

Data: \_\_\_\_\_ Pesquisadora \_\_\_\_\_

(continua)

1 – IDENTIFICAÇÃO/CONTEXTO					
1.1 Nome/Apelido:					
1.2 Município:					
1.3 Comunidade/Assentamento:					
1.4 Grau de escolaridade:					
1.5 Idade ou data de nascimento:					
1.6 Tempo de residência no local (comunidade):					
1.7 Regime de posse da terra: Herança ( ) Compra ( ) Reforma Agrária( )					
1.8 Dependentes que moram na mesma casa:					
Nome	Grau de Parentesco	Sexo	Ano nasc.	Cor/Etnia	Exerce mão de obra nas atividades agrícolas?
2. CATEGORIA – A CONVIVÊNCIA COM OS ANOS DE SECA					
2.1 Em anos regulares quantos meses chovem? E quantos meses ficam sem chover?					
2.2 Qual a última seca que você presenciou? (quantos anos durou)					
2.3 Em algum ano de estiagem pensou ir embora do sertão? (Qual o principal motivo dentro do contexto da estiagem)					
2.4 Quantas secas prolongadas você recorda ter passado?					
2.5					
2.6 No seu ponto de vista, como a seca atinge sua família? O que vem primeiro, segundo, terceiro..					
2.7					
2.8 Qual o principal problema em anos de seca? Por que?					
2.9					
2.7 Qual seu sentimento quando se fala de seca?					

(conclusão)

<b>3 CATEGORIA – CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO</b>
3.1 Quais práticas que você aprendeu e ajudam conviver com anos de seca? Quem ensinou?
3.2 Que estratégias/atividades você faz hoje que foram aprendidas com seus pais, avós, vizinhos...
3.3 Nas suas atividades agrícolas e pecuárias o que mudam em anos de seca e anos de inverno? Por quê?
3.4 Quais são as práticas que você resgatou dos antepassados para hoje conviver com os anos de seca?
3.5 Na forma de fazer agricultura, preparar a terra, plantar, colher.. o que tem de diferente das pessoas mais velhas para a maneira como se faz hoje? O que é mais eficaz para conviver com seca?
3.6 Como escolhe a melhor área para plantar e o período (mês) ? Quem ensinou?
3.7 Antes de plantar como escolhe a semente? Quem ensinou?
3.8 Como escolhe as sementes para plantar (quem ensinou?) Tem diferenças nas variedades de hoje das do passado porque ?
3.9 Como sabe se será um ano de bom inverno ou ano de seca? Como se prepara?
3.10 Quando se identifica que a seca se acentuou o que se faz? Já estava preparado?
3.11 O que mais atinge em sua vida em anos que a seca se acentua?
3.12 Dentro da sua propriedade como escolhe as melhores áreas para plantar a roça? O que observa? Quem ensinou?
<b>4. REDE E RELAÇÕES</b>
4.1 Você tem familiares que moram perto de você?
4.2 Em anos de grande seca faz diferença ter parentes por perto por que?
4.3 Se seu sistema produtivo/sítio/propriedade fosse isolado sem muitos vizinhos, você conseguiria ultrapassar uma seca ?
4.4 Você faz parte de alguma organização social (Associação, STR, feira, grupos.. etc)
4.5 O que a organização social contribui para amenizar os anos de seca?
4.6 Você já participou de cursos e capacitações? Se sim, quais? Quem era o responsável (STR, Sec. De agricultura..etc)
4.7 Em anos de seca as pessoas se ajudam? Se sim, De que forma?
4.8 Que tipo de ajuda você busca em anos de seca? Onde busca?

## **ANEXO A - CARTA DE PRINCÍPIOS, ASA**

### **ASA CARTA DE PRINCÍPIOS**

1. Articulação no Semi-Árido (ASA) é o espaço de articulação político-regional da sociedade civil organizada, no semi-árido brasileiro;
2. São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à “Declaração do Semi-Árido” (Recife, 1999) e À presente Carta de Princípios;
3. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;
4. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semi-árido;
5. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam em níveis locais; apóia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semi-árido;
6. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do semi-árido;
7. A ASA busca contribuir para a formação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do semi-árido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;
8. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COP (Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação), das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semi-Árido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra a desertificação.